



**UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO**

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

**ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR**

Salvador

2020

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

**ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR**

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Direito pela Universidade Católica do Salvador.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira.

Salvador

2020

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO PODER FAMILIAR

Ana Marcela Silva do Nascimento¹

Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira²

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. A pesquisa é qualitativa, com estudo de casos múltiplos, e teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/BA. Como instrumento foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, contendo questões abertas e fechadas. Para a coleta de dados foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que seguiu os seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo e ser da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos. As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse. Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. Principais resultados: persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular. Ser pai é concebido como uma bênção, dádiva, mas também implica ser responsável, educar, ser exemplo e dar tudo de si. Tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho. Há necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Família. Envolvimento paterno. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família, como realidade sociológica, atravessou diversas mudanças desde a importação do modelo patriarcal para o Brasil até o presente momento. Neste sentido, o ordenamento jurídico brasileiro acompanhou as transformações sociais e, por conseguinte, da família, possibilitando a consolidação do conceito de poder familiar. Farias e Rosenvald (2010, p. 43) afirmam que “consagra-se, assim, a igualdade substancial no plano familiar, excluindo todo e qualquer tipo de discriminação decorrente do estado sexual”. Por sua vez, em meio a este contexto, a figura paterna passa a distanciar-se da imagem tradicional, no

¹ Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: anamarcela.07@hotmail.com

² Doutora em Psicologia (USP), professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), do Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contexto Social e do Curso de Psicologia (UCSal). E-mail: lucia.moreira@ucsal.br

entanto, ainda sem cortar laços completamente, como apontam Souza e Benetti (2009). Para compreender os reflexos de tais alterações, no entanto, faz-se necessário considerar as particularidades dos indivíduos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, realizada pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”, liderado pela segunda autora, Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O estudo maior tem como participantes 60 homens residentes em Salvador/Bahia, sendo 30 de classe média-alta e 30 de classe popular.

Neste texto constam: uma revisão de literatura, o método do estudo, os resultados encontrados, a discussão dos dados obtidos à luz da literatura e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução do conceito de poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro e do envolvimento paterno no contexto de baixa renda.

2.1 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O *pater familias*, termo latim que em português significa “pai de família”, era o estatuto familiar mais elevado na Antiguidade, o qual possuía poderes ilimitados sobre os filhos. Séculos depois, com a colonização, o Brasil importou o modelo de família portuguesa, marcada pelo patriarcalismo, que permaneceu como modelo ideal de família durante longos anos. (ANDRADE, 2005).

O Código Civil de 1916 incorporou o conceito de pátrio poder e dispôs taxativamente o marido/pai como titular desta função, cabendo somente a ele exercer este poder sobre os filhos menores, de modo que, apenas nas hipóteses de ausência ou impedimento quanto à sua figura, é que a esposa poderia chefiar a sociedade conjugal. De acordo com Petrini (2005), este modelo de família patriarcal brasileira começa a decair no final do século XIX, momento

em que o pai deixa de ocupar o lugar central na família e de possuir a responsabilidade exclusiva pelas decisões do grupo familiar. Conforme Andrade (2005, p. 4),

Até antes do novo Código Civil, ainda era praticamente unânime a compreensão tradicional do poder familiar como sendo basicamente uma forma de autoridade – no caso, dos pais sobre os filhos, uma versão contemporânea do que teria sido a autoridade do *pater familiae* sobre os seus filhos e seus bens.

Therborn (2006), em estudo baseado em fontes globais e mapeamento detalhado das mudanças da família e do patriarcado como sustentáculo das relações sociais no século XX, analisa as transformações estruturais pelas quais a família passou, por meio de três fatores principais: o patriarcado e as relações entre pais e filhos, homens e mulheres; o papel do casamento ou da ausência deste como determinante no comportamento sexual e o processo histórico da fecundidade e do controle de natalidade. O referido autor destaca como a sociedade tinha como base o poder e a superioridade dos homens sobre os filhos e esposas. Além disso, aponta que, no século passado, diversas alterações ocorreram em razão de conquistas referentes aos direitos das mulheres e das crianças e menciona o patriarcado como o grande perdedor desde então.

Ao passo em que a sociedade e, conseqüentemente, a família modificaram-se, a Constituição Federal de 1988 acompanhou tais mudanças apresentando em seu texto o termo poder familiar, conceito que já existia, mas que se consolidou com a Carta Magna e refletiu no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e no Código Civil de 2002. A partir daí, segundo Andrade (2005), a família deixou de ser pensada como uma unidade de dominação ou de exercício do poder dos pais sobre os filhos e passou a ser vista como uma relação mútua de assistência. Neste sentido, Tartuce (2018) destaca a presença da responsabilidade e da afetividade nas relações familiares.

Assim, enquanto havia antes uma concepção da família enquanto uma célula da sociedade na qual há filhos que estão subordinados aos pais, ou mesmo há pais que estão subordinados aos filhos, passa-se agora a uma noção de uma família mais “democrática”, na qual os filhos são reconhecidos como dependentes (tanto materialmente quanto afetivamente) dos pais (e não como sua propriedade) ou os pais são reconhecidos como dependentes (afetivamente e materialmente) dos filhos (e não sua apropriação). (ANDRADE, 2005, p.5).

Segundo Ariès (1981, apud SANTOS; MOREIRA, 2016, p. 48), além de diminuir a autonomia da mulher, o patriarcado direcionava ao primogênito a responsabilidade pela proteção dos bens familiares, visto que surgiu como tentativa de impedir a divisão patrimonial, sendo a família considerada célula social, fundamentada pelo poder do Estado.

Deste modo, Donati (2008, p. 62) pontua que ocorreu um “processo de desinstitucionalização, entendida como a diminuição de certas expectativas públicas a respeito da família, a favor de uma maior legitimação como grupo social expressivo do mundo vital”.

Superada a percepção da família como unidade produtiva e reprodutiva, pregada pelo Código Civil de 1916, a partir dos valores predominantes naquela época, descortinam-se novos contornos para o Direito das Famílias, fundamentalmente a partir da *Lex Mater* de 1988, que está cimentada a partir de valores sociais e humanizadores, especialmente a dignidade humana, a solidariedade social e a igualdade substancial. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 38).

O texto da Carta Magna, complementam Farias e Rosenvald (2010), além do art. 5º, no art. 226 volta a versar sobre a igualdade entre homem e mulher, dispondo que os direitos e deveres relativos ao matrimônio devem ser exercidos por ambos, de modo que “a evidente preocupação constitucional em ressaltar a igualdade substancial entre homem e mulher parece decorrer da necessidade de pôr a cobro a um tempo discriminatório em que o homem chefiava a relação conjugal, subjugando a mulher” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 43).

Diante disso, a família matrimonializada, ancorada no Código Civil de 1916, torna-se cada vez mais pluralizada a partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, bem como sua característica patriarcal perde espaço para características democráticas e a hierarquia dá lugar à igualdade. Vê-se, portanto, que “com esse espírito, não se pode olvidar que a família está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se em face da sua própria estrutura cultural” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 10).

2.2 ENVOLVIMENTO PATERNO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

As transformações sociais pelas quais a família passou ao longo do século XX, principalmente no que tange ao declínio do modelo patriarcal, possibilitaram que o homem assumisse outros papéis no cotidiano familiar. Conforme Souza e Benetti (2009), o pai, que era apenas provedor, passou a compartilhar a renda familiar com a esposa, visto que as mulheres também passaram a assumir tarefas fora do âmbito doméstico. Assim, o referido século foi marcado por fatores como a participação da mulher no mercado de trabalho; a ausência de determinados pais ao longo da vida dos filhos; em contrapartida, outros pais apresentaram envolvimento com filhos pequenos e houve o crescimento da diversidade cultural (CABRERA; TAMIS-LEMONDA; BRADLEY HOFFERTH E LAMB, 2000).

Os autores mencionados pontuam, ainda, que o papel do pai encontra-se em transição, visto que as funções estão se redefinindo. Deste modo, conforme Filgueiras e Petrini (2010), os homens vêm acessando novos modelos de paternidade que, anteriormente, eram dificilmente associados à figura paterna. Segundo Levandowski, Antoni, Koller e Piccinini (2002) e Lamb (1992), este movimento vem sendo conhecido como “a nova forma de paternidade” ou apenas “a nova paternidade”. No entanto, Souza e Benetti (2009) ponderam que, embora este novo pai seja consideravelmente diferente do patriarca, não houve uma dissociação completa, haja vista que com ele coexiste o modelo tradicional do pai provedor. Para Lamb (2010), é de suma importância a presença da figura paterna e seu envolvimento com os filhos. A partir disso, o autor classifica o envolvimento paterno em três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado efetivamente com a criança e relaciona-se com a importância de estar junto. A acessibilidade compreende as atividades que não demandam interação direta, as quais podem ser executadas sem a necessidade da presença física. Implica estar disponível para atender às demandas do filho. A responsabilidade, por sua vez, está relacionada à preocupação com os cuidados e necessidades para garantir o bem-estar da criança. Percebe-se, então, que as transformações que o pai vivencia na atualidade são consequência de uma paternidade mais sensível e participativa, caracterizada por um possível envolvimento mais saudável e efetivo (SANTOS; MOREIRA, 2016).

Santos e Moreira (2016) pontuam, ainda, que alguns aspectos interferem no envolvimento entre pais e filhos, podendo-se destacar a conjugalidade, o divórcio, as características do pai, o papel da mãe, a idade e o sexo dos filhos. As autoras citadas destacam, também, que “o aspecto *trabalho do pai* interfere sobremaneira no envolvimento” (p. 57) e mostra-se como um grande desafio quanto à conciliação trabalho-paternidade.

Os efeitos dos conflitos, assim como da harmonia conjugal, são sentidos pelas crianças, conforme aponta Lamb (2010). Neste sentido, Silva e Piccininni (2007) concordam que, em relacionamentos conjugais com mais diálogo e menos conflito, o envolvimento paterno tende a ser mais satisfatório. No que tange ao divórcio, notam-se prejuízos relativos a determinados papéis paternos que acabam não sendo preenchidos, como a relação emocional e as funções social e econômica, no entanto, não há que se ter uma visão determinista quanto a estes aspectos, desconsiderando as singularidades de cada criança, do pai e dos contextos em que estão inseridos (LAMB, 2010). A decisão do pai em estar envolvido também precisa ser considerada, o que pode ser reflexo positivo da conjugalidade (LAMB, 1992). Além disso,

conforme Fiterman (2018), assumir o papel de pai faz com que o homem reflita, passando a avaliar como foi criado, como quer ser pai, seus valores, moral e comportamentos. Por sua vez, conforme Lamb (1992), cumpre salientar que algumas mulheres podem resistir à participação do homem nos cuidados com a criança, optando por manter exclusividade e autoridade nesta função, de modo que, em famílias nas quais a mãe trabalha fora, percebe-se maior envolvimento paterno do que nas famílias em que a mãe não possui um emprego.

Além disso, Lamb (1992) aponta que os pais costumam dedicar mais tempo aos filhos em idade pré-escolar, mas afirma que, em geral, os pais estão mais envolvidos com os filhos do que com as filhas, independente das idades, vínculo também constatado em pesquisa realizada por Moreira e Rabinovich (2010). No estudo “*Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality*”, Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) discutem a necessidade de considerar a classe social das famílias e ressaltam que a tendência de ignorar os aspectos econômicos, sociais, educacionais, étnicos e culturais constitui uma das maiores limitações dos estudos psicológicos no Brasil. Os autores consideram que não é possível falar de um padrão de paternidade brasileira, pois esta é complexa e varia amplamente com a condição socioeconômica e o nível de escolaridade do pai, visto que as variações subculturais da paternidade relacionam-se principalmente à classe social, o que também foi verificado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017). Em estudo intercultural, Tudge (2008) observou que havia mais semelhanças na mesma classe em diferentes países do que em classes diversas no mesmo país.

Bustamante (2005) destaca a importância do papel de provedor para o pai de classe popular, pois entende que sua função é não deixar faltar nada aos filhos. Embora o pai reconheça a necessidade de momentos de lazer, a dinâmica em que vive e a ausência de recursos podem prejudicar o convívio. Neste sentido, Backes *et al.* (2018), em estudo voltado a identificar fatores que interferem no envolvimento paterno de pais de crianças entre quatro e seis anos, ao analisarem a subcategoria “modelo do próprio pai” perceberam que “prevaleceu o modelo de pai provedor, que trabalhava fora de casa e cuja preocupação central era o sustento da família” (p.7). Tudge (2008) identificou que pais de classe média despendem maior tempo com as crianças envolvidos com atividades de ensino e brincadeiras, enquanto pais de camada popular gastam esse tempo conversando com os filhos. A socialização por meio do trabalho pai-filho também ganha destaque entre as famílias de baixa renda, que usam este método como meio de prevenir a delinquência e preparar a criança para a inserção no mercado de trabalho futuramente. É comum os pais ensinarem os meninos e as mães

ensinarem as meninas, o que promove um engajamento precoce das crianças em diversas atividades, no entanto, o cenário torna-se mais complexo pela recorrência do desemprego ou subemprego desses pais. Além disso, neste contexto, a figura paterna destaca-se como autoridade moral, enquanto as mães são responsáveis por manterem a unidade familiar por meio do cuidado (BASTOS; VOLKMER-PONTES; BRASILEIRO; SERRA, 2013).

Por fim, ainda em relação ao contexto de desemprego, Souza e Benetti (2008) constataram que os pais que recebiam contribuições de familiares ou de outras fontes estavam mais envolvidos com os filhos do que os pais que não recebiam contribuições de nenhuma natureza. Sobre este fato, Gomes e Alvarenga (2016) afirmam que, além da privação de recursos materiais, a ausência do trabalho acarreta também problemas emocionais, isto porque, como mencionado, a figura paterna ainda está vinculada ao papel de provedor, sobretudo na camada popular.

3 MÉTODO

Para Minayo (2002, p. 16), entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, o que inclui as “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

3.1 DELINEAMENTO

Nesta investigação, aplicou-se o estudo de casos múltiplos, nos quais, conforme Gil (2002), frequentemente são utilizados de quatro a dez casos. O autor destaca, ainda, que este tipo de estudo não tem a finalidade de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas de oferecer uma visão global do problema e identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/Bahia. Todos eram da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos.

Constam, a seguir, alguns dados sobre os participantes, com nomes fictícios, objetivando preservar a identidade deles.

Tabela 1 – Dados sobre os participantes

Nome fictício	Idade (em anos)	Escolaridade	Profissão e carga horária semanal de trabalho	Renda pessoal mensal	Religião	Etnia	Estado civil
Nelson	44	Ensino Fundamental II completo	Pedreiro (40 horas)	1,2 salários mínimos	Protestante	Parda	Casado no civil e no religioso
Francisco	48	Ensino Fundamental II completo	Vendedor (40 horas)	1,6 salários mínimos	Protestante	Preta	Casado no civil e no religioso
Eduardo	45	Ensino Fundamental II completo	Caminhoneiro (40 horas)	1,9 salários mínimos	Protestante	Parda	Casado no civil e no religioso
Adriano	43	Ensino Médio completo	Desempregado (renda de aluguel de imóvel e trabalhos eventuais)	Um salário mínimo	Protestante	Parda	Casado no civil e no religioso

Fonte: As autoras.

Observa-se que os pais tinham de 43 a 48 anos; três tinham o Ensino Fundamental II completo e apenas um tinha o Ensino Médio completo. Três estavam trabalhando, sendo um pedreiro, um vendedor e um caminhoneiro, e o outro estava desempregado, tendo como renda o aluguel de imóvel e trabalhos eventuais. Todos eram protestantes, sendo três pardos e um preto. Com relação ao estado civil, todos eram casados (no civil e no religioso).

3.3 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, elaborado pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”/UCSal, liderado pela Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O instrumento contém questões abertas e fechadas, abordando: dados de identificação; dados sobre a família; paternidade e envolvimento do pai do participante com ele; repercussões do envolvimento paterno no desenvolvimento; envolvimento do participante com o(s) seu(s) filho(s); envolvimento do participante com o pai idoso; classe socioeconômica e envolvimento; masculinidade e paternidade.

3.4 PROCEDIMENTOS

O projeto de pesquisa maior, intitulado “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal (CAAE: 47362315.2.0000.5628). Para a coleta de dados do presente estudo, foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que se enquadravam nos seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo, mesmo que não tenham convivência; ser da classe D (renda mensal familiar de mais de um a três salários mínimos).

As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os quatro casos e, em seguida, haverá uma discussão geral sobre eles.

4.1 CASO 1: NELSON

Na infância e na adolescência, Nelson residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que fazia trabalhos como costureira) e com os dois filhos, um do sexo feminino e o outro do sexo masculino que, à época da coleta de dados, tinham 16 anos e 12 anos de idade, respectivamente. Para ele, ser pai “é uma bênção, é ter a responsabilidade de criar e educar os filhos, constituir uma família, ser exemplo em casa”.

Nelson sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna e afirmou que, na infância, trabalhava na roça com o genitor, o qual conversava bastante com ele e seus irmãos, ensinando como deveriam proceder na vida. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto nos aspectos interação, acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, nessa fase da vida, foi o fato de seu pai ser amoroso e querer ser próximo. Nelson afirma que nada dificultou o envolvimento do seu genitor com ele.

Também na adolescência, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto, tanto em interação quanto em responsabilidade e acessibilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, nesta fase, foi o labor rural e o fato de seu pai gostar de estar com os filhos. O entrevistado afirmou novamente que, nesta fase da vida, nada dificultou o envolvimento.

Na sequência, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Nelson com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o fato de seu pai continuar sendo presente, mesmo de longe, e ele continuar indo visitá-lo no interior do Estado da Bahia, bem como telefonar quase todo dia favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta. Por sua vez, afirma que nada dificultou tal envolvimento: “o problema é só a distância mesmo, que dá saudade” (Nelson).

Nelson ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram importantes para que ele seja quem é; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Nelson afirmou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, justificando que “eu sou apaixonado por meu pai, eu pego ele e encho de beijo” (Nelson). Assim, favorece a relação, tudo que construíram ao longo da vida e o amor que recebeu do genitor, no entanto, o participante afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como informado anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12 anos de idade. Nelson considerou que seu envolvimento com os filhos era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, favoreceu seu envolvimento com a prole:

O amor, né? Eu amo muito meus filhos e gosto de participar de tudo na vida deles. A gente não trabalha juntos, como era com meu pai, porque eles estudam quase o dia todo e não precisam trabalhar, mas eles são meus chamegos.

Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o bom relacionamento do seu pai com ele refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos. Conforme Nelson, seu genitor o ensinou a ser pai, foi

com ele que aprendeu tudo o que sabe, o que transmite aos filhos. Quanto ao que refletia negativamente, não identificou nenhum aspecto.

Além disso, o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Nelson considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “meus filhos também são doidos por meu pai e ele por eles. É um grude quando eles vão para o interior ver meu pai, é o tempo todo juntos”. Por outro lado, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois “eu acho muito bonito e agradeço a Deus por minha família e fico amando eles mais ainda, né?” (Nelson).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Nelson considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “a gente sempre foi simples, mas nunca faltou nada. Mas eu acho que o que influenciou mesmo foi a vontade dele estar com a gente, de ser um pai presente”. Quanto à escolaridade, justificou que “meu pai não estudou muito, mas sempre botou a gente para estudar e eu boto meus filhos mais ainda. Eu não fiz faculdade, mas eles vão fazer”. Por outro lado, o entrevistado considerou que o trabalho do seu pai influenciou no envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “[...] era nosso momento juntos”.

Por sua vez, Nelson avaliou que nem a sua condição financeira, nem o seu trabalho e nem a sua escolaridade influenciavam no envolvimento que ele mantinha com os filhos. No entanto, no aspecto financeiro, ponderou que “[...] mas é bom saber que a gente tem um dinheirinho para dar do melhor para eles”. Quanto ao trabalho, alegou que “Eu agradeço a Deus por sempre ter meu trabalho, né? Porque é difícil um pai de família desempregado”. E sobre o nível de escolaridade, apenas afirmou acreditar que não influencia. Nelson considerou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “ficar desempregado e não conseguir sustentar sua família. É muito triste”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.2 CASO 2: FRANCISCO

Na infância e na adolescência, Francisco residia com os pais e os sete irmãos, sendo que em parte da adolescência passou a morar em Salvador/BA, apenas com um irmão, quando começou a trabalhar. Na vida adulta, passou a habitar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com os três filhos, sendo dois do sexo masculino, um com 18 anos e o outro com 24 anos de idade, bem como uma moça de 25 anos de idade, à época da entrevista. A filha do participante, à época, não residia mais com ele. Para o participante, ser pai “é ter responsabilidade, é dar tudo de si para manter a família”.

Francisco sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna, no entanto, afirmou que, na infância não realizava muitas atividades com o pai, “era mais o trabalho no interior”. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Francisco com ele foi baixo no aspecto da interação, moderado em termos de acessibilidade e alto no item responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi a responsabilidade dele com os filhos. Por outro lado, dificultou o envolvimento “o temperamento dele, era muito calado e rígido”.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Francisco com ele continuou sendo baixo em termos de interação, moderado quanto à acessibilidade e alto no que diz respeito à responsabilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi o fato de o genitor sempre vir visitá-lo em Salvador para ver como ele e seu irmão estavam. Por sua vez, o que dificultou o envolvimento foi a distância, visto que o participante não residia mais com o pai, nesta fase da vida.

Já na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Francisco com ele foi considerado moderado em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o envolvimento com o pai foi favorecido, pois seu genitor fica em sua casa sempre que vai até Salvador para realizar exames e consultas médicas e afirma que “isso é bom, porque eu não posso estar sempre no interior e quando eu não vou, ele vem”. Por sua vez, comenta que nada dificultou tal envolvimento e justifica que “ele está bem melhor agora na velhice, só não gosta de ser dependente de ninguém”.

Francisco ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que foi influenciado positivamente ao ver seu pai sempre trabalhando para sustentar a família, o que foi um exemplo para ele; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele também influenciou negativamente no seu desenvolvimento, pois “hoje eu sou um pouco

sério também, às vezes me sinto um pouco rígido com meus filhos, mas com certeza sou bem menos que meu pai. Mas acho que ficou um pouco disso em mim”.

No momento da entrevista, Francisco afirmou que se relacionava bem com o pai idoso, justificando que “ele não gosta de se sentir dependente [...] sempre me liga para resolver algumas coisas, mas gosta de ficar no canto dele”. Assim, o que favorece a relação é o fato de o genitor precisar ir para a casa de Francisco quando vai ao médico em Salvador, no entanto, o participante afirmou que o que dificultava a relação entre eles era a distância.

À época da realização da entrevista, o participante tinha três filhos, dois do sexo masculino, com 18 e 24 anos de idade e outra do sexo feminino, com 25 anos de idade. Francisco considerou que seu envolvimento com a prole era moderado em termos de interação e alto quanto à acessibilidade e responsabilidade. O entrevistado comentou o que favorecia seu envolvimento com os filhos:

Eu sou um pai presente, mesmo trabalhando muito. Os meninos também estudam e às vezes não encontro muito eles em casa. Mas, assim, a gente assiste futebol juntos, almoçamos sempre juntos, todo mundo gosta de futebol e esse é um momento da família. Também tenho um filho que joga, eu sempre levo ele para a escolinha de futebol. A menina já é casada, mas geralmente almoça lá em casa. Eu dei uma casa a ela e agora estou ajudando a construir o espaço de fisioterapia para ela trabalhar, porque ela se formou faz pouco tempo. Tenho muita preocupação com a profissão deles, faço o que for possível.

Por outro lado, afirmou que, às vezes, a falta de tempo dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos foi: “a responsabilidade de ser pai”. Já o que refletia negativamente era o jeito sério que herdou do pai.

Vale salientar, ainda, que o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto em interação e moderado em acessibilidade e responsabilidade. Francisco considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “ele vindo para minha casa, fica mais próximo dos meus filhos. Meus filhos são muito cuidadosos com ele”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “[...] acaba aproximando todo mundo” (Francisco).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Francisco considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Por outro lado, o entrevistado considerou que o

trabalho do seu pai influenciou o envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “hoje eu sou pai, entendo como é difícil não ter emprego”.

Por sua vez, Francisco avaliou que tanto a sua condição financeira quanto o seu trabalho influenciavam de algum modo no envolvimento que ele mantinha com os filhos, no entanto, acreditava que o nível de escolaridade não exercia influência. No aspecto financeiro, justificou que “eu acho que me dá tranquilidade, porque alguém endividado não consegue fazer nada, nem se relacionar com os filhos”. Quanto ao trabalho, alegou que “influencia sim, pelo mesmo motivo. É difícil para um pai de família não ter um emprego”.

Francisco considerou que seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactavam no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso, mas ponderou que “talvez só a condição financeira, porque eu posso pagar médico para ele e levar ele de carro para os lugares”.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “o desemprego, essa crise que o país enfrenta”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.3 CASO 3: EDUARDO

Durante a infância e adolescência, Eduardo residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com o único filho que, à época da coleta de dados, tinha nove anos de idade. Para ele, ser pai:

é uma dádiva. Eu quis muito ser pai. Eu e minha esposa demoramos para ter nosso filho, a gravidez dela foi de risco, mas no fim deu tudo certo. Nosso filho é nosso amor.

Eduardo sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Ao longo da infância, o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi moderado em termos de interação e alto nas dimensões acessibilidade e de responsabilidade.

Na perspectiva do participante, o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o tempo que passavam juntos, principalmente quando seu pai o ensinava algo do trabalho. Por sua vez, não sabe dizer o que dificultou o envolvimento.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Eduardo com ele continuou moderado em interação e alto em acessibilidade e responsabilidade. O que ajudou no envolvimento do pai

com ele, nesta etapa da vida, foi o afeto. Neste período, não soube dizer o que dificultou a relação deles.

Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi considerado alto em interação, acessibilidade e responsabilidade. O participante ponderou que o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta, foi “a afinidade, conversamos sobre as mesmas coisas, ele agora é meu amigo mesmo, alguém que eu divido minha vida, conto meus problemas”. Por sua vez, considera que nada dificultou tal envolvimento.

Eduardo ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, por meio dos ensinamentos que recebeu. Por sua vez, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Eduardo afirmou que mantinha um relacionamento muito bom com o pai idoso. O participante informou que o que favorecia a relação era a amizade que tinham, no entanto, destacou que nada dificultava a relação entre eles.

Conforme consta anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha apenas um filho, do sexo masculino, com nove anos de idade. Eduardo avaliou que seu envolvimento com seu filho era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, o que favorecia seu envolvimento com a criança era “o amor”. Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento.

O participante considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele, nas diversas fases da vida (infância, adolescência e etapa adulta), influenciou no envolvimento que Eduardo mantinha com o filho, pois: “a gente sempre leva para nossa vida o que nos foi dado. Meu pai sempre foi um bom pai”. O aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com o próprio filho foi: “a proximidade entre pai e filho”. Por outro lado, nada refletia negativamente.

Destaca-se, ainda, que o participante avaliou que o envolvimento de seu pai com o neto dele (filho do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Eduardo considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou positivamente a relação do seu pai com o neto, justificando que “um ensina o outro a amar”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com o neto (filho do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, conforme este, “me faz amar ele ainda mais”.

Sobre classe socioeconômica e envolvimento, Eduardo avaliou que a escolaridade do seu pai não influenciou no envolvimento deste com o participante. No que diz respeito à condição financeira e ao trabalho, alegou que “influenciou na forma que ele conseguiu nos proporcionar a educação”.

Por sua vez, Eduardo avaliou que tanto o seu trabalho quanto a sua escolaridade e condição financeira influenciavam, de algum modo, no envolvimento que ele mantinha com o filho. No aspecto de trabalho e condição financeira, justificou que “me dá tranquilidade”. Quanto à escolaridade, alegou: “Acho que sim, porque eu ensino a atividade dele, isso já é um momento nosso de interação e eu influencio ele a estudar e ter uma profissão”. Eduardo apreciou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era a falta de emprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que era “a falta de emprego também e os filhos indo para o mau caminho”.

4.4 CASO 4: ADRIANO

Na infância e na adolescência, Adriano residia com os pais e 18 irmãos, visto que seus pais tiveram 19 filhos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado, assim como o entrevistado, que estava desempregado) e com os dois filhos do sexo masculino que, à época da coleta de dados, um tinha 17 anos e o outro 10 anos de idade, sendo que residia ao lado da casa dos pais. A definição apresentada pelo participante a respeito do que é ser pai foi a seguinte: “Ser pai é como dizem, é padecer no paraíso. É muito bom, mas quando passamos por dificuldades tendo filhos, é bem mais difícil”.

Adriano sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Durante a infância, o envolvimento do pai de Adriano com ele foi moderado no aspecto interação e alto nos itens acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o fato de seu pai sempre ter sido responsável com ele e os irmãos. Quanto às atividades realizadas com o pai, na infância, comenta:

Eu lembro muito dos domingos que íamos todos juntos para a igreja, todos os irmãos, meu pai organizava todo mundo e ensinava como deveríamos nos comportar, a ter reverência. Eu não tinha muitos momentos sozinho com meu pai, minha casa era sempre cheia.

Por sua vez, dificultou o envolvimento a falta de muito tempo livre. Na adolescência, o envolvimento do pai de Adriano com ele continuou moderado em interação e alto em termos de acessibilidade e responsabilidade. O que auxiliou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi a responsabilidade em sustentá-los, embora não fosse de passar muito tempo conversando com os filhos. Por sua vez, considera que o fato de serem muitos irmãos pode ter dificultado o envolvimento, pois não permitia que o pai tivesse muito tempo livre.

Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Adriano com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante informou que nada dificultou o envolvimento nesta etapa e que a relação foi favorecida, pois:

[...] eu sou muito amoroso, pego ele, beijo, abraço, chamo de “meu véio”. Eu moro do lado da casa dele, também tem outros irmãos que moram perto, mas a maioria mora em outros bairros. Não é como antigamente que tinha 19 filhos ao mesmo tempo. Agora tem os netos, mas não é todo dia que estão todos juntos. Hoje em dia eu tento dar toda minha atenção a ele, para aproveitar todo o tempo. (Adriano).

Adriano considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que influenciou, principalmente, no aspecto da responsabilidade. Por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente o seu desenvolvimento. No momento da entrevista, Adriano informou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, sendo que a relação era favorecida pelo “meu jeito e a disponibilidade dele”. O entrevistado afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como dito anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos do sexo masculino e considerou que seu envolvimento com eles era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Segundo o entrevistado, “a disponibilidade, o amor, a vontade de estar perto” favoreceram o envolvimento com seus filhos. Por outro lado, comenta sobre o que dificultou o envolvimento:

Eu passei por um período bem difícil de depressão. Estou há um bom tempo sem conseguir emprego e isso me fez muito mal, sabe? Hoje estou bem melhor, mas teve um período que estava sendo medicado e fiquei bem distante de tudo. Não sentia vontade de mais nada, nem de interagir com eles. Ao mesmo tempo, eu ficava triste por não estar participando como deveria e em ver eles me vendo daquele jeito, sem poder dar o que eles precisavam. (Adriano).

O entrevistado considerou que o envolvimento que o próprio pai teve com ele nas diversas fases da sua vida influenciou no envolvimento que Adriano mantinha com os filhos,

pois aprendeu sobre educar com seu pai. O participante pontuou que a educação e a responsabilidade foram os aspectos do relacionamento do pai com ele que mais refletiram positivamente na relação que mantinha com os próprios filhos. Por outro lado, nada refletia negativamente.

O participante avaliou, ainda, que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do entrevistado) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Adriano ponderou que o relacionamento dele com o pai influenciou na relação do seu pai com os netos, justificando que “somos uma família e na família tudo se aprende. Eu ensino meus filhos a cuidarem do avô deles em todas as situações”. O entrevistado avaliou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) também influenciou na relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “me aproxima ainda mais dele”.

Com relação à classe socioeconômica e envolvimento, Adriano ponderou que tanto a condição financeira, quanto o trabalho e também o nível de escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “com certeza deve ter influenciado, porque imagine criar 19 filhos sem ter condição. Claro que nada era fácil, mas ninguém nunca passou fome lá em casa”. Quanto ao trabalho, justificou que “nenhum pai fica bem quando está desempregado [...] eu vejo na prática o quanto minha saúde mental interfere no meu relacionamento com as pessoas”. Com relação à escolaridade, informou que “deve ter influenciado também, porque com tanta gente em casa e ele não deixar ninguém sem estudar [...] certamente foi importante”.

Por sua vez, Adriano avaliou que a sua condição financeira influenciava no envolvimento que mantinha com os filhos, bem como a sua falta de trabalho e o seu nível de escolaridade. No aspecto financeiro e em relação à situação de desemprego, justificou que agora ele está melhor, mas tais fatores já atrapalharam no envolvimento. Na questão da escolaridade, pontua que consegue acompanhar melhor o desenvolvimento dos filhos e entender o que eles estão aprendendo.

Adriano considerou que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade impactaram no relacionamento que estabelecia, à época da entrevista, com o pai idoso, pois acredita que “impacta em todos os meus relacionamentos”.

Finalmente, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era o desemprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

5 DISCUSSÃO GERAL

O poder familiar passou por significativas transformações que, para além da igualdade de gênero, refletiram em relações familiares mais democráticas. O Código Civil de 1916, baseado no pátrio poder, tratava a figura do marido/pai como chefe da sociedade conjugal, alguém que tomava as decisões relativas ao grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolida o instituto do poder familiar, o que se constitui “não apenas como um poder de ambos os pais, mas sim como uma obrigação legal a eles imposta na observância do interesse dos filhos”, sendo, assim, um dever material e afetivo (PEREIRA; MARTOS, 2019, p. 737). Os resultados encontrados serão discutidos com base neste conceito e no de envolvimento paterno. Na infância e na adolescência, os quatro participantes residiam com a família nuclear de origem, sendo que um deles, em parte da adolescência, passou a morar apenas com um irmão, quando foi morar em Salvador/BA para trabalhar. À época da entrevista, na fase adulta, os quatro participantes residiam com a família nuclear constituída (o entrevistado, a esposa e o/os filho/s), porém, um deles (Adriano) morava bem próximo aos genitores, o que favorecia o envolvimento entre eles. É importante destacar que, entre os entrevistados, três vieram da zona rural para a capital à procura de condições melhores que o labor urbano poderia proporcionar. Além disso, apenas no caso de Nelson, a esposa contribuía para a renda familiar, realizando trabalhos como costureira. Neste sentido, é possível perceber que persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular, conforme também destaca Bustamante (2005).

Para os participantes, ser pai é uma bênção, uma dádiva, mas também significa ter responsabilidades, educar, ser exemplo, dar tudo de si e, por vezes, representa uma árdua caminhada.

Os quatro entrevistados conviveram com o pai biológico. Quanto ao envolvimento dos pais dos participantes com eles, as dimensões da acessibilidade e da responsabilidade foram altas para três entrevistados, em todas as fases da vida. No entanto, para um deles (Francisco), a acessibilidade sempre foi moderada desde a infância até a fase adulta e a responsabilidade era alta na infância e na adolescência, mas foi considerada moderada na fase adulta. No aspecto da interação, na infância e na adolescência de dois entrevistados, o envolvimento paterno foi moderado, passando para alto na vida adulta. Para um participante, a dimensão da

interação foi avaliada como alta em todas as fases da vida e para outro variou entre baixa (na infância e adolescência) e moderada (na fase adulta).

O envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelos seguintes elementos: (a) na infância dos entrevistados: o desejo do pai em estar próximo, ser amoroso, a responsabilidade e o tempo que passavam juntos trabalhando; (b) na adolescência: o tempo que passavam juntos, principalmente trabalhando, as visitas do pai quando não moravam mais juntos, o afeto e a responsabilidade; (c) na vida adulta: o contato diário, ainda que por telefone, as idas do pai à casa do filho, sobretudo quando precisava ir ao médico em Salvador/BA, a afinidade, a amizade e o fato de morar próximo. Observou-se, então, que tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho, o que corrobora o estudo de Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) que destacam a socialização por meio do trabalho pai-filho entre famílias de baixa renda.

Por sua vez, o que dificultou o envolvimento dos pais dos participantes com eles foram os seguintes aspectos: (a) na infância dos entrevistados: o temperamento, a rigidez e a falta de muito tempo livre; (b) na adolescência: a distância, por residirem em cidades diferentes e o pouco tempo livre em decorrência do trabalho do pai para sustentar os filhos; (c) na vida adulta: a distância entre as cidades em que moram.

O envolvimento dos pais entrevistados com seus próprios filhos, nas dimensões acessibilidade e responsabilidade, foi alto para todos eles. Cumpre salientar que, para Pereira (2015), o poder familiar apresenta a responsabilidade como a essência do afeto e do cuidado. A dimensão da interação foi alta para três participantes, porém foi moderada no caso do participante que avaliou como baixa a interação do seu próprio pai com ele na infância e na adolescência, bem como moderada na fase adulta. Neste sentido, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que, para entender o envolvimento entre pai e filho atualmente, é necessário considerar questões da geração anterior, ou seja, a relação do próprio pai com ele. Por sua vez, Santos e Moreira (2016) pontuam que modelos de ausência paterna podem influenciar negativamente no envolvimento pai-filho, bem como podem impulsionar o pai a escolher perpetuar este modelo ou caminhar na direção oposta do que vivenciou. Porém, mesmo sem desejar, pode ocorrer o fenômeno da repetição, que consiste em reproduzir os comportamentos vivenciados ao longo da vida.

Os pais entrevistados relataram que o envolvimento com os próprios filhos foi facilitado por tais fatores: o amor e o desejo de participar da vida dos filhos (Nelson); os

momentos em família, como almoçar juntos e ver futebol, além do incentivo à vida profissional (Francisco); o amor (Eduardo); a disponibilidade, o amor e a vontade de estar perto (Adriano). Segundo Lamb (1992), a decisão do pai em estar envolvido com o filho é um fator que deve ser considerado, podendo ser resultado positivo da relação conjugal mais harmoniosa.

Além de relações familiares igualitárias, o conceito de poder familiar agregou ao ordenamento jurídico brasileiro o princípio da afetividade como basilar. Segundo Tartuce (2018), neste contexto, o afeto se apresenta como a mola propulsora dos laços familiares, movidos pelo sentimento e pelo amor, para dar sentido e dignidade à existência humana. Assim, é nítido que, a partir deste conceito, o formalismo deu espaço ao afeto como valor jurídico. Tal fato é confirmado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017) com pais de camada popular, visto que os resultados revelaram que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelo trabalho conjunto, pois este os aproximava, já que demonstravam menos afetividade com os filhos do que os participantes com sua própria prole.

Para Pereira e Martos (2019), a afetividade é analisada em uma perspectiva objetiva, como fato social de parentalidade ou de conjugalidade, em contrapartida, o legislador tratou o cuidado como um subprincípio da dignidade humana que está ligado à afetividade, visto que é por meio do dever de cuidado que esta se manifesta objetivamente.

Nelson e Eduardo relataram que nada dificultou o envolvimento com os filhos, já Francisco afirmou que, em alguns momentos, a falta de tempo dificultava a relação e Adriano relata que o desemprego e o período de depressão pelo qual passou foram fatores que o distanciavam da prole e, ao mesmo tempo, o deixavam triste por este motivo. Segundo Gomes e Alvarenga (2016), para o pai, a situação de desemprego gera mais do que a privação de recursos materiais, mas também problemas de cunho emocional. Além disso, a ausência do trabalho distanciava Adriano de seus filhos, isto porque, para Souza e Benetti (2008), os pais desempregados que não recebem contribuições familiares ou de outras fontes tendem a estar menos envolvidos com a prole.

Em relação à classe socioeconômica do pai do participante e o envolvimento com ele, a condição financeira do genitor foi avaliada por dois participantes como influenciando no envolvimento, seja na forma de proporcionar a educação (Eduardo), ou por dar mais tranquilidade (Adriano). Por outro lado, os outros dois participantes consideram que não houve influência financeira no envolvimento, sendo que um deles afirmou que a vontade de estar próximo é mais relevante (Nelson). O trabalho do pai foi considerado por todos os

entrevistados como tendo influenciado no envolvimento: por ser um momento de interação, enquanto trabalhavam (Nelson), por dar tranquilidade, pois é difícil um pai ficar desempregado (Francisco e Adriano) e pela educação que pode proporcionar (Eduardo). Já a escolaridade do pai foi considerada por três participantes como sem influência no envolvimento, pois o pai não estudou muito, como ressaltou Nelson, no entanto, para um deles influenciou, pois, mesmo com tantos filhos, seu genitor não deixou nenhum sem estudar (Adriano).

No que diz respeito à classe socioeconômica do participante e o envolvimento dele com os filhos, a própria condição financeira foi avaliada por três participantes como influenciando no envolvimento, sendo que dois afirmaram que este fator proporciona tranquilidade, pois alguém sem dinheiro ou endividado não se relaciona bem com os filhos (Francisco e Eduardo) e um deles analisou que este aspecto já atrapalhou a relação (Adriano). Por outro lado, embora Nelson considere que não houve influência financeira no envolvimento, acredita que é bom ter dinheiro e poder dar o melhor aos filhos; o trabalho foi considerado por três entrevistados como tendo influenciado no envolvimento, pois, assim como a condição financeira, ter um trabalho faz com que o pai esteja mais seguro e tranquilo (Francisco, Eduardo e Adriano). Por sua vez, em que pese Nelson ter afirmado que não há influência, é grato por ter um emprego, pois considera difícil ser pai desempregado. A própria escolaridade foi considerada por dois participantes como sem influência no envolvimento com os filhos, no entanto, dois entrevistados afirmaram que ela influencia, pois conseguiam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, o que já era um momento de interação entre eles, além de poder influenciá-lo a estudar e ter uma profissão (Eduardo), bem como acompanhar o desenvolvimento e entender o que os filhos estavam aprendendo (Adriano).

Por fim, todos os participantes consideraram que a maior dificuldade enfrentada pelo homem era o desemprego. Quando questionados sobre a maior dificuldade que o pai enfrentava, a resposta de todos os entrevistados também foi o desemprego, sendo que Eduardo acrescentou o fato de os filhos irem para o mau caminho. Cabe destacar, mais uma vez, a importância do trabalho e os reflexos da ausência deste na vida do pai de baixa renda, haja vista que tanto o próprio pai quanto a comunidade ainda o enxergam como o provedor, responsável pelo sustento da família.

Percebe-se que a discussão está ancorada em fundamentos do poder familiar, haja vista que foi possível identificar características da nova paternidade em todas as relações analisadas. Os efeitos da consolidação do referido conceito no ordenamento jurídico brasileiro

são sentidos nas relações familiares, que vêm transformando-se cotidianamente. No entanto, como exposto neste estudo, sobretudo nas camadas populares, tais transformações ainda estão acompanhadas de resquícios do patriarcalismo, o que confirma o mencionado por Souza e Benetti (2009) sobre a coexistência dos modelos do novo pai e do pai provedor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que a paternidade se encontra em transição, isto porque a sociedade passou por grandes modificações no século XX e nesse início do século XXI, assim como a família. Embora o ordenamento jurídico tenha acompanhado tais mudanças, dispendo agora sobre as relações familiares de forma mais democrática e igualitária, ancorado no poder familiar, entende-se que é necessário analisar os indivíduos a partir de suas peculiaridades.

Notou-se que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi facilitado principalmente pela socialização por meio do trabalho pai-filho, no entanto, foi prejudicado pela falta de tempo em decorrência do labor ou pela distância. Além disso, os resultados obtidos revelaram que diversos aspectos influenciam o envolvimento paterno, entre eles a classe socioeconômica, sobretudo no que tange à relação do pai de baixa renda com o trabalho ou a situação de desemprego. Neste contexto, ainda é comum a figura do pai como provedor, ou seja, o exercício da paternidade tradicional. No entanto, cumpre ressaltar a importância da decisão do pai em estar envolvido.

Os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico quanto à transição do pátrio poder para o poder familiar foram encontrados nas relações pai-filho na camada popular, isto porque, embora seja possível perceber resquícios do modelo patriarcal presentes na forma de relacionar-se do pai contemporâneo, notou-se que tais relações são sustentadas tanto pela responsabilidade, quanto pela afetividade, princípio fundamental no instituto do poder familiar.

Por fim, levanta-se a necessidade de se realizar outros estudos que aprofundem a discussão do envolvimento paterno, considerando as particularidades dos sujeitos e os impactos das transformações sociais e do ordenamento jurídico brasileiro.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, F. D. **Poder familiar e afeto numa perspectiva espinosana**. In: Família e dignidade humana: V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). São Paulo: IOB, 2006.
- BACKES, M. S.; BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. **Nova Perspectiva Sistêmica**, n. 61, p. 100-119, 2018.
- BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). **Fathers in cultural context**. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.
- BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. **Barbarói**. Santa Cruz do Sul, (32), 205-226, 2010.
- BEVILAQUA, C.; BRASIL. **Código civil (1916)**. Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.
- BRASIL. **Lei n 8.069, 13 de julho de 1990**. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 22 maio 2020.
- BRASIL. **Lei n 10.406, 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Brasília, DF. 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110406.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.
- BUSTAMANTE, V. Ser pai no Subúrbio Ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. **Psicologia em Estudo, Maringá**, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005.
- CABRERA, N. J.; TAMES-LEMONDA, C.; BRADLEY, R.H.; HOFFERTH, S.; LAMB, M.E. **Fatherhood in the twenty first century**. Child Development, 71, 127-136, 2000.
- DONATI, P. **Família no Século XXI**: abordagem relacional. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.
- FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. **Direito das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.
- FITERMAN, H; MOREIRA, L. V. C. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. **Polis**, Revista latino-americana, n. 50, p. 47-68, 2018.

- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- GOMES, Q. S.; ALVARENGA, P. O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. **Psicologia: teoria e pesquisa**, v. 32, n. 3, 1-9, 2016.
- LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (Org.). **The role of the father in child development**. 5. Ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.
- LAMB, M. E.. O papel do pai em mudança. **Análise Psicológica**. 1(X), 19-34, 1992.
- LEVANDOWSKI, D.; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. **Interações**, 7(13), 77-100, 2002.
- MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. O pai em pesquisas sobre família. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (Orgs.). **O pai na sociedade contemporânea**. Bauru: Edusc, 2010.
- NARO, R. C. G.; MOREIRA, L. V. C. Envolvimento paterno em camada popular: estudo de casos múltiplos em Salvador/Bahia. In: Lúcia Vaz de Campos Moreira; Elaine Pedreira Rabinovich; Maria Natália Ramos. (Org.). **Pais, avós e relacionamentos intergeracionais na família contemporânea**. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 5, p. 123-139.
- PEREIRA, M. B.; MARTOS, F. T. A. Do pátrio poder ao poder familiar: as atribuições dos pais quanto à proteção dos filhos. **Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de Direito de Franca**, v. 4, n. 1, p. 729-750, jun. 2019.
- PEREIRA, R. C. Responsabilidade civil pelo abandono afetivo. In: MADALENO, R.; BARBOSA, E. (Coords.). **Responsabilidade civil no Direito de Família**. São Paulo: Atlas, 2015.
- PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs.). **Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- SANTOS, S. M. C. B.; MOREIRA, L. V. C. **Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade**. Curitiba: Juruá, 2016.
- SILVA, M. R.; PICCININI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. **Estudos de Psicologia**, Campinas, 24(4), 561-573, 2007.
- SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. **Paideia**, 19(42), 97-106, 2009.
- SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. **Contextos Clínicos**, 1(2), 61-71, 2008.

TARTUCE, F. **Direito Civil: Direito de Família**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

THERBORN, G. **Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TUDGE, J. **The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies**. New York: Cambridge University Press, 2008.



Relatório do Software Anti-plágio CopySpider

Para mais detalhes sobre o CopySpider, acesse: <https://copyspider.com.br>

Instruções

Este relatório apresenta na próxima página uma tabela na qual cada linha associa o conteúdo do arquivo de entrada com um documento encontrado na internet (para "Busca em arquivos da internet") ou do arquivo de entrada com outro arquivo em seu computador (para "Pesquisa em arquivos locais"). A quantidade de termos comuns representa um fator utilizado no cálculo de Similaridade dos arquivos sendo comparados. Quanto maior a quantidade de termos comuns, maior a similaridade entre os arquivos. É importante destacar que o limite de 3% representa uma estatística de semelhança e não um "índice de plágio". Por exemplo, documentos que citam de forma direta (transcrição) outros documentos, podem ter uma similaridade maior do que 3% e ainda assim não podem ser caracterizados como plágio. Há sempre a necessidade do avaliador fazer uma análise para decidir se as semelhanças encontradas caracterizam ou não o problema de plágio ou mesmo de erro de formatação ou adequação às normas de referências bibliográficas. Para cada par de arquivos, apresenta-se uma comparação dos termos semelhantes, os quais aparecem em vermelho.

Veja também:

[Analisando o resultado do CopySpider](#)

[Qual o percentual aceitável para ser considerado plágio?](#)



Relatório gerado por: anamarcela.07@hotmail.com

Arquivos	Termos comuns	Similaridade
TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf X https://www.escavador.com/sobre/446989/lucia-vaz-de-campos-moreira	319	1,73
TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf X https://jus.com.br/artigos/56157/modalidades-de-guarda-existentis-no-ordenamento-juridico-brasileiro/	156	1,3
TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf X https://www.escavador.com/sobre/277744773/luis-vaz-de-campos-moreira-tourinho	46	0,53
TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf X https://www.instastalker2.com/tag/vamosmediar	51	0,4
TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf X https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2019/11/criador-da-abertura-de-os-simpsons-afirma-que-serie-vai-acabar.html	3	0,03
TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf X https://www.gov.br/planalto/pt-br	1	0,01
TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf X http://www4.planalto.gov.br/legislacao/		- Conversão falhou
TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf X https://books.google.com.br/books?id=czlqDwAAQBAJ&pg=PT86&lpg=PT86&dq="entrevistas foram gravadas para"&source=bl&ots=Ojc7SBPc9j&sig=ACfU3U0LgbzUyEulzdqSAKqcOIDj03w-Q&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi4g4GY6rnqAhXlxjgGHQFHAMIQ6AEwB3oECAYQAQ	0	0
TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf X https://books.google.com.br/books?id=LP1WAAAAYAAJ&pg=PA140&lpg=PA140&dq=vez conforme lamb cumpre&source=bl&ots=FuJKNmqw1z&sig=ACfU3U07dtvzJrFRYxmDS9PQgKgzxPCMNA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwin7vf56bnqAhWayzgGHdDAC_8Q6AEwAHoECAoQAQ	0	0
TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf X https://books.google.com.br/books?id=YbUCCUzsJLIC&pg=PA115&lpg=PA115&dq=vez conforme lamb cumpre&source=bl&ots=oqV7t62Bfp&sig=ACfU3U226OzuhTILYtheTShXJ45LBMeAlg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwin7vf56bnqAhWayzgGHdDAC_8Q6AEwD3oECAkQAQ	0	0



=====
Arquivo 1: [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#) (7748 termos)
Arquivo 2: <https://www.escavador.com/sobre/446989/lucia-vaz-de-campos-moreira> (10977 termos)
Termos comuns: 319
Similaridade: 1,73%
O texto abaixo é o conteúdo do documento [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#)
. Os termos em vermelho foram encontrados no documento
<https://www.escavador.com/sobre/446989/lucia-vaz-de-campos-moreira>
=====

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

**ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR**

Salvador
2020

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO



ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Direito pela **Universidade
Católica do Salvador**.

Orientadora: Profa. Dra. **Lúcia Vaz de Campos Moreira**.

Salvador
2020

1
ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE VIDA DOS FILHOS E
OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
QUANTO AO PODER FAMILIAR

Ana Marcela Silva do Nascimento

1



Profa. Dra. **Lúcia Vaz de Campos Moreira**

2

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar o **envolvimento paterno ao longo do curso de vida** dos filhos, em **camada popular de Salvador/BA**, e os reflexos das mudanças no **ordenamento jurídico brasileiro** quanto ao poder familiar. A pesquisa é qualitativa, com **estudo de casos múltiplos**, e **teve como participantes** quatro pais **residentes em bairros de classe popular de Salvador/BA**. Como instrumento foi utilizado o **“Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”**, contendo **questões abertas e fechadas**. Para a **coleta de dados** foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que seguiu os seguintes **critérios de inclusão**: **residir em Salvador**; ter **entre 40 e 49 anos**; ser pai; seu próprio pai estar vivo e ser **da classe D**, conforme critério do **Censo 2010 (IBGE)**, com renda mensal familiar acima **de um a três salários mínimos**. **As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais**, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido** e as **entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse**. Após a transcrição das **gravações das entrevistas**, os **dados obtidos** foram analisados de forma descritiva. Principais resultados: persiste a importância do papel de provedor para o **pai de** camada popular. Ser pai é concebido como uma bênção, dádiva, mas também implica ser responsável, educar, ser exemplo e dar tudo de si. Tanto na infância, quanto na adolescência, o **envolvimento entre pai e filho** ocorreu principalmente por meio do trabalho. Há necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Família. Envolvimento paterno. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família, como realidade sociológica, atravessou diversas mudanças desde a importação do modelo patriarcal para o Brasil **até o presente momento**. Neste sentido, o **ordenamento jurídico brasileiro** acompanhou as transformações sociais e, por conseguinte, da família, possibilitando a consolidação **do conceito de** poder familiar. Farias e Rosenvald (2010, p. 43) afirmam que “consagra-se, assim, a igualdade substancial no plano familiar, excluindo todo e qualquer tipo de discriminação decorrente do estado sexual”. Por sua vez, em meio a este contexto, a figura paterna passa a distanciar-se da imagem tradicional, no

1

Graduanda em Direito pela **Universidade Católica do Salvador**. E-mail: anamarcela.07@hotmail.com

2

Doutora em Psicologia (USP), **professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal)**, do **Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contexto Social e do**

Curso de Psicologia (UCSal). E-mail: lucia.moreira@ucsal.br



2

entanto, ainda sem cortar laços completamente, como apontam Souza e Benetti (2009). Para compreender os reflexos de tais alterações, no entanto, faz-se necessário considerar as particularidades dos indivíduos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camadas populares de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, realizada pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”, liderado pela segunda autora, Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O estudo maior tem como participantes 60 homens residentes em Salvador/Bahia, sendo 30 de classe média-alta e 30 de classe popular.

Neste texto constam: uma revisão de literatura, o método do estudo, os resultados encontrados, a discussão dos dados obtidos à luz da literatura e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução do conceito de poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro e do envolvimento paterno no contexto de baixa renda.

2.1 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O pater familias, termo latino que em português significa “pai de família”, era o estatuto familiar mais elevado na Antiguidade, o qual possuía poderes ilimitados sobre os filhos. Séculos depois, com a colonização, o Brasil importou o modelo de família portuguesa, marcada pelo patriarcalismo, que permaneceu como modelo ideal de família durante longos anos. (ANDRADE, 2005).

O Código Civil de 1916 incorporou o conceito de pátrio poder e dispôs taxativamente o marido/pai como titular desta função, cabendo somente a ele exercer este poder sobre os filhos menores, de modo que, apenas nas hipóteses de ausência ou impedimento quanto à sua figura, é que a esposa poderia chefiar a sociedade conjugal. De acordo com Petrini (2005), este modelo de família patriarcal brasileira começa a decair no final do século XIX, momento

3

em que o pai deixa de ocupar o lugar central na família e de possuir a responsabilidade exclusiva pelas decisões do grupo familiar. Conforme Andrade (2005, p. 4), Até antes do novo Código Civil, ainda era praticamente unânime a compreensão tradicional do poder familiar como sendo basicamente uma forma de autoridade – no caso, dos pais sobre os filhos, uma versão contemporânea do que teria sido a autoridade do pater familiae sobre os seus filhos e seus bens.

Therborn (2006), em estudo baseado em fontes globais e mapeamento detalhado das



mudanças da família e do patriarcado como sustentáculo das relações sociais no século XX, analisa as transformações estruturais pelas quais a família passou, **por meio de** três fatores principais: o patriarcado **e as relações entre pais e filhos, homens e mulheres; o papel do** casamento ou da ausência deste como determinante no comportamento sexual e o processo histórico da fecundidade e do controle de natalidade. O referido autor destaca como a sociedade tinha como base o poder e a superioridade dos homens **sobre os filhos** e esposas. Além disso, aponta que, no século passado, diversas alterações ocorreram em razão de conquistas referentes aos direitos das mulheres e das crianças e menciona o patriarcado como o grande perdedor desde então.

Ao passo em que a sociedade e, conseqüentemente, a família modificaram-se, a Constituição Federal de 1988 acompanhou tais mudanças apresentando em seu texto o termo poder familiar, conceito que já existia, mas que se consolidou com a Carta Magna e refletiu no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e no Código Civil de 2002. A partir daí, segundo Andrade (2005), a família deixou de ser pensada como uma unidade de dominação ou de exercício do poder dos **pais sobre os filhos** e passou a ser vista como uma relação mútua de assistência. Neste sentido, Tartuce (2018) destaca **a presença da** responsabilidade e da afetividade **nas relações familiares**.

Assim, enquanto havia antes uma concepção da família enquanto uma célula da sociedade na qual há filhos que estão subordinados aos pais, ou mesmo há pais que estão subordinados aos filhos, passa-se agora a uma noção **de uma família** mais “democrática”, na qual os filhos são reconhecidos como dependentes (tanto materialmente quanto afetivamente) dos pais (e não como sua propriedade) ou os pais são reconhecidos como dependentes (afetivamente e materialmente) dos filhos (e não sua apropriação). (ANDRADE, 2005, p.5).

Segundo Ariès (1981, apud SANTOS; MOREIRA, 2016, p. 48), além de diminuir a autonomia da mulher, o patriarcado direcionava ao primogênito a responsabilidade pela proteção dos bens familiares, visto que surgiu como tentativa de impedir a divisão patrimonial, sendo a família considerada célula social, fundamentada pelo poder do Estado.

4

Deste modo, Donati (2008, p. 62) pontua que ocorreu um “processo de desinstitucionalização, entendida como a diminuição de certas expectativas públicas a respeito da família, a favor de uma maior legitimação como grupo social expressivo do mundo vital”.

Superada a percepção da família como unidade produtiva e reprodutiva, pregada pelo Código Civil de 1916, a partir dos valores predominantes naquela época, descortinam-se novos contornos para o Direito das Famílias, fundamentalmente **a partir da** Lex Mater de 1988, que está cimentada **a partir de** valores sociais e humanizadores, especialmente a dignidade humana, a solidariedade social e a igualdade substancial. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 38).

O texto da Carta Magna, complementam Farias e Rosenvald (2010), além do art. 5º, no art. 226 volta a versar sobre a igualdade entre homem e mulher, dispendo que os direitos e deveres relativos ao matrimônio devem ser exercidos por ambos, de modo que “a evidente



preocupação constitucional em ressaltar a igualdade substancial entre homem e mulher parece decorrer da necessidade de pôr a cobro a um tempo discriminatório em que o homem chefiava a relação conjugal, subjugando a mulher” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 43).

Diante disso, a família matrimonializada, ancorada no Código Civil de 1916, torna-se cada vez mais pluralizada **a partir da** Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, bem como sua característica patriarcal perde espaço para características democráticas e a hierarquia dá lugar à igualdade. Vê-se, portanto, que “com esse espírito, não se pode olvidar **que a família** está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se **em face da** sua própria estrutura cultural” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 10).

2.2 ENVOLVIMENTO PATERNO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

As transformações sociais pelas quais a família passou **ao longo do** século XX, principalmente no que tange ao declínio do modelo patriarcal, possibilitaram que o homem assumisse outros papéis no cotidiano familiar. Conforme Souza e Benetti (2009), o pai, que era apenas provedor, passou a compartilhar a renda familiar com a esposa, visto que as mulheres também passaram a assumir tarefas fora do âmbito doméstico. Assim, o referido século foi marcado por fatores como **a participação da** mulher **no mercado de trabalho**; a ausência de determinados pais ao longo da vida dos filhos; em contrapartida, outros pais apresentaram envolvimento **com filhos pequenos e** houve o crescimento da diversidade cultural (CABRERA; TAMIS-LEMONDA; BRADLEY HOFFERTH E LAMB, 2000).

5

Os autores mencionados pontuam, ainda, que **o papel do pai** encontra-se em transição, visto que as funções estão se redefinindo. Deste modo, conforme Filgueiras e Petrini (2010), os homens vêm acessando novos modelos de paternidade que, anteriormente, eram dificilmente associados à figura paterna. Segundo Levandowski, Antoni, Koller e Piccinini (2002) e Lamb (1992), este movimento vem sendo conhecido como “a nova forma de paternidade” ou apenas “a nova paternidade”. No entanto, Souza e Benetti (2009) ponderam que, embora este novo pai seja consideravelmente diferente do patriarca, não houve uma dissociação completa, haja vista que com ele coexiste o modelo tradicional do pai provedor. Para Lamb (2010), é de suma importância **a presença da figura paterna e seu envolvimento com os filhos**. A partir disso, o autor classifica **o envolvimento paterno em** três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado efetivamente com a criança e relaciona-se com a importância de estar junto. A acessibilidade compreende as atividades que não demandam interação direta, as quais podem ser executadas sem a necessidade da presença física. Implica estar disponível para atender às demandas **do filho**. A responsabilidade, por sua vez, está relacionada à preocupação com os cuidados e necessidades para garantir o bem-estar da criança. Percebe-se, então, que as transformações que o pai vivencia na atualidade são consequência de uma paternidade mais sensível e participativa, caracterizada por um possível envolvimento mais saudável e efetivo (SANTOS; MOREIRA, 2016).

Santos e Moreira (2016) pontuam, ainda, que alguns aspectos interferem no envolvimento entre **pais e filhos**, podendo-se destacar a conjugalidade, o divórcio, as



características do pai, o papel da mãe, a idade e o sexo dos filhos. As autoras citadas destacam, também, que “o aspecto trabalho do pai interfere sobremaneira no envolvimento” (p. 57) e mostra-se como um grande desafio quanto à conciliação trabalho-paternidade.

Os efeitos dos conflitos, assim como da harmonia conjugal, são sentidos pelas crianças, conforme aponta Lamb (2010). Neste sentido, Silva e Piccininni (2007) concordam que, em relacionamentos conjugais com mais diálogo e menos conflito, **o envolvimento paterno** tende a ser mais satisfatório. No que tange ao divórcio, notam-se prejuízos relativos a determinados papéis paternos que acabam não sendo preenchidos, como a relação emocional **e as funções** social e econômica, no entanto, não há que se ter uma visão determinista quanto a estes aspectos, desconsiderando as singularidades de cada criança, **do pai e** dos contextos em que estão inseridos (LAMB, 2010). A decisão **do pai em** estar envolvido também precisa ser considerada, o que pode ser reflexo positivo da conjugalidade (LAMB, 1992). Além disso,

6

conforme Fiterman (2018), assumir o papel de pai faz com que o homem reflita, passando a avaliar como foi criado, como quer ser pai, seus valores, moral e comportamentos. Por sua vez, conforme Lamb (1992), cumpre salientar que algumas mulheres podem resistir à participação do homem nos cuidados com a criança, optando por manter exclusividade e autoridade nesta função, de modo que, em famílias nas quais a mãe trabalha fora, percebe-se maior envolvimento paterno do que nas famílias em que a mãe não possui um emprego.

Além disso, Lamb (1992) aponta que os pais costumam dedicar mais tempo aos filhos em idade pré-escolar, mas afirma que, em geral, os pais estão mais envolvidos **com os filhos** do que com as filhas, independente das idades, vínculo também constatado em **pesquisa realizada por** Moreira e Rabinovich (2010). No estudo “Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality”, Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) discutem **a necessidade de** considerar a classe social **das famílias e** ressaltam que a tendência de ignorar os aspectos econômicos, sociais, educacionais, étnicos e culturais constitui uma das maiores limitações dos estudos psicológicos no Brasil. Os autores consideram que não é possível falar de um padrão de paternidade brasileira, pois esta é complexa e varia amplamente com a condição socioeconômica e o nível de escolaridade do pai, visto que as variações subculturais da paternidade relacionam-se principalmente à classe social, o que também foi verificado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017). Em estudo intercultural, Tudge (2008) observou que havia mais semelhanças na mesma classe em diferentes países do que em classes diversas no mesmo país.

Bustamante (2005) destaca a importância do papel de provedor para **o pai de classe popular**, pois entende que sua função é não deixar faltar nada aos filhos. Embora o pai reconheça **a necessidade de** momentos de lazer, a dinâmica em que vive e a ausência de recursos podem prejudicar o convívio. Neste sentido, Backes et al. (2018), em estudo voltado a identificar fatores que interferem **no envolvimento paterno de pais de crianças** entre quatro e seis anos, ao analisarem a subcategoria “modelo do próprio pai” perceberam que “prevaleceu o modelo de pai provedor, que trabalhava fora de casa e cuja preocupação central era o sustento da família” (p.7). Tudge (2008) identificou que **pais de classe média** despendem maior tempo com as crianças envolvidos com atividades de ensino e brincadeiras, enquanto **pais de camada** popular gastam esse tempo conversando **com os filhos**. A socialização por



meio do trabalho pai-filho também ganha destaque entre as famílias **de baixa renda**, que usam este método como meio de prevenir a delinquência e preparar a criança para a inserção **no mercado de trabalho** futuramente. É comum os pais ensinarem os meninos e as mães

7

ensinarem as meninas, o que promove um engajamento precoce das crianças em diversas atividades, no entanto, o cenário torna-se mais complexo pela recorrência do desemprego ou subemprego desses pais. Além disso, neste contexto, a figura paterna destaca-se como autoridade moral, enquanto as mães são responsáveis por manterem a unidade familiar por meio do cuidado (BASTOS; VOLKMER-PONTES; BRASILEIRO; SERRA, 2013). Por fim, ainda em relação ao contexto de desemprego, Souza e Benetti (2008) constataram que os pais que recebiam contribuições de familiares ou de outras fontes estavam mais envolvidos **com os filhos** do que os pais que não recebiam contribuições de nenhuma natureza. Sobre este fato, Gomes e Alvarenga (2016) afirmam que, além da privação de recursos materiais, a ausência do trabalho acarreta também problemas emocionais, isto porque, como mencionado, a figura paterna ainda está vinculada ao papel de provedor, sobretudo na camada popular.

3 MÉTODO

Para Minayo (2002, p. 16), entende-se por metodologia “o caminho do pensamento **e a prática** exercida na abordagem da realidade”, o que inclui as “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam **a construção da** realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

3.1 DELINEAMENTO

Nesta investigação, aplicou-se o **estudo de casos múltiplos**, nos quais, conforme Gil (2002), frequentemente são utilizados de quatro a dez casos. O autor destaca, ainda, que este tipo de estudo não tem a finalidade de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas de oferecer uma visão global do problema e identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo **teve como participantes** quatro pais **residentes em bairros de classe popular de Salvador/Bahia**. Todos eram **da classe D**, conforme critério **do Censo 2010 (IBGE)**, com renda mensal familiar acima **de um a três salários mínimos**.

Constam, a seguir, alguns dados sobre os participantes, com nomes fictícios, objetivando preservar a identidade deles.

8

Tabela 1 – Dados sobre os participantes

Nome
fictício
Idade
(em
anos)



Escolaridade Profissão

e carga

horária

semanal de

trabalho

Renda

pessoal

mensal

Religião Etnia Estado

civil

Nelson 44 Ensino

Fundamental II

completo

Pedreiro

(40 horas)

1,2

salários

mínimos

Protestante Parda Casado no

civil e no

religioso

Francisco 48 Ensino

Fundamental II

completo

Vendedor

(40 horas)

1,6

salários

mínimos

Protestante Preta Casado no

civil e no

religioso

Eduardo 45 Ensino

Fundamental II

completo

Caminhoneiro

(40 horas)

1,9

salários

mínimos

Protestante Parda Casado no

civil e no

religioso

Adriano 43 Ensino Médio



completo
Desempregado
(renda de
aluguel de
imóvel e
trabalhos
eventuais)
Um
salário
mínimo
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Fonte: As autoras.

Observa-se que os pais tinham **de 43 a 48 anos**; três tinham o Ensino Fundamental II completo e apenas um tinha o Ensino Médio completo. Três estavam trabalhando, sendo um pedreiro, um vendedor e um caminhoneiro, e o outro estava desempregado, tendo como renda o aluguel de imóvel e trabalhos eventuais. Todos eram protestantes, sendo três pardos e um preto. Com relação ao estado civil, todos eram casados (no civil e no religioso).

3.3 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, elaborado pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”/UCSal, liderado pela Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O instrumento contém **questões abertas e fechadas**, abordando: **dados de identificação**; dados **sobre a família**; paternidade e **envolvimento do pai** do participante com ele; repercussões do **envolvimento paterno no** desenvolvimento; envolvimento do participante **com o(s) seu(s) filho(s)**; envolvimento do participante com o pai idoso; classe socioeconômica e envolvimento; masculinidade e paternidade.

3.4 PROCEDIMENTOS

9

O **projeto de pesquisa maior**, intitulado “**Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável**”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal (CAAE: 47362315.2.0000.5628). Para a coleta de dados do presente estudo, foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que se enquadravam **nos seguintes critérios de inclusão**: **residir em** Salvador; ter **entre 40 e 49 anos**; ser pai; seu próprio pai estar vivo, mesmo que não tenham convivência; ser **da classe D** (renda mensal familiar **de mais de um a três salários mínimos**).

As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as**



entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os quatro casos e, em seguida, haverá uma discussão geral sobre eles.

4.1 CASO 1: NELSON

Na infância e na adolescência, Nelson residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que fazia trabalhos como costureira) e com os dois filhos, um do sexo feminino e o outro do sexo masculino que, à época da coleta de dados, tinham 16 anos e 12 anos de idade, respectivamente. Para ele, ser pai “é uma bênção, é ter a responsabilidade de criar e educar os filhos, constituir uma família, ser exemplo em casa”. Nelson sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna e afirmou que, na infância, trabalhava na roça com o genitor, o qual conversava bastante com ele e seus irmãos, ensinando como deveriam proceder na vida. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto nos aspectos interação, acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, nessa fase da vida, foi o fato de seu pai ser amoroso e querer ser próximo. Nelson afirma que nada dificultou o envolvimento do seu genitor com ele.

10

Também na adolescência, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto, tanto em interação quanto em responsabilidade e acessibilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, nesta fase, foi o labor rural e o fato de seu pai gostar de estar com os filhos. O entrevistado afirmou novamente que, nesta fase da vida, nada dificultou o envolvimento. Na sequência, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Nelson com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o fato de seu pai continuar sendo presente, mesmo de longe, e ele continuar indo visitá-lo no interior do Estado da Bahia, bem como telefonar quase todo dia favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta. Por sua vez, afirma que nada dificultou tal envolvimento: “o problema é só a distância mesmo, que dá saudade” (Nelson).

Nelson ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram importantes para que ele seja quem é; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Nelson afirmou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, justificando que “eu sou apaixonado por meu pai, eu pego ele e encho de beijo” (Nelson). Assim, favorece a relação, tudo que construíram ao longo da vida e o amor



que recebeu do genitor, no entanto, o participante afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como informado anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12 anos de idade. Nelson considerou que **seu envolvimento com os filhos** era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, favoreceu **seu envolvimento com** a prole:

O amor, né? Eu amo muito meus filhos e gosto de participar de tudo na vida deles. A gente não trabalha juntos, como era com meu pai, porque eles estudam quase o dia todo e não precisam trabalhar, mas eles são meus chamegos.

Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o bom relacionamento do seu pai com ele refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos. Conforme Nelson, seu genitor o ensinou a ser pai, foi

11
com ele que aprendeu tudo o que sabe, o que transmite aos filhos. Quanto ao que refletia negativamente, não identificou nenhum aspecto. Além disso, o entrevistado avaliou que **o envolvimento de** seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Nelson considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “meus filhos também são doidos por meu pai e ele por eles. É um grude quando eles vão para o interior ver meu pai, é o tempo todo juntos”. **Por outro lado**, o entrevistado ponderou que **o envolvimento do** seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois “eu acho muito bonito e agradeço a Deus por minha família e fico amando eles mais ainda, né?” (Nelson).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Nelson considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “a gente sempre foi simples, mas nunca faltou nada. Mas eu acho que o que influenciou mesmo foi a vontade dele estar com a gente, de ser um pai presente”. Quanto à escolaridade, justificou que “meu pai não estudou muito, mas sempre botou a gente para estudar e eu boto meus filhos mais ainda. Eu não fiz faculdade, mas eles vão fazer”. **Por outro lado**, o entrevistado considerou que o trabalho do seu pai influenciou no envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “[...] era nosso momento juntos”.

Por sua vez, Nelson avaliou que nem a sua condição financeira, nem o seu trabalho e nem a sua escolaridade influenciavam no envolvimento que ele mantinha **com os filhos**. No entanto, no aspecto financeiro, ponderou que “[...] mas é bom saber que a gente tem um dinheirinho para dar do melhor para eles”. Quanto ao trabalho, alegou que “Eu agradeço a Deus por sempre ter meu trabalho, né? Porque é difícil um pai de família desempregado”. E sobre o nível de escolaridade, apenas afirmou acreditar que não influencia. Nelson considerou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não



impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “ficar desempregado e não conseguir sustentar sua família. É muito triste”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

12

4.2 CASO 2: FRANCISCO

Na infância e na adolescência, Francisco residia com **os pais e** os sete irmãos, sendo que em parte da adolescência passou a morar **em Salvador/BA**, apenas com um irmão, quando começou a trabalhar. Na vida adulta, passou a habitar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com os três filhos, sendo dois **do sexo masculino**, um com 18 anos e o outro com 24 anos de idade, bem como uma moça de 25 anos de idade, à época da entrevista. A filha do participante, à época, não residia mais com ele. Para o participante, ser pai “é ter responsabilidade, é dar tudo de si para manter a família”.

Francisco sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna, no entanto, afirmou que, na infância não realizava muitas atividades com o pai, “era mais o trabalho no interior”. Assim, durante a infância, **o envolvimento do pai** de Francisco com ele foi baixo no aspecto da interação, moderado em termos **de acessibilidade e** alto no item responsabilidade. O que favoreceu **o envolvimento do pai com** ele, na infância, foi a responsabilidade dele **com os filhos**. **Por outro lado**, dificultou o envolvimento “o temperamento dele, era muito calado e rígido”.

Na adolescência, **o envolvimento do pai** de Francisco com ele continuou sendo baixo em termos de interação, moderado quanto à acessibilidade e alto no que diz respeito à responsabilidade. O que ajudou **o envolvimento do pai com** ele, na adolescência, foi o fato de o genitor sempre vir visitá-lo em Salvador para ver como ele e seu irmão estavam. Por sua vez, o que dificultou o envolvimento foi a distância, visto que o participante não residia mais com o pai, nesta fase da vida.

Já na fase adulta (à época da realização da entrevista), **o envolvimento do pai** de Francisco com ele foi considerado moderado em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o envolvimento com o pai foi favorecido, pois seu genitor fica em sua casa sempre que vai até Salvador para realizar exames e consultas médicas e afirma que “isso é bom, porque eu não posso estar sempre no interior e quando eu não vou, ele vem”. Por sua vez, comenta que nada dificultou tal envolvimento e justifica que “ele está bem melhor agora na velhice, só não gosta de ser dependente de ninguém”.

Francisco ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que foi influenciado positivamente ao ver seu pai sempre trabalhando para sustentar a família, o que foi um exemplo para ele; **por outro lado**, considerou que **o envolvimento do pai com** ele também influenciou negativamente no seu desenvolvimento, pois “hoje eu sou um pouco

13

sério também, às vezes me sinto um pouco rígido com meus filhos, mas com certeza sou bem



menos que meu pai. Mas acho que ficou um pouco disso em mim”.

No momento da entrevista, Francisco afirmou que se relacionava bem com o pai idoso, justificando que “ele não gosta de se sentir dependente [...] sempre me liga para resolver algumas coisas, mas gosta de ficar no canto dele”. Assim, o que favorece a relação é o fato de o genitor precisar ir para a casa de Francisco quando vai ao médico em Salvador, no entanto, o participante afirmou que o que dificultava a relação entre eles era a distância.

À época da realização da entrevista, o participante tinha três filhos, dois **do sexo masculino**, com 18 e 24 anos de idade e **outra do sexo feminino**, com 25 anos de idade.

Francisco considerou que **seu envolvimento com** a prole era moderado em termos de interação e alto quanto à acessibilidade e responsabilidade. O entrevistado comentou o que favorecia **seu envolvimento com os filhos**:

Eu sou um pai presente, mesmo trabalhando muito. Os meninos também estudam e às vezes não encontro muito eles em casa. Mas, assim, a gente assiste futebol juntos, almoçamos sempre juntos, todo mundo gosta de futebol e esse é um momento da família. Também tenho um filho que joga, eu sempre levo ele para a escolinha de futebol. A menina já é casada, mas geralmente almoça lá em casa. Eu dei uma casa a ela e agora estou ajudando a construir o espaço de fisioterapia para ela trabalhar, porque ela se formou faz pouco tempo. Tenho muita preocupação com a profissão deles, faço o que for possível.

Por outro lado, afirmou que, às vezes, a falta de tempo dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos foi: “a responsabilidade de ser pai”. Já o que refletia negativamente era o jeito sério que herdou do pai.

Vale salientar, ainda, que o entrevistado avaliou que **o envolvimento de** seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto em interação e moderado em acessibilidade e responsabilidade. Francisco considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “ele vindo para minha casa, fica mais próximo dos meus filhos. Meus filhos são muito cuidadosos com ele”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que **o envolvimento do** seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “[...] acaba aproximando todo mundo” (Francisco).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Francisco considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. **Por outro lado**, o entrevistado considerou que o

14

trabalho do seu pai influenciou o envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “hoje eu sou pai, entendo como é difícil não ter emprego”.

Por sua vez, Francisco avaliou que tanto a sua condição financeira quanto o seu trabalho influenciavam de algum modo no envolvimento que ele mantinha **com os filhos**, no entanto, acreditava que o nível de escolaridade não exercia influência. No aspecto financeiro, justificou que “eu acho que me dá tranquilidade, porque alguém endividado não consegue



fazer nada, nem se relacionar **com os filhos**". Quanto ao trabalho, alegou que "influencia sim, pelo mesmo motivo. É difícil para um pai de família não ter um emprego".

Francisco considerou que seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactavam no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso, mas ponderou que "talvez só a condição financeira, porque eu posso pagar médico para ele e levar ele de carro para os lugares".

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era "o desemprego, essa crise que o país enfrenta". Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.3 CASO 3: EDUARDO

Durante a infância e adolescência, Eduardo residia com **os pais e** os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) **e com o** único filho que, à época **da coleta de dados**, tinha nove anos de idade. Para ele, ser pai:

é uma dádiva. Eu quis muito ser pai. Eu e minha esposa demoramos para ter nosso filho, a gravidez dela foi de risco, mas no fim deu tudo certo. Nosso filho é nosso amor.

Eduardo sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Ao longo da infância, **o envolvimento do pai** de Eduardo com ele foi moderado em termos de interação e alto nas dimensões **acessibilidade e de** responsabilidade. Na perspectiva do participante, o que favoreceu **o envolvimento do pai com** ele, na infância, foi o tempo que passavam juntos, principalmente quando seu pai o ensinava algo do trabalho. Por sua vez, não sabe dizer o que dificultou o envolvimento. Na adolescência, **o envolvimento do pai** de Eduardo com ele continuou moderado em interação e alto em acessibilidade e responsabilidade. O que ajudou no **envolvimento do pai**

15

com ele, nesta etapa da vida, foi o afeto. Neste período, não soube dizer o que dificultou a relação deles.

Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), **o envolvimento do pai** de Eduardo com ele foi considerado alto em interação, acessibilidade e responsabilidade. O participante ponderou que o que favoreceu **o envolvimento do pai com** ele, na vida adulta, foi "a afinidade, conversamos sobre as mesmas coisas, ele agora é meu amigo mesmo, alguém que eu divido minha vida, conto meus problemas". Por sua vez, considera que nada dificultou tal envolvimento.

Eduardo ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, por meio dos ensinamentos que recebeu. Por sua vez, considerou que **o envolvimento do pai com** ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Eduardo afirmou que mantinha um relacionamento muito bom com o pai idoso. O participante informou que o que favorecia a relação era a amizade



que tinham, no entanto, destacou que nada dificultava a relação entre eles. Conforme consta anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha apenas um filho, **do sexo masculino**, com nove anos de idade. Eduardo avaliou que **seu envolvimento com** seu filho era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, o que favorecia **seu envolvimento com** a criança era “o amor”. **Por outro lado**, afirmou que nada dificultava tal envolvimento.

O participante considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele, nas diversas fases da **vida** (**infância, adolescência e** etapa adulta), influenciou no envolvimento que Eduardo mantinha **com o filho**, pois: “a gente sempre leva para nossa vida o que nos foi dado. Meu pai sempre foi um bom pai”. O aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com o próprio filho foi: “a proximidade entre pai e filho”. **Por outro lado**, nada refletia negativamente.

Destaca-se, ainda, que o participante avaliou que **o envolvimento de seu pai com o** neto dele (filho do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Eduardo considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou positivamente a relação do seu **pai com o** neto, justificando que “um ensina o outro a amar”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que **o envolvimento do seu pai com o** neto (filho do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, conforme este, “me faz amar ele ainda mais”.

16

Sobre classe socioeconômica e envolvimento, Eduardo avaliou que a escolaridade do seu pai não influenciou no envolvimento deste com o participante. No que diz respeito à condição financeira e ao trabalho, alegou que “influenciou na forma que ele conseguiu nos proporcionar a educação”.

Por sua vez, Eduardo avaliou que tanto o seu trabalho quanto a sua escolaridade e condição financeira influenciavam, de algum modo, no envolvimento que ele mantinha **com o filho**. No aspecto **de trabalho e** condição financeira, justificou que “me dá tranquilidade”. Quanto à escolaridade, alegou: “Acho que sim, porque eu ensino a atividade dele, isso já é um momento nosso de interação e eu influencio ele a estudar e ter uma profissão”. Eduardo apreciou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era a falta de emprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que era “a falta de emprego também e os filhos indo para o mau caminho”.

4.4 CASO 4: ADRIANO

Na infância e na adolescência, Adriano residia com **os pais e** 18 irmãos, visto que seus pais tiveram 19 filhos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado, assim como o entrevistado, que estava desempregado) e com os dois filhos **do sexo masculino** que, à época **da coleta de dados**, um tinha 17 anos e o outro 10 anos de idade, sendo que residia ao lado da casa dos pais. A definição apresentada pelo participante a respeito do que é ser pai foi a seguinte: “Ser pai é como dizem, é padecer no paraíso. É muito



bom, mas quando passamos por dificuldades tendo filhos, é bem mais difícil". Adriano sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Durante a infância, o **envolvimento do pai** de Adriano com ele foi moderado no aspecto interação e alto nos itens acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o **envolvimento do pai com** ele, na infância, foi o fato de seu pai sempre ter sido responsável com ele e os irmãos. Quanto às atividades realizadas com o **pai**, na infância, comenta: Eu lembro muito dos domingos que íamos todos juntos para a igreja, todos os irmãos, meu pai organizava todo mundo e ensinava como deveríamos nos comportar, a ter reverência. Eu não tinha muitos momentos sozinho com meu pai, minha casa era sempre cheia.

17
Por sua vez, dificultou o envolvimento a falta de muito tempo livre. Na adolescência, o **envolvimento do pai** de Adriano com ele continuou moderado em interação e alto em termos de **acessibilidade e** responsabilidade. O que auxiliou o **envolvimento do pai com** ele, na adolescência, foi a responsabilidade em sustentá-los, embora não fosse de passar muito tempo conversando **com os filhos**. Por sua vez, considera que o fato de serem muitos irmãos pode ter dificultado o envolvimento, pois não permitia que o pai tivesse muito tempo livre. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o **envolvimento do pai** de Adriano com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante informou que nada dificultou o envolvimento nesta etapa e que a relação foi favorecida, pois:
[...] eu sou muito amoroso, pego ele, beijo, abraço, chamo de "meu véio". Eu moro do lado da casa dele, também tem outros irmãos que moram perto, mas a maioria mora em outros bairros. Não é como antigamente que tinha 19 filhos **ao mesmo tempo**. Agora tem os netos, mas não é todo dia que estão todos juntos. Hoje em dia eu tento dar toda minha atenção a ele, para aproveitar todo o tempo. (Adriano).

Adriano considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que influenciou, principalmente, no aspecto da responsabilidade. **Por outro lado**, considerou que o **envolvimento do pai com** ele não influenciou negativamente o seu desenvolvimento. No momento da entrevista, Adriano informou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, sendo que a relação era favorecida pelo "meu jeito e a disponibilidade dele". O entrevistado afirmou que nada dificultava a relação entre eles. Como dito anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos **do sexo masculino e** considerou que **seu envolvimento com** eles era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Segundo o entrevistado, "a disponibilidade, o amor, a vontade de estar perto" favoreceram o envolvimento **com seus filhos**. **Por outro lado**, comenta **sobre o que** dificultou o envolvimento:
Eu passei por um período bem difícil de depressão. Estou há um bom tempo sem conseguir emprego e isso me fez muito mal, sabe? Hoje estou bem



melhor, mas teve um período que estava sendo medicado e fiquei bem distante de tudo. Não sentia vontade de mais nada, nem de interagir com eles. **Ao mesmo tempo**, eu ficava triste por não estar participando como deveria e em ver eles me vendo daquele jeito, sem poder dar o que eles precisavam. (Adriano).

O entrevistado considerou que o envolvimento que o próprio pai teve com ele nas diversas fases da sua vida influenciou no envolvimento que Adriano mantinha **com os filhos**,

18

pois aprendeu sobre educar com seu pai. O participante pontuou que a educação e a responsabilidade foram os aspectos do relacionamento **do pai com** ele que mais refletiram positivamente na relação que mantinha com os próprios filhos. **Por outro lado**, nada refletia negativamente.

O participante avaliou, ainda, que **o envolvimento de** seu pai com os netos dele (filhos do entrevistado) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Adriano ponderou que o relacionamento dele com o pai influenciou na relação do seu pai com os netos, justificando que “somos uma família e na família tudo se aprende. Eu ensino meus filhos a cuidarem do avô deles em todas as situações”. O entrevistado avaliou que **o envolvimento do** seu pai com os netos (filhos do participante) também influenciou na relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “me aproxima ainda mais dele”. Com relação à classe socioeconômica e envolvimento, Adriano ponderou que tanto a condição financeira, quanto **o trabalho e** também o nível de escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “com certeza deve ter influenciado, porque imagine criar 19 filhos sem ter condição. Claro que nada era fácil, mas ninguém nunca passou fome lá em casa”. Quanto ao trabalho, justificou que “nenhum pai fica bem quando está desempregado [...] eu vejo na prática o quanto minha saúde mental interfere no meu relacionamento com as pessoas”. Com relação à escolaridade, informou que “deve ter influenciado também, porque com tanta gente em casa e ele não deixar ninguém sem estudar [...] certamente foi importante”.

Por sua vez, Adriano avaliou que a sua condição financeira influenciava no envolvimento que mantinha **com os filhos**, bem como a sua falta **de trabalho e** o seu nível de escolaridade. No aspecto financeiro e em relação à situação de desemprego, justificou que agora ele está melhor, mas tais fatores já atrapalharam no envolvimento. Na questão da escolaridade, pontua que consegue acompanhar melhor o desenvolvimento dos filhos e entender o que eles estão aprendendo.

Adriano considerou que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade impactaram no relacionamento que estabelecia, à época da entrevista, com o pai idoso, pois acredita que “impacta em todos os meus relacionamentos”.

Finalmente, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era o desemprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.



19

5 DISCUSSÃO GERAL

O poder familiar passou por significativas transformações que, para além da igualdade de gênero, refletiram em relações familiares mais democráticas. O Código Civil de 1916, baseado no pátrio poder, tratava a figura do marido/pai como chefe da sociedade conjugal, alguém que tomava as decisões relativas ao grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolida o instituto do poder familiar, **o que se** constitui “não apenas como um poder de ambos os pais, mas sim como uma obrigação legal a eles imposta na observância do interesse dos filhos”, sendo, assim, um dever material e afetivo (PEREIRA; MARTOS, 2019, p. 737). Os resultados encontrados serão discutidos com base neste conceito e no **de envolvimento paterno**. Na infância e na adolescência, os quatro participantes residiam com a família nuclear de origem, sendo que um deles, em parte da adolescência, passou a morar apenas com um irmão, quando foi morar **em Salvador/BA** para trabalhar. À época da entrevista, na fase adulta, os quatro participantes residiam com a família nuclear constituída (o entrevistado, a esposa e o/os filho/s), porém, um deles (Adriano) morava bem próximo aos genitores, o que favorecia **o envolvimento entre** eles. É importante destacar que, entre os entrevistados, três vieram da zona rural para a capital à procura de condições melhores que o labor urbano poderia proporcionar. Além disso, apenas no caso de Nelson, a esposa contribuía para a renda familiar, realizando trabalhos como costureira. Neste sentido, é possível perceber que persiste a importância do papel de provedor para **o pai de** camada popular, conforme também destaca Bustamante (2005).

Para os participantes, ser pai é uma bênção, uma dádiva, mas também significa ter responsabilidades, educar, ser exemplo, dar tudo de si e, por vezes, representa uma árdua caminhada.

Os quatro entrevistados conviveram com o pai biológico. Quanto ao **envolvimento dos pais** dos participantes com eles, as dimensões da acessibilidade e da responsabilidade foram altas para três entrevistados, em todas as fases da vida. No entanto, para um deles (Francisco), a acessibilidade sempre foi moderada desde a infância até a fase adulta e a responsabilidade era alta na infância e na adolescência, mas foi considerada moderada na fase adulta. No aspecto da interação, na infância e na adolescência de dois entrevistados, **o envolvimento paterno** foi moderado, passando para alto na vida adulta. Para um participante, a dimensão da

20

interação foi avaliada como alta em todas as fases da vida e para outro variou entre baixa (na infância e adolescência) e moderada (na fase adulta).

O envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelos seguintes elementos: (a) **na infância** dos entrevistados: o desejo **do pai em** estar próximo, ser amoroso, a responsabilidade e o tempo que passavam juntos trabalhando; (b) na adolescência: o tempo que passavam juntos, principalmente trabalhando, as visitas do pai quando não moravam mais juntos, o afeto e a responsabilidade; (c) na vida adulta: o contato diário, ainda que por telefone, as idas do pai à casa do filho, sobretudo quando precisava ir ao médico **em Salvador/BA**, a afinidade, a amizade e o fato de morar próximo. Observou-se, então, que tanto



na infância, quanto na adolescência, o **envolvimento entre** pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho, o que corrobora o estudo de Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) que destacam a socialização por meio do trabalho pai-filho entre famílias **de baixa renda**.

Por sua vez, o que dificultou o **envolvimento dos pais** dos participantes com eles foram os seguintes aspectos: (a) **na infância** dos entrevistados: o temperamento, a rigidez e a falta de muito tempo livre; (b) na adolescência: a distância, por residirem em cidades diferentes e o pouco tempo livre em decorrência do trabalho do pai para sustentar os filhos; (c) na vida adulta: a distância entre as cidades em que moram.

O **envolvimento dos pais** entrevistados com seus próprios filhos, nas dimensões acessibilidade e responsabilidade, foi alto para todos eles. Cumpre salientar que, para Pereira (2015), o poder familiar apresenta a responsabilidade como a essência do afeto e do cuidado. A dimensão da interação foi alta para três participantes, porém foi moderada no caso do participante que avaliou como baixa a interação do seu próprio pai com ele na infância e na adolescência, bem como moderada na fase adulta. Neste sentido, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que, para entender o **envolvimento entre** pai e filho atualmente, é necessário considerar questões da geração anterior, ou seja, a relação do próprio pai com ele. Por sua vez, Santos e Moreira (2016) pontuam que modelos de ausência paterna podem influenciar negativamente no envolvimento pai-filho, bem como podem impulsionar o pai a escolher perpetuar este modelo ou caminhar na direção oposta do que vivenciou. Porém, mesmo sem desejar, pode ocorrer o fenômeno da repetição, que consiste em reproduzir os comportamentos vivenciados ao longo da vida.

Os pais entrevistados relataram que o envolvimento com os próprios filhos foi facilitado por tais fatores: o amor e o desejo de participar da vida dos filhos (Nelson); os

21
momentos em família, como almoçar juntos e ver futebol, além do incentivo à vida profissional (Francisco); o amor (Eduardo); a disponibilidade, o amor e a vontade de estar perto (Adriano). Segundo Lamb (1992), a decisão **do pai em** estar envolvido **com o filho** é um fator que deve ser considerado, podendo ser resultado positivo da relação conjugal mais harmoniosa.

Além de relações familiares igualitárias, o conceito de poder familiar agregou ao **ordenamento jurídico brasileiro** o princípio da afetividade como basilar. Segundo Tartuce (2018), neste contexto, o afeto se apresenta como a mola propulsora dos laços familiares, movidos pelo sentimento e pelo amor, para dar sentido e dignidade à existência humana. Assim, é nítido que, a partir deste conceito, o formalismo deu espaço ao afeto como valor jurídico. Tal fato é confirmado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017) com **pais de camada** popular, visto que os resultados revelaram que o **envolvimento dos pais** dos participantes com eles foi favorecido pelo trabalho conjunto, pois este os aproximava, já que demonstravam menos afetividade **com os filhos** do que os participantes com sua própria prole.

Para Pereira e Martos (2019), a afetividade é analisada em uma perspectiva objetiva, como fato social de parentalidade ou de conjugalidade, em contrapartida, o legislador tratou o cuidado como um subprincípio da dignidade humana que está ligado à afetividade, visto que é por meio do dever de cuidado que esta se manifesta objetivamente.



Nelson e Eduardo relataram que nada dificultou o envolvimento **com os filhos**, já Francisco afirmou que, em alguns momentos, a falta de tempo dificultava a relação e Adriano relata que o desemprego e o período de depressão pelo qual passou foram fatores que o distanciavam da prole e, **ao mesmo tempo**, o deixavam triste por este motivo. Segundo Gomes e Alvarenga (2016), para o pai, a situação de desemprego gera mais do que a privação de recursos materiais, mas também problemas de cunho emocional. Além disso, a ausência do trabalho distanciava Adriano **de seus filhos**, isto porque, para Souza e Benetti (2008), os pais desempregados que não recebem contribuições familiares ou de outras fontes tendem a estar menos envolvidos com a prole.

Em relação à classe socioeconômica do pai do participante **e o envolvimento** com ele, a condição financeira do genitor foi avaliada por dois participantes como influenciando no envolvimento, seja na forma de proporcionar a educação (Eduardo), ou por dar mais tranquilidade (Adriano). **Por outro lado**, os outros dois participantes consideram que não houve influência financeira no envolvimento, sendo que um deles afirmou que a vontade de estar próximo é mais relevante (Nelson). O trabalho do pai foi considerado por todos os

22
entrevistados como tendo influenciado no envolvimento: por ser um momento de interação, enquanto trabalhavam (Nelson), por dar tranquilidade, pois é difícil um pai ficar desempregado (Francisco e Adriano) e pela educação que pode proporcionar (Eduardo). Já a escolaridade do pai foi considerada por três participantes como sem influência no envolvimento, pois o pai não estudou muito, como ressaltou Nelson, no entanto, para um deles influenciou, pois, mesmo com tantos filhos, seu genitor não deixou nenhum sem estudar (Adriano).

No que diz respeito à classe socioeconômica do participante **e o envolvimento dele com os filhos**, a própria condição financeira foi avaliada por três participantes como influenciando no envolvimento, sendo que dois afirmaram que este fator proporciona tranquilidade, pois alguém sem dinheiro ou endividado não se relaciona bem **com os filhos** (Francisco e Eduardo) e um deles analisou que este aspecto já atrapalhou a relação (Adriano). **Por outro lado**, embora Nelson considere que não houve influência financeira no envolvimento, acredita que é bom ter dinheiro e poder dar o melhor aos filhos; o trabalho foi considerado por três entrevistados como tendo influenciado no envolvimento, pois, assim como a condição financeira, ter um trabalho faz com que o pai esteja mais seguro e tranquilo (Francisco, Eduardo e Adriano). Por sua vez, em que pese Nelson ter afirmado que não há influência, é grato por ter um emprego, pois considera difícil ser pai desempregado. A própria escolaridade foi considerada por dois participantes como sem influência no envolvimento **com os filhos**, no entanto, dois entrevistados afirmaram que ela influencia, pois conseguiam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, o que já era um momento de interação entre eles, além de poder influenciá-lo a estudar e ter uma profissão (Eduardo), bem como acompanhar o desenvolvimento e entender o que os filhos estavam aprendendo (Adriano).

Por fim, todos os participantes consideraram que a maior dificuldade enfrentada pelo homem era o desemprego. Quando questionados sobre a maior dificuldade que o pai enfrentava, a resposta de todos os entrevistados também foi o desemprego, sendo que Eduardo acrescentou o fato de os filhos irem para o mau caminho. Cabe destacar, mais uma vez, a

importância **do trabalho** e os reflexos da ausência deste **na vida do pai de baixa renda**, haja vista que tanto o próprio pai quanto a comunidade ainda o enxergam como o provedor, responsável pelo sustento da família.

Percebe-se que a discussão está ancorada em fundamentos do poder familiar, haja vista que foi possível identificar características da nova paternidade em todas as relações analisadas. Os efeitos da consolidação do referido conceito **no ordenamento jurídico brasileiro**

23

são sentidos **nas relações familiares**, que vêm transformando-se cotidianamente. No entanto, como exposto neste estudo, sobretudo nas camadas populares, tais transformações ainda estão acompanhadas de resquícios do patriarcalismo, o que confirma o mencionado por Souza e Benetti (2009) sobre a coexistência dos modelos do novo **pai e do pai provedor**.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar **o envolvimento paterno ao longo do curso de vida** dos filhos, **em camada popular de Salvador/BA**, e os reflexos das mudanças **no ordenamento jurídico brasileiro** quanto ao poder **familiar**.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que a paternidade se encontra em transição, isto porque a sociedade passou por grandes modificações no século XX e nesse início do século XXI, assim como a família. Embora o ordenamento jurídico tenha acompanhado tais mudanças, dispondo agora **sobre as relações** familiares de forma mais democrática e igualitária, ancorado no poder familiar, entende-se que é necessário analisar os indivíduos **a partir de** suas peculiaridades.

Notou-se que **o envolvimento dos pais** dos participantes com eles foi facilitado principalmente pela socialização por meio do trabalho pai-filho, no entanto, foi prejudicado pela falta de tempo em decorrência do labor ou pela distância. Além disso, os resultados obtidos revelaram que diversos aspectos influenciam **o envolvimento paterno**, entre eles **a classe socioeconômica**, sobretudo no que tange à relação do pai **de baixa renda com o trabalho** ou a situação de desemprego. Neste contexto, ainda é comum a figura do pai como provedor, ou seja, o exercício da paternidade tradicional. No entanto, cumpre ressaltar a importância da decisão **do pai em** estar envolvido.

Os reflexos das mudanças **no ordenamento jurídico** quanto à transição do pátrio poder para o poder familiar foram encontrados nas relações pai-filho na camada popular, isto porque, embora seja possível perceber resquícios do modelo patriarcal presentes na forma de relacionar-se do pai contemporâneo, notou-se que tais relações são sustentadas tanto pela responsabilidade, quanto pela afetividade, princípio fundamental no instituto do poder familiar.

Por fim, levanta-se **a necessidade de** se realizar outros estudos que aprofundem a discussão do envolvimento paterno, considerando as particularidades dos sujeitos e os impactos das transformações sociais e do **ordenamento jurídico brasileiro**.

24

REFERÊNCIAS



ANDRADE, F. D. Poder familiar e afeto numa perspectiva espinosana. In: Família e dignidade humana: V **Congresso Brasileiro de Direito de Família**. Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). São Paulo: IOB, 2006.

BACKES, M. S.; BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. **A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno**. Nova Perspectiva Sistêmica, n. 61, p. 100-119, 2018.

BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). *Fathers in cultural context*. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do **envolvimento paterno na atualidade**. Barbarói. Santa Cruz do Sul, (32), 205-226, 2010.

BEVILAQUA, C.; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei n 8.069, 13 **de julho de** 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. Lei n 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF. 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no Subúrbio Ferroviário de Salvador: **um estudo de caso com homens de camadas populares**. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005.

CABRERA, N. J.; TAMES-LEMONDA, C.; BRADLEY, R.H.; HOFFERTH, S.; LAMB, M.E. Fatherhood in the twenty first century. *Child Development*, 71, 127-136, 2000.

DONATI, P. Família no Século XXI: abordagem relacional. Trad. **João Carlos Petrini**. São Paulo: Paulinas, 2008.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. Direito das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



FITERMAN, H; MOREIRA, L. V. C. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. *Polis*, Revista latino-americana, n. 50, p. 47-68, 2018.

25

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Q. S.; ALVARENGA, P. O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 32, n. 3, 1-9, 2016.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (Org.). *The role of the father in child development*. 5. Ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.

LAMB, M. E.. O papel do pai em mudança. *Análise Psicológica*. 1(X), 19-34, 1992.

LEVANDOWSKI, D.; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. *Interações*, 7(13), 77-100, 2002.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. O pai em pesquisas sobre família. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (Orgs.). *O pai na sociedade contemporânea*. Bauru: Edusc, 2010.

NARO, R. C. G.; MOREIRA, L. V. C. Envolvimento paterno em camada popular: estudo de casos múltiplos em Salvador/Bahia. In: Lúcia Vaz de Campos Moreira; Elaine Pedreira Rabinovich; Maria Natália Ramos. (Org.). *Pais, avós e relacionamentos intergeracionais na família contemporânea*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 5, p. 123-139.

PEREIRA, M. B.; MARTOS, F. T. A. Do pátrio poder ao poder familiar: as atribuições dos pais quanto à proteção dos filhos. *Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de Direito de Franca*, v. 4, n. 1, p. 729-750, jun. 2019.

PEREIRA, R. C. Responsabilidade civil pelo abandono afetivo. In: MADALENO, R.; BARBOSA, E. (Coords.). *Responsabilidade civil no Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2015.

PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*. Petrópolis: Vozes, 2005.



SANTOS, S. M. C. B.; MOREIRA, L. V. C. **Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade**. Curitiba: Juruá, 2016.

SILVA, M. R.; PICCININI, C. A. Sentimentos **sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo**. Estudos de Psicologia, Campinas, 24(4), 561-573, 2007.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. Paideia, 19(42), 97-106, 2009.

SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade e desemprego: características do **envolvimento paterno e** aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), 61-71, 2008.

26

TARTUCE, F. Direito Civil: **Direito de Família**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

THERBORN, G. Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TUDGE, J. The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies. New York: Cambridge University Press



=====
Arquivo 1: [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#) (7748 termos)

Arquivo 2: <https://jus.com.br/artigos/56157/modalidades-de-guarda-existent-no-ordenamento-juridico-brasileiro/> (4326 termos)

Termos comuns: 156

Similaridade: 1,3%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#)
. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

<https://jus.com.br/artigos/56157/modalidades-de-guarda-existent-no-ordenamento-juridico-brasileiro/>
=====

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Salvador
2020

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO



ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
**VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR**

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Direito pela Universidade
Católica do Salvador.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira.

Salvador
2020

1
ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE **VIDA DOS FILHOS E
OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
QUANTO AO PODER FAMILIAR**

Ana Marcela Silva do Nascimento



1

Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira

2

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de **vida dos filhos**, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças **no ordenamento jurídico brasileiro** quanto **ao poder familiar**. A pesquisa é qualitativa, com estudo de casos múltiplos, e teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/BA. Como instrumento foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, contendo questões abertas e fechadas. Para a coleta de dados foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que seguiu os seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo e ser da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos. As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse. Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. Principais resultados: persiste a importância do papel de provedor **para o pai** de camada popular. Ser pai é concebido como uma bênção, dádiva, mas também implica ser responsável, educar, ser exemplo e dar tudo de si. Tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento **entre pai e filho** ocorreu principalmente por meio do trabalho. Há necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Família. Envolvimento paterno. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família, como realidade sociológica, atravessou diversas mudanças desde a importação do modelo patriarcal para o Brasil até o presente momento. Neste sentido, **o ordenamento jurídico brasileiro** acompanhou as **transformações sociais** e, por conseguinte, da família, possibilitando a consolidação **do conceito de** poder familiar. Farias e Rosenvald (2010, p. 43) afirmam que “consagra-se, assim, a igualdade substancial no plano familiar, excluindo todo e qualquer tipo de discriminação decorrente do estado sexual”. Por sua vez, em meio a este contexto, a figura paterna passa a distanciar-se da imagem tradicional, no

1

Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: anamarcela.07@hotmail.com

2

Doutora em Psicologia (USP), professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), do Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contexto Social e do



Curso de Psicologia (UCSal). E-mail: lucia.moreira@ucsal.br

2

entanto, ainda sem cortar laços completamente, como apontam Souza e Benetti (2009). Para compreender os reflexos de tais alterações, no entanto, faz-se necessário considerar as particularidades dos indivíduos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, realizada pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”, liderado pela segunda autora, Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O estudo maior tem como participantes 60 homens residentes em Salvador/Bahia, sendo 30 de classe média-alta e 30 de classe popular.

Neste texto constam: uma revisão de literatura, o método do estudo, os resultados encontrados, a discussão dos dados obtidos à luz da literatura e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução do conceito de poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro e do envolvimento paterno no contexto de baixa renda.

2.1 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O pater familias, termo latino que em português significa “pai de família”, era o estatuto familiar mais elevado na Antiguidade, o qual possuía poderes ilimitados sobre os filhos. Séculos depois, com a colonização, o Brasil importou o modelo de família portuguesa, marcada pelo patriarcalismo, que permaneceu como modelo ideal de família durante longos anos. (ANDRADE, 2005).

O Código Civil de 1916 incorporou o conceito de pátrio poder e dispôs taxativamente o marido/pai como titular desta função, cabendo somente a ele exercer este poder sobre os filhos menores, de modo que, apenas nas hipóteses de ausência ou impedimento quanto à sua figura, é que a esposa poderia chefiar a sociedade conjugal. De acordo com Petrini (2005), este modelo de família patriarcal brasileira começa a decair no final do século XIX, momento

3

em que o pai deixa de ocupar o lugar central na família e de possuir a responsabilidade exclusiva pelas decisões do grupo familiar. Conforme Andrade (2005, p. 4), Até antes do novo Código Civil, ainda era praticamente unânime a compreensão tradicional do poder familiar como sendo basicamente uma forma de autoridade – no caso, dos pais sobre os filhos, uma versão contemporânea do que teria sido a autoridade do pater familiae sobre os seus filhos e seus bens.



Therborn (2006), em estudo baseado em fontes globais e mapeamento detalhado das mudanças da família e do patriarcado como sustentáculo das relações sociais no século XX, analisa as transformações estruturais pelas quais a família passou, **por meio de** três fatores principais: o patriarcado e as relações **entre pais e filhos**, homens e mulheres; o papel **do casamento ou da** ausência deste como determinante no comportamento sexual e o processo histórico da fecundidade e do controle de natalidade. O referido autor destaca como a sociedade tinha como base o poder e a superioridade dos homens **sobre os filhos e** esposas. Além disso, aponta que, no século passado, diversas alterações ocorreram em razão de conquistas referentes aos direitos das mulheres e das crianças e menciona o patriarcado como o grande perdedor desde então.

Ao passo **em que a sociedade e**, conseqüentemente, a família modificaram-se, a **Constituição Federal de** 1988 acompanhou tais mudanças apresentando em seu texto o termo poder familiar, conceito que já existia, mas que se consolidou com a Carta Magna e refletiu **no Estatuto da Criança e do Adolescente** de 1990 e **no Código Civil de** 2002. A partir daí, segundo Andrade (2005), a família deixou de ser pensada como uma unidade de dominação ou de **exercício do poder** dos pais **sobre os filhos e passou a ser** vista como uma relação mútua de assistência. Neste sentido, Tartuce (2018) destaca a presença da responsabilidade e da afetividade **nas relações familiares**.

Assim, enquanto havia antes uma concepção da família enquanto uma célula da sociedade na qual há filhos que estão subordinados **aos pais, ou** mesmo há pais que estão subordinados aos filhos, passa-se agora a uma noção de uma família mais “democrática”, na qual os filhos são reconhecidos como dependentes (tanto materialmente quanto afetivamente) **dos pais (e** não como sua propriedade) ou **os pais são** reconhecidos como dependentes (afetivamente e materialmente) **dos filhos (e** não sua apropriação). (ANDRADE, 2005, p.5).

Segundo Ariès (1981, apud SANTOS; MOREIRA, 2016, p. 48), além de diminuir a autonomia da mulher, o patriarcado direcionava ao primogênito a responsabilidade pela proteção dos bens familiares, visto que surgiu como tentativa de impedir a divisão patrimonial, sendo a família considerada célula social, fundamentada pelo poder do Estado.

4

Deste modo, Donati (2008, p. 62) pontua que ocorreu um “processo de desinstitucionalização, entendida como a diminuição de certas expectativas públicas a respeito da família, a favor de uma maior legitimação como grupo social expressivo do mundo vital”.

Superada a percepção da família como unidade produtiva e reprodutiva, pregada pelo **Código Civil de** 1916, a partir dos valores predominantes naquela época, descortinam-se novos contornos para o Direito das Famílias, fundamentalmente **a partir da** Lex Mater de 1988, que está cimentada **a partir de** valores sociais e humanizadores, especialmente a dignidade humana, a solidariedade social e a igualdade substancial. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 38).

O texto da Carta Magna, complementam Farias e Rosenvald (2010), além do art. 5º, no art. 226 volta a versar sobre **a igualdade entre** homem e mulher, dispondo que **os direitos e**



deveres relativos ao matrimônio devem ser exercidos por ambos, de modo que “a evidente preocupação constitucional em ressaltar a igualdade substancial entre homem e mulher parece decorrer da necessidade de pôr a cobro a um tempo discriminatório em que o homem chefiava a relação conjugal, subjungando a mulher” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 43).

Diante disso, a família matrimonializada, ancorada **no Código Civil de 1916**, torna-se cada vez mais pluralizada **a partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002**, bem como sua característica patriarcal perde espaço para características democráticas e a hierarquia dá lugar à igualdade. Vê-se, portanto, que “com esse espírito, não se pode olvidar que a família está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se em face da sua própria estrutura cultural” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 10).

2.2 ENVOLVIMENTO PATERNO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

As transformações sociais pelas quais a família passou ao longo do século XX, **principalmente no que tange** ao declínio do modelo patriarcal, possibilitaram que o homem assumisse outros papéis no cotidiano familiar. Conforme Souza e Benetti (2009), **o pai, que** era apenas provedor, passou a compartilhar a renda familiar com a esposa, visto que as mulheres também passaram a assumir tarefas fora do âmbito doméstico. Assim, o referido século foi marcado por fatores como a participação da mulher no mercado de trabalho; a ausência de determinados pais ao longo **da vida dos filhos**; em contrapartida, outros pais apresentaram envolvimento com filhos pequenos e houve o crescimento da diversidade cultural (CABRERA; TAMIS-LEMONDA; BRADLEY HOFFERTH E LAMB, 2000).

5

Os autores mencionados pontuam, ainda, que o papel do pai encontra-se em transição, visto que as funções estão se redefinindo. Deste modo, conforme Filgueiras e Petrini (2010), os homens vêm acessando **novos modelos de** paternidade que, anteriormente, eram dificilmente associados à figura paterna. Segundo Levandowski, Antoni, Koller e Piccinini (2002) e Lamb (1992), este movimento vem sendo conhecido como “a nova forma de paternidade” ou apenas “a nova paternidade”. No entanto, Souza e Benetti (2009) ponderam que, embora este novo pai seja consideravelmente diferente do patriarca, não houve uma dissociação completa, haja vista que com ele coexiste o modelo tradicional do pai provedor. Para Lamb (2010), é de suma importância a presença da figura paterna e seu envolvimento **com os filhos**. A partir disso, o autor classifica o envolvimento paterno em três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado efetivamente **com a criança e** relaciona-se com **a importância de** estar junto. A acessibilidade compreende as atividades que não demandam interação direta, as quais podem ser executadas sem a necessidade da presença física. Implica estar disponível para atender às demandas **do filho**. A responsabilidade, por sua vez, está relacionada à preocupação com os cuidados e necessidades **para garantir o bem-estar** da criança. Percebe-se, **então, que** as transformações **que o pai** vivencia na atualidade são consequência de uma paternidade mais sensível e participativa, caracterizada por um possível envolvimento mais saudável e efetivo (SANTOS; MOREIRA, 2016).

Santos e Moreira (2016) pontuam, ainda, que alguns aspectos interferem no



envolvimento **entre pais e filhos**, podendo-se destacar a conjugalidade, o divórcio, as características do pai, o papel da mãe, a idade e o sexo dos filhos. As autoras citadas destacam, também, que “o aspecto trabalho do pai interfere sobremaneira no envolvimento” (p. 57) e mostra-se como um grande desafio quanto à conciliação trabalho-paternidade.

Os efeitos dos conflitos, assim como da harmonia conjugal, são sentidos pelas crianças, conforme aponta Lamb (2010). Neste sentido, Silva e Piccininni (2007) concordam que, em relacionamentos conjugais com mais diálogo e menos conflito, o envolvimento paterno tende a ser mais satisfatório. **No que tange** ao divórcio, notam-se prejuízos relativos a determinados papéis paternos que acabam não sendo preenchidos, como a relação emocional e as funções social e econômica, no entanto, não há que se ter uma visão determinista quanto a estes aspectos, desconsiderando as singularidades de cada criança, **do pai e** dos contextos em que estão inseridos (LAMB, 2010). A decisão do pai em estar envolvido também precisa ser considerada, o que pode ser reflexo positivo da conjugalidade (LAMB, 1992). Além disso,

6

conforme Fiterman (2018), assumir o papel de pai faz com que o homem reflita, passando a avaliar como foi criado, como quer ser pai, seus valores, moral e comportamentos. Por sua vez, conforme Lamb (1992), cumpre salientar que algumas mulheres podem resistir à participação do homem nos cuidados **com a criança**, optando por manter exclusividade e autoridade nesta função, de modo que, em famílias nas quais a mãe trabalha fora, percebe-se maior envolvimento paterno do que nas famílias **em que a** mãe não possui um emprego.

Além disso, Lamb (1992) aponta **que os pais** costumam dedicar mais tempo aos filhos em idade pré-escolar, mas afirma que, em geral, os pais estão mais envolvidos **com os filhos** do que com as filhas, independente das idades, vínculo também constatado em pesquisa realizada por Moreira e Rabinovich (2010). No estudo “Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality”, Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) discutem a necessidade de considerar a classe social das famílias e ressaltam que a tendência de ignorar os aspectos econômicos, sociais, educacionais, étnicos e culturais constitui uma das maiores limitações dos estudos psicológicos no Brasil. Os autores consideram que não é possível falar de um padrão de paternidade brasileira, pois esta é complexa e varia amplamente com a condição socioeconômica e o nível de escolaridade do pai, visto que as variações subculturais da paternidade relacionam-se principalmente à classe social, o que também foi verificado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017). Em estudo intercultural, Tudge (2008) observou que havia mais semelhanças na mesma classe em diferentes países do que em classes diversas no mesmo país.

Bustamante (2005) destaca a importância do papel de provedor **para o pai** de classe popular, pois entende que sua função é não deixar faltar nada aos filhos. Embora o pai reconheça a necessidade de momentos de lazer, a dinâmica em que vive e a ausência de recursos podem prejudicar o convívio. Neste sentido, Backes et al. (2018), em estudo voltado a identificar fatores que interferem no envolvimento paterno de pais de crianças entre quatro e seis anos, ao analisarem a subcategoria “modelo do próprio pai” perceberam que “prevaleceu o modelo de pai provedor, que trabalhava fora de casa e cuja preocupação central era o sustento da família” (p.7). Tudge (2008) identificou que pais de classe média despendem maior tempo com as crianças envolvidos com atividades de ensino e brincadeiras, enquanto



pais de camada popular gastam esse tempo conversando **com os filhos**. A socialização por meio do trabalho pai-filho também ganha destaque entre as famílias de baixa renda, que usam este método como meio de prevenir a delinquência e preparar a criança para a inserção no mercado de trabalho futuramente. É comum os pais ensinarem os meninos e as mães

7

ensinarem as meninas, o que promove um engajamento precoce das crianças em diversas atividades, no entanto, o cenário torna-se mais complexo pela recorrência do desemprego ou subemprego desses pais. Além disso, neste contexto, a figura paterna destaca-se como autoridade moral, enquanto as mães **são responsáveis por** manterem a unidade familiar por meio do cuidado (BASTOS; VOLKMER-PONTES; BRASILEIRO; SERRA, 2013).

Por fim, ainda **em relação ao** contexto de desemprego, Souza e Benetti (2008) constataram **que os pais** que recebiam contribuições de familiares ou de outras fontes estavam mais envolvidos **com os filhos do que os pais que não** recebiam contribuições de nenhuma natureza. Sobre este fato, Gomes e Alvarenga (2016) afirmam que, além da privação de recursos materiais, a ausência do trabalho acarreta também problemas emocionais, isto porque, como mencionado, a figura paterna ainda está vinculada ao papel de provedor, sobretudo na camada popular.

3 MÉTODO

Para Minayo (2002, p. 16), entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, o que inclui as “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

3.1 DELINEAMENTO

Nesta investigação, aplicou-se o estudo de casos múltiplos, nos quais, conforme Gil (2002), frequentemente são utilizados de quatro a dez casos. O autor destaca, ainda, que **este tipo de** estudo não tem a finalidade de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas de oferecer uma visão global do problema e identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/Bahia. Todos eram da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos.

Constam, a seguir, alguns dados sobre os participantes, com nomes fictícios, objetivando preservar a identidade deles.

8

Tabela 1 – Dados sobre os participantes

Nome
fictício
Idade
(em



anos)
Escolaridade Profissão
e carga
horária
semanal de
trabalho
Renda
pessoal
mensal
Religião Etnia Estado
civil
Nelson 44 Ensino
Fundamental II
completo
Pedreiro
(40 horas)
1,2
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Francisco 48 Ensino
Fundamental II
completo
Vendedor
(40 horas)
1,6
salários
mínimos
Protestante Preta Casado no
civil e no
religioso
Eduardo 45 Ensino
Fundamental II
completo
Caminhoneiro
(40 horas)
1,9
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso



Adriano 43 Ensino Médio completo
Desempregado
(renda de aluguel de imóvel e trabalhos eventuais)
Um salário mínimo
Protestante Parda Casado no civil e no religioso
Fonte: As autoras.

Observa-se **que os pais** tinham de 43 a 48 anos; três tinham o Ensino Fundamental II completo e apenas um tinha o Ensino Médio completo. Três estavam trabalhando, sendo um pedreiro, um vendedor e um caminhoneiro, **e o outro** estava desempregado, tendo como renda o aluguel de imóvel e trabalhos eventuais. Todos eram protestantes, sendo três pardos e um preto. Com relação ao estado civil, todos eram casados (no civil e no religioso).

3.3 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, elaborado pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”/UCSal, liderado pela Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O instrumento contém questões abertas e fechadas, abordando: dados de identificação; dados sobre a família; paternidade e envolvimento do pai do participante com ele; repercussões do envolvimento paterno no desenvolvimento; envolvimento do participante com o(s) seu(s) filho(s); envolvimento do participante **com o pai** idoso; classe socioeconômica e envolvimento; masculinidade e paternidade.

3.4 PROCEDIMENTOS

9

O projeto de pesquisa maior, intitulado “Envolvimento do pai **com o filho em** diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal (CAAE: 47362315.2.0000.5628). Para a coleta de dados do presente estudo, foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que se enquadravam nos seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo, **mesmo que não** tenham convivência; ser da classe D (renda mensal familiar **de mais de um a três salários mínimos**).

As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram



pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os quatro casos e, em seguida, haverá uma discussão geral sobre eles.

4.1 CASO 1: NELSON

Na infância e na adolescência, Nelson residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que fazia trabalhos como costureira) e com os dois filhos, um do sexo feminino e o outro do sexo masculino que, à época da coleta de dados, tinham 16 anos e 12 anos de idade, respectivamente. Para ele, ser pai “é uma bênção, é ter a **responsabilidade de criar e educar os filhos**, constituir uma família, ser exemplo em casa”. Nelson sempre conviveu **com o pai** biológico, a quem considerava como figura paterna e afirmou que, na infância, trabalhava na roça com o genitor, o qual conversava bastante com ele e seus irmãos, ensinando como deveriam proceder na vida. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto nos aspectos interação, acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, nessa fase da vida, foi o fato de seu pai ser amoroso e querer ser próximo. Nelson afirma que nada dificultou o envolvimento do seu genitor com ele.

10

Também na adolescência, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto, tanto em interação quanto em responsabilidade e acessibilidade. **O que ajudou** o envolvimento do pai com ele, nesta fase, foi o labor rural e o fato de seu pai gostar de estar **com os filhos**. O entrevistado afirmou novamente que, nesta fase da vida, nada dificultou o envolvimento. Na sequência, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Nelson com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o fato de seu pai continuar sendo presente, mesmo de longe, e ele continuar indo visitá-lo no interior do Estado da Bahia, bem como telefonar quase todo dia favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta. Por sua vez, afirma que nada dificultou tal envolvimento: “o problema é só a distância mesmo, que dá saudade” (Nelson).

Nelson ponderou que o envolvimento **que o pai** teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram importantes para que ele seja quem é; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Nelson afirmou que se relacionava **com o pai** idoso de forma muito boa, justificando que “eu sou apaixonado por meu pai, eu pego ele e encho de



beijo” (Nelson). Assim, favorece a relação, tudo que construíram ao longo da vida e o amor que recebeu do genitor, no entanto, o participante afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como informado anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12 anos de idade. Nelson considerou que seu envolvimento **com os filhos** era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, favoreceu seu envolvimento com a prole:

O amor, né? Eu amo muito meus filhos e gosto de participar de tudo na vida deles. A gente não trabalha juntos, como era com meu pai, porque eles estudam quase o dia todo e não precisam trabalhar, mas eles são meus chamegos.

Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o bom relacionamento do seu pai com ele refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos. Conforme Nelson, seu genitor o ensinou a ser pai, foi

11
com ele que aprendeu tudo o que sabe, o que transmite aos filhos. Quanto ao que refletia negativamente, não identificou nenhum aspecto. Além disso, o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Nelson considerou que o relacionamento dele **com o pai** influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “meus filhos também são doidos por meu pai e ele por eles. É um grude quando eles vão para o interior ver meu pai, é o tempo todo juntos”. Por outro lado, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação **que o pai** estabelecia com o entrevistado, pois “eu acho muito bonito e agradeço a Deus por minha família e fico amando eles mais ainda, né?” (Nelson).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Nelson considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “a gente sempre foi simples, mas nunca faltou nada. Mas eu acho **que o que** influenciou mesmo foi a vontade dele estar com a gente, de ser um pai presente”. Quanto à escolaridade, justificou que “meu pai não estudou muito, mas sempre botou a gente para estudar e eu boto meus filhos mais ainda. Eu não fiz faculdade, mas eles vão fazer”. Por outro lado, o entrevistado considerou que o trabalho do seu pai influenciou no envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “[...] era nosso momento juntos”.

Por sua vez, Nelson avaliou que nem a sua condição financeira, nem o seu trabalho e nem a sua escolaridade influenciavam no envolvimento que ele mantinha **com os filhos**. No entanto, no aspecto financeiro, ponderou que “[...] mas é bom saber que a gente tem um dinheirinho para dar do melhor para eles”. Quanto ao trabalho, alegou que “Eu agradeço a Deus por sempre ter meu trabalho, né? Porque é difícil um pai de família desempregado”. E sobre o nível de escolaridade, apenas afirmou acreditar que não influencia. Nelson



considerou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e **seu nível de** escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista **com o pai** idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “ficar desempregado e não conseguir sustentar sua família. É muito triste”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

12

4.2 CASO 2: FRANCISCO

Na infância e na adolescência, Francisco residia com os pais e os sete irmãos, sendo que em parte da adolescência passou a morar em Salvador/BA, apenas com um irmão, quando começou a trabalhar. Na vida adulta, passou a habitar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com os três filhos, sendo dois do sexo masculino, um com 18 anos e o outro com 24 anos de idade, bem como uma moça de 25 anos de idade, à época da entrevista. A filha do participante, à época, não residia mais com ele. Para o participante, ser pai “é ter responsabilidade, é dar tudo de si para manter a família”.

Francisco sempre conviveu **com o pai** biológico, a quem considerava como figura paterna, no entanto, afirmou que, na infância não realizava muitas atividades **com o pai**, “era mais o trabalho no interior”. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Francisco com ele foi baixo no aspecto da interação, moderado em termos de acessibilidade e alto no item responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi a responsabilidade dele **com os filhos**. Por outro lado, dificultou o envolvimento “o temperamento dele, era muito calado e rígido”.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Francisco com ele continuou sendo baixo em termos de interação, moderado quanto à acessibilidade e alto no que diz respeito à responsabilidade. **O que ajudou** o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi o fato de o genitor sempre vir visitá-lo em Salvador para ver como ele e seu irmão estavam. Por sua vez, o que dificultou o envolvimento foi a distância, visto que o participante não residia mais **com o pai**, nesta fase da vida.

Já na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Francisco com ele foi considerado moderado em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o envolvimento **com o pai** foi favorecido, pois seu genitor fica em sua casa sempre que vai até Salvador para realizar exames e consultas médicas e afirma que “isso é bom, porque eu não posso estar sempre no interior e quando eu não vou, ele vem”. Por sua vez, comenta que nada dificultou tal envolvimento e justifica que “ele está bem melhor agora na velhice, só não gosta de ser dependente de ninguém”.

Francisco ponderou que o envolvimento **que o pai** teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que foi influenciado positivamente ao ver seu pai sempre trabalhando para sustentar a família, **o que foi** um exemplo para ele; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele também influenciou negativamente no seu desenvolvimento, pois “hoje eu sou um pouco

13



sério também, às vezes me sinto um pouco rígido com meus filhos, mas com certeza sou bem menos que meu pai. Mas acho que ficou um pouco disso em mim”.

No momento da entrevista, Francisco afirmou que se relacionava bem **com o pai** idoso, justificando que “ele não gosta de se sentir dependente [...] sempre me liga para resolver algumas coisas, mas gosta de ficar no canto dele”. Assim, o que favorece a relação é o fato de o genitor precisar ir para a casa de Francisco quando vai ao médico em Salvador, no entanto, o participante afirmou **que o que** dificultava a relação entre eles era a distância. À época da realização da entrevista, o participante tinha três filhos, dois do sexo masculino, com 18 e 24 anos de idade e outra do sexo feminino, com 25 anos de idade. Francisco considerou que seu envolvimento com a prole era moderado em termos de interação e alto quanto à acessibilidade e responsabilidade. O entrevistado comentou o que favorecia seu envolvimento **com os filhos**:

Eu sou um pai presente, mesmo trabalhando muito. Os meninos também estudam e às vezes não encontro muito eles em casa. Mas, assim, a gente assiste futebol juntos, almoçamos sempre juntos, todo mundo gosta de futebol e esse é um momento da família. Também tenho um filho que joga, eu sempre levo ele para a escolinha de futebol. A menina já é casada, mas geralmente almoça lá em casa. Eu dei uma casa a ela e agora estou ajudando a construir o espaço de fisioterapia para ela trabalhar, porque ela se formou faz pouco tempo. Tenho muita preocupação com a profissão deles, faço o que for possível.

Por outro lado, afirmou que, às vezes, a falta de tempo dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos foi: “**a responsabilidade de ser pai**”. Já o que refletia negativamente era o jeito sério que herdou do pai.

Vale salientar, ainda, que o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto em interação e moderado em acessibilidade e responsabilidade. Francisco considerou que o relacionamento dele **com o pai** influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “ele vindo para minha casa, fica mais próximo dos meus filhos. Meus filhos são muito cuidadosos com ele”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação **que o pai** estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “[...] acaba aproximando todo mundo” (Francisco).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Francisco considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Por outro lado, o entrevistado considerou que o

14

trabalho do seu pai influenciou o envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “hoje eu sou pai, entendo como é difícil não ter emprego”.

Por sua vez, Francisco avaliou que tanto a sua condição financeira quanto o seu trabalho influenciavam de algum modo no envolvimento que ele mantinha **com os filhos**, no entanto, acreditava que o nível de escolaridade não exercia influência. No aspecto financeiro,



justificou que “eu acho que me dá tranquilidade, porque alguém endividado não consegue fazer nada, nem se relacionar **com os filhos**”. Quanto ao trabalho, alegou que “influencia sim, pelo mesmo motivo. É difícil para um pai de família não ter um emprego”.

Francisco considerou que seu trabalho e **seu nível de** escolaridade não impactavam no relacionamento que estabelecia à época da entrevista **com o pai** idoso, mas ponderou que “talvez só a condição financeira, porque eu posso pagar médico para ele e levar ele de carro para os lugares”.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “o desemprego, essa crise que o país enfrenta”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.3 CASO 3: EDUARDO

Durante a infância e adolescência, Eduardo residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) **e com o** único filho que, à época da coleta de dados, tinha nove anos de idade. Para ele, ser pai:

é uma dádiva. Eu quis muito ser pai. Eu e minha esposa demoramos para ter nosso filho, a gravidez dela foi de risco, mas no fim deu tudo certo. Nosso filho é nosso amor.

Eduardo sempre conviveu **com o pai** biológico, a quem considerava como figura paterna. Ao longo da infância, o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi moderado em termos de interação e alto nas dimensões acessibilidade e de responsabilidade. Na perspectiva do participante, o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o tempo que passavam juntos, principalmente quando seu pai o ensinava algo do trabalho. Por sua vez, não sabe dizer o que dificultou o envolvimento. Na adolescência, o envolvimento do pai de Eduardo com ele continuou moderado em interação e alto em acessibilidade e responsabilidade. **O que ajudou** no envolvimento do pai

15
com ele, nesta etapa da vida, foi o afeto. Neste período, não soube dizer o que dificultou a relação deles. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi considerado alto em interação, acessibilidade e responsabilidade. O participante ponderou **que o que** favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta, foi “a afinidade, conversamos sobre as mesmas coisas, ele agora é meu amigo mesmo, alguém que eu divido minha vida, conto meus problemas”. Por sua vez, considera que nada dificultou tal envolvimento.

Eduardo ponderou que o envolvimento **que o pai** teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, por meio dos ensinamentos que recebeu. Por sua vez, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Eduardo afirmou que mantinha um relacionamento muito



bom **com o pai** idoso. O participante informou **que o que** favorecia a relação era a amizade que tinham, no entanto, destacou que nada dificultava a relação entre eles. Conforme consta anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha apenas um filho, do sexo masculino, com nove anos de idade. Eduardo avaliou que seu envolvimento com seu filho era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, o que favorecia seu envolvimento **com a criança** era “o amor”. Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o envolvimento **que o pai** manteve com ele, nas diversas fases da vida (infância, adolescência e etapa adulta), influenciou no envolvimento que Eduardo mantinha **com o filho**, pois: “a gente sempre leva para nossa vida o que nos foi dado. Meu pai sempre foi um bom pai”. O aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com o próprio filho foi: “a proximidade **entre pai e filho**”. Por outro lado, nada refletia negativamente. Destaca-se, ainda, que o participante avaliou que o envolvimento de seu pai com o neto dele (filho do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Eduardo considerou que o relacionamento dele **com o pai** influenciou positivamente a relação do seu pai com o neto, justificando que “um ensina o outro a amar”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com o neto (filho do participante) influenciou a relação **que o pai** estabelecia com o entrevistado, pois, conforme este, “me faz amar ele ainda mais”.

16

Sobre classe socioeconômica e envolvimento, Eduardo avaliou que a escolaridade do seu pai não influenciou no envolvimento deste com o participante. No que diz respeito à condição financeira e ao trabalho, alegou que “influenciou na forma que ele conseguiu nos proporcionar a educação”. Por sua vez, Eduardo avaliou **que tanto o** seu trabalho quanto a sua escolaridade e condição financeira influenciavam, de algum modo, no envolvimento que ele mantinha **com o filho**. No aspecto de trabalho e condição financeira, justificou que “me dá tranquilidade”. Quanto à escolaridade, alegou: “Acho que sim, porque eu ensino a atividade dele, isso já é um momento nosso de interação e eu influencio ele a estudar e ter uma profissão”. Eduardo apreciou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e **seu nível de** escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista **com o pai** idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era a falta de emprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que era “a falta de emprego também **e os filhos** indo para o mau caminho”.

4.4 CASO 4: ADRIANO

Na infância e na adolescência, Adriano residia com os pais e 18 irmãos, visto que seus pais tiveram 19 filhos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado, assim como o entrevistado, que estava desempregado) e com os dois filhos do sexo masculino que, à época da coleta de dados, um tinha 17 anos **e o outro** 10 anos de idade, sendo que residia ao lado da casa dos pais. A definição apresentada pelo participante a



respeito do que é ser pai foi a seguinte: “Ser pai é como dizem, é padecer no paraíso. É muito bom, mas quando passamos por dificuldades tendo filhos, é bem mais difícil”.

Adriano sempre conviveu **com o pai** biológico, a quem considerava como figura paterna. Durante a infância, o envolvimento do pai de Adriano com ele foi moderado no aspecto interação e alto nos itens acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o fato de seu pai sempre ter sido responsável com ele e os irmãos. Quanto às atividades realizadas **com o pai**, na infância, comenta: Eu lembro muito dos domingos que íamos todos juntos para a igreja, todos os irmãos, meu pai organizava todo mundo e ensinava como deveríamos nos comportar, a ter reverência. Eu não tinha muitos momentos sozinho com meu pai, minha casa era sempre cheia.

17

Por sua vez, dificultou o envolvimento a falta de muito tempo livre. Na adolescência, o envolvimento do pai de Adriano com ele continuou moderado em interação e alto em termos de acessibilidade e responsabilidade. O que auxiliou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi a responsabilidade em sustentá-los, embora não fosse de passar muito tempo conversando **com os filhos**. Por sua vez, considera que o fato de serem muitos irmãos pode ter dificultado o envolvimento, pois não permitia **que o pai** tivesse muito tempo livre. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Adriano com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante informou que nada dificultou o envolvimento nesta etapa e que a relação foi favorecida, pois:

[...] eu sou muito amoroso, pego ele, beijo, abraço, chamo de “meu véio”. Eu moro do lado da casa dele, também tem outros irmãos que moram perto, mas a maioria mora em outros bairros. Não é como antigamente que tinha 19 filhos **ao mesmo tempo**. Agora tem os netos, mas não é todo dia que estão todos juntos. Hoje em dia eu tento dar toda minha atenção a ele, para aproveitar todo o tempo. (Adriano).

Adriano considerou que o envolvimento **que o pai** manteve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que influenciou, principalmente, no aspecto da responsabilidade. Por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente **o seu desenvolvimento**. No momento da entrevista, Adriano informou que se relacionava **com o pai** idoso de forma muito boa, sendo que a relação era favorecida pelo “meu jeito e a disponibilidade dele”. O entrevistado afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como dito anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos do sexo masculino e considerou que seu envolvimento com eles era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Segundo o entrevistado, “a disponibilidade, o amor, a vontade de estar perto” favoreceram o envolvimento **com seus filhos**. Por outro lado, comenta sobre o que dificultou o envolvimento:

Eu passei por um período bem difícil de depressão. Estou há um bom tempo



sem conseguir emprego e isso me fez muito mal, sabe? Hoje estou bem melhor, mas teve um período que estava sendo medicado e fiquei bem distante de tudo. Não sentia vontade de mais nada, nem de interagir com eles. **Ao mesmo tempo**, eu ficava triste por não estar participando como deveria e em ver eles me vendo daquele jeito, sem poder dar o que eles precisavam. (Adriano).

O entrevistado considerou que o envolvimento que o próprio pai teve com ele nas diversas fases da sua vida influenciou no envolvimento que Adriano mantinha **com os filhos**,

18

pois aprendeu sobre educar com seu pai. O participante pontuou que **a educação e a responsabilidade** foram os aspectos do relacionamento do pai com ele que mais refletiram positivamente na relação que mantinha com os próprios filhos. Por outro lado, nada refletia negativamente.

O participante avaliou, ainda, que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do entrevistado) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Adriano ponderou que o relacionamento dele **com o pai** influenciou na relação do seu pai com os netos, justificando que “somos uma família e na família tudo se aprende. Eu ensino meus filhos a cuidarem do avô deles em todas as situações”. O entrevistado avaliou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) também influenciou na relação **que o pai** estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “me aproxima ainda mais dele”. Com relação à classe socioeconômica e envolvimento, Adriano ponderou que tanto a condição financeira, quanto o trabalho e também o nível de escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “com certeza deve ter influenciado, porque imagine criar 19 filhos sem ter condição. Claro que nada era fácil, mas ninguém nunca passou fome lá em casa”. Quanto ao trabalho, justificou que “nenhum pai fica bem quando está desempregado [...] eu vejo na prática o quanto minha saúde mental interfere no meu relacionamento com as pessoas”. Com relação à escolaridade, informou que “deve ter influenciado também, porque com tanta gente em casa e ele não deixar ninguém sem estudar [...] certamente foi importante”.

Por sua vez, Adriano avaliou que a sua condição financeira influenciava no envolvimento que mantinha **com os filhos, bem como a sua falta de trabalho e o seu nível de escolaridade**. No aspecto financeiro e **em relação à** situação de desemprego, justificou que agora ele está melhor, mas tais fatores já atrapalharam no envolvimento. Na questão da escolaridade, pontua que consegue acompanhar melhor o **desenvolvimento dos filhos e** entender o que eles estão aprendendo.

Adriano considerou que sua condição financeira, seu trabalho e **seu nível de escolaridade** impactaram no relacionamento que estabelecia, à época da entrevista, **com o pai** idoso, pois acredita que “impacta **em todos os** meus relacionamentos”.

Finalmente, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era o desemprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.



19

5 DISCUSSÃO GERAL

O **poder familiar** passou por significativas transformações que, para além da igualdade de gênero, refletiram em relações familiares mais democráticas. O **Código Civil de 1916**, baseado no pátrio poder, tratava a figura do marido/pai como chefe **da sociedade conjugal**, alguém que tomava as decisões relativas ao grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, a **Constituição Federal de 1988** consolida o instituto **do poder familiar**, o que se constitui “não apenas como um poder **de ambos os pais**, mas sim como uma obrigação legal a eles imposta na observância do **interesse dos filhos**”, **sendo, assim**, um dever material e afetivo (PEREIRA; MARTOS, 2019, p. 737). Os resultados encontrados serão discutidos com base neste conceito e no de envolvimento paterno. Na infância e na adolescência, os quatro participantes residiam com a família nuclear de origem, sendo que um deles, em parte da adolescência, passou a morar apenas com um irmão, quando foi morar em Salvador/BA para trabalhar. À época da entrevista, na fase adulta, os quatro participantes residiam com a família nuclear constituída (o entrevistado, a esposa e o/os filho/s), porém, um deles (Adriano) morava bem próximo aos genitores, o que favorecia o envolvimento entre eles. É importante destacar que, entre os entrevistados, três vieram da zona rural para a capital à procura de condições melhores que o labor urbano poderia proporcionar. Além disso, apenas **no caso de Nelson**, a esposa contribuía para a renda familiar, realizando trabalhos como costureira. Neste sentido, é possível perceber que persiste a importância do papel de provedor **para o pai** de camada popular, conforme também destaca Bustamante (2005).

Para os participantes, ser pai é uma bênção, uma dádiva, mas também significa ter responsabilidades, educar, ser exemplo, dar tudo de si e, por vezes, representa uma árdua caminhada.

Os quatro entrevistados conviveram **com o pai** biológico. Quanto ao envolvimento dos pais dos participantes com eles, as dimensões da acessibilidade e da responsabilidade foram altas para três entrevistados, em todas as fases da vida. No entanto, para um deles (Francisco), a acessibilidade sempre foi moderada desde a infância até a fase adulta e a responsabilidade era alta na infância e na adolescência, mas foi considerada moderada na fase adulta. No aspecto da interação, na infância e na adolescência de dois entrevistados, o envolvimento paterno foi moderado, passando para alto na vida adulta. Para um participante, a dimensão da

20

interação foi avaliada como alta em todas as fases da vida e para outro variou entre baixa (na infância e adolescência) e moderada (na fase adulta).

O envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelos seguintes elementos: (a) na infância dos entrevistados: o desejo do pai em estar próximo, ser amoroso, a responsabilidade e o tempo que passavam juntos trabalhando; (b) na adolescência: o tempo que passavam juntos, principalmente trabalhando, as visitas do pai quando não moravam mais juntos, o afeto e a responsabilidade; (c) na vida adulta: o contato diário, ainda que por telefone, as idas do pai à casa do filho, sobretudo quando precisava ir ao médico em



Salvador/BA, a afinidade, a amizade e o fato de morar próximo. Observou-se, então, que tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho, o que corrobora o estudo de Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) que destacam a socialização por meio do trabalho pai-filho entre famílias de baixa renda.

Por sua vez, o que dificultou o envolvimento dos pais dos participantes com eles foram os seguintes aspectos: (a) na infância dos entrevistados: o temperamento, a rigidez e a falta de muito tempo livre; (b) na adolescência: a distância, por residirem em cidades diferentes e o pouco tempo livre em decorrência do trabalho do pai para sustentar os filhos; (c) na vida adulta: a distância entre as cidades em que moram.

O envolvimento dos pais entrevistados com seus próprios filhos, nas dimensões acessibilidade e responsabilidade, foi alto para todos eles. Cumpre salientar que, para Pereira (2015), o poder familiar apresenta a responsabilidade como a essência do afeto e do cuidado. A dimensão da interação foi alta para três participantes, porém foi moderada no caso do participante que avaliou como baixa a interação do seu próprio pai com ele na infância e na adolescência, bem como moderada na fase adulta. Neste sentido, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que, para entender o envolvimento entre pai e filho atualmente, é necessário considerar questões da geração anterior, ou seja, a relação do próprio pai com ele. Por sua vez, Santos e Moreira (2016) pontuam que modelos de ausência paterna podem influenciar negativamente no envolvimento pai-filho, bem como podem impulsionar o pai a escolher perpetuar este modelo ou caminhar na direção oposta do que vivenciou. Porém, mesmo sem desejar, pode ocorrer o fenômeno da repetição, que consiste em reproduzir os comportamentos vivenciados ao longo da vida.

Os pais entrevistados relataram que o envolvimento com os próprios filhos foi facilitado por tais fatores: o amor e o desejo de participar da vida dos filhos (Nelson); os

21
momentos em família, como almoçar juntos e ver futebol, além do incentivo à vida profissional (Francisco); o amor (Eduardo); a disponibilidade, o amor e a vontade de estar perto (Adriano). Segundo Lamb (1992), a decisão do pai em estar envolvido com o filho é um fator que deve ser considerado, podendo ser resultado positivo da relação conjugal mais harmoniosa.

Além de relações familiares igualitárias, o conceito de poder familiar agregou ao ordenamento jurídico brasileiro o princípio da afetividade como basilar. Segundo Tartuce (2018), neste contexto, o afeto se apresenta como a mola propulsora dos laços familiares, movidos pelo sentimento e pelo amor, para dar sentido e dignidade à existência humana. Assim, é nítido que, a partir deste conceito, o formalismo deu espaço ao afeto como valor jurídico. Tal fato é confirmado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017) com pais de camada popular, visto que os resultados revelaram que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelo trabalho conjunto, pois este os aproximava, já que demonstravam menos afetividade com os filhos do que os participantes com sua própria prole.

Para Pereira e Martos (2019), a afetividade é analisada em uma perspectiva objetiva, como fato social de parentalidade ou de conjugalidade, em contrapartida, o legislador tratou o cuidado como um subprincípio da dignidade humana que está ligado à afetividade, visto que é



por meio do dever de cuidado que esta se manifesta objetivamente.

Nelson e Eduardo relataram que nada dificultou o envolvimento **com os filhos**, já Francisco afirmou que, em alguns momentos, a falta de tempo dificultava a relação e Adriano relata que o desemprego e o período de depressão pelo qual passou foram fatores que o distanciavam da prole **e, ao mesmo tempo**, o deixavam triste por este motivo. Segundo Gomes e Alvarenga (2016), **para o pai**, a situação de desemprego gera mais do que a privação de recursos materiais, mas também problemas de cunho emocional. Além disso, a ausência do trabalho distanciava Adriano **de seus filhos**, isto porque, para Souza e Benetti (2008), os pais desempregados que não recebem contribuições familiares ou de outras fontes tendem a estar menos envolvidos com a prole.

Em relação à classe socioeconômica do pai do participante e o envolvimento com ele, a condição financeira do genitor foi avaliada por dois participantes como influenciando no envolvimento, seja **na forma de** proporcionar a educação (Eduardo), ou por dar mais tranquilidade (Adriano). Por outro lado, os outros dois participantes consideram que não houve influência financeira no envolvimento, sendo que um deles afirmou que a vontade de estar próximo é mais relevante (Nelson). O trabalho do pai foi considerado por todos os

22

entrevistados como tendo influenciado no envolvimento: por ser um momento de interação, enquanto trabalhavam (Nelson), por dar tranquilidade, pois é difícil um pai ficar desempregado (Francisco e Adriano) e pela educação que pode proporcionar (Eduardo). Já a escolaridade do pai foi considerada por três participantes como sem influência no envolvimento, pois o pai não estudou muito, como ressaltou Nelson, no entanto, para um deles influenciou, pois, mesmo com tantos filhos, seu genitor não deixou nenhum sem estudar (Adriano).

No que diz respeito à classe socioeconômica do participante e o envolvimento dele **com os filhos**, a própria condição financeira foi avaliada por três participantes como influenciando no envolvimento, sendo que dois afirmaram que este fator proporciona tranquilidade, pois alguém sem dinheiro ou endividado não se relaciona bem **com os filhos** (Francisco e Eduardo) e um deles analisou que este aspecto já atrapalhou a relação (Adriano). Por outro lado, embora Nelson considere que não houve influência financeira no envolvimento, acredita que é bom ter dinheiro e poder dar o melhor aos filhos; o trabalho foi considerado por três entrevistados como tendo influenciado no envolvimento, pois, assim como a condição financeira, ter um trabalho faz com **que o pai** esteja mais seguro e tranquilo (Francisco, Eduardo e Adriano). Por sua vez, em que pese Nelson ter afirmado que não há influência, é grato por ter um emprego, pois considera difícil ser pai desempregado. A própria escolaridade foi considerada por dois participantes como sem influência no envolvimento **com os filhos**, no entanto, dois entrevistados afirmaram que ela influencia, pois conseguiam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, o que já era um momento de interação entre eles, além de poder influenciá-lo a estudar e ter uma profissão (Eduardo), bem como acompanhar o desenvolvimento e entender o **que os filhos** estavam aprendendo (Adriano).

Por fim, todos os participantes consideraram que a maior dificuldade enfrentada pelo homem era o desemprego. Quando questionados sobre a maior **dificuldade que o pai** enfrentava, a resposta **de todos os** entrevistados também foi o desemprego, sendo que Eduardo

acrescentou o fato de os filhos irem para o mau caminho. Cabe destacar, mais uma vez, a importância do trabalho e os reflexos da ausência deste **na vida do** pai de baixa renda, haja vista **que tanto o** próprio pai quanto a comunidade ainda o enxergam como o provedor, responsável pelo sustento da família.

Percebe-se **que a** discussão está ancorada em fundamentos **do poder familiar**, haja vista que foi possível identificar características da nova paternidade em todas as relações analisadas. Os efeitos da consolidação do referido conceito **no ordenamento jurídico brasileiro**

23

são sentidos **nas relações familiares**, que vêm transformando-se cotidianamente. No entanto, como exposto neste estudo, sobretudo nas camadas populares, tais transformações ainda estão acompanhadas de resquícios do patriarcalismo, o que confirma o mencionado por Souza e Benetti (2009) sobre a coexistência dos modelos do novo pai e do pai provedor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de **vida dos filhos**, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças **no ordenamento jurídico brasileiro** quanto **ao poder familiar**.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que a paternidade se encontra em transição, isto porque a sociedade passou por grandes modificações no século XX e nesse início do século XXI, assim como a família. Embora **o ordenamento jurídico** tenha acompanhado tais mudanças, dispondo agora sobre **as relações familiares de forma mais** democrática e igualitária, ancorado no poder familiar, entende-se que é necessário analisar os indivíduos **a partir de** suas peculiaridades.

Notou-se que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi facilitado principalmente pela socialização por meio do trabalho pai-filho, no entanto, foi prejudicado pela falta de tempo em decorrência do labor ou pela distância. Além disso, os resultados obtidos revelaram que diversos aspectos influenciam o envolvimento paterno, entre eles a classe socioeconômica, sobretudo **no que tange** à relação do pai de baixa renda com o trabalho ou a situação de desemprego. Neste contexto, ainda é comum a figura do pai como provedor, **ou seja, o exercício da** paternidade tradicional. No entanto, cumpre ressaltar a importância da decisão do pai em estar envolvido.

Os reflexos das mudanças **no ordenamento jurídico** quanto à transição do pátrio poder para **o poder familiar** foram encontrados nas relações pai-filho na camada popular, isto porque, embora seja possível perceber resquícios do modelo patriarcal presentes **na forma de** relacionar-se do pai contemporâneo, notou-se que tais relações são sustentadas tanto pela responsabilidade, quanto pela afetividade, princípio fundamental no instituto **do poder familiar**.

Por fim, levanta-se a necessidade de se realizar outros estudos que aprofundem a discussão do envolvimento paterno, considerando as particularidades dos sujeitos e os impactos das **transformações sociais e do ordenamento jurídico brasileiro**.

24

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. D. **Poder familiar e** afeto numa perspectiva espinosana. In: Família e dignidade humana: V Congresso **Brasileiro de Direito de Família**. Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). São Paulo: IOB, 2006.

BACKES, M. S.; BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 61, p. 100-119, 2018.

BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). *Fathers in cultural context*. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, (32), 205-226, 2010.

BEVILAQUA, C.; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. **Rio de Janeiro**: Francisco Alves, 1942.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil** de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. **Acesso em:** 15 abr. 2020.

BRASIL. **Lei n 8.069, 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília, DF. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. **Acesso em:** 22 maio 2020.

BRASIL. **Lei n 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil**. Brasília, DF. 11 jan. 2002. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. **Acesso em:** 15 abr. 2020.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no Subúrbio Ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005.

CABRERA, N. J.; TAMES-LEMONDA, C.; BRADLEY, R.H.; HOFFERTH, S.; LAMB, M.E. Fatherhood in the twenty first century. *Child Development*, 71, 127-136, 2000.

DONATI, P. Família no Século XXI: abordagem relacional. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. Direito das famílias. 2. ed. **Rio de Janeiro**: Lumen Juris,



2010.

FITERMAN, H; MOREIRA, L. V. C. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. *Polis, Revista latino-americana*, n. 50, p. 47-68, 2018.

25

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Q. S.; ALVARENGA, P. O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 32, n. 3, 1-9, 2016.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (Org.). *The role of the father in child development*. 5. Ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.

LAMB, M. E.. O papel do pai em mudança. *Análise Psicológica*. 1(X), 19-34, 1992.

LEVANDOWSKI, D.; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. *Interações*, 7(13), 77-100, 2002.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. O pai em pesquisas sobre família. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (Orgs.). *O pai na sociedade contemporânea*. Bauru: Edusc, 2010.

NARO, R. C. G.; MOREIRA, L. V. C. Envolvimento paterno em camada popular: estudo de casos múltiplos em Salvador/Bahia. In: Lúcia Vaz de Campos Moreira; Elaine Pedreira Rabinovich; Maria Natália Ramos. (Org.). *Pais, avós e relacionamentos intergeracionais na família contemporânea*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 5, p. 123-139.

PEREIRA, M. B.; MARTOS, F. T. A. Do pátrio poder **ao poder familiar**: as atribuições dos pais quanto à **proteção dos filhos**. *Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de Direito de Franca*, v. 4, n. 1, p. 729-750, jun. 2019.

PEREIRA, R. C. Responsabilidade civil pelo abandono afetivo. In: MADALENO, R.; BARBOSA, E. (Coords.). *Responsabilidade civil no Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2015.

PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*.



Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, S. M. C. B.; MOREIRA, L. V. C. Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2016.

SILVA, M. R.; PICCININNI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. Estudos de Psicologia, Campinas, 24(4), 561-573, 2007.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. Paideia, 19(42), 97-106, 2009.

SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), 61-71, 2008.

26

TARTUCE, F. Direito Civil: **Direito de Família**. 13. ed. Rio de Janeiro: **Forense**, 2018.

THERBORN, G. Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000. 1. ed. **São Paulo**: Contexto, 2006.

TUDGE, J. The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies. New York: Cambridge University Press



=====

Arquivo 1: [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#) (7748 termos)

Arquivo 2: <https://www.escavador.com/sobre/277744773/luis-vaz-de-campos-moreira-tourinho> (878 termos)

Termos comuns: 46

Similaridade: 0,53%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#)
. Os termos em vermelho foram encontrados no documento
<https://www.escavador.com/sobre/277744773/luis-vaz-de-campos-moreira-tourinho>

=====

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Salvador
2020

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO



ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Direito **pela Universidade
Católica do Salvador.**

Orientadora: Profa. Dra. **Lúcia Vaz de Campos Moreira.**

Salvador
2020

1
ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE VIDA DOS FILHOS E
OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
QUANTO AO PODER FAMILIAR

Ana Marcela Silva do Nascimento



1

Profa. Dra. **Lúcia Vaz de Campos Moreira**

2

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. A pesquisa é qualitativa, com estudo de casos múltiplos, e teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/BA. Como instrumento foi utilizado o “**Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital**”, contendo questões abertas e fechadas. Para a coleta de dados foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que seguiu os seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo e ser da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos. As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse. Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. Principais resultados: persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular. Ser pai é concebido como uma bênção, dádiva, mas também implica ser responsável, educar, ser exemplo e dar tudo de si. Tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho. Há necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Família. Envolvimento paterno. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família, como realidade sociológica, atravessou diversas mudanças desde a importação do modelo patriarcal para o Brasil até o presente momento. Neste sentido, o ordenamento jurídico brasileiro acompanhou as transformações sociais e, por conseguinte, da família, possibilitando a consolidação do conceito de poder familiar. Farias e Rosenvald (2010, p. 43) afirmam que “consagra-se, assim, a igualdade substancial no plano familiar, excluindo todo e qualquer tipo de discriminação decorrente do estado sexual”. Por sua vez, em meio a este contexto, a figura paterna passa a distanciar-se da imagem tradicional, no

1

Graduada em Direito **pela Universidade Católica do Salvador**. E-mail: anamarcela.07@hotmail.com

2

Doutora em Psicologia (USP), professora do **Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea** (UCSal), do Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contexto Social e do



Curso de Psicologia (UCSal). E-mail: lucia.moreira@ucsal.br

2

entanto, ainda sem cortar laços completamente, como apontam Souza e Benetti (2009). Para compreender os reflexos de tais alterações, no entanto, faz-se necessário considerar as particularidades dos indivíduos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “**Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável**”, realizada pelo **grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”**, liderado pela segunda autora, Profa. Dra. **Lúcia Vaz de Campos Moreira**. O estudo maior tem como participantes 60 homens residentes em Salvador/Bahia, sendo 30 de classe média-alta e 30 de classe popular.

Neste texto constam: uma revisão de literatura, o método do estudo, os resultados encontrados, a **discussão dos dados obtidos** à luz da literatura e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução do conceito de poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro e do envolvimento paterno no contexto de baixa renda.

2.1 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O pater familias, termo latim que em português significa “pai de família”, era o estatuto familiar mais elevado na Antiguidade, o qual possuía poderes ilimitados sobre os filhos. Séculos depois, com a colonização, o Brasil importou o modelo de família portuguesa, marcada pelo patriarcalismo, que permaneceu como modelo ideal de família durante longos anos. (ANDRADE, 2005).

O Código Civil de 1916 incorporou o conceito de pátrio poder e dispôs taxativamente o marido/pai como titular desta função, cabendo somente a ele exercer este poder sobre os filhos menores, de modo que, apenas nas hipóteses de ausência ou impedimento quanto à sua figura, é que a esposa poderia chefiar a sociedade conjugal. De acordo com Petrini (2005), este modelo de família patriarcal brasileira começa a decair no final do século XIX, momento

3

em que o pai deixa de ocupar o lugar central na família e de possuir a responsabilidade exclusiva pelas decisões do grupo familiar. Conforme Andrade (2005, p. 4), Até antes do novo Código Civil, ainda era praticamente unânime a compreensão tradicional do poder familiar como sendo basicamente **uma forma de** autoridade – no caso, dos pais sobre os filhos, uma versão contemporânea do que teria sido a autoridade do pater familiae sobre os seus filhos e seus bens.



Therborn (2006), em estudo baseado em fontes globais e mapeamento detalhado das mudanças da família e do patriarcado como sustentáculo das relações sociais no século XX, analisa as transformações estruturais pelas quais a família passou, por meio de três fatores principais: o patriarcado e as relações entre pais e filhos, homens e mulheres; o papel do casamento ou da ausência deste como determinante no comportamento sexual e o processo histórico da fecundidade e do controle de natalidade. O referido autor destaca como a sociedade tinha como base o poder e a superioridade dos homens sobre os filhos e esposas. Além disso, aponta que, no século passado, diversas alterações ocorreram em razão de conquistas referentes aos direitos das mulheres e das crianças e menciona o patriarcado como o grande perdedor desde então.

Ao passo em que a sociedade e, conseqüentemente, a família modificaram-se, a Constituição Federal de 1988 acompanhou tais mudanças apresentando em seu texto o termo poder familiar, conceito que já existia, mas que se consolidou com a Carta Magna e refletiu no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e no Código Civil de 2002. A partir daí, segundo Andrade (2005), a família deixou de ser pensada como uma unidade de dominação ou de exercício do poder dos pais sobre os filhos e passou a ser vista como uma relação mútua de assistência. Neste sentido, Tartuce (2018) destaca a presença da responsabilidade e da afetividade nas relações familiares.

Assim, enquanto havia antes uma concepção da família enquanto uma célula da sociedade na qual há filhos que estão subordinados aos pais, ou mesmo há pais que estão subordinados aos filhos, passa-se agora a uma noção de uma família mais “democrática”, na qual os filhos são reconhecidos como dependentes (tanto materialmente quanto afetivamente) dos pais (e não como sua propriedade) ou os pais são reconhecidos como dependentes (afetivamente e materialmente) dos filhos (e não sua apropriação). (ANDRADE, 2005, p.5).

Segundo Ariès (1981, apud SANTOS; MOREIRA, 2016, p. 48), além de diminuir a autonomia da mulher, o patriarcado direcionava ao primogênito a responsabilidade pela proteção dos bens familiares, visto que surgiu como tentativa de impedir a divisão patrimonial, sendo a família considerada célula social, fundamentada pelo poder do Estado.

4

Deste modo, Donati (2008, p. 62) pontua que ocorreu um “processo de desinstitucionalização, entendida como a diminuição de certas expectativas públicas a respeito da família, a favor de uma maior legitimação como grupo social expressivo do mundo vital”.

Superada a percepção da família como unidade produtiva e reprodutiva, pregada pelo Código Civil de 1916, a partir dos valores predominantes naquela época, descortinam-se novos contornos para o Direito das Famílias, fundamentalmente a partir da Lex Mater de 1988, que está cimentada a partir de valores sociais e humanizadores, especialmente a dignidade humana, a solidariedade social e a igualdade substancial. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 38).

O texto da Carta Magna, complementam Farias e Rosenvald (2010), além do art. 5º, no art. 226 volta a versar sobre a igualdade entre homem e mulher, dispondo que os direitos e

deveres relativos ao matrimônio devem ser exercidos por ambos, de modo que “a evidente preocupação constitucional em ressaltar a igualdade substancial entre homem e mulher parece decorrer da necessidade de pôr a cobro a um tempo discriminatório em que o homem chefiava a relação conjugal, subjulgando a mulher” (FARIAS; ROSENVOLD, 2010, p. 43).

Diante disso, a família matrimonializada, ancorada no Código Civil de 1916, torna-se cada vez mais pluralizada a partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, bem como sua característica patriarcal perde espaço para características democráticas e a hierarquia dá lugar à igualdade. Vê-se, portanto, que “com esse espírito, não se pode olvidar que a família está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se em face da sua própria estrutura cultural” (FARIAS; ROSENVOLD, 2010, p. 10).

2.2 ENVOLVIMENTO PATERNO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

As transformações sociais pelas quais a família passou ao longo do século XX, principalmente no que tange ao declínio do modelo patriarcal, possibilitaram que o homem assumisse outros papéis no cotidiano familiar. Conforme Souza e Benetti (2009), o pai, que era apenas provedor, passou a compartilhar a renda familiar com a esposa, visto que as mulheres também passaram a assumir tarefas fora do âmbito doméstico. Assim, o referido século foi marcado por fatores como a participação da mulher no mercado de trabalho; a ausência de determinados pais ao longo da vida dos filhos; em contrapartida, outros pais apresentaram envolvimento com filhos pequenos e houve o crescimento da diversidade cultural (CABRERA; TAMIS-LEMONDA; BRADLEY HOFFERTH E LAMB, 2000).

5

Os autores mencionados pontuam, ainda, que o papel do pai encontra-se em transição, visto que as funções estão se redefinindo. Deste modo, conforme Filgueiras e Petrini (2010), os homens vêm acessando novos modelos de paternidade que, anteriormente, eram dificilmente associados à figura paterna. Segundo Levandowski, Antoni, Koller e Piccinini (2002) e Lamb (1992), este movimento vem sendo conhecido como “a nova forma de paternidade” ou apenas “a nova paternidade”. No entanto, Souza e Benetti (2009) ponderam que, embora este novo pai seja consideravelmente diferente do patriarca, não houve uma dissociação completa, haja vista que com ele coexiste o modelo tradicional do pai provedor. Para Lamb (2010), é de suma importância a presença da figura paterna e seu envolvimento com os filhos. A partir disso, o autor classifica o envolvimento paterno em três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado efetivamente com a criança e relaciona-se com a importância de estar junto. A acessibilidade compreende as atividades que não demandam interação direta, as quais podem ser executadas sem a necessidade da presença física. Implica estar disponível para atender às demandas do filho. A responsabilidade, por sua vez, está relacionada à preocupação com os cuidados e necessidades para garantir o bem-estar da criança. Percebe-se, então, que as transformações que o pai vivencia na atualidade são consequência de uma paternidade mais sensível e participativa, caracterizada por um possível envolvimento mais saudável e efetivo (SANTOS; MOREIRA, 2016).

Santos e Moreira (2016) pontuam, ainda, que alguns aspectos interferem no



envolvimento entre pais e filhos, podendo-se destacar a conjugalidade, o divórcio, as características do pai, o papel da mãe, a idade e o sexo dos filhos. As autoras citadas destacam, também, que “o aspecto trabalho do pai interfere sobremaneira no envolvimento” (p. 57) e mostra-se como um grande desafio quanto à conciliação trabalho-paternidade.

Os efeitos dos conflitos, assim como da harmonia conjugal, são sentidos pelas crianças, conforme aponta Lamb (2010). Neste sentido, Silva e Piccininni (2007) concordam que, em relacionamentos conjugais com mais diálogo e menos conflito, o envolvimento paterno tende a ser mais satisfatório. No que tange ao divórcio, notam-se prejuízos relativos a determinados papéis paternos que acabam não sendo preenchidos, como a relação emocional e as funções social e econômica, no entanto, não há que se ter uma visão determinista quanto a estes aspectos, desconsiderando as singularidades de cada criança, do pai e dos contextos em que estão inseridos (LAMB, 2010). A decisão do pai em estar envolvido também precisa ser considerada, o que pode ser reflexo positivo da conjugalidade (LAMB, 1992). Além disso,

6

conforme Fiterman (2018), assumir o papel de pai faz com que o homem reflita, passando a avaliar como foi criado, como quer ser pai, seus valores, moral e comportamentos. Por sua vez, conforme Lamb (1992), cumpre salientar que algumas mulheres podem resistir à participação do homem nos cuidados com a criança, optando por manter exclusividade e autoridade nesta função, de modo que, em famílias nas quais a mãe trabalha fora, percebe-se maior envolvimento paterno do que nas famílias em que a mãe não possui um emprego.

Além disso, Lamb (1992) aponta que os pais costumam dedicar mais tempo aos filhos em idade pré-escolar, mas afirma que, em geral, os pais estão mais envolvidos com os filhos do que com as filhas, independente das idades, vínculo também constatado em pesquisa realizada por Moreira e Rabinovich (2010). No estudo “Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality”, Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) discutem a necessidade de considerar a classe social das famílias e ressaltam que a tendência de ignorar os aspectos econômicos, sociais, educacionais, étnicos e culturais constitui uma das maiores limitações dos estudos psicológicos no Brasil. Os autores consideram que não é possível falar de um padrão de paternidade brasileira, pois esta é complexa e varia amplamente com a condição socioeconômica e o nível de escolaridade do pai, visto que as variações subculturais da paternidade relacionam-se principalmente à classe social, o que também foi verificado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017). Em estudo intercultural, Tudge (2008) observou que havia mais semelhanças na mesma classe em diferentes países do que em classes diversas no mesmo país.

Bustamante (2005) destaca a importância do papel de provedor para o pai de classe popular, pois entende que sua função é não deixar faltar nada aos filhos. Embora o pai reconheça a necessidade de momentos de lazer, a dinâmica em que vive e a ausência de recursos podem prejudicar o convívio. Neste sentido, Backes et al. (2018), em estudo voltado a identificar fatores que interferem no envolvimento paterno de pais de crianças entre quatro e seis anos, ao analisarem a subcategoria “modelo do próprio pai” perceberam que “prevaleceu o modelo de pai provedor, que trabalhava fora de casa e cuja preocupação central era o sustento da família” (p.7). Tudge (2008) identificou que pais de classe média despendem maior tempo com as crianças envolvidos com atividades de ensino e brincadeiras, enquanto



pais de camada popular gastam esse tempo conversando com os filhos. A socialização por meio do trabalho pai-filho também ganha destaque entre as famílias de baixa renda, que usam este método como meio de prevenir a delinquência e preparar a criança para a inserção no mercado de trabalho futuramente. É comum os pais ensinarem os meninos e as mães

7

ensinarem as meninas, o que promove um engajamento precoce das crianças em diversas atividades, no entanto, o cenário torna-se mais complexo pela recorrência do desemprego ou subemprego desses pais. Além disso, neste contexto, a figura paterna destaca-se como autoridade moral, enquanto as mães são responsáveis por manterem a unidade familiar por meio do cuidado (BASTOS; VOLKMER-PONTES; BRASILEIRO; SERRA, 2013).

Por fim, ainda em relação ao contexto de desemprego, Souza e Benetti (2008) constataram que os pais que recebiam contribuições de familiares ou de outras fontes estavam mais envolvidos com os filhos do que os pais que não recebiam contribuições de nenhuma natureza. Sobre este fato, Gomes e Alvarenga (2016) afirmam que, além da privação de recursos materiais, a ausência do trabalho acarreta também problemas emocionais, isto porque, como mencionado, a figura paterna ainda está vinculada ao papel de provedor, sobretudo na camada popular.

3 MÉTODO

Para Minayo (2002, p. 16), entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, o que inclui as “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

3.1 DELINEAMENTO

Nesta investigação, aplicou-se o estudo de casos múltiplos, nos quais, conforme Gil (2002), frequentemente são utilizados de quatro a dez casos. O autor destaca, ainda, que este tipo de estudo não tem a finalidade de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas de oferecer uma visão global do problema e identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/Bahia. Todos eram da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos.

Constam, a seguir, alguns dados sobre os participantes, com nomes fictícios, objetivando preservar a identidade deles.

8

Tabela 1 – Dados sobre os participantes

Nome
fictício
Idade
(em



anos)
Escolaridade Profissão
e carga
horária
semanal de
trabalho
Renda
pessoal
mensal
Religião Etnia Estado
civil
Nelson 44 Ensino
Fundamental II
completo
Pedreiro
(40 horas)
1,2
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Francisco 48 Ensino
Fundamental II
completo
Vendedor
(40 horas)
1,6
salários
mínimos
Protestante Preta Casado no
civil e no
religioso
Eduardo 45 Ensino
Fundamental II
completo
Caminhoneiro
(40 horas)
1,9
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso



Adriano 43 Ensino Médio completo
Desempregado
(renda de aluguel de imóvel e trabalhos eventuais)
Um salário mínimo
Protestante Parda Casado no civil e no religioso
Fonte: As autoras.

Observa-se que os pais tinham de 43 a 48 anos; três tinham o Ensino Fundamental II completo e apenas um tinha o Ensino Médio completo. Três estavam trabalhando, sendo um pedreiro, um vendedor e um caminhoneiro, e o outro estava desempregado, tendo como renda o aluguel de imóvel e trabalhos eventuais. Todos eram protestantes, sendo três pardos e um preto. Com relação ao estado civil, todos eram casados (no civil e no religioso).

3.3 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, elaborado pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”/UCSal, liderado pela Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O instrumento contém questões abertas e fechadas, abordando: dados de identificação; dados sobre a família; paternidade e **envolvimento do pai** do participante com ele; repercussões do envolvimento paterno no desenvolvimento; envolvimento do participante com o(s) seu(s) filho(s); envolvimento do participante com o pai idoso; classe socioeconômica e envolvimento; masculinidade e paternidade.

3.4 PROCEDIMENTOS

9

O projeto de pesquisa maior, intitulado “**Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável**”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal (CAAE: 47362315.2.0000.5628). Para a coleta de dados do presente estudo, foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que se enquadravam nos seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo, mesmo que não tenham convivência; ser da classe D (renda mensal familiar de mais de um a três salários mínimos).

As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram



pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os quatro casos e, em seguida, haverá uma discussão geral sobre eles.

4.1 CASO 1: NELSON

Na infância e na adolescência, Nelson residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que fazia trabalhos como costureira) e com os dois filhos, um do sexo feminino e o outro do sexo masculino que, à época da coleta de dados, tinham 16 anos e 12 anos de idade, respectivamente. Para ele, ser pai “é uma bênção, é ter a responsabilidade de criar e educar os filhos, constituir uma família, ser exemplo em casa”. Nelson sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna e afirmou que, na infância, trabalhava na roça com o genitor, o qual conversava bastante com ele e seus irmãos, ensinando como deveriam proceder na vida. Assim, durante a infância, o **envolvimento do pai** de Nelson com ele foi alto nos aspectos interação, acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o **envolvimento do pai com** ele, nessa fase da vida, foi o fato de seu pai ser amoroso e querer ser próximo. Nelson afirma que nada dificultou o envolvimento do seu genitor com ele.

10

Também na adolescência, o **envolvimento do pai** de Nelson com ele foi alto, tanto em interação quanto em responsabilidade e acessibilidade. O que ajudou o **envolvimento do pai com** ele, nesta fase, foi o labor rural e o fato de seu pai gostar de estar com os filhos. O entrevistado afirmou novamente que, nesta fase da vida, nada dificultou o envolvimento. Na sequência, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o **envolvimento do pai** de Nelson com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o fato de seu pai continuar sendo presente, mesmo de longe, e ele continuar indo visitá-lo no interior do Estado da Bahia, bem como telefonar quase todo dia favoreceu o **envolvimento do pai com** ele, na vida adulta. Por sua vez, afirma que nada dificultou tal envolvimento: “o problema é só a distância mesmo, que dá saudade” (Nelson).

Nelson ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram importantes para que ele seja quem é; por outro lado, considerou que o **envolvimento do pai com** ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Nelson afirmou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, justificando que “eu sou apaixonado por meu pai, eu pego ele e encho de



beijo” (Nelson). Assim, favorece a relação, tudo que construíram ao longo da vida e o amor que recebeu do genitor, no entanto, o participante afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como informado anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12 anos de idade. Nelson considerou que seu envolvimento com os filhos era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, favoreceu seu envolvimento com a prole:

O amor, né? Eu amo muito meus filhos e gosto de participar de tudo na vida deles. A gente não trabalha juntos, como era com meu pai, porque eles estudam quase o dia todo e não precisam trabalhar, mas eles são meus chamegos.

Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o bom relacionamento do seu pai com ele refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos. Conforme Nelson, seu genitor o ensinou a ser pai, foi

11
com ele que aprendeu tudo o que sabe, o que transmite aos filhos. Quanto ao que refletia negativamente, não identificou nenhum aspecto. Além disso, o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Nelson considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “meus filhos também são doidos por meu pai e ele por eles. É um grude quando eles vão para o interior ver meu pai, é o tempo todo juntos”. Por outro lado, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois “eu acho muito bonito e agradeço a Deus por minha família e fico amando eles mais ainda, né?” (Nelson).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Nelson considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “a gente sempre foi simples, mas nunca faltou nada. Mas eu acho que o que influenciou mesmo foi a vontade dele estar com a gente, de ser um pai presente”. Quanto à escolaridade, justificou que “meu pai não estudou muito, mas sempre botou a gente para estudar e eu boto meus filhos mais ainda. Eu não fiz faculdade, mas eles vão fazer”. Por outro lado, o entrevistado considerou que o trabalho do seu pai influenciou no envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “[...] era nosso momento juntos”.

Por sua vez, Nelson avaliou que nem a sua condição financeira, nem o seu trabalho e nem a sua escolaridade influenciavam no envolvimento que ele mantinha com os filhos. No entanto, no aspecto financeiro, ponderou que “[...] mas é bom saber que a gente tem um dinheirinho para dar do melhor para eles”. Quanto ao trabalho, alegou que “Eu agradeço a Deus por sempre ter meu trabalho, né? Porque é difícil um pai de família desempregado”. E sobre o nível de escolaridade, apenas afirmou acreditar que não influencia. Nelson



considerou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “ficar desempregado e não conseguir sustentar sua família. É muito triste”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

12

4.2 CASO 2: FRANCISCO

Na infância e na adolescência, Francisco residia com os pais e os sete irmãos, sendo que em parte da adolescência passou a morar em Salvador/BA, apenas com um irmão, quando começou a trabalhar. Na vida adulta, passou a habitar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com os três filhos, sendo dois do sexo masculino, um com 18 anos e o outro com 24 anos de idade, bem como uma moça de 25 anos de idade, à época da entrevista. A filha do participante, à época, não residia mais com ele. Para o participante, ser pai “é ter responsabilidade, é dar tudo de si para manter a família”.

Francisco sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna, no entanto, afirmou que, na infância não realizava muitas atividades com o pai, “era mais o trabalho no interior”. Assim, durante a infância, o **envolvimento do pai** de Francisco com ele foi baixo no aspecto da interação, moderado em termos de acessibilidade e alto no item responsabilidade. O que favoreceu o **envolvimento do pai com** ele, na infância, foi a responsabilidade dele com os filhos. Por outro lado, dificultou o envolvimento “o temperamento dele, era muito calado e rígido”.

Na adolescência, o **envolvimento do pai** de Francisco com ele continuou sendo baixo em termos de interação, moderado quanto à acessibilidade e alto no que diz respeito à responsabilidade. O que ajudou o **envolvimento do pai com** ele, na adolescência, foi o fato de o genitor sempre vir visitá-lo em Salvador para ver como ele e seu irmão estavam. Por sua vez, o que dificultou o envolvimento foi a distância, visto que o participante não residia mais com o pai, nesta fase da vida.

Já na fase adulta (à época da realização da entrevista), o **envolvimento do pai** de Francisco com ele foi considerado moderado em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o envolvimento com o pai foi favorecido, pois seu genitor fica em sua casa sempre que vai até Salvador para realizar exames e consultas médicas e afirma que “isso é bom, porque eu não posso estar sempre no interior e quando eu não vou, ele vem”. Por sua vez, comenta que nada dificultou tal envolvimento e justifica que “ele está bem melhor agora na velhice, só não gosta de ser dependente de ninguém”.

Francisco ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que foi influenciado positivamente ao ver seu pai sempre trabalhando para sustentar a família, o que foi um exemplo para ele; por outro lado, considerou que o **envolvimento do pai com** ele também influenciou negativamente no seu desenvolvimento, pois “hoje eu sou um pouco

13



sério também, às vezes me sinto um pouco rígido com meus filhos, mas com certeza sou bem menos que meu pai. Mas acho que ficou um pouco disso em mim”.

No momento da entrevista, Francisco afirmou que se relacionava bem com o pai idoso, justificando que “ele não gosta de se sentir dependente [...] sempre me liga para resolver algumas coisas, mas gosta de ficar no canto dele”. Assim, o que favorece a relação é o fato de o genitor precisar ir para a casa de Francisco quando vai ao médico em Salvador, no entanto, o participante afirmou que o que dificultava a relação entre eles era a distância. À época da realização da entrevista, o participante tinha três filhos, dois do sexo masculino, com 18 e 24 anos de idade e outra do sexo feminino, com 25 anos de idade. Francisco considerou que seu envolvimento com a prole era moderado em termos de interação e alto quanto à acessibilidade e responsabilidade. O entrevistado comentou o que favorecia seu envolvimento com os filhos:

Eu sou um pai presente, mesmo trabalhando muito. Os meninos também estudam e às vezes não encontro muito eles em casa. Mas, assim, a gente assiste futebol juntos, almoçamos sempre juntos, todo mundo gosta de futebol e esse é um momento da família. Também tenho um filho que joga, eu sempre levo ele para a escolinha de futebol. A menina já é casada, mas geralmente almoça lá em casa. Eu dei uma casa a ela e agora estou ajudando a construir o espaço de fisioterapia para ela trabalhar, porque ela se formou faz pouco tempo. Tenho muita preocupação com a profissão deles, faço o que for possível.

Por outro lado, afirmou que, às vezes, a falta de tempo dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos foi: “a responsabilidade de ser pai”. Já o que refletia negativamente era o jeito sério que herdou do pai.

Vale salientar, ainda, que o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto em interação e moderado em acessibilidade e responsabilidade. Francisco considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “ele vindo para minha casa, fica mais próximo dos meus filhos. Meus filhos são muito cuidadosos com ele”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “[...] acaba aproximando todo mundo” (Francisco).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Francisco considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Por outro lado, o entrevistado considerou que o

14

trabalho do seu pai influenciou o envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “hoje eu sou pai, entendo como é difícil não ter emprego”.

Por sua vez, Francisco avaliou que tanto a sua condição financeira quanto o seu trabalho influenciavam de algum modo no envolvimento que ele mantinha com os filhos, no entanto, acreditava que o nível de escolaridade não exercia influência. No aspecto financeiro,



justificou que “eu acho que me dá tranquilidade, porque alguém endividado não consegue fazer nada, nem se relacionar com os filhos”. Quanto ao trabalho, alegou que “influencia sim, pelo mesmo motivo. É difícil para um pai de família não ter um emprego”.

Francisco considerou que seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactavam no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso, mas ponderou que “talvez só a condição financeira, porque eu posso pagar médico para ele e levar ele de carro para os lugares”.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “o desemprego, essa crise que o país enfrenta”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.3 CASO 3: EDUARDO

Durante a infância e adolescência, Eduardo residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com o único filho que, à época da coleta de dados, tinha nove anos de idade. Para ele, ser pai:

é uma dádiva. Eu quis muito ser pai. Eu e minha esposa demoramos para ter nosso filho, a gravidez dela foi de risco, mas no fim deu tudo certo. Nosso filho é nosso amor.

Eduardo sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Ao longo da infância, o **envolvimento do pai** de Eduardo com ele foi moderado em termos de interação e alto nas dimensões acessibilidade e de responsabilidade.

Na perspectiva do participante, o que favoreceu o **envolvimento do pai com** ele, na infância, foi o tempo que passavam juntos, principalmente quando seu pai o ensinava algo do trabalho. Por sua vez, não sabe dizer o que dificultou o envolvimento.

Na adolescência, o **envolvimento do pai** de Eduardo com ele continuou moderado em interação e alto em acessibilidade e responsabilidade. O que ajudou no **envolvimento do pai**

15

com ele, nesta etapa da vida, foi o afeto. Neste período, não soube dizer o que dificultou a relação deles.

Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o **envolvimento do pai** de Eduardo com ele foi considerado alto em interação, acessibilidade e responsabilidade.

O participante ponderou que o que favoreceu o **envolvimento do pai com** ele, na vida adulta, foi “a afinidade, conversamos sobre as mesmas coisas, ele agora é meu amigo mesmo, alguém que eu divido minha vida, conto meus problemas”. Por sua vez, considera que nada dificultou tal envolvimento.

Eduardo ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, por meio dos ensinamentos que recebeu. Por sua vez, considerou que o **envolvimento do pai com** ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Eduardo afirmou que mantinha um relacionamento muito



bom com o pai idoso. O participante informou que o que favorecia a relação era a amizade que tinham, no entanto, destacou que nada dificultava a relação entre eles. Conforme consta anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha apenas um filho, do sexo masculino, com nove anos de idade. Eduardo avaliou que seu envolvimento com seu filho era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, o que favorecia seu envolvimento com a criança era “o amor”. Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele, nas diversas fases da vida (infância, adolescência e etapa adulta), influenciou no envolvimento que Eduardo mantinha **com o filho**, pois: “a gente sempre leva para nossa vida o que nos foi dado. Meu pai sempre foi um bom pai”. O aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com o próprio filho foi: “a proximidade entre pai e filho”. Por outro lado, nada refletia negativamente. Destaca-se, ainda, que o participante avaliou que o envolvimento de seu **pai com o** neto dele (filho do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Eduardo considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou positivamente a relação do seu **pai com o** neto, justificando que “um ensina o outro a amar”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu **pai com o** neto (filho do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, conforme este, “me faz amar ele ainda mais”.

16

Sobre classe socioeconômica e envolvimento, Eduardo avaliou que a escolaridade do seu pai não influenciou no envolvimento deste com o participante. No que diz respeito à condição financeira e ao trabalho, alegou que “influenciou na forma que ele conseguiu nos proporcionar a educação”. Por sua vez, Eduardo avaliou que tanto o seu trabalho quanto a sua escolaridade e condição financeira influenciavam, de algum modo, no envolvimento que ele mantinha **com o filho**. No aspecto de trabalho e condição financeira, justificou que “me dá tranquilidade”. Quanto à escolaridade, alegou: “Acho que sim, porque eu ensino a atividade dele, isso já é um momento nosso de interação e eu influencio ele a estudar e ter uma profissão”. Eduardo apreciou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era a falta de emprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que era “a falta de emprego também e os filhos indo para o mau caminho”.

4.4 CASO 4: ADRIANO

Na infância e na adolescência, Adriano residia com os pais e 18 irmãos, visto que seus pais tiveram 19 filhos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado, assim como o entrevistado, que estava desempregado) e com os dois filhos do sexo masculino que, à época da coleta de dados, um tinha 17 anos e o outro 10 anos de idade, sendo que residia ao lado da casa dos pais. A definição apresentada pelo participante a



respeito do que é ser pai foi a seguinte: “Ser pai é como dizem, é padecer no paraíso. É muito bom, mas quando passamos por dificuldades tendo filhos, é bem mais difícil”.

Adriano sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Durante a infância, o **envolvimento do pai** de Adriano com ele foi moderado no aspecto interação e alto nos itens acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o **envolvimento do pai com** ele, na infância, foi o fato de seu pai sempre ter sido responsável com ele e os irmãos. Quanto às atividades realizadas com o pai, na infância, comenta: Eu lembro muito dos domingos que íamos todos juntos para a igreja, todos os irmãos, meu pai organizava todo mundo e ensinava como deveríamos nos comportar, a ter reverência. Eu não tinha muitos momentos sozinho com meu pai, minha casa era sempre cheia.

17

Por sua vez, dificultou o envolvimento a falta de muito tempo livre. Na adolescência, o **envolvimento do pai** de Adriano com ele continuou moderado em interação e alto em termos de acessibilidade e responsabilidade. O que auxiliou o **envolvimento do pai com** ele, na adolescência, foi a responsabilidade em sustentá-los, embora não fosse de passar muito tempo conversando com os filhos. Por sua vez, considera que o fato de serem muitos irmãos pode ter dificultado o envolvimento, pois não permitia que o pai tivesse muito tempo livre. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o **envolvimento do pai** de Adriano com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante informou que nada dificultou o envolvimento nesta etapa e que a relação foi favorecida, pois:

[...] eu sou muito amoroso, pego ele, beijo, abraço, chamo de “meu véio”. Eu moro do lado da casa dele, também tem outros irmãos que moram perto, mas a maioria mora em outros bairros. Não é como antigamente que tinha 19 filhos ao mesmo tempo. Agora tem os netos, mas não é todo dia que estão todos juntos. Hoje em dia eu tento dar toda minha atenção a ele, para aproveitar todo o tempo. (Adriano).

Adriano considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que influenciou, principalmente, no aspecto da responsabilidade. Por outro lado, considerou que o **envolvimento do pai com** ele não influenciou negativamente o seu desenvolvimento. No momento da entrevista, Adriano informou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, sendo que a relação era favorecida pelo “meu jeito e a disponibilidade dele”. O entrevistado afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como dito anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos do sexo masculino e considerou que seu envolvimento com eles era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Segundo o entrevistado, “a disponibilidade, o amor, a vontade de estar perto” favoreceram o envolvimento com seus filhos. Por outro lado, comenta sobre o que dificultou o envolvimento:

Eu passei por um período bem difícil de depressão. Estou há um bom tempo



sem conseguir emprego e isso me fez muito mal, sabe? Hoje estou bem melhor, mas teve um período que estava sendo medicado e fiquei bem distante de tudo. Não sentia vontade de mais nada, nem de interagir com eles. Ao mesmo tempo, eu ficava triste por não estar participando como deveria e em ver eles me vendo daquele jeito, sem poder dar o que eles precisavam. (Adriano).

O entrevistado considerou que o envolvimento que o próprio pai teve com ele nas diversas fases da sua vida influenciou no envolvimento que Adriano mantinha com os filhos,

18

pois aprendeu sobre educar com seu pai. O participante pontuou que a educação e a responsabilidade foram os aspectos do relacionamento **do pai com** ele que mais refletiram positivamente na relação que mantinha com os próprios filhos. Por outro lado, nada refletia negativamente.

O participante avaliou, ainda, que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do entrevistado) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Adriano ponderou que o relacionamento dele com o pai influenciou na relação do seu pai com os netos, justificando que “somos uma família e na família tudo se aprende. Eu ensino meus filhos a cuidarem do avô deles em todas as situações”. O entrevistado avaliou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) também influenciou na relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “me aproxima ainda mais dele”. Com relação à classe socioeconômica e envolvimento, Adriano ponderou que tanto a condição financeira, quanto o trabalho e também o nível de escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “com certeza deve ter influenciado, porque imagine criar 19 filhos sem ter condição. Claro que nada era fácil, mas ninguém nunca passou fome lá em casa”. Quanto ao trabalho, justificou que “nenhum pai fica bem quando está desempregado [...] eu vejo na prática o quanto minha saúde mental interfere no meu relacionamento com as pessoas”. Com relação à escolaridade, informou que “deve ter influenciado também, porque com tanta gente em casa e ele não deixar ninguém sem estudar [...] certamente foi importante”.

Por sua vez, Adriano avaliou que a sua condição financeira influenciava no envolvimento que mantinha com os filhos, bem como a sua falta de trabalho e o seu nível de escolaridade. No aspecto financeiro e em relação à situação de desemprego, justificou que agora ele está melhor, mas tais fatores já atrapalharam no envolvimento. Na questão da escolaridade, pontua que consegue acompanhar melhor o desenvolvimento dos filhos e entender o que eles estão aprendendo.

Adriano considerou que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade impactaram no relacionamento que estabelecia, à época da entrevista, com o pai idoso, pois acredita que “impacta em todos os meus relacionamentos”.

Finalmente, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era o desemprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

19

5 DISCUSSÃO GERAL

O poder familiar passou por significativas transformações que, para além da igualdade de gênero, refletiram em relações familiares mais democráticas. O Código Civil de 1916, baseado no pátrio poder, tratava a figura do marido/pai como chefe da sociedade conjugal, alguém que tomava as decisões relativas ao grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolida o instituto do poder familiar, o que se constitui “não apenas como um poder de ambos os pais, mas sim como uma obrigação legal a eles imposta na observância do interesse dos filhos”, sendo, assim, um dever material e afetivo (PEREIRA; MARTOS, 2019, p. 737). Os resultados encontrados serão discutidos com base neste conceito e no de envolvimento paterno. Na infância e na adolescência, os quatro participantes residiam com a família nuclear de origem, sendo que um deles, em parte da adolescência, passou a morar apenas com um irmão, quando foi morar em Salvador/BA para trabalhar. À época da entrevista, na fase adulta, os quatro participantes residiam com a família nuclear constituída (o entrevistado, a esposa e o/os filho/s), porém, um deles (Adriano) morava bem próximo aos genitores, o que favorecia o envolvimento entre eles. É importante destacar que, entre os entrevistados, três vieram da zona rural para a capital à procura de condições melhores que o labor urbano poderia proporcionar. Além disso, apenas no caso de Nelson, a esposa contribuía para a renda familiar, realizando trabalhos como costureira. Neste sentido, é possível perceber que persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular, conforme também destaca Bustamante (2005).

Para os participantes, ser pai é uma bênção, uma dádiva, mas também significa ter responsabilidades, educar, ser exemplo, dar tudo de si e, por vezes, representa uma árdua caminhada.

Os quatro entrevistados conviveram com o pai biológico. Quanto ao envolvimento dos pais dos participantes com eles, as dimensões da acessibilidade e da responsabilidade foram altas para três entrevistados, em todas as fases da vida. No entanto, para um deles (Francisco), a acessibilidade sempre foi moderada desde a infância até a fase adulta e a responsabilidade era alta na infância e na adolescência, mas foi considerada moderada na fase adulta. No aspecto da interação, na infância e na adolescência de dois entrevistados, o envolvimento paterno foi moderado, passando para alto na vida adulta. Para um participante, a dimensão da

20

interação foi avaliada como alta em todas as fases da vida e para outro variou entre baixa (na infância e adolescência) e moderada (na fase adulta).

O envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelos seguintes elementos: (a) na infância dos entrevistados: o desejo do pai em estar próximo, ser amoroso, a responsabilidade e o tempo que passavam juntos trabalhando; (b) na adolescência: o tempo que passavam juntos, principalmente trabalhando, as visitas do pai quando não moravam mais juntos, o afeto e a responsabilidade; (c) na vida adulta: o contato diário, ainda que por telefone, as idas do pai à casa do filho, sobretudo quando precisava ir ao médico em



Salvador/BA, a afinidade, a amizade e o fato de morar próximo. Observou-se, então, que tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho, o que corrobora o estudo de Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) que destacam a socialização por meio do trabalho pai-filho entre famílias de baixa renda.

Por sua vez, o que dificultou o envolvimento dos pais dos participantes com eles foram os seguintes aspectos: (a) na infância dos entrevistados: o temperamento, a rigidez e a falta de muito tempo livre; (b) na adolescência: a distância, por residirem em cidades diferentes e o pouco tempo livre em decorrência do trabalho do pai para sustentar os filhos; (c) na vida adulta: a distância entre as cidades em que moram.

O envolvimento dos pais entrevistados com seus próprios filhos, nas dimensões acessibilidade e responsabilidade, foi alto para todos eles. Cumpre salientar que, para Pereira (2015), o poder familiar apresenta a responsabilidade como a essência do afeto e do cuidado. A dimensão da interação foi alta para três participantes, porém foi moderada no caso do participante que avaliou como baixa a interação do seu próprio pai com ele na infância e na adolescência, bem como moderada na fase adulta. Neste sentido, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que, para entender o envolvimento entre pai e filho atualmente, é necessário considerar questões da geração anterior, ou seja, a relação do próprio pai com ele. Por sua vez, Santos e Moreira (2016) pontuam que modelos de ausência paterna podem influenciar negativamente no envolvimento pai-filho, bem como podem impulsionar o pai a escolher perpetuar este modelo ou caminhar na direção oposta do que vivenciou. Porém, mesmo sem desejar, pode ocorrer o fenômeno da repetição, que consiste em reproduzir os comportamentos vivenciados ao longo da vida.

Os pais entrevistados relataram que o envolvimento com os próprios filhos foi facilitado por tais fatores: o amor e o desejo de participar da vida dos filhos (Nelson); os

21
momentos em família, como almoçar juntos e ver futebol, além do incentivo à vida profissional (Francisco); o amor (Eduardo); a disponibilidade, o amor e a vontade de estar perto (Adriano). Segundo Lamb (1992), a decisão do pai em estar envolvido **com o filho** é um fator que deve ser considerado, podendo ser resultado positivo da relação conjugal mais harmoniosa.

Além de relações familiares igualitárias, o conceito de poder familiar agregou ao ordenamento jurídico brasileiro o princípio da afetividade como basilar. Segundo Tartuce (2018), neste contexto, o afeto se apresenta como a mola propulsora dos laços familiares, movidos pelo sentimento e pelo amor, para dar sentido e dignidade à existência humana. Assim, é nítido que, a partir deste conceito, o formalismo deu espaço ao afeto como valor jurídico. Tal fato é confirmado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017) com pais de camada popular, visto que os resultados revelaram que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelo trabalho conjunto, pois este os aproximava, já que demonstravam menos afetividade com os filhos do que os participantes com sua própria prole.

Para Pereira e Martos (2019), a afetividade é analisada em uma perspectiva objetiva, como fato social de parentalidade ou de conjugalidade, em contrapartida, o legislador tratou o cuidado como um subprincípio da dignidade humana que está ligado à afetividade, visto que é



por meio do dever de cuidado que esta se manifesta objetivamente.

Nelson e Eduardo relataram que nada dificultou o envolvimento com os filhos, já Francisco afirmou que, em alguns momentos, a falta de tempo dificultava a relação e Adriano relata que o desemprego e o período de depressão pelo qual passou foram fatores que o distanciavam da prole e, ao mesmo tempo, o deixavam triste por este motivo. Segundo Gomes e Alvarenga (2016), para o pai, a situação de desemprego gera mais do que a privação de recursos materiais, mas também problemas de cunho emocional. Além disso, a ausência do trabalho distanciava Adriano de seus filhos, isto porque, para Souza e Benetti (2008), os pais desempregados que não recebem contribuições familiares ou de outras fontes tendem a estar menos envolvidos com a prole.

Em relação à classe socioeconômica do pai do participante e o envolvimento com ele, a condição financeira do genitor foi avaliada por dois participantes como influenciando no envolvimento, seja na forma de proporcionar a educação (Eduardo), ou por dar mais tranquilidade (Adriano). Por outro lado, os outros dois participantes consideram que não houve influência financeira no envolvimento, sendo que um deles afirmou que a vontade de estar próximo é mais relevante (Nelson). O trabalho do pai foi considerado por todos os

22

entrevistados como tendo influenciado no envolvimento: por ser um momento de interação, enquanto trabalhavam (Nelson), por dar tranquilidade, pois é difícil um pai ficar desempregado (Francisco e Adriano) e pela educação que pode proporcionar (Eduardo). Já a escolaridade do pai foi considerada por três participantes como sem influência no envolvimento, pois o pai não estudou muito, como ressaltou Nelson, no entanto, para um deles influenciou, pois, mesmo com tantos filhos, seu genitor não deixou nenhum sem estudar (Adriano).

No que diz respeito à classe socioeconômica do participante e o envolvimento dele com os filhos, a própria condição financeira foi avaliada por três participantes como influenciando no envolvimento, sendo que dois afirmaram que este fator proporciona tranquilidade, pois alguém sem dinheiro ou endividado não se relaciona bem com os filhos (Francisco e Eduardo) e um deles analisou que este aspecto já atrapalhou a relação (Adriano). Por outro lado, embora Nelson considere que não houve influência financeira no envolvimento, acredita que é bom ter dinheiro e poder dar o melhor aos filhos; o trabalho foi considerado por três entrevistados como tendo influenciado no envolvimento, pois, assim como a condição financeira, ter um trabalho faz com que o pai esteja mais seguro e tranquilo (Francisco, Eduardo e Adriano). Por sua vez, em que pese Nelson ter afirmado que não há influência, é grato por ter um emprego, pois considera difícil ser pai desempregado. A própria escolaridade foi considerada por dois participantes como sem influência no envolvimento com os filhos, no entanto, dois entrevistados afirmaram que ela influencia, pois conseguiam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, o que já era um momento de interação entre eles, além de poder influenciá-lo a estudar e ter uma profissão (Eduardo), bem como acompanhar o desenvolvimento e entender o que os filhos estavam aprendendo (Adriano).

Por fim, todos os participantes consideraram que a maior dificuldade enfrentada pelo homem era o desemprego. Quando questionados sobre a maior dificuldade que o pai enfrentava, a resposta de todos os entrevistados também foi o desemprego, sendo que Eduardo



acrescentou o fato de os filhos irem para o mau caminho. Cabe destacar, mais uma vez, a importância do trabalho e os reflexos da ausência deste na vida do pai de baixa renda, haja vista que tanto o próprio pai quanto a comunidade ainda o enxergam como o provedor, responsável pelo sustento da família.

Percebe-se que a discussão está ancorada em fundamentos do poder familiar, haja vista que foi possível identificar características da nova paternidade em todas as relações analisadas. Os efeitos da consolidação do referido conceito no ordenamento jurídico brasileiro

23
são sentidos nas relações familiares, que vêm transformando-se cotidianamente. No entanto, como exposto neste estudo, sobretudo nas camadas populares, tais transformações ainda estão acompanhadas de resquícios do patriarcalismo, o que confirma o mencionado por Souza e Benetti (2009) sobre a coexistência dos modelos do novo pai e do pai provedor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que a paternidade se encontra em transição, isto porque a sociedade passou por grandes modificações no século XX e nesse início do século XXI, assim como a família. Embora o ordenamento jurídico tenha acompanhado tais mudanças, dispondo agora sobre as relações familiares de forma mais democrática e igualitária, ancorado no poder familiar, entende-se que é necessário analisar os indivíduos a partir de suas peculiaridades.

Notou-se que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi facilitado principalmente pela socialização por meio do trabalho pai-filho, no entanto, foi prejudicado pela falta de tempo em decorrência do labor ou pela distância. Além disso, os resultados obtidos revelaram que diversos aspectos influenciam o envolvimento paterno, entre eles a classe socioeconômica, sobretudo no que tange à relação do pai de baixa renda com o trabalho ou a situação de desemprego. Neste contexto, ainda é comum a figura do pai como provedor, ou seja, o exercício da paternidade tradicional. No entanto, cumpre ressaltar a importância da decisão do pai em estar envolvido.

Os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico quanto à transição do pátrio poder para o poder familiar foram encontrados nas relações pai-filho na camada popular, isto porque, embora seja possível perceber resquícios do modelo patriarcal presentes na forma de relacionar-se do pai contemporâneo, notou-se que tais relações são sustentadas tanto pela responsabilidade, quanto pela afetividade, princípio fundamental no instituto do poder familiar.

Por fim, levanta-se a necessidade de se realizar outros estudos que aprofundem a discussão do envolvimento paterno, considerando as particularidades dos sujeitos e os impactos das transformações sociais e do ordenamento jurídico brasileiro.

24



REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. D. Poder familiar e afeto numa perspectiva espinosana. In: Família e dignidade humana: V Congresso Brasileiro **de Direito de Família**. Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). São Paulo: IOB, 2006.

BACKES, M. S.; BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 61, p. 100-119, 2018.

BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). *Fathers in cultural context*. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, (32), 205-226, 2010.

BEVILAQUA, C.; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei n 8.069, 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. Lei n 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF. 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no Subúrbio Ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005.

CABRERA, N. J.; TAMES-LEMONDA, C.; BRADLEY, R.H.; HOFFERTH, S.; LAMB, M.E. Fatherhood in the twenty first century. *Child Development*, 71, 127-136, 2000.

DONATI, P. Família no Século XXI: abordagem relacional. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. Direito das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris,



2010.

FITERMAN, H; MOREIRA, L. V. C. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. *Polis, Revista latino-americana*, n. 50, p. 47-68, 2018.

25

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Q. S.; ALVARENGA, P. O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 32, n. 3, 1-9, 2016.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (Org.). *The role of the father in child development*. 5. Ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.

LAMB, M. E.. O papel do pai em mudança. *Análise Psicológica*. 1(X), 19-34, 1992.

LEVANDOWSKI, D.; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. *Interações*, 7(13), 77-100, 2002.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. O pai em pesquisas sobre família. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (Orgs.). *O pai na sociedade contemporânea*. Bauru: Edusc, 2010.

NARO, R. C. G.; MOREIRA, L. V. C. Envolvimento paterno em camada popular: estudo de casos múltiplos em Salvador/Bahia. In: **Lúcia Vaz de Campos Moreira**; Elaine Pedreira Rabinovich; Maria Natália Ramos. (Org.). *Pais, avós e relacionamentos intergeracionais na família contemporânea*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 5, p. 123-139.

PEREIRA, M. B.; MARTOS, F. T. A. Do pátrio poder ao poder familiar: as atribuições dos pais quanto à proteção dos filhos. *Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de Direito de Franca*, v. 4, n. 1, p. 729-750, jun. 2019.

PEREIRA, R. C. Responsabilidade civil pelo abandono afetivo. In: MADALENO, R.; BARBOSA, E. (Coords.). *Responsabilidade civil no Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2015.

PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*.



Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, S. M. C. B.; MOREIRA, L. V. C. Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2016.

SILVA, M. R.; PICCININNI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. Estudos de Psicologia, Campinas, 24(4), 561-573, 2007.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. Paideia, 19(42), 97-106, 2009.

SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), 61-71, 2008.

26

TARTUCE, F. Direito Civil: **Direito de Família**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

THERBORN, G. Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TUDGE, J. The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies. New York: Cambridge University Press



=====
Arquivo 1: [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#) (7748 termos)

Arquivo 2: <https://www.instastalker2.com/tag/vamosmediar> (5036 termos)

Termos comuns: 51

Similaridade: 0,4%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#)

. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

<https://www.instastalker2.com/tag/vamosmediar>
=====

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO **DO CURSO DE**
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Salvador
2020

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO



ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Direito pela **Universidade
Católica do Salvador**.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia **Vaz de Campos Moreira**.

Salvador
2020

1
ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE VIDA DOS FILHOS E
OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
QUANTO AO PODER FAMILIAR

Ana Marcela Silva do Nascimento
1



Profa. Dra. Lúcia **Vaz de Campos Moreira**

2

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar o envolvimento paterno ao longo **do curso de** vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. A pesquisa é qualitativa, com estudo de casos múltiplos, e teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/BA. Como instrumento foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, contendo questões abertas e fechadas. Para a coleta de dados foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que seguiu os seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo e ser da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos. As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse. Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. Principais resultados: persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular. Ser pai é concebido como uma bênção, dádiva, mas também implica ser responsável, educar, ser exemplo e dar tudo de si. Tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho. Há necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Família. Envolvimento paterno. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família, como realidade sociológica, atravessou diversas mudanças desde a importação do modelo patriarcal para o Brasil até o presente momento. Neste sentido, o ordenamento jurídico brasileiro acompanhou as transformações sociais e, por conseguinte, da família, possibilitando a consolidação do conceito de poder familiar. Farias e Rosenvald (2010, p. 43) afirmam que “consagra-se, assim, a igualdade substancial no plano familiar, excluindo todo e qualquer tipo de discriminação decorrente do estado sexual”. Por sua vez, em meio a este contexto, a figura paterna passa a distanciar-se da imagem tradicional, no

1

Graduanda em Direito pela **Universidade Católica do Salvador**. E-mail: anamarcela.07@hotmail.com

2

Doutora em Psicologia (USP), professora **do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea** (UCSal), **do Curso de** Especialização em Família: Relações Familiares e Contexto Social **e do**

Curso de Psicologia (UCSal). E-mail: lucia.moreira@ucsal.br



2

entanto, ainda sem cortar laços completamente, como apontam Souza e Benetti (2009). Para compreender os reflexos de tais alterações, no entanto, faz-se necessário considerar as particularidades dos indivíduos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, realizada pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”, liderado pela segunda autora, Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O estudo maior tem como participantes 60 homens residentes em Salvador/Bahia, sendo 30 de classe média-alta e 30 de classe popular.

Neste texto constam: uma revisão de literatura, o método do estudo, os resultados encontrados, a discussão dos dados obtidos à luz da literatura e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução do conceito de poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro e do envolvimento paterno no contexto de baixa renda.

2.1 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O pater familias, termo latim que em português significa “pai de família”, era o estatuto familiar mais elevado na Antiguidade, o qual possuía poderes ilimitados sobre os filhos. Séculos depois, com a colonização, o Brasil importou o modelo de família portuguesa, marcada pelo patriarcalismo, que permaneceu como modelo ideal de família durante longos anos. (ANDRADE, 2005).

O Código Civil de 1916 incorporou o conceito de pátrio poder e dispôs taxativamente o marido/pai como titular desta função, cabendo somente a ele exercer este poder sobre os filhos menores, de modo que, apenas nas hipóteses de ausência ou impedimento quanto à sua figura, é que a esposa poderia chefiar a sociedade conjugal. De acordo com Petrini (2005), este modelo de família patriarcal brasileira começa a decair no final do século XIX, momento

3

em que o pai deixa de ocupar o lugar central na família e de possuir a responsabilidade exclusiva pelas decisões do grupo familiar. Conforme Andrade (2005, p. 4), Até antes do novo Código Civil, ainda era praticamente unânime a compreensão tradicional do poder familiar como sendo basicamente uma forma de autoridade – no caso, dos pais sobre os filhos, uma versão contemporânea do que teria sido a autoridade do pater familiae sobre os seus filhos e seus bens.

Therborn (2006), em estudo baseado em fontes globais e mapeamento detalhado das



mudanças da família e do patriarcado como sustentáculo das relações sociais no século XX, analisa as transformações estruturais pelas quais a família passou, por meio de três fatores principais: o patriarcado e as relações entre pais e filhos, homens e mulheres; o papel do casamento ou da ausência deste como determinante no comportamento sexual e o processo histórico da fecundidade e do controle de natalidade. O referido autor destaca como a sociedade tinha como base o poder e a superioridade dos homens sobre os filhos e esposas. Além disso, aponta que, no século passado, diversas alterações ocorreram em razão de conquistas referentes aos direitos das mulheres e das crianças e menciona o patriarcado como o grande perdedor desde então.

Ao passo em que a sociedade e, conseqüentemente, a família modificaram-se, a Constituição Federal de 1988 acompanhou tais mudanças apresentando em seu texto o termo poder familiar, conceito que já existia, mas que se consolidou com a Carta Magna e refletiu no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e no Código Civil de 2002. A partir daí, segundo Andrade (2005), a família deixou de ser pensada como uma unidade de dominação ou de exercício do poder dos pais sobre os filhos e passou a ser vista como uma relação mútua de assistência. Neste sentido, Tartuce (2018) destaca a presença da responsabilidade e da afetividade nas relações familiares.

Assim, enquanto havia antes uma concepção da família enquanto uma célula da sociedade na qual há filhos que estão subordinados aos pais, ou mesmo há pais que estão subordinados aos filhos, passa-se agora a uma noção de uma família mais “democrática”, na qual os filhos são reconhecidos como dependentes (tanto materialmente quanto afetivamente) dos pais (e não como sua propriedade) ou os pais são reconhecidos como dependentes (afetivamente e materialmente) dos filhos (e não sua apropriação). (ANDRADE, 2005, p.5).

Segundo Ariès (1981, apud SANTOS; MOREIRA, 2016, p. 48), além de diminuir a autonomia da mulher, o patriarcado direcionava ao primogênito a responsabilidade pela proteção dos bens familiares, visto que surgiu como tentativa de impedir a divisão patrimonial, sendo a família considerada célula social, fundamentada pelo poder do Estado.

4

Deste modo, Donati (2008, p. 62) pontua que ocorreu um “processo de desinstitucionalização, entendida como a diminuição de certas expectativas públicas a respeito da família, a favor de uma maior legitimação como grupo social expressivo do mundo vital”.

Superada a percepção da família como unidade produtiva e reprodutiva, pregada pelo Código Civil de 1916, a partir dos valores predominantes naquela época, descortinam-se novos contornos para o Direito das Famílias, fundamentalmente a partir da Lex Mater de 1988, que está cimentada a partir de valores sociais e humanizadores, especialmente a dignidade humana, a solidariedade social e a igualdade substancial. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 38).

O texto da Carta Magna, complementam Farias e Rosenvald (2010), além do art. 5º, no art. 226 volta a versar sobre a igualdade entre homem e mulher, dispendo que os direitos e deveres relativos ao matrimônio devem ser exercidos por ambos, de modo que “a evidente



preocupação constitucional em ressaltar a igualdade substancial entre homem e mulher parece decorrer da necessidade de pôr a cobro a um tempo discriminatório em que o homem chefiava a relação conjugal, subjugando a mulher” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 43).

Diante disso, a família matrimonializada, ancorada no Código Civil de 1916, torna-se cada vez mais pluralizada a partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, bem como sua característica patriarcal perde espaço para características democráticas e a hierarquia dá lugar à igualdade. Vê-se, portanto, que “com esse espírito, não se pode olvidar que a família está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se em face da sua própria estrutura cultural” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 10).

2.2 ENVOLVIMENTO PATERNO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

As transformações sociais pelas quais a família passou ao longo do século XX, principalmente no que tange ao declínio do modelo patriarcal, possibilitaram que o homem assumisse outros papéis no cotidiano familiar. Conforme Souza e Benetti (2009), o pai, que era apenas provedor, passou a compartilhar a renda **familiar com a** esposa, visto que as mulheres também passaram a assumir tarefas fora do âmbito doméstico. Assim, o referido século foi marcado por fatores como a participação da mulher no mercado de trabalho; a ausência de determinados pais ao longo da vida dos filhos; em contrapartida, outros pais apresentaram envolvimento com filhos pequenos e houve o crescimento da diversidade cultural (CABRERA; TAMIS-LEMONDA; BRADLEY HOFFERTH E LAMB, 2000).

5

Os autores mencionados pontuam, ainda, que o papel do pai encontra-se em transição, visto que as funções estão se redefinindo. Deste modo, conforme Filgueiras e Petrini (2010), os homens vêm acessando novos modelos de paternidade que, anteriormente, eram dificilmente associados à figura paterna. Segundo Levandowski, Antoni, Koller e Piccinini (2002) e Lamb (1992), este movimento vem sendo conhecido como “a **nova forma de** paternidade” ou apenas “a nova paternidade”. No entanto, Souza e Benetti (2009) ponderam que, embora este novo pai seja consideravelmente diferente do patriarca, não houve uma dissociação completa, haja vista que com ele coexiste o modelo tradicional do pai provedor. Para Lamb (2010), é de suma importância a presença da figura paterna e seu envolvimento com os filhos. A partir disso, o autor classifica o envolvimento paterno em três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado efetivamente com a criança e relaciona-se com a importância de estar junto. A acessibilidade compreende as atividades que não demandam interação direta, as quais podem ser executadas sem a necessidade da presença física. Implica estar disponível para atender às demandas do filho. A responsabilidade, por sua vez, está relacionada à preocupação com os cuidados e necessidades para garantir o bem-estar da criança. Percebe-se, então, que as transformações que o pai vivencia na atualidade são consequência de uma paternidade mais sensível e participativa, caracterizada por um possível envolvimento mais saudável e efetivo (SANTOS; MOREIRA, 2016).

Santos e Moreira (2016) pontuam, ainda, que alguns aspectos interferem no envolvimento entre pais e filhos, podendo-se destacar a conjugalidade, o divórcio, as



características do pai, o papel da mãe, a idade e o sexo dos filhos. As autoras citadas destacam, também, que “o aspecto trabalho do pai interfere sobremaneira no envolvimento” (p. 57) e mostra-se como um grande desafio quanto à conciliação trabalho-paternidade.

Os efeitos dos conflitos, assim como da harmonia conjugal, são sentidos pelas crianças, conforme aponta Lamb (2010). Neste sentido, Silva e Piccininni (2007) concordam que, em relacionamentos conjugais com mais diálogo e menos conflito, o envolvimento paterno tende a ser mais satisfatório. No que tange ao divórcio, notam-se prejuízos relativos a determinados papéis paternos que acabam não sendo preenchidos, como a relação emocional e as funções social e econômica, no entanto, não há que se ter uma visão determinista quanto a estes aspectos, desconsiderando as singularidades de cada criança, do pai e dos contextos em que estão inseridos (LAMB, 2010). A decisão do pai em estar envolvido também precisa ser considerada, o que pode ser reflexo positivo da conjugalidade (LAMB, 1992). Além disso,

6

conforme Fiterman (2018), assumir o papel de pai **faz com que o** homem reflita, passando a avaliar como foi criado, como quer ser pai, seus valores, moral e comportamentos. Por sua vez, conforme Lamb (1992), cumpre salientar que algumas mulheres podem resistir à participação do homem nos cuidados com a criança, optando por manter exclusividade e autoridade nesta função, de modo que, em famílias nas quais a mãe trabalha fora, percebe-se maior envolvimento paterno do que nas famílias em que a mãe não possui um emprego.

Além disso, Lamb (1992) aponta **que os pais** costumam dedicar mais tempo aos filhos em idade pré-escolar, mas afirma que, em geral, os pais estão mais envolvidos com os filhos do que com as filhas, independente das idades, vínculo também constatado em pesquisa realizada por Moreira e Rabinovich (2010). No estudo “Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality”, Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) discutem a necessidade de considerar a classe social das famílias e ressaltam que a tendência de ignorar os aspectos econômicos, sociais, educacionais, étnicos e culturais constitui uma das maiores limitações dos estudos psicológicos no Brasil. Os autores consideram que não é possível falar de um padrão de paternidade brasileira, pois esta é complexa e varia amplamente com a condição socioeconômica e o nível de escolaridade do pai, visto que as variações subculturais da paternidade relacionam-se principalmente à classe social, o que também foi verificado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017). Em estudo intercultural, Tudge (2008) observou que havia mais semelhanças na mesma classe em diferentes países do que em classes diversas no mesmo país.

Bustamante (2005) destaca a importância do papel de provedor para o pai de classe popular, pois entende que sua função é não deixar faltar nada aos filhos. Embora o pai reconheça a necessidade de momentos de lazer, a dinâmica em que vive e a ausência de recursos podem prejudicar o convívio. Neste sentido, Backes et al. (2018), em estudo voltado a identificar fatores que interferem no envolvimento paterno de pais de crianças entre quatro e seis anos, ao analisarem a subcategoria “modelo do próprio pai” perceberam que “prevaleceu o modelo de pai provedor, que trabalhava fora de casa e cuja preocupação central era o sustento da família” (p.7). Tudge (2008) identificou que pais de classe média despendem maior tempo com as crianças envolvidos com atividades de ensino e brincadeiras, enquanto pais de camada popular gastam esse tempo conversando com os filhos. A socialização por



meio do trabalho pai-filho também ganha destaque entre as famílias de baixa renda, que usam este método como meio de prevenir a delinquência e preparar a criança para a inserção no mercado de trabalho futuramente. É comum os pais ensinarem os meninos e as mães

7

ensinarem as meninas, o que promove um engajamento precoce das crianças em diversas atividades, no entanto, o cenário torna-se mais complexo pela recorrência do desemprego ou subemprego desses pais. Além disso, neste contexto, a figura paterna destaca-se como autoridade moral, enquanto as mães são responsáveis por manterem a unidade familiar por meio do cuidado (BASTOS; VOLKMER-PONTES; BRASILEIRO; SERRA, 2013).

Por fim, ainda em relação ao contexto de desemprego, Souza e Benetti (2008) constataram **que os pais** que recebiam contribuições de familiares ou **de outras fontes** estavam mais envolvidos com os filhos do **que os pais** que não recebiam contribuições de nenhuma natureza. Sobre este fato, Gomes e Alvarenga (2016) afirmam que, além da privação **de recursos materiais**, a ausência do trabalho acarreta também problemas emocionais, isto porque, como mencionado, a figura paterna ainda está vinculada ao papel de provedor, sobretudo na camada popular.

3 MÉTODO

Para Minayo (2002, p. 16), entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem **da realidade**”, o que inclui as “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

3.1 DELINEAMENTO

Nesta investigação, aplicou-se o estudo de casos múltiplos, nos quais, conforme Gil (2002), frequentemente são utilizados de quatro a dez casos. O autor destaca, ainda, que este tipo de estudo não tem a finalidade de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas de oferecer uma visão global do problema e identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/Bahia. Todos eram da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos.

Constam, a seguir, alguns dados sobre os participantes, com nomes fictícios, objetivando preservar a identidade deles.

8

Tabela 1 – Dados sobre os participantes

Nome
fictício
Idade
(em
anos)



Escolaridade Profissão

e carga

horária

semanal de

trabalho

Renda

pessoal

mensal

Religião Etnia Estado

civil

Nelson 44 Ensino

Fundamental II

completo

Pedreiro

(40 horas)

1,2

salários

mínimos

Protestante Parda Casado no

civil e no

religioso

Francisco 48 Ensino

Fundamental II

completo

Vendedor

(40 horas)

1,6

salários

mínimos

Protestante Preta Casado no

civil e no

religioso

Eduardo 45 Ensino

Fundamental II

completo

Caminhoneiro

(40 horas)

1,9

salários

mínimos

Protestante Parda Casado no

civil e no

religioso

Adriano 43 Ensino Médio



completo
Desempregado
(renda de
aluguel de
imóvel e
trabalhos
eventuais)
Um
salário
mínimo
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Fonte: As autoras.

Observa-se **que os pais** tinham de 43 a 48 anos; três tinham o Ensino Fundamental II completo e apenas um tinha o Ensino Médio completo. Três estavam trabalhando, sendo um pedreiro, um vendedor e um caminhoneiro, e o outro estava desempregado, tendo como renda o aluguel de imóvel e trabalhos eventuais. Todos eram protestantes, sendo três pardos e um preto. Com relação ao estado civil, todos eram casados (no civil e no religioso).

3.3 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, elaborado **pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”/UCSal**, liderado pela Profa. Dra. Lúcia **Vaz de Campos Moreira**. O instrumento contém questões abertas e fechadas, abordando: dados de identificação; dados sobre a família; paternidade e envolvimento do pai do participante com ele; repercussões do envolvimento paterno no desenvolvimento; envolvimento do participante com o(s) seu(s) filho(s); envolvimento do participante com o pai idoso; classe socioeconômica e envolvimento; masculinidade e paternidade.

3.4 PROCEDIMENTOS

9

O projeto de pesquisa maior, intitulado “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal (CAAE: 47362315.2.0000.5628). Para a coleta de dados do presente estudo, foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que se enquadravam nos seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo, mesmo que não tenham convivência; ser da classe D (renda mensal familiar de mais de um a três salários mínimos).

As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as



entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os quatro casos e, em seguida, haverá uma discussão geral sobre eles.

4.1 CASO 1: NELSON

Na infância e na adolescência, Nelson residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que fazia trabalhos como costureira) e com os dois filhos, um do sexo feminino e o outro do sexo masculino que, à época da coleta de dados, tinham 16 anos e 12 anos de idade, respectivamente. Para ele, ser pai “é uma bênção, é ter a responsabilidade de criar e educar os filhos, constituir uma família, ser exemplo em casa”. Nelson sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna e afirmou que, na infância, trabalhava na roça com o genitor, o qual conversava bastante com ele e seus irmãos, ensinando como deveriam proceder na vida. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto nos aspectos interação, acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, nessa fase da vida, foi o fato de seu pai ser amoroso e querer ser próximo. Nelson afirma que nada dificultou o envolvimento do seu genitor com ele.

10

Também na adolescência, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto, tanto em interação quanto em responsabilidade e acessibilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, nesta fase, foi o labor rural e o fato de seu pai gostar de estar com os filhos. O entrevistado afirmou novamente que, nesta fase da vida, nada dificultou o envolvimento. Na sequência, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Nelson com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o fato de seu pai continuar sendo presente, mesmo de longe, e ele continuar indo visitá-lo no interior do Estado da Bahia, bem como telefonar quase todo dia favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta. Por sua vez, afirma que nada dificultou tal envolvimento: “o problema é só a distância mesmo, que dá saudade” (Nelson).

Nelson ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram importantes para que ele seja quem é; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Nelson afirmou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, justificando que “eu sou apaixonado por meu pai, eu pego ele e encho de beijo” (Nelson). Assim, favorece a relação, tudo que construíram ao longo da vida e o amor



que recebeu do genitor, no entanto, o participante afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como informado anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12 anos de idade. Nelson considerou que seu envolvimento com os filhos era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, favoreceu seu envolvimento com a prole:

O amor, né? Eu amo muito meus filhos e gosto de participar de tudo na vida deles. A gente não trabalha juntos, como era com meu pai, porque eles estudam quase o dia todo e não precisam trabalhar, mas eles são meus chamegos.

Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o bom relacionamento do seu pai com ele refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos. Conforme Nelson, seu genitor o ensinou a ser pai, foi

11
com ele que aprendeu tudo o que sabe, o que transmite aos filhos. Quanto ao que refletia negativamente, não identificou nenhum aspecto. Além disso, o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Nelson considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “meus filhos também são doidos por meu pai e ele por eles. É um grude quando eles vão para o interior ver meu pai, é o tempo todo juntos”. Por outro lado, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois “eu acho muito bonito e agradeço a Deus por minha família e fico amando eles mais ainda, né?” (Nelson).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Nelson considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “a gente sempre foi simples, mas nunca faltou nada. Mas eu acho que o que influenciou mesmo foi a vontade dele estar com a gente, **de ser um** pai presente”. Quanto à escolaridade, justificou que “meu pai não estudou muito, mas sempre botou a gente para estudar e eu boto meus filhos mais ainda. Eu não fiz faculdade, mas eles vão fazer”. Por outro lado, o entrevistado considerou **que o trabalho** do seu pai influenciou no envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “[...] era nosso momento juntos”.

Por sua vez, Nelson avaliou que nem a sua condição financeira, nem o seu trabalho e nem a sua escolaridade influenciavam no envolvimento que ele mantinha com os filhos. No entanto, no aspecto financeiro, ponderou que “[...] mas é bom saber que a gente tem um dinheirinho para dar do melhor para eles”. Quanto ao trabalho, alegou que “Eu agradeço a Deus por sempre ter meu trabalho, né? Porque é difícil um pai de família desempregado”. E sobre o nível de escolaridade, apenas afirmou acreditar que não influencia. Nelson considerou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não



impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “ficar desempregado e não conseguir sustentar sua família. É muito triste”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

12

4.2 CASO 2: FRANCISCO

Na infância e na adolescência, Francisco residia com os pais e os sete irmãos, sendo que em parte da adolescência passou a morar em Salvador/BA, apenas com um irmão, quando começou a trabalhar. Na vida adulta, passou a habitar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com os três filhos, sendo dois do sexo masculino, um com 18 anos e o outro com 24 anos de idade, bem como uma moça de 25 anos de idade, à época da entrevista. A filha do participante, à época, não residia mais com ele. Para o participante, ser pai “é ter responsabilidade, é dar tudo de si para manter a família”.

Francisco sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna, no entanto, afirmou que, na infância não realizava muitas atividades com o pai, “era mais o trabalho no interior”. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Francisco com ele foi baixo no aspecto da interação, moderado em termos de acessibilidade e alto no item responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi a responsabilidade dele com os filhos. Por outro lado, dificultou o envolvimento “o temperamento dele, era muito calado e rígido”.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Francisco com ele continuou sendo baixo em termos de interação, moderado quanto à acessibilidade e alto no que diz respeito à responsabilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi o fato de o genitor sempre vir visitá-lo em Salvador para ver como ele e seu irmão estavam. Por sua vez, o que dificultou o envolvimento foi a distância, visto que o participante não residia mais com o pai, nesta fase da vida.

Já na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Francisco com ele foi considerado moderado em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o envolvimento com o pai foi favorecido, pois seu genitor fica em sua casa sempre que vai até Salvador para realizar exames e consultas médicas e afirma que “isso é bom, porque eu não posso estar sempre no interior e quando eu não vou, ele vem”. Por sua vez, comenta que nada dificultou tal envolvimento e justifica que “ele está bem melhor agora na velhice, só não gosta de ser dependente de ninguém”.

Francisco ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que foi influenciado positivamente ao ver seu pai sempre trabalhando para sustentar a família, o que foi um exemplo para ele; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele também influenciou negativamente no seu desenvolvimento, pois “hoje eu sou um pouco

13

sério também, às vezes me sinto um pouco rígido com meus filhos, mas com certeza sou bem



menos que meu pai. Mas acho que ficou um pouco disso em mim”.

No momento da entrevista, Francisco afirmou que se relacionava bem com o pai idoso, justificando que “ele não gosta de se sentir dependente [...] sempre me liga para resolver **algumas coisas, mas** gosta de ficar no canto dele”. Assim, o que favorece a relação é o fato de o genitor precisar ir para a casa de Francisco quando vai ao médico em Salvador, no entanto, o participante afirmou que o que dificultava a relação entre eles era a distância.

À época da realização da entrevista, o participante tinha três filhos, dois do sexo masculino, com 18 e 24 anos de idade e outra do sexo feminino, com 25 anos de idade.

Francisco considerou que seu envolvimento com a prole era moderado em termos de interação e alto quanto à acessibilidade e responsabilidade. O entrevistado comentou o que favorecia seu envolvimento com os filhos:

Eu sou um pai presente, mesmo trabalhando muito. Os meninos também estudam e às vezes não encontro muito eles em casa. Mas, assim, a gente assiste futebol juntos, almoçamos sempre juntos, todo mundo gosta de futebol e esse é **um momento da** família. Também tenho um filho que joga, eu sempre levo ele para a escolinha de futebol. A menina já é casada, mas geralmente almoça lá em casa. Eu dei uma casa a ela e agora estou ajudando a construir o espaço de fisioterapia para ela trabalhar, porque ela se formou faz pouco tempo. Tenho muita preocupação com a profissão deles, faço o que for possível.

Por outro lado, afirmou que, às vezes, **a falta de** tempo dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos foi: “a responsabilidade de ser pai”. Já o que refletia negativamente era o jeito sério que herdou do pai.

Vale salientar, ainda, que o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto em interação e moderado em acessibilidade e responsabilidade. Francisco considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “ele vindo para minha casa, fica mais próximo dos meus filhos. Meus filhos são muito cuidadosos com ele”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “[...] acaba aproximando todo mundo” (Francisco).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Francisco considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Por outro lado, o entrevistado considerou **que o**

14

trabalho do seu pai influenciou o envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “hoje eu sou pai, entendo como é difícil não ter emprego”.

Por sua vez, Francisco avaliou que tanto a sua condição financeira quanto o seu trabalho influenciavam de algum modo no envolvimento que ele mantinha com os filhos, no entanto, acreditava que o nível de escolaridade não exercia influência. No aspecto financeiro, justificou que “eu acho que me dá tranquilidade, porque alguém endividado não consegue



fazer nada, nem se relacionar com os filhos”. Quanto ao trabalho, alegou que “influencia sim, pelo mesmo motivo. É difícil para um pai de família não ter um emprego”.

Francisco considerou que seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactavam no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso, mas ponderou que “talvez só a condição financeira, porque eu posso pagar médico para ele e levar ele de carro para os lugares”.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “o desemprego, essa crise que o país enfrenta”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.3 CASO 3: EDUARDO

Durante a infância e adolescência, Eduardo residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com o único filho que, à época da coleta de dados, tinha nove anos de idade. Para ele, ser pai:

é uma dádiva. Eu quis muito ser pai. Eu e minha esposa demoramos para ter nosso filho, a gravidez dela foi de risco, mas no fim deu tudo certo. Nosso filho é nosso amor.

Eduardo sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Ao longo da infância, o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi moderado em termos de interação e alto nas dimensões acessibilidade e de responsabilidade. Na perspectiva do participante, o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o tempo que passavam juntos, principalmente quando seu pai o ensinava algo do trabalho. Por sua vez, não sabe dizer o que dificultou o envolvimento. Na adolescência, o envolvimento do pai de Eduardo com ele continuou moderado em interação e alto em acessibilidade e responsabilidade. O que ajudou no envolvimento do pai

15
com ele, nesta etapa da vida, foi o afeto. Neste período, não soube dizer o que dificultou a relação deles. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi considerado alto em interação, acessibilidade e responsabilidade. O participante ponderou que o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta, foi “a afinidade, conversamos sobre as mesmas coisas, ele agora é meu amigo mesmo, alguém que eu divido minha vida, conto meus problemas”. Por sua vez, considera que nada dificultou tal envolvimento.

Eduardo ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, por meio dos ensinamentos que recebeu. Por sua vez, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Eduardo afirmou que mantinha um relacionamento muito bom com o pai idoso. O participante informou que o que favorecia a relação era a amizade



que tinham, no entanto, destacou que nada dificultava a relação entre eles. Conforme consta anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha apenas um filho, do sexo masculino, com nove anos de idade. Eduardo avaliou que seu envolvimento com seu filho era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, o que favorecia seu envolvimento com a criança era “o amor”. Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento.

O participante considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele, nas diversas fases da vida (infância, adolescência e etapa adulta), influenciou no envolvimento que Eduardo mantinha com o filho, pois: “a gente sempre leva para nossa vida o que nos foi dado. Meu pai sempre foi um bom pai”. O aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com o próprio filho foi: “a proximidade entre pai e filho”. Por outro lado, nada refletia negativamente.

Destaca-se, ainda, que o participante avaliou que o envolvimento de seu pai com o neto dele (filho do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Eduardo considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou positivamente a relação do seu pai com o neto, justificando que “um ensina o outro a amar”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com o neto (filho do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, conforme este, “me faz amar ele ainda mais”.

16

Sobre classe socioeconômica e envolvimento, Eduardo avaliou que a escolaridade do seu pai não influenciou no envolvimento deste com o participante. No que diz respeito à condição financeira e ao trabalho, alegou que “influenciou na forma que ele conseguiu nos proporcionar a educação”.

Por sua vez, Eduardo avaliou que tanto o seu trabalho quanto a sua escolaridade e condição financeira influenciavam, de algum modo, no envolvimento que ele mantinha com o filho. No aspecto de trabalho e condição financeira, justificou que “me dá tranquilidade”. Quanto à escolaridade, alegou: “Acho que sim, porque eu ensino a atividade dele, isso já é um momento nosso de interação e eu influencio ele a estudar e ter uma profissão”. Eduardo apreciou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era **a falta de** emprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que era “**a falta de** emprego também e os filhos indo para o mau caminho”.

4.4 CASO 4: ADRIANO

Na infância e na adolescência, Adriano residia com os pais e 18 irmãos, visto que seus pais tiveram 19 filhos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado, assim como o entrevistado, que estava desempregado) e com os dois filhos do sexo masculino que, à época da coleta de dados, um tinha 17 anos e o outro 10 anos de idade, sendo que residia ao lado **da casa dos** pais. A definição apresentada pelo participante a respeito do que é ser pai foi a seguinte: “Ser pai é como dizem, é padecer no paraíso. É muito



bom, mas quando passamos por dificuldades tendo filhos, é bem mais difícil". Adriano sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Durante a infância, o envolvimento do pai de Adriano com ele foi moderado no aspecto interação e alto nos itens acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o fato de seu pai sempre ter sido responsável com ele e os irmãos. Quanto às atividades realizadas com o pai, na infância, comenta: Eu lembro muito dos domingos que íamos todos juntos para a igreja, todos os irmãos, meu pai organizava todo mundo e ensinava como deveríamos nos comportar, a ter reverência. Eu não tinha muitos momentos sozinho com meu pai, minha casa era sempre cheia.

17

Por sua vez, dificultou o envolvimento a falta de muito tempo livre. Na adolescência, o envolvimento do pai de Adriano com ele continuou moderado em interação e alto em termos de acessibilidade e responsabilidade. O que auxiliou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi a responsabilidade em sustentá-los, embora não fosse de passar muito tempo conversando com os filhos. Por sua vez, considera que o fato de serem muitos irmãos pode ter dificultado o envolvimento, pois não permitia que o pai tivesse muito tempo livre. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Adriano com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante informou que nada dificultou o envolvimento nesta etapa e que a relação foi favorecida, pois: [...]. Eu sou muito amoroso, pego ele, beijo, abraço, chamo de "meu véio". Eu moro do lado da casa dele, também tem outros irmãos que moram perto, mas a maioria mora em outros bairros. Não é como antigamente que tinha 19 filhos ao mesmo tempo. Agora tem os netos, mas não é todo dia que estão todos juntos. Hoje em dia eu tento dar toda minha atenção a ele, para aproveitar todo o tempo. (Adriano).

Adriano considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que influenciou, principalmente, no aspecto da responsabilidade. Por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente o seu desenvolvimento. No momento da entrevista, Adriano informou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, sendo que a relação era favorecida pelo "meu jeito e a disponibilidade dele". O entrevistado afirmou que nada dificultava a relação entre eles. Como dito anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos do sexo masculino e considerou que seu envolvimento com eles era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Segundo o entrevistado, "a disponibilidade, o amor, a vontade de estar perto" favoreceram o envolvimento com seus filhos. Por outro lado, comenta sobre o que dificultou o envolvimento: Eu passei por um período bem difícil de depressão. Estou há um bom tempo sem conseguir emprego e isso me fez muito mal, sabe? Hoje estou bem



melhor, mas teve um período que estava sendo medicado e fiquei bem distante de tudo. Não sentia vontade de mais nada, nem de interagir com eles. **Ao mesmo tempo**, eu ficava triste por não estar participando como deveria e em ver eles me vendo daquele jeito, sem poder dar o que eles precisavam. (Adriano).

O entrevistado considerou que o envolvimento que o próprio pai teve com ele nas diversas fases **da sua vida** influenciou no envolvimento que Adriano mantinha com os filhos,

18

pois aprendeu sobre educar com seu pai. O participante pontuou que a educação e a responsabilidade foram os aspectos do relacionamento do pai com ele que mais refletiram positivamente na relação que mantinha com os próprios filhos. Por outro lado, nada refletia negativamente.

O participante avaliou, ainda, que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do entrevistado) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Adriano ponderou que o relacionamento dele com o pai influenciou na relação do seu pai com os netos, justificando que “somos uma família e na família tudo se aprende. Eu ensino meus filhos a cuidarem do avô deles em todas as situações”. O entrevistado avaliou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) também influenciou na relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “me aproxima ainda mais dele”. Com relação à classe socioeconômica e envolvimento, Adriano ponderou que tanto a condição financeira, quanto o trabalho e também o nível de escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “com certeza deve ter influenciado, porque imagine criar 19 filhos sem ter condição. Claro que nada era fácil, mas ninguém nunca passou fome lá em casa”. Quanto ao trabalho, justificou que “nenhum pai fica bem quando está desempregado [...] eu vejo na prática o quanto minha saúde mental interfere no meu relacionamento com as pessoas”. Com relação à escolaridade, informou que “deve ter influenciado também, porque com tanta gente em casa e ele não deixar ninguém sem estudar [...] certamente foi importante”.

Por sua vez, Adriano avaliou que a sua condição financeira influenciava no envolvimento que mantinha com os filhos, bem como a sua falta de trabalho e o seu nível de escolaridade. No aspecto financeiro e em relação à situação de desemprego, justificou que agora ele está melhor, mas tais fatores já atrapalharam no envolvimento. Na questão da escolaridade, pontua que consegue acompanhar melhor o desenvolvimento dos filhos e entender o que eles estão aprendendo.

Adriano considerou que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade impactaram no relacionamento que estabelecia, à época da entrevista, com o pai idoso, pois acredita que “impacta em todos os meus relacionamentos”.

Finalmente, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era o desemprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.



19

5 DISCUSSÃO GERAL

O poder familiar passou por significativas transformações que, para além da igualdade de gênero, refletiram **em relações familiares** mais democráticas. O Código Civil de 1916, baseado no pátrio poder, tratava a figura do marido/pai como chefe da sociedade conjugal, alguém que tomava as decisões relativas ao grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolida o instituto do poder familiar, o que se constitui “não apenas como um poder de ambos os pais, mas sim como uma obrigação legal a eles imposta na observância do interesse dos filhos”, sendo, assim, um dever material e afetivo (PEREIRA; MARTOS, 2019, p. 737). Os resultados encontrados serão discutidos com base neste conceito e no de envolvimento paterno. Na infância e na adolescência, os quatro participantes residiam com a família nuclear de origem, sendo que um deles, em parte da adolescência, passou a morar apenas com um irmão, quando foi morar em Salvador/BA para trabalhar. À época da entrevista, na fase adulta, os quatro participantes residiam com a família nuclear constituída (o entrevistado, a esposa e o/os filho/s), porém, um deles (Adriano) morava bem próximo aos genitores, o que favorecia o envolvimento entre eles. É importante destacar que, entre os entrevistados, três vieram da zona rural para a capital à procura de condições melhores que o labor urbano poderia proporcionar. Além disso, apenas no caso de Nelson, a esposa contribuía para a renda familiar, realizando trabalhos como costureira. Neste sentido, é possível perceber que persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular, conforme também destaca Bustamante (2005).

Para os participantes, ser pai é uma bênção, uma dádiva, mas também significa ter responsabilidades, educar, ser exemplo, dar tudo de si e, por vezes, representa uma árdua caminhada.

Os quatro entrevistados conviveram com o pai biológico. Quanto ao envolvimento dos pais dos participantes com eles, as dimensões da acessibilidade e da responsabilidade foram altas para três entrevistados, em todas as fases da vida. No entanto, para um deles (Francisco), a acessibilidade sempre foi moderada desde a infância até a fase adulta e a responsabilidade era alta na infância e na adolescência, mas foi considerada moderada na fase adulta. No aspecto da interação, na infância e na adolescência de dois entrevistados, o envolvimento paterno foi moderado, passando para alto na vida adulta. Para um participante, a dimensão da

20

interação foi avaliada como alta em todas as fases da vida e para outro variou entre baixa (na infância e adolescência) e moderada (na fase adulta).

O envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelos seguintes elementos: (a) na infância dos entrevistados: o desejo do pai em estar próximo, ser amoroso, a responsabilidade e o tempo que passavam juntos trabalhando; (b) na adolescência: o tempo que passavam juntos, principalmente trabalhando, as visitas do pai quando não moravam mais juntos, o afeto e a responsabilidade; (c) na vida adulta: o contato diário, **ainda que por** telefone, as idas do pai à casa do filho, sobretudo quando precisava ir ao médico em Salvador/BA, a afinidade, a amizade e o fato de morar próximo. Observou-se, então, que tanto



na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho, o que corrobora o estudo de Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) que destacam a socialização por meio do trabalho pai-filho entre famílias de baixa renda.

Por sua vez, o que dificultou o envolvimento dos pais dos participantes com eles foram os seguintes aspectos: (a) na infância dos entrevistados: o temperamento, a rigidez e a falta de muito tempo livre; (b) na adolescência: a distância, por residirem em cidades diferentes e o pouco tempo livre em decorrência do trabalho do pai para sustentar os filhos; (c) na vida adulta: a distância entre as cidades em que moram.

O envolvimento dos pais entrevistados com seus próprios filhos, nas dimensões acessibilidade e responsabilidade, foi alto para todos eles. Cumpre salientar que, para Pereira (2015), o poder familiar apresenta a responsabilidade como a essência do afeto e do cuidado. A dimensão da interação foi alta para três participantes, porém foi moderada no caso do participante que avaliou como baixa a interação do seu próprio pai com ele na infância e na adolescência, bem como moderada na fase adulta. Neste sentido, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que, para entender o envolvimento entre pai e filho atualmente, é necessário considerar questões da geração anterior, ou seja, a relação do próprio pai com ele. Por sua vez, Santos e Moreira (2016) pontuam que modelos de ausência paterna podem influenciar negativamente no envolvimento pai-filho, bem como podem impulsionar o pai a escolher perpetuar este modelo ou caminhar na direção oposta do que vivenciou. Porém, mesmo sem desejar, pode ocorrer o fenômeno da repetição, que consiste em reproduzir os comportamentos vivenciados ao longo da vida.

Os pais entrevistados relataram que o envolvimento com os próprios filhos foi facilitado por tais fatores: o amor e o desejo de participar da vida dos filhos (Nelson); os

21
momentos em família, como almoçar juntos e ver futebol, além do incentivo à vida profissional (Francisco); o amor (Eduardo); a disponibilidade, o amor e a vontade de estar perto (Adriano). Segundo Lamb (1992), a decisão do pai em estar envolvido com o filho é um fator que deve ser considerado, podendo ser resultado positivo da relação conjugal mais harmoniosa.

Além de relações familiares igualitárias, o conceito de poder familiar agregou ao ordenamento jurídico brasileiro o princípio da afetividade como basilar. Segundo Tartuce (2018), neste contexto, o afeto se apresenta como a mola propulsora dos laços familiares, movidos pelo sentimento e pelo amor, para dar sentido e dignidade à existência humana. Assim, é nítido que, a partir deste conceito, o formalismo deu espaço ao afeto como valor jurídico. Tal fato é confirmado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017) com pais de camada popular, visto que os resultados revelaram que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelo trabalho conjunto, pois este os aproximava, já que demonstravam menos afetividade com os filhos do que os participantes com sua própria prole.

Para Pereira e Martos (2019), a afetividade é analisada em uma perspectiva objetiva, como fato social de parentalidade ou de conjugalidade, em contrapartida, o legislador tratou o cuidado como um subprincípio da dignidade humana que está ligado à afetividade, visto que é por meio do dever de cuidado que esta se manifesta objetivamente.



Nelson e Eduardo relataram que nada dificultou o envolvimento com os filhos, já Francisco afirmou que, em alguns momentos, **a falta de** tempo dificultava a relação e Adriano relata que o desemprego e o período de depressão pelo qual passou foram fatores que o distanciavam da prole **e, ao mesmo tempo**, o deixavam triste por este motivo. Segundo Gomes e Alvarenga (2016), para o pai, a situação de desemprego gera mais do que a privação **de recursos materiais**, mas também problemas de cunho emocional. Além disso, a ausência do trabalho distanciava Adriano de seus filhos, isto porque, para Souza e Benetti (2008), os pais desempregados que não recebem contribuições familiares ou **de outras fontes** tendem a estar menos envolvidos com a prole.

Em relação à classe socioeconômica do pai do participante **e o envolvimento** com ele, a condição financeira do genitor foi avaliada por dois participantes como influenciando no envolvimento, seja na forma de proporcionar a educação (Eduardo), ou por dar mais tranquilidade (Adriano). Por outro lado, os outros dois participantes consideram que não houve influência financeira no envolvimento, sendo que um deles afirmou que a vontade de estar próximo é mais relevante (Nelson). O trabalho do pai foi considerado **por todos os**

22
entrevistados como tendo influenciado no envolvimento: por ser um momento de interação, enquanto trabalhavam (Nelson), por dar tranquilidade, pois é difícil um pai ficar desempregado (Francisco e Adriano) e pela educação que pode proporcionar (Eduardo). Já a escolaridade do pai foi considerada por três participantes como sem influência no envolvimento, pois o pai não estudou muito, como ressaltou Nelson, no entanto, para um deles influenciou, pois, mesmo com tantos filhos, seu genitor não deixou nenhum sem estudar (Adriano).

No que diz respeito à classe socioeconômica do participante **e o envolvimento** dele com os filhos, a própria condição financeira foi avaliada por três participantes como influenciando no envolvimento, sendo que dois afirmaram que este fator proporciona tranquilidade, pois alguém sem dinheiro ou endividado não se relaciona bem com os filhos (Francisco e Eduardo) e um deles analisou que este aspecto já atrapalhou a relação (Adriano). Por outro lado, embora Nelson considere que não houve influência financeira no envolvimento, acredita que é bom ter dinheiro e poder dar o melhor aos filhos; o trabalho foi considerado por três entrevistados como tendo influenciado no envolvimento, pois, assim como a condição financeira, ter um trabalho **faz com que o** pai esteja mais seguro e tranquilo (Francisco, Eduardo e Adriano). Por sua vez, em que pese Nelson ter afirmado que não há influência, é grato por ter um emprego, pois considera difícil ser pai desempregado. A própria escolaridade foi considerada por dois participantes como sem influência no envolvimento com os filhos, no entanto, dois entrevistados afirmaram que ela influencia, pois conseguiam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, o que já era um momento de interação entre eles, além de poder influenciá-lo a estudar e ter uma profissão (Eduardo), bem como acompanhar o desenvolvimento e entender o que os filhos estavam aprendendo (Adriano).

Por fim, todos os participantes consideraram que a maior dificuldade enfrentada pelo homem era o desemprego. Quando questionados sobre a maior dificuldade que o pai enfrentava, a resposta de todos os entrevistados também foi o desemprego, sendo que Eduardo acrescentou o fato de os filhos irem para o mau caminho. Cabe destacar, mais uma vez, a



importância **do trabalho e** os reflexos da ausência deste na vida do pai de baixa renda, haja vista que tanto o próprio pai quanto a comunidade ainda o enxergam como o provedor, responsável pelo sustento da família.

Percebe-se **que a** discussão está ancorada em fundamentos do poder familiar, haja vista que foi possível identificar características da nova paternidade em todas as relações analisadas. Os efeitos da consolidação do referido conceito no ordenamento jurídico brasileiro

23

são sentidos nas relações familiares, que vêm transformando-se cotidianamente. No entanto, como exposto neste estudo, sobretudo nas camadas populares, tais transformações ainda estão acompanhadas de resquícios do patriarcalismo, o que confirma o mencionado por Souza e Benetti (2009) sobre a coexistência dos modelos do novo pai e do pai provedor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo **do curso de** vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que a paternidade se encontra em transição, isto porque a sociedade passou por grandes modificações no século XX e nesse início do século XXI, assim como a família. Embora o ordenamento jurídico tenha acompanhado tais mudanças, dispondo agora sobre as relações familiares de forma mais democrática e igualitária, ancorado no poder familiar, entende-se que é necessário analisar os indivíduos **a partir de** suas peculiaridades.

Notou-se que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi facilitado principalmente pela socialização por meio do trabalho pai-filho, no entanto, foi prejudicado pela falta de tempo em decorrência do labor ou pela distância. Além disso, os resultados obtidos revelaram que diversos aspectos influenciam o envolvimento paterno, entre eles a classe socioeconômica, sobretudo no que tange à relação do pai de baixa renda com o trabalho ou a situação de desemprego. Neste contexto, ainda é comum a figura do pai como provedor, ou seja, o exercício da paternidade tradicional. No entanto, cumpre ressaltar a importância da decisão do pai em estar envolvido.

Os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico quanto à transição do pátrio poder para o poder familiar foram encontrados nas relações pai-filho na camada popular, isto porque, embora seja possível perceber resquícios do modelo patriarcal presentes na forma de relacionar-se do pai contemporâneo, notou-se que tais relações são sustentadas tanto pela responsabilidade, quanto pela afetividade, princípio fundamental no instituto do poder familiar.

Por fim, levanta-se a necessidade de se realizar outros estudos que aprofundem a discussão do envolvimento paterno, considerando as particularidades dos sujeitos e os impactos das transformações sociais e do ordenamento jurídico brasileiro.

24

REFERÊNCIAS



ANDRADE, F. D. Poder familiar e afeto numa perspectiva espinosana. In: Família e dignidade humana: V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). São Paulo: IOB, 2006.

BACKES, M. S.; BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. Nova Perspectiva Sistêmica, n. 61, p. 100-119, 2018.

BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). Fathers in cultural context. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. Barbarói. Santa Cruz do Sul, (32), 205-226, 2010.

BEVILAQUA, C.; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei n 8.069, 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. Lei n 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF. 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no Subúrbio Ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005.

CABRERA, N. J.; TAMES-LEMONDA, C.; BRADLEY, R.H.; HOFFERTH, S.; LAMB, M.E. Fatherhood in the twenty first century. Child Development, 71, 127-136, 2000.

DONATI, P. Família no Século XXI: abordagem relacional. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. Direito das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



FITERMAN, H; MOREIRA, L. V. C. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. Polis, Revista latino-americana, n. 50, p. 47-68, 2018.

25

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Q. S.; ALVARENGA, P. O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 32, n. 3, 1-9, 2016.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (Org.). The role of the father in child development. 5. Ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.

LAMB, M. E.. O papel do pai em mudança. Análise Psicológica. 1(X), 19-34, 1992.

LEVANDOWSKI, D.; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. Interações, 7(13), 77-100, 2002.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. O pai em pesquisas sobre família. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (Orgs.). O pai **na sociedade contemporânea**. Bauru: Edusc, 2010.

NARO, R. C. G.; MOREIRA, L. V. C. Envolvimento paterno em camada popular: estudo de casos múltiplos em Salvador/Bahia. In: Lúcia **Vaz de Campos Moreira**; Elaine Pedreira Rabinovich; Maria Natália Ramos. (Org.). Pais, avós e relacionamentos intergeracionais na família contemporânea. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 5, p. 123-139.

PEREIRA, M. B.; MARTOS, F. T. A. Do pátrio poder ao poder familiar: as atribuições dos pais quanto à proteção dos filhos. Revista **de iniciação científica** e extensão da faculdade de **Direito de Franca**, v. 4, n. 1, p. 729-750, jun. 2019.

PEREIRA, R. C. Responsabilidade civil pelo abandono afetivo. In: MADALENO, R.; BARBOSA, E. (Coords.). Responsabilidade civil no **Direito de Família**. São Paulo: Atlas, 2015.

PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs.). Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.



SANTOS, S. M. C. B.; MOREIRA, L. V. C. Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2016.

SILVA, M. R.; PICCININI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. Estudos de Psicologia, Campinas, 24(4), 561-573, 2007.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. Paideia, 19(42), 97-106, 2009.

SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), 61-71, 2008.

26

TARTUCE, F. Direito Civil: **Direito de Família**. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

THERBORN, G. Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TUDGE, J. The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies. New York: Cambridge University Press



=====
Arquivo 1: [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#) (7748 termos)

Arquivo 2: <https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2019/11/criador-da-abertura-de-os-simpsons-afirma-que-serie-vai-acabar.html> (380 termos)

Termos comuns: 3

Similaridade: 0,03%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#)
. Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://revistaquem.globo.com/QUEM-News/noticia/2019/11/criador-da-abertura-de-os-simpsons-afirma-que-serie-vai-acabar.html>
=====

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Salvador
2020

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO



ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Direito pela Universidade
Católica do Salvador.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira.

Salvador
2020

1
ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE VIDA DOS FILHOS E
OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
QUANTO AO PODER FAMILIAR

Ana Marcela Silva do Nascimento



1

Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira

2

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. A pesquisa é qualitativa, com estudo de casos múltiplos, e teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/BA. Como instrumento foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, contendo questões abertas e fechadas. Para a coleta de dados foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que seguiu os seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo e ser da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos. As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse. Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. Principais resultados: persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular. Ser pai é concebido como uma bênção, dádiva, mas também implica ser responsável, educar, ser exemplo e dar tudo de si. Tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho. Há necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Família. Envolvimento paterno. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família, como realidade sociológica, atravessou diversas mudanças desde a importação do modelo patriarcal para o Brasil até o presente momento. Neste sentido, o ordenamento jurídico brasileiro acompanhou as transformações sociais e, por conseguinte, da família, possibilitando a consolidação do conceito de poder familiar. Farias e Rosenvald (2010, p. 43) afirmam que “consagra-se, assim, a igualdade substancial no plano familiar, excluindo todo e qualquer tipo de discriminação decorrente do estado sexual”. Por sua vez, em meio a este contexto, a figura paterna passa a distanciar-se da imagem tradicional, no

1

Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: anamarcela.07@hotmail.com

2

Doutora em Psicologia (USP), professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), do Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contexto Social e do



Curso de Psicologia (UCSal). E-mail: lucia.moreira@ucsal.br

2

entanto, ainda sem cortar laços completamente, como apontam Souza e Benetti (2009). Para compreender os reflexos de tais alterações, no entanto, faz-se necessário considerar as particularidades dos indivíduos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, realizada pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”, liderado pela segunda autora, Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O estudo maior tem como participantes 60 homens residentes em Salvador/Bahia, sendo 30 de classe média-alta e 30 de classe popular.

Neste texto constam: uma revisão de literatura, o método do estudo, os resultados encontrados, a discussão dos dados obtidos à luz da literatura e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução do conceito de poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro e do envolvimento paterno no contexto de baixa renda.

2.1 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O pater familias, termo latim que em português significa “pai de família”, era o estatuto familiar mais elevado na Antiguidade, o qual possuía poderes ilimitados sobre os filhos. Séculos depois, com a colonização, o Brasil importou o modelo de família portuguesa, marcada pelo patriarcalismo, que permaneceu como modelo ideal de família durante longos anos. (ANDRADE, 2005).

O Código Civil de 1916 incorporou o conceito de pátrio poder e dispôs taxativamente o marido/pai como titular desta função, cabendo somente a ele exercer este poder sobre os filhos menores, de modo que, apenas nas hipóteses de ausência ou impedimento quanto à sua figura, é que a esposa poderia chefiar a sociedade conjugal. De acordo com Petrini (2005), este modelo de família patriarcal brasileira começa a decair no final do século XIX, momento

3

em que o pai deixa de ocupar o lugar central na família e de possuir a responsabilidade exclusiva pelas decisões do grupo familiar. Conforme Andrade (2005, p. 4), Até antes do novo Código Civil, ainda era praticamente unânime a compreensão tradicional do poder familiar como sendo basicamente uma forma de autoridade – no caso, dos pais sobre os filhos, uma versão contemporânea do que teria sido a autoridade do pater familiae sobre os seus filhos e seus bens.



Therborn (2006), em estudo baseado em fontes globais e mapeamento detalhado das mudanças da família e do patriarcado como sustentáculo das relações sociais no século XX, analisa as transformações estruturais pelas quais a família passou, por meio de três fatores principais: o patriarcado e as relações entre pais e filhos, homens e mulheres; o papel do casamento ou da ausência deste como determinante no comportamento sexual e o processo histórico da fecundidade e do controle de natalidade. O referido autor destaca como a sociedade tinha como base o poder e a superioridade dos homens sobre os filhos e esposas. Além disso, aponta que, no século passado, diversas alterações ocorreram em razão de conquistas referentes aos direitos das mulheres e das crianças e menciona o patriarcado como o grande perdedor desde então.

Ao passo em que a sociedade e, conseqüentemente, a família modificaram-se, a Constituição Federal de 1988 acompanhou tais mudanças apresentando em seu texto o termo poder familiar, conceito que já existia, mas que se consolidou com a Carta Magna e refletiu no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e no Código Civil de 2002. A partir daí, segundo Andrade (2005), a família deixou de ser pensada como uma unidade de dominação ou de exercício do poder dos pais sobre os filhos e passou a ser vista como uma relação mútua de assistência. Neste sentido, Tartuce (2018) destaca a presença da responsabilidade e da afetividade nas relações familiares.

Assim, enquanto havia antes uma concepção da família enquanto uma célula da sociedade na qual há filhos que estão subordinados aos pais, ou mesmo há pais que estão subordinados aos filhos, passa-se agora a uma noção de uma família mais “democrática”, na qual os filhos são reconhecidos como dependentes (tanto materialmente quanto afetivamente) dos pais (e não como sua propriedade) ou os pais são reconhecidos como dependentes (afetivamente e materialmente) dos filhos (e não sua apropriação). (ANDRADE, 2005, p.5).

Segundo Ariès (1981, apud SANTOS; MOREIRA, 2016, p. 48), além de diminuir a autonomia da mulher, o patriarcado direcionava ao primogênito a responsabilidade pela proteção dos bens familiares, visto que surgiu como tentativa de impedir a divisão patrimonial, sendo a família considerada célula social, fundamentada pelo poder do Estado.

4

Deste modo, Donati (2008, p. 62) pontua que ocorreu um “processo de desinstitucionalização, entendida como a diminuição de certas expectativas públicas a respeito da família, a favor de uma maior legitimação como grupo social expressivo do mundo vital”.

Superada a percepção da família como unidade produtiva e reprodutiva, pregada pelo Código Civil de 1916, a partir dos valores predominantes naquela época, descortinam-se novos contornos para o Direito das Famílias, fundamentalmente a partir da Lex Mater de 1988, que está cimentada a partir de valores sociais e humanizadores, especialmente a dignidade humana, a solidariedade social e a igualdade substancial. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 38).

O texto da Carta Magna, complementam Farias e Rosenvald (2010), além do art. 5º, no art. 226 volta a versar sobre a igualdade entre homem e mulher, dispondo que os direitos e



deveres relativos ao matrimônio devem ser exercidos por ambos, de modo que “a evidente preocupação constitucional em ressaltar a igualdade substancial entre homem e mulher parece decorrer da necessidade de pôr a cobro a um tempo discriminatório em que o homem chefiava a relação conjugal, subjugando a mulher” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 43).

Diante disso, a família matrimonializada, ancorada no Código Civil de 1916, torna-se cada vez mais pluralizada a partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, bem como sua característica patriarcal perde espaço para características democráticas e a hierarquia dá lugar à igualdade. Vê-se, portanto, que “com esse espírito, não se pode olvidar que a família está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se em face da sua própria estrutura cultural” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 10).

2.2 ENVOLVIMENTO PATERNO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

As transformações sociais pelas quais a família passou ao longo do século XX, principalmente no que tange ao declínio do modelo patriarcal, possibilitaram que o homem assumisse outros papéis no cotidiano familiar. Conforme Souza e Benetti (2009), o pai, que era apenas provedor, passou a compartilhar a renda familiar com a esposa, visto que as mulheres também passaram a assumir tarefas fora do âmbito doméstico. Assim, o referido século foi marcado por fatores como a participação da mulher no mercado de trabalho; a ausência de determinados pais ao longo da vida dos filhos; em contrapartida, outros pais apresentaram envolvimento com filhos pequenos e houve o crescimento da diversidade cultural (CABRERA; TAMIS-LEMONDA; BRADLEY HOFFERTH E LAMB, 2000).

5

Os autores mencionados pontuam, ainda, que o papel do pai encontra-se em transição, visto que as funções estão se redefinindo. Deste modo, conforme Filgueiras e Petrini (2010), os homens vêm acessando novos modelos de paternidade que, anteriormente, eram dificilmente associados à figura paterna. Segundo Levandowski, Antoni, Koller e Piccinini (2002) e Lamb (1992), este movimento vem sendo conhecido como “a nova forma de paternidade” ou apenas “a nova paternidade”. No entanto, Souza e Benetti (2009) ponderam que, embora este novo pai seja consideravelmente diferente do patriarca, não houve uma dissociação completa, haja vista que com ele coexiste o modelo tradicional do pai provedor. Para Lamb (2010), é de suma importância a presença da figura paterna e seu envolvimento com os filhos. A partir disso, o autor classifica o envolvimento paterno em três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado efetivamente com a criança e relaciona-se com a importância de estar junto. A acessibilidade compreende as atividades que não demandam interação direta, as quais podem ser executadas sem a necessidade da presença física. Implica estar disponível para atender às demandas do filho. A responsabilidade, por sua vez, está relacionada à preocupação com os cuidados e necessidades para garantir o bem-estar da criança. Percebe-se, então, que as transformações que o pai vivencia na atualidade são consequência de uma paternidade mais sensível e participativa, caracterizada por um possível envolvimento mais saudável e efetivo (SANTOS; MOREIRA, 2016).

Santos e Moreira (2016) pontuam, ainda, que alguns aspectos interferem no



envolvimento entre pais e filhos, podendo-se destacar a conjugalidade, o divórcio, as características do pai, o papel da mãe, a idade e o sexo dos filhos. As autoras citadas destacam, também, que “o aspecto trabalho do pai interfere sobremaneira no envolvimento” (p. 57) e mostra-se como um grande desafio quanto à conciliação trabalho-paternidade.

Os efeitos dos conflitos, assim como da harmonia conjugal, são sentidos pelas crianças, conforme aponta Lamb (2010). Neste sentido, Silva e Piccininni (2007) concordam que, em relacionamentos conjugais com mais diálogo e menos conflito, o envolvimento paterno tende a ser mais satisfatório. No que tange ao divórcio, notam-se prejuízos relativos a determinados papéis paternos que acabam não sendo preenchidos, como a relação emocional e as funções social e econômica, no entanto, não há que se ter uma visão determinista quanto a estes aspectos, desconsiderando as singularidades de cada criança, do pai e dos contextos em que estão inseridos (LAMB, 2010). A decisão do pai em estar envolvido também precisa ser considerada, o que pode ser reflexo positivo da conjugalidade (LAMB, 1992). Além disso,

6

conforme Fiterman (2018), assumir o papel de pai faz com que o homem reflita, passando a avaliar como foi criado, como quer ser pai, seus valores, moral e comportamentos. Por sua vez, conforme Lamb (1992), cumpre salientar que algumas mulheres podem resistir à participação do homem nos cuidados com a criança, optando por manter exclusividade e autoridade nesta função, de modo que, em famílias nas quais a mãe trabalha fora, percebe-se maior envolvimento paterno do que nas famílias em que a mãe não possui um emprego.

Além disso, Lamb (1992) aponta que os pais costumam dedicar mais tempo aos filhos em idade pré-escolar, mas afirma que, em geral, os pais estão mais envolvidos com os filhos do que com as filhas, independente das idades, vínculo também constatado em pesquisa realizada por Moreira e Rabinovich (2010). No estudo “Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality”, Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) discutem a necessidade de considerar a classe social das famílias e ressaltam que a tendência de ignorar os aspectos econômicos, sociais, educacionais, étnicos e culturais constitui uma das maiores limitações dos estudos psicológicos no Brasil. Os autores consideram que não é possível falar de um padrão de paternidade brasileira, pois esta é complexa e varia amplamente com a condição socioeconômica e o nível de escolaridade do pai, visto que as variações subculturais da paternidade relacionam-se principalmente à classe social, o que também foi verificado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017). Em estudo intercultural, Tudge (2008) observou que havia mais semelhanças na mesma classe em diferentes países do que em classes diversas no mesmo país.

Bustamante (2005) destaca a importância do papel de provedor para o pai de classe popular, pois entende que sua função é não deixar faltar nada aos filhos. Embora o pai reconheça a necessidade de momentos de lazer, a dinâmica em que vive e a ausência de recursos podem prejudicar o convívio. Neste sentido, Backes et al. (2018), em estudo voltado a identificar fatores que interferem no envolvimento paterno de pais de crianças entre quatro e seis anos, ao analisarem a subcategoria “modelo do próprio pai” perceberam que “prevaleceu o modelo de pai provedor, que trabalhava fora de casa e cuja preocupação central era o sustento da família” (p.7). Tudge (2008) identificou que pais de classe média despendem maior tempo com as crianças envolvidos com atividades de ensino e brincadeiras, enquanto



pais de camada popular gastam esse tempo conversando com os filhos. A socialização por meio do trabalho pai-filho também ganha destaque entre as famílias de baixa renda, que usam este método como meio de prevenir a delinquência e preparar a criança para a inserção no mercado de trabalho futuramente. É comum os pais ensinarem os meninos e as mães

7

ensinarem as meninas, o que promove um engajamento precoce das crianças em diversas atividades, no entanto, o cenário torna-se mais complexo pela recorrência do desemprego ou subemprego desses pais. Além disso, neste contexto, a figura paterna destaca-se como autoridade moral, enquanto as mães são responsáveis por manterem a unidade familiar por meio do cuidado (BASTOS; VOLKMER-PONTES; BRASILEIRO; SERRA, 2013).

Por fim, ainda em relação ao contexto de desemprego, Souza e Benetti (2008)

constataram que os pais que recebiam contribuições de familiares ou de outras fontes estavam mais envolvidos com os filhos do que os pais que não recebiam contribuições de nenhuma natureza. Sobre este fato, Gomes e Alvarenga (2016) afirmam que, além da privação de recursos materiais, a ausência do trabalho acarreta também problemas emocionais, isto porque, como mencionado, a figura paterna ainda está vinculada ao papel de provedor, sobretudo na camada popular.

3 MÉTODO

Para Minayo (2002, p. 16), entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, o que inclui as “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

3.1 DELINEAMENTO

Nesta investigação, aplicou-se o estudo de casos múltiplos, nos quais, conforme Gil (2002), frequentemente são utilizados de quatro a dez casos. O autor destaca, ainda, que este tipo de estudo não tem a finalidade de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas de oferecer uma visão global do problema e identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/Bahia. Todos eram da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos.

Constam, a seguir, alguns dados sobre os participantes, com nomes fictícios, objetivando preservar a identidade deles.

8

Tabela 1 – Dados sobre os participantes

Nome
fictício
Idade
(em



anos)
Escolaridade Profissão
e carga
horária
semanal de
trabalho
Renda
pessoal
mensal
Religião Etnia Estado
civil
Nelson 44 Ensino
Fundamental II
completo
Pedreiro
(40 horas)
1,2
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Francisco 48 Ensino
Fundamental II
completo
Vendedor
(40 horas)
1,6
salários
mínimos
Protestante Preta Casado no
civil e no
religioso
Eduardo 45 Ensino
Fundamental II
completo
Caminhoneiro
(40 horas)
1,9
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso



Adriano 43 Ensino Médio
completo
Desempregado
(renda de
aluguel de
imóvel e
trabalhos
eventuais)
Um
salário
mínimo
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Fonte: As autoras.

Observa-se que os pais tinham de 43 a 48 anos; três tinham o Ensino Fundamental II completo e apenas um tinha o Ensino Médio completo. Três estavam trabalhando, sendo um pedreiro, um vendedor e um caminhoneiro, e o outro estava desempregado, tendo como renda o aluguel de imóvel e trabalhos eventuais. Todos eram protestantes, sendo três pardos e um preto. Com relação ao estado civil, todos eram casados (no civil e no religioso).

3.3 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, elaborado pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”/UCSal, liderado pela Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O instrumento contém questões abertas e fechadas, abordando: dados de identificação; dados sobre a família; paternidade e envolvimento do pai do participante com ele; repercussões do envolvimento paterno no desenvolvimento; envolvimento do participante com o(s) seu(s) filho(s); envolvimento do participante com o pai idoso; classe socioeconômica e envolvimento; masculinidade e paternidade.

3.4 PROCEDIMENTOS

9

O projeto de pesquisa maior, intitulado “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal (CAAE: 47362315.2.0000.5628). Para a coleta de dados do presente estudo, foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que se enquadravam nos seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo, mesmo que não tenham convivência; ser da classe D (renda mensal familiar de mais de um a três salários mínimos).

As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram



pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os quatro casos e, em seguida, haverá uma discussão geral sobre eles.

4.1 CASO 1: NELSON

Na infância e na adolescência, Nelson residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que fazia trabalhos como costureira) e com os dois filhos, um do sexo feminino e o outro do sexo masculino que, à época da coleta de dados, tinham 16 anos e 12 anos de idade, respectivamente. Para ele, ser pai “é uma bênção, é ter a responsabilidade de criar e educar os filhos, constituir uma família, ser exemplo em casa”. Nelson sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna e afirmou que, na infância, trabalhava na roça com o genitor, o qual conversava bastante com ele e seus irmãos, ensinando como deveriam proceder na vida. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto nos aspectos interação, acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, nessa fase da vida, foi o fato de seu pai ser amoroso e querer ser próximo. Nelson afirma que nada dificultou o envolvimento do seu genitor com ele.

10

Também na adolescência, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto, tanto em interação quanto em responsabilidade e acessibilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, nesta fase, foi o labor rural e o fato de seu pai gostar de estar com os filhos. O entrevistado afirmou novamente que, nesta fase da vida, nada dificultou o envolvimento. Na sequência, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Nelson com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o fato de seu pai continuar sendo presente, mesmo de longe, e ele continuar indo visitá-lo no interior do Estado da Bahia, bem como telefonar quase todo dia favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta. Por sua vez, afirma que nada dificultou tal envolvimento: “o problema é só a distância mesmo, que dá saudade” (Nelson).

Nelson ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram importantes para que ele seja quem é; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Nelson afirmou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, justificando que “eu sou apaixonado por meu pai, eu pego ele e encho de



beijo” (Nelson). Assim, favorece a relação, tudo que construíram ao longo da vida e o amor que recebeu do genitor, no entanto, o participante afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como informado anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12 anos de idade. Nelson considerou que seu envolvimento com os filhos era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, favoreceu seu envolvimento com a prole:

O amor, né? Eu amo muito meus filhos e gosto de participar de tudo na vida deles. A gente não trabalha juntos, como era com meu pai, porque eles estudam quase o dia todo e não precisam trabalhar, mas eles são meus chamegos.

Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o bom relacionamento do seu pai com ele refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos. Conforme Nelson, seu genitor o ensinou a ser pai, foi

11
com ele que aprendeu tudo o que sabe, o que transmite aos filhos. Quanto ao que refletia negativamente, não identificou nenhum aspecto. Além disso, o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Nelson considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “meus filhos também são doidos por meu pai e ele por eles. É um grude quando eles vão para o interior ver meu pai, é o tempo todo juntos”. Por outro lado, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois “eu acho muito bonito e agradeço a Deus por minha família e fico amando eles mais ainda, né?” (Nelson).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Nelson considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “a gente sempre foi simples, mas nunca faltou nada. Mas eu acho que o que influenciou mesmo foi a vontade dele estar com a gente, de ser um pai presente”. Quanto à escolaridade, justificou que “meu pai não estudou muito, mas sempre botou a gente para estudar e eu boto meus filhos mais ainda. Eu não fiz faculdade, mas eles vão fazer”. Por outro lado, o entrevistado considerou que o trabalho do seu pai influenciou no envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “[...] era nosso momento juntos”.

Por sua vez, Nelson avaliou que nem a sua condição financeira, nem o seu trabalho e nem a sua escolaridade influenciavam no envolvimento que ele mantinha com os filhos. No entanto, no aspecto financeiro, ponderou que “[...] mas é bom saber que a gente tem um dinheirinho para dar do melhor para eles”. Quanto ao trabalho, alegou que “Eu agradeço a Deus por sempre ter meu trabalho, né? Porque é difícil um pai de família desempregado”. E sobre o nível de escolaridade, apenas afirmou acreditar que não influencia. Nelson



considerou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “ficar desempregado e não conseguir sustentar sua família. É muito triste”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

12

4.2 CASO 2: FRANCISCO

Na infância e na adolescência, Francisco residia com os pais e os sete irmãos, sendo que em parte da adolescência passou a morar em Salvador/BA, apenas com um irmão, quando começou a trabalhar. Na vida adulta, passou a habitar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com os três filhos, sendo dois do sexo masculino, um com 18 anos e o outro com 24 anos de idade, bem como uma moça de 25 anos de idade, à época da entrevista. A filha do participante, à época, não residia mais com ele. Para o participante, ser pai “é ter responsabilidade, é dar tudo de si para manter a família”.

Francisco sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna, no entanto, afirmou que, na infância não realizava muitas atividades com o pai, “era mais o trabalho no interior”. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Francisco com ele foi baixo no aspecto da interação, moderado em termos de acessibilidade e alto no item responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi a responsabilidade dele com os filhos. Por outro lado, dificultou o envolvimento “o temperamento dele, era muito calado e rígido”.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Francisco com ele continuou sendo baixo em termos de interação, moderado quanto à acessibilidade e alto no que diz respeito à responsabilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi o fato de o genitor sempre vir visitá-lo em Salvador para ver como ele e seu irmão estavam. Por sua vez, o que dificultou o envolvimento foi a distância, visto que o participante não residia mais com o pai, nesta fase da vida.

Já na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Francisco com ele foi considerado moderado em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o envolvimento com o pai foi favorecido, pois seu genitor fica em sua casa sempre que vai até Salvador para realizar exames e consultas médicas e afirma que “isso é bom, porque eu não posso estar sempre no interior e quando eu não vou, ele vem”. Por sua vez, comenta que nada dificultou tal envolvimento e justifica que “ele está bem melhor agora na velhice, só não gosta de ser dependente de ninguém”.

Francisco ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que foi influenciado positivamente ao ver seu pai sempre trabalhando para sustentar a família, o que foi um exemplo para ele; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele também influenciou negativamente no seu desenvolvimento, pois “hoje eu sou um pouco

13



sério também, às vezes me sinto um pouco rígido com meus filhos, mas com certeza sou bem menos que meu pai. Mas acho que ficou um pouco disso em mim”.

No momento da entrevista, Francisco afirmou que se relacionava bem com o pai idoso, justificando que “ele não gosta de se sentir dependente [...] sempre me liga para resolver algumas coisas, mas gosta de ficar no canto dele”. Assim, o que favorece a relação é o fato de o genitor precisar ir para a casa de Francisco quando vai ao médico em Salvador, no entanto, o participante afirmou que o que dificultava a relação entre eles era a distância. À época da realização da entrevista, o participante tinha três filhos, dois do sexo masculino, com 18 e 24 anos de idade e outra do sexo feminino, com 25 anos de idade. Francisco considerou que seu envolvimento com a prole era moderado em termos de interação e alto quanto à acessibilidade e responsabilidade. O entrevistado comentou o que favorecia seu envolvimento com os filhos:

Eu sou um pai presente, mesmo trabalhando muito. Os meninos também estudam e às vezes não encontro muito eles em casa. Mas, assim, a gente assiste futebol juntos, almoçamos sempre juntos, todo mundo gosta de futebol e esse é um momento da família. Também tenho um filho que joga, eu sempre levo ele para a escolinha de futebol. A menina já é casada, mas geralmente almoça lá em casa. Eu dei uma casa a ela e agora estou ajudando a construir o espaço de fisioterapia para ela trabalhar, porque ela se formou faz pouco tempo. Tenho muita preocupação com a profissão deles, faço o que for possível.

Por outro lado, afirmou que, às vezes, a falta de tempo dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos foi: “a responsabilidade de ser pai”. Já o que refletia negativamente era o jeito sério que herdou do pai.

Vale salientar, ainda, que o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto em interação e moderado em acessibilidade e responsabilidade. Francisco considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “ele vindo para minha casa, fica mais próximo dos meus filhos. Meus filhos são muito cuidadosos com ele”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “[...] acaba aproximando todo mundo” (Francisco).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Francisco considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Por outro lado, o entrevistado considerou que o

14

trabalho do seu pai influenciou o envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “hoje eu sou pai, entendo como é difícil não ter emprego”.

Por sua vez, Francisco avaliou que tanto a sua condição financeira quanto o seu trabalho influenciavam de algum modo no envolvimento que ele mantinha com os filhos, no entanto, acreditava que o nível de escolaridade não exercia influência. No aspecto financeiro,



justificou que “eu acho que me dá tranquilidade, porque alguém endividado não consegue fazer nada, nem se relacionar com os filhos”. Quanto ao trabalho, alegou que “influencia sim, pelo mesmo motivo. É difícil para um pai de família não ter um emprego”.

Francisco considerou que seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactavam no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso, mas ponderou que “talvez só a condição financeira, porque eu posso pagar médico para ele e levar ele de carro para os lugares”.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “o desemprego, essa crise que o país enfrenta”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.3 CASO 3: EDUARDO

Durante a infância e adolescência, Eduardo residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com o único filho que, à época da coleta de dados, tinha nove anos de idade. Para ele, ser pai:

é uma dádiva. Eu quis muito ser pai. Eu e minha esposa demoramos para ter nosso filho, a gravidez dela foi de risco, mas no fim deu tudo certo. Nosso filho é nosso amor.

Eduardo sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Ao longo da infância, o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi moderado em termos de interação e alto nas dimensões acessibilidade e de responsabilidade. Na perspectiva do participante, o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o tempo que passavam juntos, principalmente quando seu pai o ensinava algo do trabalho. Por sua vez, não sabe dizer o que dificultou o envolvimento. Na adolescência, o envolvimento do pai de Eduardo com ele continuou moderado em interação e alto em acessibilidade e responsabilidade. O que ajudou no envolvimento do pai

15
com ele, nesta etapa da vida, foi o afeto. Neste período, não soube dizer o que dificultou a relação deles. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi considerado alto em interação, acessibilidade e responsabilidade. O participante ponderou que o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta, foi “a afinidade, conversamos sobre as mesmas coisas, ele agora é meu amigo mesmo, alguém que eu divido minha vida, conto meus problemas”. Por sua vez, considera que nada dificultou tal envolvimento.

Eduardo ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, por meio dos ensinamentos que recebeu. Por sua vez, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Eduardo afirmou que mantinha um relacionamento muito



bom com o pai idoso. O participante informou que o que favorecia a relação era a amizade que tinham, no entanto, destacou que nada dificultava a relação entre eles. Conforme consta anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha apenas um filho, do sexo masculino, com nove anos de idade. Eduardo avaliou que seu envolvimento com seu filho era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, o que favorecia seu envolvimento com a criança era “o amor”. Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele, nas diversas fases da vida (infância, adolescência e etapa adulta), influenciou no envolvimento que Eduardo mantinha com o filho, pois: “a gente sempre leva para nossa vida o que nos foi dado. Meu pai sempre foi um bom pai”. O aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com o próprio filho foi: “a proximidade entre pai e filho”. Por outro lado, nada refletia negativamente. Destaca-se, ainda, que o participante avaliou que o envolvimento de seu pai com o neto dele (filho do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Eduardo considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou positivamente a relação do seu pai com o neto, justificando que “um ensina o outro a amar”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com o neto (filho do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, conforme este, “me faz amar ele ainda mais”.

16

Sobre classe socioeconômica e envolvimento, Eduardo avaliou que a escolaridade do seu pai não influenciou no envolvimento deste com o participante. No que diz respeito à condição financeira e ao trabalho, alegou que “influenciou na forma que ele conseguiu nos proporcionar a educação”. Por sua vez, Eduardo avaliou que tanto o seu trabalho quanto a sua escolaridade e condição financeira influenciavam, de algum modo, no envolvimento que ele mantinha com o filho. No aspecto de trabalho e condição financeira, justificou que “me dá tranquilidade”. Quanto à escolaridade, alegou: “Acho que sim, porque eu ensino a atividade dele, isso já é um momento nosso de interação e eu influencio ele a estudar e ter uma profissão”. Eduardo apreciou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era a falta de emprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que era “a falta de emprego também e os filhos indo para o mau caminho”.

4.4 CASO 4: ADRIANO

Na infância e na adolescência, Adriano residia com os pais e 18 irmãos, visto que seus pais tiveram 19 filhos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado, assim como o entrevistado, que estava desempregado) e com os dois filhos do sexo masculino que, à época da coleta de dados, um tinha 17 anos e o outro 10 anos de idade, sendo que residia ao lado da casa dos pais. A definição apresentada pelo participante a



respeito do que é ser pai foi a seguinte: “Ser pai é como dizem, é padecer no paraíso. É muito bom, mas quando passamos por dificuldades tendo filhos, é bem mais difícil”.

Adriano sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Durante a infância, o envolvimento do pai de Adriano com ele foi moderado no aspecto interação e alto nos itens acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o fato de seu pai sempre ter sido responsável com ele e os irmãos. Quanto às atividades realizadas com o pai, na infância, comenta: Eu lembro muito dos domingos que íamos todos juntos para a igreja, todos os irmãos, meu pai organizava todo mundo e ensinava como deveríamos nos comportar, a ter reverência. Eu não tinha muitos momentos sozinho com meu pai, minha casa era sempre cheia.

17

Por sua vez, dificultou o envolvimento a falta de muito tempo livre. Na adolescência, o envolvimento do pai de Adriano com ele continuou moderado em interação e alto em termos de acessibilidade e responsabilidade. O que auxiliou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi a responsabilidade em sustentá-los, embora não fosse de passar muito tempo conversando com os filhos. Por sua vez, considera que o fato de serem muitos irmãos pode ter dificultado o envolvimento, pois não permitia que o pai tivesse muito tempo livre. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Adriano com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante informou que nada dificultou o envolvimento nesta etapa e que a relação foi favorecida, pois:

[...] eu sou muito amoroso, pego ele, beijo, abraço, chamo de “meu véio”. Eu moro do lado da casa dele, também tem outros irmãos que moram perto, mas a maioria mora em outros bairros. Não é como antigamente que tinha 19 filhos ao mesmo tempo. Agora tem os netos, mas não é todo dia que estão todos juntos. Hoje em dia eu tento dar toda minha atenção a ele, para aproveitar todo o tempo. (Adriano).

Adriano considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que influenciou, principalmente, no aspecto da responsabilidade. Por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente o seu desenvolvimento. No momento da entrevista, Adriano informou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, sendo que a relação era favorecida pelo “meu jeito e a disponibilidade dele”. O entrevistado afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como dito anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos do sexo masculino e considerou que seu envolvimento com eles era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Segundo o entrevistado, “a disponibilidade, o amor, a vontade de estar perto” favoreceram o envolvimento com seus filhos. Por outro lado, comenta sobre o que dificultou o envolvimento:

Eu passei por um período bem difícil de depressão. Estou há um bom tempo



sem conseguir emprego e isso me fez muito mal, sabe? Hoje estou bem melhor, mas teve um período que estava sendo medicado e fiquei bem distante de tudo. Não sentia vontade de mais nada, nem de interagir com eles. Ao mesmo tempo, eu ficava triste por não estar participando como deveria e em ver eles me vendo daquele jeito, sem poder dar o que eles precisavam. (Adriano).

O entrevistado considerou que o envolvimento que o próprio pai teve com ele nas diversas fases da sua vida influenciou no envolvimento que Adriano mantinha com os filhos,

18

pois aprendeu sobre educar com seu pai. O participante pontuou que a educação e a responsabilidade foram os aspectos do relacionamento do pai com ele que mais refletiram positivamente na relação que mantinha com os próprios filhos. Por outro lado, nada refletia negativamente.

O participante avaliou, ainda, que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do entrevistado) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Adriano ponderou que o relacionamento dele com o pai influenciou na relação do seu pai com os netos, justificando que “somos uma família e na família tudo se aprende. Eu ensino meus filhos a cuidarem do avô deles em todas as situações”. O entrevistado avaliou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) também influenciou na relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “me aproxima ainda mais dele”. Com relação à classe socioeconômica e envolvimento, Adriano ponderou que tanto a condição financeira, quanto o trabalho e também o nível de escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “com certeza deve ter influenciado, porque imagine criar 19 filhos sem ter condição. Claro que nada era fácil, mas ninguém nunca passou fome lá em casa”. Quanto ao trabalho, justificou que “nenhum pai fica bem quando está desempregado [...] eu vejo na prática o quanto minha saúde mental interfere no meu relacionamento com as pessoas”. Com relação à escolaridade, informou que “deve ter influenciado também, porque com tanta gente em casa e ele não deixar ninguém sem estudar [...] certamente foi importante”.

Por sua vez, Adriano avaliou que a sua condição financeira influenciava no envolvimento que mantinha com os filhos, bem como a sua falta de trabalho e o seu nível de escolaridade. No aspecto financeiro e em relação à situação de desemprego, justificou que agora ele está melhor, mas tais fatores já atrapalharam no envolvimento. Na questão da escolaridade, pontua que consegue acompanhar melhor o desenvolvimento dos filhos e entender o que eles estão aprendendo.

Adriano considerou que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade impactaram no relacionamento que estabelecia, à época da entrevista, com o pai idoso, pois acredita que “impacta em todos os meus relacionamentos”.

Finalmente, **quando questionado sobre** as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era o desemprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.



19

5 DISCUSSÃO GERAL

O poder familiar passou por significativas transformações que, para além da igualdade de gênero, refletiram em relações familiares mais democráticas. O Código Civil de 1916, baseado no pátrio poder, tratava a figura do marido/pai como chefe da sociedade conjugal, alguém que tomava as decisões relativas ao grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolida o instituto do poder familiar, o que se constitui “não apenas como um poder de ambos os pais, mas sim como uma obrigação legal a eles imposta na observância do interesse dos filhos”, sendo, assim, um dever material e afetivo (PEREIRA; MARTOS, 2019, p. 737). Os resultados encontrados serão discutidos com base neste conceito e no de envolvimento paterno. Na infância e na adolescência, os quatro participantes residiam com a família nuclear de origem, sendo que um deles, em parte da adolescência, passou a morar apenas com um irmão, quando foi morar em Salvador/BA para trabalhar. À época da entrevista, na fase adulta, os quatro participantes residiam com a família nuclear constituída (o entrevistado, a esposa e o/os filho/s), porém, um deles (Adriano) morava bem próximo aos genitores, o que favorecia o envolvimento entre eles. É importante destacar que, entre os entrevistados, três vieram da zona rural para a capital à procura de condições melhores que o labor urbano poderia proporcionar. Além disso, apenas no caso de Nelson, a esposa contribuía para a renda familiar, realizando trabalhos como costureira. Neste sentido, é possível perceber que persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular, conforme também destaca Bustamante (2005).

Para os participantes, ser pai é uma bênção, uma dádiva, mas também significa ter responsabilidades, educar, ser exemplo, dar tudo de si e, por vezes, representa uma árdua caminhada.

Os quatro entrevistados conviveram com o pai biológico. Quanto ao envolvimento dos pais dos participantes com eles, as dimensões da acessibilidade e da responsabilidade foram altas para três entrevistados, em todas as fases da vida. No entanto, para um deles (Francisco), a acessibilidade sempre foi moderada desde a infância até a fase adulta e a responsabilidade era alta na infância e na adolescência, mas foi considerada moderada na fase adulta. No aspecto da interação, na infância e na adolescência de dois entrevistados, o envolvimento paterno foi moderado, passando para alto na vida adulta. Para um participante, a dimensão da

20

interação foi avaliada como alta em todas as fases da vida e para outro variou entre baixa (na infância e adolescência) e moderada (na fase adulta).

O envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelos seguintes elementos: (a) na infância dos entrevistados: o desejo do pai em estar próximo, ser amoroso, a responsabilidade e o tempo que passavam juntos trabalhando; (b) na adolescência: o tempo que passavam juntos, principalmente trabalhando, as visitas do pai quando não moravam mais juntos, o afeto e a responsabilidade; (c) na vida adulta: o contato diário, ainda que por telefone, as idas do pai à casa do filho, sobretudo quando precisava ir ao médico em



Salvador/BA, a afinidade, a amizade e o fato de morar próximo. Observou-se, então, que tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho, o que corrobora o estudo de Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) que destacam a socialização por meio do trabalho pai-filho entre famílias de baixa renda.

Por sua vez, o que dificultou o envolvimento dos pais dos participantes com eles foram os seguintes aspectos: (a) na infância dos entrevistados: o temperamento, a rigidez e a falta de muito tempo livre; (b) na adolescência: a distância, por residirem em cidades diferentes e o pouco tempo livre em decorrência do trabalho do pai para sustentar os filhos; (c) na vida adulta: a distância entre as cidades em que moram.

O envolvimento dos pais entrevistados com seus próprios filhos, nas dimensões acessibilidade e responsabilidade, foi alto para todos eles. Cumpre salientar que, para Pereira (2015), o poder familiar apresenta a responsabilidade como a essência do afeto e do cuidado. A dimensão da interação foi alta para três participantes, porém foi moderada no caso do participante que avaliou como baixa a interação do seu próprio pai com ele na infância e na adolescência, bem como moderada na fase adulta. Neste sentido, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que, para entender o envolvimento entre pai e filho atualmente, é necessário considerar questões da geração anterior, ou seja, a relação do próprio pai com ele. Por sua vez, Santos e Moreira (2016) pontuam que modelos de ausência paterna podem influenciar negativamente no envolvimento pai-filho, bem como podem impulsionar o pai a escolher perpetuar este modelo ou caminhar na direção oposta do que vivenciou. Porém, mesmo sem desejar, pode ocorrer o fenômeno da repetição, que consiste em reproduzir os comportamentos vivenciados ao longo da vida.

Os pais entrevistados relataram que o envolvimento com os próprios filhos foi facilitado por tais fatores: o amor e o desejo de participar da vida dos filhos (Nelson); os

21
momentos em família, como almoçar juntos e ver futebol, além do incentivo à vida profissional (Francisco); o amor (Eduardo); a disponibilidade, o amor e a vontade de estar perto (Adriano). Segundo Lamb (1992), a decisão do pai em estar envolvido com o filho é um fator que deve ser considerado, podendo ser resultado positivo da relação conjugal mais harmoniosa.

Além de relações familiares igualitárias, o conceito de poder familiar agregou ao ordenamento jurídico brasileiro o princípio da afetividade como basilar. Segundo Tartuce (2018), neste contexto, o afeto se apresenta como a mola propulsora dos laços familiares, movidos pelo sentimento e pelo amor, para dar sentido e dignidade à existência humana. Assim, é nítido que, a partir deste conceito, o formalismo deu espaço ao afeto como valor jurídico. Tal fato é confirmado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017) com pais de camada popular, visto que os resultados revelaram que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelo trabalho conjunto, pois este os aproximava, já que demonstravam menos afetividade com os filhos do que os participantes com sua própria prole.

Para Pereira e Martos (2019), a afetividade é analisada em uma perspectiva objetiva, como fato social de parentalidade ou de conjugalidade, em contrapartida, o legislador tratou o cuidado como um subprincípio da dignidade humana que está ligado à afetividade, visto que é



por meio do dever de cuidado que esta se manifesta objetivamente.

Nelson e Eduardo relataram que nada dificultou o envolvimento com os filhos, já Francisco afirmou que, em alguns momentos, a falta de tempo dificultava a relação e Adriano relata que o desemprego e o período de depressão pelo qual passou foram fatores que o distanciavam da prole e, ao mesmo tempo, o deixavam triste por este motivo. Segundo Gomes e Alvarenga (2016), para o pai, a situação de desemprego gera mais do que a privação de recursos materiais, mas também problemas de cunho emocional. Além disso, a ausência do trabalho distanciava Adriano de seus filhos, isto porque, para Souza e Benetti (2008), os pais desempregados que não recebem contribuições familiares ou de outras fontes tendem a estar menos envolvidos com a prole.

Em relação à classe socioeconômica do pai do participante e o envolvimento com ele, a condição financeira do genitor foi avaliada por dois participantes como influenciando no envolvimento, seja na forma de proporcionar a educação (Eduardo), ou por dar mais tranquilidade (Adriano). Por outro lado, os outros dois participantes consideram que não houve influência financeira no envolvimento, sendo que um deles afirmou que a vontade de estar próximo é mais relevante (Nelson). O trabalho do pai foi considerado por todos os

22

entrevistados como tendo influenciado no envolvimento: por ser um momento de interação, enquanto trabalhavam (Nelson), por dar tranquilidade, pois é difícil um pai ficar desempregado (Francisco e Adriano) e pela educação que pode proporcionar (Eduardo). Já a escolaridade do pai foi considerada por três participantes como sem influência no envolvimento, pois o pai não estudou muito, como ressaltou Nelson, no entanto, para um deles influenciou, pois, mesmo com tantos filhos, seu genitor não deixou nenhum sem estudar (Adriano).

No que diz respeito à classe socioeconômica do participante e o envolvimento dele com os filhos, a própria condição financeira foi avaliada por três participantes como influenciando no envolvimento, sendo que dois afirmaram que este fator proporciona tranquilidade, pois alguém sem dinheiro ou endividado não se relaciona bem com os filhos (Francisco e Eduardo) e um deles analisou que este aspecto já atrapalhou a relação (Adriano). Por outro lado, embora Nelson considere que não houve influência financeira no envolvimento, acredita que é bom ter dinheiro e poder dar o melhor aos filhos; o trabalho foi considerado por três entrevistados como tendo influenciado no envolvimento, pois, assim como a condição financeira, ter um trabalho faz com que o pai esteja mais seguro e tranquilo (Francisco, Eduardo e Adriano). Por sua vez, em que pese Nelson ter afirmado que não há influência, é grato por ter um emprego, pois considera difícil ser pai desempregado. A própria escolaridade foi considerada por dois participantes como sem influência no envolvimento com os filhos, no entanto, dois entrevistados afirmaram que ela influencia, pois conseguiam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, o que já era um momento de interação entre eles, além de poder influenciá-lo a estudar e ter uma profissão (Eduardo), bem como acompanhar o desenvolvimento e entender o que os filhos estavam aprendendo (Adriano).

Por fim, todos os participantes consideraram que a maior dificuldade enfrentada pelo homem era o desemprego. Quando questionados sobre a maior dificuldade que o pai enfrentava, a resposta de todos os entrevistados também foi o desemprego, sendo que Eduardo



acrescentou o fato de os filhos irem para o mau caminho. Cabe destacar, mais uma vez, a importância do trabalho e os reflexos da ausência deste na vida do pai de baixa renda, haja vista que tanto o próprio pai quanto a comunidade ainda o enxergam como o provedor, responsável pelo sustento da família.

Percebe-se que a discussão está ancorada em fundamentos do poder familiar, haja vista que foi possível identificar características da nova paternidade em todas as relações analisadas. Os efeitos da consolidação do referido conceito no ordenamento jurídico brasileiro

23
são sentidos nas relações familiares, que vêm transformando-se cotidianamente. No entanto, como exposto neste estudo, sobretudo nas camadas populares, tais transformações ainda estão acompanhadas de resquícios do patriarcalismo, o que confirma o mencionado por Souza e Benetti (2009) sobre a coexistência dos modelos do novo pai e do pai provedor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que a paternidade se encontra em transição, isto porque a sociedade passou por grandes modificações no século XX e nesse início do século XXI, assim como a família. Embora o ordenamento jurídico tenha acompanhado tais mudanças, dispendo agora sobre as relações familiares de forma mais democrática e igualitária, ancorado no poder familiar, entende-se que é necessário analisar os indivíduos a partir de suas peculiaridades.

Notou-se que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi facilitado principalmente pela socialização por meio do trabalho pai-filho, no entanto, foi prejudicado pela falta de tempo em decorrência do labor ou pela distância. Além disso, os resultados obtidos revelaram que diversos aspectos influenciam o envolvimento paterno, entre eles a classe socioeconômica, sobretudo no que tange à relação do pai de baixa renda com o trabalho ou a situação de desemprego. Neste contexto, ainda é comum a figura do pai como provedor, ou seja, o exercício da paternidade tradicional. No entanto, cumpre ressaltar a importância da decisão do pai em estar envolvido.

Os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico quanto à transição do pátrio poder para o poder familiar foram encontrados nas relações pai-filho na camada popular, isto porque, embora seja possível perceber resquícios do modelo patriarcal presentes na forma de relacionar-se do pai contemporâneo, notou-se que tais relações são sustentadas tanto pela responsabilidade, quanto pela afetividade, princípio fundamental no instituto do poder familiar.

Por fim, levanta-se a necessidade de se realizar outros estudos que aprofundem a discussão do envolvimento paterno, considerando as particularidades dos sujeitos e os impactos das transformações sociais e do ordenamento jurídico brasileiro.

24



REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. D. Poder familiar e afeto numa perspectiva espinosana. In: Família e dignidade humana: V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). São Paulo: IOB, 2006.

BACKES, M. S.; BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 61, p. 100-119, 2018.

BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). *Fathers in cultural context*. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, (32), 205-226, 2010.

BEVILAQUA, C.; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei n 8.069, 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. Lei n 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF. 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no Subúrbio Ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005.

CABRERA, N. J.; TAMES-LEMONDA, C.; BRADLEY, R.H.; HOFFERTH, S.; LAMB, M.E. Fatherhood in the twenty first century. *Child Development*, 71, 127-136, 2000.

DONATI, P. Família no Século XXI: abordagem relacional. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. Direito das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris,



2010.

FITERMAN, H; MOREIRA, L. V. C. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. *Polis, Revista latino-americana*, n. 50, p. 47-68, 2018.

25

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Q. S.; ALVARENGA, P. O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. *Psicologia: teoria e pesquisa*, v. 32, n. 3, 1-9, 2016.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (Org.). *The role of the father in child development*. 5. Ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.

LAMB, M. E.. O papel do pai em mudança. *Análise Psicológica*. 1(X), 19-34, 1992.

LEVANDOWSKI, D.; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. *Interações*, 7(13), 77-100, 2002.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. O pai em pesquisas sobre família. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (Orgs.). *O pai na sociedade contemporânea*. Bauru: Edusc, 2010.

NARO, R. C. G.; MOREIRA, L. V. C. Envolvimento paterno em camada popular: estudo de casos múltiplos em Salvador/Bahia. In: Lúcia Vaz de Campos Moreira; Elaine Pedreira Rabinovich; Maria Natália Ramos. (Org.). *Pais, avós e relacionamentos intergeracionais na família contemporânea*. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 5, p. 123-139.

PEREIRA, M. B.; MARTOS, F. T. A. Do pátrio poder ao poder familiar: as atribuições dos pais quanto à proteção dos filhos. *Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de Direito de Franca*, v. 4, n. 1, p. 729-750, jun. 2019.

PEREIRA, R. C. Responsabilidade civil pelo abandono afetivo. In: MADALENO, R.; BARBOSA, E. (Coords.). *Responsabilidade civil no Direito de Família*. São Paulo: Atlas, 2015.

PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs.). *Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar*.



Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, S. M. C. B.; MOREIRA, L. V. C. Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2016.

SILVA, M. R.; PICCININNI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. Estudos de Psicologia, Campinas, 24(4), 561-573, 2007.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. Paideia, 19(42), 97-106, 2009.

SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), 61-71, 2008.

26

TARTUCE, F. Direito Civil: Direito de Família. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

THERBORN, G. Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TUDGE, J. The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies. New York: Cambridge University Press



=====
Arquivo 1: [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#) (7748 termos)

Arquivo 2: <https://www.gov.br/planalto/pt-br> (720 termos)

Termos comuns: 1

Similaridade: 0,01%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#)

. Os termos em vermelho foram encontrados no documento <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

=====

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Salvador
2020

UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO



ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Direito pela Universidade
Católica do Salvador.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira.

Salvador
2020

1
ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE VIDA DOS FILHOS E
OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO
QUANTO AO PODER FAMILIAR

Ana Marcela Silva do Nascimento
1



Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira

2

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. A pesquisa é qualitativa, com estudo de casos múltiplos, e teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/BA. Como instrumento foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, contendo questões abertas e fechadas. Para a coleta de dados foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que seguiu os seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo e ser da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos. As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse. Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. Principais resultados: persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular. Ser pai é concebido como uma bênção, dádiva, mas também implica ser responsável, educar, ser exemplo e dar tudo de si. Tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho. Há necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Família. Envolvimento paterno. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família, como realidade sociológica, atravessou diversas mudanças desde a importação do modelo patriarcal para o Brasil até o presente momento. Neste sentido, o ordenamento jurídico brasileiro acompanhou as transformações sociais e, por conseguinte, da família, possibilitando a consolidação do conceito de poder familiar. Farias e Rosenvald (2010, p. 43) afirmam que “consagra-se, assim, a igualdade substancial no plano familiar, excluindo todo e qualquer tipo de discriminação decorrente do estado sexual”. Por sua vez, em meio a este contexto, a figura paterna passa a distanciar-se da imagem tradicional, no

1

Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: anamarcela.07@hotmail.com

2

Doutora em Psicologia (USP), professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), do Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contexto Social e do

Curso de Psicologia (UCSal). E-mail: lucia.moreira@ucsal.br



2

entanto, ainda sem cortar laços completamente, como apontam Souza e Benetti (2009). Para compreender os reflexos de tais alterações, no entanto, faz-se necessário considerar as particularidades dos indivíduos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, realizada pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”, liderado pela segunda autora, Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O estudo maior tem como participantes 60 homens residentes em Salvador/Bahia, sendo 30 de classe média-alta e 30 de classe popular.

Neste texto constam: uma revisão de literatura, o método do estudo, os resultados encontrados, a discussão dos dados obtidos à luz da literatura e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução do conceito de poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro e do envolvimento paterno no contexto de baixa renda.

2.1 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O pater familias, termo latim que em português significa “pai de família”, era o estatuto familiar mais elevado na Antiguidade, o qual possuía poderes ilimitados sobre os filhos. Séculos depois, com a colonização, o Brasil importou o modelo de família portuguesa, marcada pelo patriarcalismo, que permaneceu como modelo ideal de família durante longos anos. (ANDRADE, 2005).

O Código Civil de 1916 incorporou o conceito de pátrio poder e dispôs taxativamente o marido/pai como titular desta função, cabendo somente a ele exercer este poder sobre os filhos menores, de modo que, apenas nas hipóteses de ausência ou impedimento quanto à sua figura, é que a esposa poderia chefiar a sociedade conjugal. De acordo com Petrini (2005), este modelo de família patriarcal brasileira começa a decair no final do século XIX, momento

3

em que o pai deixa de ocupar o lugar central na família e de possuir a responsabilidade exclusiva pelas decisões do grupo familiar. Conforme Andrade (2005, p. 4), Até antes do novo Código Civil, ainda era praticamente unânime a compreensão tradicional do poder familiar como sendo basicamente uma forma de autoridade – no caso, dos pais sobre os filhos, uma versão contemporânea do que teria sido a autoridade do pater familiae sobre os seus filhos e seus bens.

Therborn (2006), em estudo baseado em fontes globais e mapeamento detalhado das mudanças da família e do patriarcado como sustentáculo das relações sociais no século XX,



analisa as transformações estruturais pelas quais a família passou, por meio de três fatores principais: o patriarcado e as relações entre pais e filhos, homens e mulheres; o papel do casamento ou da ausência deste como determinante no comportamento sexual e o processo histórico da fecundidade e do controle de natalidade. O referido autor destaca como a sociedade tinha como base o poder e a superioridade dos homens sobre os filhos e esposas. Além disso, aponta que, no século passado, diversas alterações ocorreram em razão de conquistas referentes aos direitos das mulheres e das crianças e menciona o patriarcado como o grande perdedor desde então.

Ao passo em que a sociedade e, conseqüentemente, a família modificaram-se, a Constituição Federal de 1988 acompanhou tais mudanças apresentando em seu texto o termo poder familiar, conceito que já existia, mas que se consolidou com a Carta Magna e refletiu no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e no Código Civil de 2002. A partir daí, segundo Andrade (2005), a família deixou de ser pensada como uma unidade de dominação ou de exercício do poder dos pais sobre os filhos e passou a ser vista como uma relação mútua de assistência. Neste sentido, Tartuce (2018) destaca a presença da responsabilidade e da afetividade nas relações familiares.

Assim, enquanto havia antes uma concepção da família enquanto uma célula da sociedade na qual há filhos que estão subordinados aos pais, ou mesmo há pais que estão subordinados aos filhos, passa-se agora a uma noção de uma família mais “democrática”, na qual os filhos são reconhecidos como dependentes (tanto materialmente quanto afetivamente) dos pais (e não como sua propriedade) ou os pais são reconhecidos como dependentes (afetivamente e materialmente) dos filhos (e não sua apropriação). (ANDRADE, 2005, p.5).

Segundo Ariès (1981, apud SANTOS; MOREIRA, 2016, p. 48), além de diminuir a autonomia da mulher, o patriarcado direcionava ao primogênito a responsabilidade pela proteção dos bens familiares, visto que surgiu como tentativa de impedir a divisão patrimonial, sendo a família considerada célula social, fundamentada pelo poder do Estado.

4

Deste modo, Donati (2008, p. 62) pontua que ocorreu um “processo de desinstitucionalização, entendida como a diminuição de certas expectativas públicas a respeito da família, a favor de uma maior legitimação como grupo social expressivo do mundo vital”.

Superada a percepção da família como unidade produtiva e reprodutiva, pregada pelo Código Civil de 1916, a partir dos valores predominantes naquela época, descortinam-se novos contornos para o Direito das Famílias, fundamentalmente a partir da Lex Mater de 1988, que está cimentada a partir de valores sociais e humanizadores, especialmente a dignidade humana, a solidariedade social e a igualdade substancial. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 38).

O texto da Carta Magna, complementam Farias e Rosenvald (2010), além do art. 5º, no art. 226 volta a versar sobre a igualdade entre homem e mulher, dispondo que os direitos e deveres relativos ao matrimônio devem ser exercidos por ambos, de modo que “a evidente preocupação constitucional em ressaltar a igualdade substancial entre homem e mulher parece



decorrer da necessidade de pôr a cobro a um tempo discriminatório em que o homem chefiava a relação conjugal, subjugando a mulher” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 43).

Diante disso, a família matrimonializada, ancorada no Código Civil de 1916, torna-se cada vez mais pluralizada a partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, bem como sua característica patriarcal perde espaço para características democráticas e a hierarquia dá lugar à igualdade. Vê-se, portanto, que “com esse espírito, não se pode olvidar que a família está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se em face da sua própria estrutura cultural” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 10).

2.2 ENVOLVIMENTO PATERNO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

As transformações sociais pelas quais a família passou ao longo do século XX, principalmente no que tange ao declínio do modelo patriarcal, possibilitaram que o homem assumisse outros papéis no cotidiano familiar. Conforme Souza e Benetti (2009), o pai, que era apenas provedor, passou a compartilhar a renda familiar com a esposa, visto que as mulheres também passaram a assumir tarefas fora do âmbito doméstico. Assim, o referido século foi marcado por fatores como a participação da mulher no mercado de trabalho; a ausência de determinados pais ao longo da vida dos filhos; em contrapartida, outros pais apresentaram envolvimento com filhos pequenos e houve o crescimento da diversidade cultural (CABRERA; TAMIS-LEMONDA; BRADLEY HOFFERTH E LAMB, 2000).

5

Os autores mencionados pontuam, ainda, que o papel do pai encontra-se em transição, visto que as funções estão se redefinindo. Deste modo, conforme Filgueiras e Petrini (2010), os homens vêm acessando novos modelos de paternidade que, anteriormente, eram dificilmente associados à figura paterna. Segundo Levandowski, Antoni, Koller e Piccinini (2002) e Lamb (1992), este movimento vem sendo conhecido como “a nova forma de paternidade” ou apenas “a nova paternidade”. No entanto, Souza e Benetti (2009) ponderam que, embora este novo pai seja consideravelmente diferente do patriarca, não houve uma dissociação completa, haja vista que com ele coexiste o modelo tradicional do pai provedor. Para Lamb (2010), é de suma importância a presença da figura paterna e seu envolvimento com os filhos. A partir disso, o autor classifica o envolvimento paterno em três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado efetivamente com a criança e relaciona-se com a importância de estar junto. A acessibilidade compreende as atividades que não demandam interação direta, as quais podem ser executadas sem a necessidade da presença física. Implica estar disponível para atender às demandas do filho. A responsabilidade, por sua vez, está relacionada à preocupação com os cuidados e necessidades para garantir o bem-estar da criança. Percebe-se, então, que as transformações que o pai vivencia na atualidade são consequência de uma paternidade mais sensível e participativa, caracterizada por um possível envolvimento mais saudável e efetivo (SANTOS; MOREIRA, 2016).

Santos e Moreira (2016) pontuam, ainda, que alguns aspectos interferem no envolvimento entre pais e filhos, podendo-se destacar a conjugalidade, o divórcio, as características do pai, o papel da mãe, a idade e o sexo dos filhos. As autoras citadas



destacam, também, que “o aspecto trabalho do pai interfere sobremaneira no envolvimento” (p. 57) e mostra-se como um grande desafio quanto à conciliação trabalho-paternidade.

Os efeitos dos conflitos, assim como da harmonia conjugal, são sentidos pelas crianças, conforme aponta Lamb (2010). Neste sentido, Silva e Piccininni (2007) concordam que, em relacionamentos conjugais com mais diálogo e menos conflito, o envolvimento paterno tende a ser mais satisfatório. No que tange ao divórcio, notam-se prejuízos relativos a determinados papéis paternos que acabam não sendo preenchidos, como a relação emocional e as funções social e econômica, no entanto, não há que se ter uma visão determinista quanto a estes aspectos, desconsiderando as singularidades de cada criança, do pai e dos contextos em que estão inseridos (LAMB, 2010). A decisão do pai em estar envolvido também precisa ser considerada, o que pode ser reflexo positivo da conjugalidade (LAMB, 1992). Além disso,

6

conforme Fiterman (2018), assumir o papel de pai faz com que o homem reflita, passando a avaliar como foi criado, como quer ser pai, seus valores, moral e comportamentos. Por sua vez, conforme Lamb (1992), cumpre salientar que algumas mulheres podem resistir à participação do homem nos cuidados com a criança, optando por manter exclusividade e autoridade nesta função, de modo que, em famílias nas quais a mãe trabalha fora, percebe-se maior envolvimento paterno do que nas famílias em que a mãe não possui um emprego.

Além disso, Lamb (1992) aponta que os pais costumam dedicar mais tempo aos filhos em idade pré-escolar, mas afirma que, em geral, os pais estão mais envolvidos com os filhos do que com as filhas, independente das idades, vínculo também constatado em pesquisa realizada por Moreira e Rabinovich (2010). No estudo “Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality”, Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) discutem a necessidade de considerar a classe social das famílias e ressaltam que a tendência de ignorar os aspectos econômicos, sociais, educacionais, étnicos e culturais constitui uma das maiores limitações dos estudos psicológicos no Brasil. Os autores consideram que não é possível falar de um padrão de paternidade brasileira, pois esta é complexa e varia amplamente com a condição socioeconômica e o nível de escolaridade do pai, visto que as variações subculturais da paternidade relacionam-se principalmente à classe social, o que também foi verificado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017). Em estudo intercultural, Tudge (2008) observou que havia mais semelhanças na mesma classe em diferentes países do que em classes diversas no mesmo país.

Bustamante (2005) destaca a importância do papel de provedor para o pai de classe popular, pois entende que sua função é não deixar faltar nada aos filhos. Embora o pai reconheça a necessidade de momentos de lazer, a dinâmica em que vive e a ausência de recursos podem prejudicar o convívio. Neste sentido, Backes et al. (2018), em estudo voltado a identificar fatores que interferem no envolvimento paterno de pais de crianças entre quatro e seis anos, ao analisarem a subcategoria “modelo do próprio pai” perceberam que “prevaleceu o modelo de pai provedor, que trabalhava fora de casa e cuja preocupação central era o sustento da família” (p.7). Tudge (2008) identificou que pais de classe média despendem maior tempo com as crianças envolvidos com atividades de ensino e brincadeiras, enquanto pais de camada popular gastam esse tempo conversando com os filhos. A socialização por meio do trabalho pai-filho também ganha destaque entre as famílias de baixa renda, que usam



este método como meio de prevenir a delinquência e preparar a criança para a inserção no mercado de trabalho futuramente. É comum os pais ensinarem os meninos e as mães

7

ensinarem as meninas, o que promove um engajamento precoce das crianças em diversas atividades, no entanto, o cenário torna-se mais complexo pela recorrência do desemprego ou subemprego desses pais. Além disso, neste contexto, a figura paterna destaca-se como autoridade moral, enquanto as mães são responsáveis por manterem a unidade familiar por meio do cuidado (BASTOS; VOLKMER-PONTES; BRASILEIRO; SERRA, 2013).

Por fim, ainda em relação ao contexto de desemprego, Souza e Benetti (2008) constataram que os pais que recebiam contribuições de familiares ou de outras fontes estavam mais envolvidos com os filhos do que os pais que não recebiam contribuições de nenhuma natureza. Sobre este fato, Gomes e Alvarenga (2016) afirmam que, além da privação de recursos materiais, a ausência do trabalho acarreta também problemas emocionais, isto porque, como mencionado, a figura paterna ainda está vinculada ao papel de provedor, sobretudo na camada popular.

3 MÉTODO

Para Minayo (2002, p. 16), entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, o que inclui as “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

3.1 DELINEAMENTO

Nesta investigação, aplicou-se o estudo de casos múltiplos, nos quais, conforme Gil (2002), frequentemente são utilizados de quatro a dez casos. O autor destaca, ainda, que este tipo de estudo não tem a finalidade de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas de oferecer uma visão global do problema e identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/Bahia. Todos eram da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos.

Constam, a seguir, alguns dados sobre os participantes, com nomes fictícios, objetivando preservar a identidade deles.

8

Tabela 1 – Dados sobre os participantes

Nome
fictício
Idade
(em
anos)
Escolaridade Profissão



e carga
horária
semanal de
trabalho
Renda
pessoal
mensal
Religião Etnia Estado
civil
Nelson 44 Ensino
Fundamental II
completo
Pedreiro
(40 horas)
1,2
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Francisco 48 Ensino
Fundamental II
completo
Vendedor
(40 horas)
1,6
salários
mínimos
Protestante Preta Casado no
civil e no
religioso
Eduardo 45 Ensino
Fundamental II
completo
Caminhoneiro
(40 horas)
1,9
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Adriano 43 Ensino Médio
completo



Desempregado

(renda de
aluguel de
imóvel e
trabalhos
eventuais)

Um
salário
mínimo

Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso

Fonte: As autoras.

Observa-se que os pais tinham de 43 a 48 anos; três tinham o Ensino Fundamental II completo e apenas um tinha o Ensino Médio completo. Três estavam trabalhando, sendo um pedreiro, um vendedor e um caminhoneiro, e o outro estava desempregado, tendo como renda o aluguel de imóvel e trabalhos eventuais. Todos eram protestantes, sendo três pardos e um preto. Com relação ao estado civil, todos eram casados (no civil e no religioso).

3.3 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, elaborado pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”/UCSal, liderado pela Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O instrumento contém questões abertas e fechadas, abordando: dados de identificação; dados sobre a família; paternidade e envolvimento do pai do participante com ele; repercussões do envolvimento paterno no desenvolvimento; envolvimento do participante com o(s) seu(s) filho(s); envolvimento do participante com o pai idoso; classe socioeconômica e envolvimento; masculinidade e paternidade.

3.4 PROCEDIMENTOS

9

O projeto de pesquisa maior, intitulado “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal (CAAE: 47362315.2.0000.5628). Para a coleta de dados do presente estudo, foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que se enquadravam nos seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo, mesmo que não tenham convivência; ser da classe D (renda mensal familiar de mais de um a três salários mínimos).

As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.



3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os quatro casos e, em seguida, haverá uma discussão geral sobre eles.

4.1 CASO 1: NELSON

Na infância e na adolescência, Nelson residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que fazia trabalhos como costureira) e com os dois filhos, um do sexo feminino e o outro do sexo masculino que, à época da coleta de dados, tinham 16 anos e 12 anos de idade, respectivamente. Para ele, ser pai “é uma bênção, é ter a responsabilidade de criar e educar os filhos, constituir uma família, ser exemplo em casa”. Nelson sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna e afirmou que, na infância, trabalhava na roça com o genitor, o qual conversava bastante com ele e seus irmãos, ensinando como deveriam proceder na vida. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto nos aspectos interação, acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, nessa fase da vida, foi o fato de seu pai ser amoroso e querer ser próximo. Nelson afirma que nada dificultou o envolvimento do seu genitor com ele.

10

Também na adolescência, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto, tanto em interação quanto em responsabilidade e acessibilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, nesta fase, foi o labor rural e o fato de seu pai gostar de estar com os filhos. O entrevistado afirmou novamente que, nesta fase da vida, nada dificultou o envolvimento. Na sequência, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Nelson com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o fato de seu pai continuar sendo presente, mesmo de longe, e ele continuar indo visitá-lo no interior do Estado da Bahia, bem como telefonar quase todo dia favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta. Por sua vez, afirma que nada dificultou tal envolvimento: “o problema é só a distância mesmo, que dá saudade” (Nelson).

Nelson ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram importantes para que ele seja quem é; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Nelson afirmou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, justificando que “eu sou apaixonado por meu pai, eu pego ele e encho de beijo” (Nelson). Assim, favorece a relação, tudo que construíram ao longo da vida e o amor que recebeu do genitor, no entanto, o participante afirmou que nada dificultava a relação entre



eles.

Como informado anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12 anos de idade. Nelson considerou que seu envolvimento com os filhos era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, favoreceu seu envolvimento com a prole:

O amor, né? Eu amo muito meus filhos e gosto de participar de tudo na vida deles. A gente não trabalha juntos, como era com meu pai, porque eles estudam quase o dia todo e não precisam trabalhar, mas eles são meus chamegos.

Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o bom relacionamento do seu pai com ele refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos. Conforme Nelson, seu genitor o ensinou a ser pai, foi

11
com ele que aprendeu tudo o que sabe, o que transmite aos filhos. Quanto ao que refletia negativamente, não identificou nenhum aspecto.

Além disso, o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Nelson considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “meus filhos também são doidos por meu pai e ele por eles. É um grude quando eles vão para o interior ver meu pai, é o tempo todo juntos”. Por outro lado, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois “eu acho muito bonito e agradeço a Deus por minha família e fico amando eles mais ainda, né?” (Nelson).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Nelson considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “a gente sempre foi simples, mas nunca faltou nada. Mas eu acho que o que influenciou mesmo foi a vontade dele estar com a gente, de ser um pai presente”. Quanto à escolaridade, justificou que “meu pai não estudou muito, mas sempre botou a gente para estudar e eu boto meus filhos mais ainda. Eu não fiz faculdade, mas eles vão fazer”. Por outro lado, o entrevistado considerou que o trabalho do seu pai influenciou no envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “[...] era nosso momento juntos”.

Por sua vez, Nelson avaliou que nem a sua condição financeira, nem o seu trabalho e nem a sua escolaridade influenciavam no envolvimento que ele mantinha com os filhos. No entanto, no aspecto financeiro, ponderou que “[...] mas é bom saber que a gente tem um dinheirinho para dar do melhor para eles”. Quanto ao trabalho, alegou que “Eu agradeço a Deus por sempre ter meu trabalho, né? Porque é difícil um pai de família desempregado”. E sobre o nível de escolaridade, apenas afirmou acreditar que não influencia. Nelson considerou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso.



Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “ficar desempregado e não conseguir sustentar sua família. É muito triste”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

12

4.2 CASO 2: FRANCISCO

Na infância e na adolescência, Francisco residia com os pais e os sete irmãos, sendo que em parte da adolescência passou a morar em Salvador/BA, apenas com um irmão, quando começou a trabalhar. Na vida adulta, passou a habitar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com os três filhos, sendo dois do sexo masculino, um com 18 anos e o outro com 24 anos de idade, bem como uma moça de 25 anos de idade, à época da entrevista. A filha do participante, à época, não residia mais com ele. Para o participante, ser pai “é ter responsabilidade, é dar tudo de si para manter a família”.

Francisco sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna, no entanto, afirmou que, na infância não realizava muitas atividades com o pai, “era mais o trabalho no interior”. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Francisco com ele foi baixo no aspecto da interação, moderado em termos de acessibilidade e alto no item responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi a responsabilidade dele com os filhos. Por outro lado, dificultou o envolvimento “o temperamento dele, era muito calado e rígido”.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Francisco com ele continuou sendo baixo em termos de interação, moderado quanto à acessibilidade e alto no que diz respeito à responsabilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi o fato de o genitor sempre vir visitá-lo em Salvador para ver como ele e seu irmão estavam. Por sua vez, o que dificultou o envolvimento foi a distância, visto que o participante não residia mais com o pai, nesta fase da vida.

Já na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Francisco com ele foi considerado moderado em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o envolvimento com o pai foi favorecido, pois seu genitor fica em sua casa sempre que vai até Salvador para realizar exames e consultas médicas e afirma que “isso é bom, porque eu não posso estar sempre no interior e quando eu não vou, ele vem”. Por sua vez, comenta que nada dificultou tal envolvimento e justifica que “ele está bem melhor agora na velhice, só não gosta de ser dependente de ninguém”.

Francisco ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que foi influenciado positivamente ao ver seu pai sempre trabalhando para sustentar a família, o que foi um exemplo para ele; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele também influenciou negativamente no seu desenvolvimento, pois “hoje eu sou um pouco

13

sério também, às vezes me sinto um pouco rígido com meus filhos, mas com certeza sou bem menos que meu pai. Mas acho que ficou um pouco disso em mim”.



No momento da entrevista, Francisco afirmou que se relacionava bem com o pai idoso, justificando que “ele não gosta de se sentir dependente [...] sempre me liga para resolver algumas coisas, mas gosta de ficar no canto dele”. Assim, o que favorece a relação é o fato de o genitor precisar ir para a casa de Francisco quando vai ao médico em Salvador, no entanto, o participante afirmou que o que dificultava a relação entre eles era a distância. À época da realização da entrevista, o participante tinha três filhos, dois do sexo masculino, com 18 e 24 anos de idade e outra do sexo feminino, com 25 anos de idade. Francisco considerou que seu envolvimento com a prole era moderado em termos de interação e alto quanto à acessibilidade e responsabilidade. O entrevistado comentou o que favorecia seu envolvimento com os filhos:

Eu sou um pai presente, mesmo trabalhando muito. Os meninos também estudam e às vezes não encontro muito eles em casa. Mas, assim, a gente assiste futebol juntos, almoçamos sempre juntos, todo mundo gosta de futebol e esse é um momento da família. Também tenho um filho que joga, eu sempre levo ele para a escolinha de futebol. A menina já é casada, mas geralmente almoça lá em casa. Eu dei uma casa a ela e agora estou ajudando a construir o espaço de fisioterapia para ela trabalhar, porque ela se formou faz pouco tempo. Tenho muita preocupação com a profissão deles, faço o que for possível.

Por outro lado, afirmou que, às vezes, a falta de tempo dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos foi: “a responsabilidade de ser pai”. Já o que refletia negativamente era o jeito sério que herdou do pai. Vale salientar, ainda, que o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto em interação e moderado em acessibilidade e responsabilidade. Francisco considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “ele vindo para minha casa, fica mais próximo dos meus filhos. Meus filhos são muito cuidadosos com ele”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “[...] acaba aproximando todo mundo” (Francisco).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Francisco considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Por outro lado, o entrevistado considerou que o

14
trabalho do seu pai influenciou o envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “hoje eu sou pai, entendo como é difícil não ter emprego”. Por sua vez, Francisco avaliou que tanto a sua condição financeira quanto o seu trabalho influenciavam de algum modo no envolvimento que ele mantinha com os filhos, no entanto, acreditava que o nível de escolaridade não exercia influência. No aspecto financeiro, justificou que “eu acho que me dá tranquilidade, porque alguém endividado não consegue fazer nada, nem se relacionar com os filhos”. Quanto ao trabalho, alegou que “influencia sim,



pelo mesmo motivo. É difícil para um pai de família não ter um emprego”.

Francisco considerou que seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactavam no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso, mas ponderou que “talvez só a condição financeira, porque eu posso pagar médico para ele e levar ele de carro para os lugares”.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “o desemprego, essa crise que o país enfrenta”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.3 CASO 3: EDUARDO

Durante a infância e adolescência, Eduardo residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com o único filho que, à época da coleta de dados, tinha nove anos de idade. Para ele, ser pai:

é uma dádiva. Eu quis muito ser pai. Eu e minha esposa demoramos para ter nosso filho, a gravidez dela foi de risco, mas no fim deu tudo certo. Nosso filho é nosso amor.

Eduardo sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Ao longo da infância, o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi moderado em termos de interação e alto nas dimensões acessibilidade e de responsabilidade.

Na perspectiva do participante, o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o tempo que passavam juntos, principalmente quando seu pai o ensinava algo do trabalho. Por sua vez, não sabe dizer o que dificultou o envolvimento.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Eduardo com ele continuou moderado em interação e alto em acessibilidade e responsabilidade. O que ajudou no envolvimento do pai

15

com ele, nesta etapa da vida, foi o afeto. Neste período, não soube dizer o que dificultou a relação deles.

Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi considerado alto em interação, acessibilidade e responsabilidade. O participante ponderou que o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta, foi “a afinidade, conversamos sobre as mesmas coisas, ele agora é meu amigo mesmo, alguém que eu divido minha vida, conto meus problemas”. Por sua vez, considera que nada dificultou tal envolvimento.

Eduardo ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, por meio dos ensinamentos que recebeu. Por sua vez, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Eduardo afirmou que mantinha um relacionamento muito bom com o pai idoso. O participante informou que o que favorecia a relação era a amizade que tinham, no entanto, destacou que nada dificultava a relação entre eles.



Conforme consta anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha apenas um filho, do sexo masculino, com nove anos de idade. Eduardo avaliou que seu envolvimento com seu filho era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, o que favorecia seu envolvimento com a criança era “o amor”. Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento.

O participante considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele, nas diversas fases da vida (infância, adolescência e etapa adulta), influenciou no envolvimento que Eduardo mantinha com o filho, pois: “a gente sempre leva para nossa vida o que nos foi dado. Meu pai sempre foi um bom pai”. O aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com o próprio filho foi: “a proximidade entre pai e filho”. Por outro lado, nada refletia negativamente.

Destaca-se, ainda, que o participante avaliou que o envolvimento de seu pai com o neto dele (filho do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Eduardo considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou positivamente a relação do seu pai com o neto, justificando que “um ensina o outro a amar”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com o neto (filho do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, conforme este, “me faz amar ele ainda mais”.

16

Sobre classe socioeconômica e envolvimento, Eduardo avaliou que a escolaridade do seu pai não influenciou no envolvimento deste com o participante. No que diz respeito à condição financeira e ao trabalho, alegou que “influenciou na forma que ele conseguiu nos proporcionar a educação”.

Por sua vez, Eduardo avaliou que tanto o seu trabalho quanto a sua escolaridade e condição financeira influenciavam, de algum modo, no envolvimento que ele mantinha com o filho. No aspecto de trabalho e condição financeira, justificou que “me dá tranquilidade”.

Quanto à escolaridade, alegou: “Acho que sim, porque eu ensino a atividade dele, isso já é um momento nosso de interação e eu influencio ele a estudar e ter uma profissão”. Eduardo apreciou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era a falta de emprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que era “a falta de emprego também e os filhos indo para o mau caminho”.

4.4 CASO 4: ADRIANO

Na infância e na adolescência, Adriano residia com os pais e 18 irmãos, visto que seus pais tiveram 19 filhos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado, assim como o entrevistado, que estava desempregado) e com os dois filhos do sexo masculino que, à época da coleta de dados, um tinha 17 anos e o outro 10 anos de idade, sendo que residia ao lado da casa dos pais. A definição apresentada pelo participante a respeito do que é ser pai foi a seguinte: “Ser pai é como dizem, é padecer no paraíso. É muito bom, mas quando passamos por dificuldades tendo filhos, é bem mais difícil”.



Adriano sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Durante a infância, o envolvimento do pai de Adriano com ele foi moderado no aspecto interação e alto nos itens acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o fato de seu pai sempre ter sido responsável com ele e os irmãos. Quanto às atividades realizadas com o pai, na infância, comenta: Eu lembro muito dos domingos que íamos todos juntos para a igreja, todos os irmãos, meu pai organizava todo mundo e ensinava como deveríamos nos comportar, a ter reverência. Eu não tinha muitos momentos sozinho com meu pai, minha casa era sempre cheia.

17

Por sua vez, dificultou o envolvimento a falta de muito tempo livre. Na adolescência, o envolvimento do pai de Adriano com ele continuou moderado em interação e alto em termos de acessibilidade e responsabilidade. O que auxiliou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi a responsabilidade em sustentá-los, embora não fosse de passar muito tempo conversando com os filhos. Por sua vez, considera que o fato de serem muitos irmãos pode ter dificultado o envolvimento, pois não permitia que o pai tivesse muito tempo livre. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Adriano com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante informou que nada dificultou o envolvimento nesta etapa e que a relação foi favorecida, pois:

[...] eu sou muito amoroso, pego ele, beijo, abraço, chamo de “meu véio”. Eu moro do lado da casa dele, também tem outros irmãos que moram perto, mas a maioria mora em outros bairros. Não é como antigamente que tinha 19 filhos ao mesmo tempo. Agora tem os netos, mas não é todo dia que estão todos juntos. Hoje em dia eu tento dar toda minha atenção a ele, para aproveitar todo o tempo. (Adriano).

Adriano considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que influenciou, principalmente, no aspecto da responsabilidade. Por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente o seu desenvolvimento. No momento da entrevista, Adriano informou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, sendo que a relação era favorecida pelo “meu jeito e a disponibilidade dele”. O entrevistado afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como dito anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos do sexo masculino e considerou que seu envolvimento com eles era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Segundo o entrevistado, “a disponibilidade, o amor, a vontade de estar perto” favoreceram o envolvimento com seus filhos. Por outro lado, comenta sobre o que dificultou o envolvimento:

Eu passei por um período bem difícil de depressão. Estou há um bom tempo sem conseguir emprego e isso me fez muito mal, sabe? Hoje estou bem melhor, mas teve um período que estava sendo medicado e fiquei bem



distante de tudo. Não sentia vontade de mais nada, nem de interagir com eles. Ao mesmo tempo, eu ficava triste por não estar participando como deveria e em ver eles me vendo daquele jeito, sem poder dar o que eles precisavam. (Adriano).

O entrevistado considerou que o envolvimento que o próprio pai teve com ele nas diversas fases da sua vida influenciou no envolvimento que Adriano mantinha com os filhos,

18

pois aprendeu sobre educar com seu pai. O participante pontuou que a educação e a responsabilidade foram os aspectos do relacionamento do pai com ele que mais refletiram positivamente na relação que mantinha com os próprios filhos. Por outro lado, nada refletia negativamente.

O participante avaliou, ainda, que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do entrevistado) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Adriano ponderou que o relacionamento dele com o pai influenciou na relação do seu pai com os netos, justificando que “somos uma família e na família tudo se aprende. Eu ensino meus filhos a cuidarem do avô deles em todas as situações”. O entrevistado avaliou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) também influenciou na relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “me aproxima ainda mais dele”. Com relação à classe socioeconômica e envolvimento, Adriano ponderou que tanto a condição financeira, quanto o trabalho e também o nível de escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “com certeza deve ter influenciado, porque imagine criar 19 filhos sem ter condição. Claro que nada era fácil, mas ninguém nunca passou fome lá em casa”. Quanto ao trabalho, justificou que “nenhum pai fica bem quando está desempregado [...] eu vejo na prática o quanto minha saúde mental interfere no meu relacionamento com as pessoas”. Com relação à escolaridade, informou que “deve ter influenciado também, porque com tanta gente em casa e ele não deixar ninguém sem estudar [...] certamente foi importante”.

Por sua vez, Adriano avaliou que a sua condição financeira influenciava no envolvimento que mantinha com os filhos, bem como a sua falta de trabalho e o seu nível de escolaridade. No aspecto financeiro e em relação à situação de desemprego, justificou que agora ele está melhor, mas tais fatores já atrapalharam no envolvimento. Na questão da escolaridade, pontua que consegue acompanhar melhor o desenvolvimento dos filhos e entender o que eles estão aprendendo.

Adriano considerou que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade impactaram no relacionamento que estabelecia, à época da entrevista, com o pai idoso, pois acredita que “impacta em todos os meus relacionamentos”.

Finalmente, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era o desemprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

19



5 DISCUSSÃO GERAL

O poder familiar passou por significativas transformações que, para além da igualdade de gênero, refletiram em relações familiares mais democráticas. O Código Civil de 1916, baseado no pátrio poder, tratava a figura do marido/pai como chefe da sociedade conjugal, alguém que tomava as decisões relativas ao grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolida o instituto do poder familiar, o que se constitui “não apenas como um poder de ambos os pais, mas sim como uma obrigação legal a eles imposta na observância do interesse dos filhos”, sendo, assim, um dever material e afetivo (PEREIRA; MARTOS, 2019, p. 737). Os resultados encontrados serão discutidos com base neste conceito e no de envolvimento paterno. Na infância e na adolescência, os quatro participantes residiam com a família nuclear de origem, sendo que um deles, em parte da adolescência, passou a morar apenas com um irmão, quando foi morar em Salvador/BA para trabalhar. À época da entrevista, na fase adulta, os quatro participantes residiam com a família nuclear constituída (o entrevistado, a esposa e o/os filho/s), porém, um deles (Adriano) morava bem próximo aos genitores, o que favorecia o envolvimento entre eles. É importante destacar que, entre os entrevistados, três vieram da zona rural para a capital à procura de condições melhores que o labor urbano poderia proporcionar. Além disso, apenas no caso de Nelson, a esposa contribuía para a renda familiar, realizando trabalhos como costureira. Neste sentido, é possível perceber que persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular, conforme também destaca Bustamante (2005).

Para os participantes, ser pai é uma bênção, uma dádiva, mas também significa ter responsabilidades, educar, ser exemplo, dar tudo de si e, por vezes, representa uma árdua caminhada.

Os quatro entrevistados conviveram com o pai biológico. Quanto ao envolvimento dos pais dos participantes com eles, as dimensões da acessibilidade e da responsabilidade foram altas para três entrevistados, em todas as fases da vida. No entanto, para um deles (Francisco), a acessibilidade sempre foi moderada desde a infância até a fase adulta e a responsabilidade era alta na infância e na adolescência, mas foi considerada moderada na fase adulta. No aspecto da interação, na infância e na adolescência de dois entrevistados, o envolvimento paterno foi moderado, passando para alto na vida adulta. Para um participante, a dimensão da

20

interação foi avaliada como alta em todas as fases da vida e para outro variou entre baixa (na infância e adolescência) e moderada (na fase adulta).

O envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelos seguintes elementos: (a) na infância dos entrevistados: o desejo do pai em estar próximo, ser amoroso, a responsabilidade e o tempo que passavam juntos trabalhando; (b) na adolescência: o tempo que passavam juntos, principalmente trabalhando, as visitas do pai quando não moravam mais juntos, o afeto e a responsabilidade; (c) na vida adulta: o contato diário, ainda que por telefone, as idas do pai à casa do filho, sobretudo quando precisava ir ao médico em Salvador/BA, a afinidade, a amizade e o fato de morar próximo. Observou-se, então, que tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente



por meio do trabalho, o que corrobora o estudo de Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) que destacam a socialização por meio do trabalho pai-filho entre famílias de baixa renda.

Por sua vez, o que dificultou o envolvimento dos pais dos participantes com eles foram os seguintes aspectos: (a) na infância dos entrevistados: o temperamento, a rigidez e a falta de muito tempo livre; (b) na adolescência: a distância, por residirem em cidades diferentes e o pouco tempo livre em decorrência do trabalho do pai para sustentar os filhos; (c) na vida adulta: a distância entre as cidades em que moram.

O envolvimento dos pais entrevistados com seus próprios filhos, nas dimensões acessibilidade e responsabilidade, foi alto para todos eles. Cumpre salientar que, para Pereira (2015), o poder familiar apresenta a responsabilidade como a essência do afeto e do cuidado. A dimensão da interação foi alta para três participantes, porém foi moderada no caso do participante que avaliou como baixa a interação do seu próprio pai com ele na infância e na adolescência, bem como moderada na fase adulta. Neste sentido, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que, para entender o envolvimento entre pai e filho atualmente, é necessário considerar questões da geração anterior, ou seja, a relação do próprio pai com ele. Por sua vez, Santos e Moreira (2016) pontuam que modelos de ausência paterna podem influenciar negativamente no envolvimento pai-filho, bem como podem impulsionar o pai a escolher perpetuar este modelo ou caminhar na direção oposta do que vivenciou. Porém, mesmo sem desejar, pode ocorrer o fenômeno da repetição, que consiste em reproduzir os comportamentos vivenciados ao longo da vida.

Os pais entrevistados relataram que o envolvimento com os próprios filhos foi facilitado por tais fatores: o amor e o desejo de participar da vida dos filhos (Nelson); os

21
momentos em família, como almoçar juntos e ver futebol, além do incentivo à vida profissional (Francisco); o amor (Eduardo); a disponibilidade, o amor e a vontade de estar perto (Adriano). Segundo Lamb (1992), a decisão do pai em estar envolvido com o filho é um fator que deve ser considerado, podendo ser resultado positivo da relação conjugal mais harmoniosa.

Além de relações familiares igualitárias, o conceito de poder familiar agregou ao ordenamento jurídico brasileiro o princípio da afetividade como basilar. Segundo Tartuce (2018), neste contexto, o afeto se apresenta como a mola propulsora dos laços familiares, movidos pelo sentimento e pelo amor, para dar sentido e dignidade à existência humana. Assim, é nítido que, a partir deste conceito, o formalismo deu espaço ao afeto como valor jurídico. Tal fato é confirmado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017) com pais de camada popular, visto que os resultados revelaram que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelo trabalho conjunto, pois este os aproximava, já que demonstravam menos afetividade com os filhos do que os participantes com sua própria prole. Para Pereira e Martos (2019), a afetividade é analisada em uma perspectiva objetiva, como fato social de parentalidade ou de conjugalidade, em contrapartida, o legislador tratou o cuidado como um subprincípio da dignidade humana que está ligado à afetividade, visto que é por meio do dever de cuidado que esta se manifesta objetivamente.

Nelson e Eduardo relataram que nada dificultou o envolvimento com os filhos, já



Francisco afirmou que, em alguns momentos, a falta de tempo dificultava a relação e Adriano relata que o desemprego e o período de depressão pelo qual passou foram fatores que o distanciavam da prole e, ao mesmo tempo, o deixavam triste por este motivo. Segundo Gomes e Alvarenga (2016), para o pai, a situação de desemprego gera mais do que a privação de recursos materiais, mas também problemas de cunho emocional. Além disso, a ausência do trabalho distanciava Adriano de seus filhos, isto porque, para Souza e Benetti (2008), os pais desempregados que não recebem contribuições familiares ou de outras fontes tendem a estar menos envolvidos com a prole.

Em relação à classe socioeconômica do pai do participante e o envolvimento com ele, a condição financeira do genitor foi avaliada por dois participantes como influenciando no envolvimento, seja na forma de proporcionar a educação (Eduardo), ou por dar mais tranquilidade (Adriano). Por outro lado, os outros dois participantes consideraram que não houve influência financeira no envolvimento, sendo que um deles afirmou que a vontade de estar próximo é mais relevante (Nelson). O trabalho do pai foi considerado por todos os

22
entrevistados como tendo influenciado no envolvimento: por ser um momento de interação, enquanto trabalhavam (Nelson), por dar tranquilidade, pois é difícil um pai ficar desempregado (Francisco e Adriano) e pela educação que pode proporcionar (Eduardo). Já a escolaridade do pai foi considerada por três participantes como sem influência no envolvimento, pois o pai não estudou muito, como ressaltou Nelson, no entanto, para um deles influenciou, pois, mesmo com tantos filhos, seu genitor não deixou nenhum sem estudar (Adriano).

No que diz respeito à classe socioeconômica do participante e o envolvimento dele com os filhos, a própria condição financeira foi avaliada por três participantes como influenciando no envolvimento, sendo que dois afirmaram que este fator proporciona tranquilidade, pois alguém sem dinheiro ou endividado não se relaciona bem com os filhos (Francisco e Eduardo) e um deles analisou que este aspecto já atrapalhou a relação (Adriano). Por outro lado, embora Nelson considere que não houve influência financeira no envolvimento, acredita que é bom ter dinheiro e poder dar o melhor aos filhos; o trabalho foi considerado por três entrevistados como tendo influenciado no envolvimento, pois, assim como a condição financeira, ter um trabalho faz com que o pai esteja mais seguro e tranquilo (Francisco, Eduardo e Adriano). Por sua vez, em que pese Nelson ter afirmado que não há influência, é grato por ter um emprego, pois considera difícil ser pai desempregado. A própria escolaridade foi considerada por dois participantes como sem influência no envolvimento com os filhos, no entanto, dois entrevistados afirmaram que ela influencia, pois conseguiam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, o que já era um momento de interação entre eles, além de poder influenciá-lo a estudar e ter uma profissão (Eduardo), bem como acompanhar o desenvolvimento e entender o que os filhos estavam aprendendo (Adriano).

Por fim, todos os participantes consideraram que a maior dificuldade enfrentada pelo homem era o desemprego. Quando questionados sobre a maior dificuldade que o pai enfrentava, a resposta de todos os entrevistados também foi o desemprego, sendo que Eduardo acrescentou o fato de os filhos irem para o mau caminho. Cabe destacar, mais uma vez, a importância do trabalho e os reflexos da ausência deste na vida do pai de baixa renda, haja



vista que tanto o próprio pai quanto a comunidade ainda o enxergam como o provedor, responsável pelo sustento da família.

Percebe-se que a discussão está ancorada em fundamentos do poder familiar, haja vista que foi possível identificar características da nova paternidade em todas as relações analisadas. Os efeitos da consolidação do referido conceito no ordenamento jurídico brasileiro

23

são sentidos nas relações familiares, que vêm transformando-se cotidianamente. No entanto, como exposto neste estudo, sobretudo nas camadas populares, tais transformações ainda estão acompanhadas de resquícios do patriarcalismo, o que confirma o mencionado por Souza e Benetti (2009) sobre a coexistência dos modelos do novo pai e do pai provedor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que a paternidade se encontra em transição, isto porque a sociedade passou por grandes modificações no século XX e nesse início do século XXI, assim como a família. Embora o ordenamento jurídico tenha acompanhado tais mudanças, dispendo agora sobre as relações familiares de forma mais democrática e igualitária, ancorado no poder familiar, entende-se que é necessário analisar os indivíduos a partir de suas peculiaridades.

Notou-se que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi facilitado principalmente pela socialização por meio do trabalho pai-filho, no entanto, foi prejudicado pela falta de tempo em decorrência do labor ou pela distância. Além disso, os resultados obtidos revelaram que diversos aspectos influenciam o envolvimento paterno, entre eles a classe socioeconômica, sobretudo no que tange à relação do pai de baixa renda com o trabalho ou a situação de desemprego. Neste contexto, ainda é comum a figura do pai como provedor, ou seja, o exercício da paternidade tradicional. No entanto, cumpre ressaltar a importância da decisão do pai em estar envolvido.

Os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico quanto à transição do pátrio poder para o poder familiar foram encontrados nas relações pai-filho na camada popular, isto porque, embora seja possível perceber resquícios do modelo patriarcal presentes na forma de relacionar-se do pai contemporâneo, notou-se que tais relações são sustentadas tanto pela responsabilidade, quanto pela afetividade, princípio fundamental no instituto do poder familiar.

Por fim, levanta-se a necessidade de se realizar outros estudos que aprofundem a discussão do envolvimento paterno, considerando as particularidades dos sujeitos e os impactos das transformações sociais e do ordenamento jurídico brasileiro.

24

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. D. Poder familiar e afeto numa perspectiva espinosana. In: Família e



dignidade humana: V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). São Paulo: IOB, 2006.

BACKES, M. S.; BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. *Nova Perspectiva Sistêmica*, n. 61, p. 100-119, 2018.

BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). *Fathers in cultural context*. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. *Barbarói*. Santa Cruz do Sul, (32), 205-226, 2010.

BEVILAQUA, C.; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: **Presidência da República**, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei n 8.069, 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. Lei n 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF. 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no Subúrbio Ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005.

CABRERA, N. J.; TAMES-LEMONDA, C.; BRADLEY, R.H.; HOFFERTH, S.; LAMB, M.E. Fatherhood in the twenty first century. *Child Development*, 71, 127-136, 2000.

DONATI, P. Família no Século XXI: abordagem relacional. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. Direito das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.



FITERMAN, H; MOREIRA, L. V. C. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. Polis, Revista latino-americana, n. 50, p. 47-68, 2018.

25

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Q. S.; ALVARENGA, P. O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 32, n. 3, 1-9, 2016.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (Org.). The role of the father in child development. 5. Ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.

LAMB, M. E.. O papel do pai em mudança. Análise Psicológica. 1(X), 19-34, 1992.

LEVANDOWSKI, D.; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. Interações, 7(13), 77-100, 2002.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. O pai em pesquisas sobre família. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (Orgs.). O pai na sociedade contemporânea. Bauru: Edusc, 2010.

NARO, R. C. G.; MOREIRA, L. V. C. Envolvimento paterno em camada popular: estudo de casos múltiplos em Salvador/Bahia. In: Lúcia Vaz de Campos Moreira; Elaine Pedreira Rabinovich; Maria Natália Ramos. (Org.). Pais, avós e relacionamentos intergeracionais na família contemporânea. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 5, p. 123-139.

PEREIRA, M. B.; MARTOS, F. T. A. Do pátrio poder ao poder familiar: as atribuições dos pais quanto à proteção dos filhos. Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de Direito de Franca, v. 4, n. 1, p. 729-750, jun. 2019.

PEREIRA, R. C. Responsabilidade civil pelo abandono afetivo. In: MADALENO, R.; BARBOSA, E. (Coords.). Responsabilidade civil no Direito de Família. São Paulo: Atlas, 2015.

PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs.). Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.



SANTOS, S. M. C. B.; MOREIRA, L. V. C. Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2016.

SILVA, M. R.; PICCININI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. Estudos de Psicologia, Campinas, 24(4), 561-573, 2007.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. Paideia, 19(42), 97-106, 2009.

SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), 61-71, 2008.

26

TARTUCE, F. Direito Civil: Direito de Família. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

THERBORN, G. Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TUDGE, J. The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies. New York: Cambridge University Press



=====

Arquivo 1: [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#) (7748 termos)

Arquivo 2: [https://books.google.com.br/books?id=czlqDwAAQBAJ&pg=PT86&lpg=PT86&dq="entrevistas foram gravadas para"&source=bl&ots=Ojc7SBPc9j&sig=ACfU3U0LgbzUyEulzdzqSAKqcOIDj03w-Q&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi4g4GY6rnqAhXlxjgGHQFHAMIQ6AEwB3oECAYQAQ](https://books.google.com.br/books?id=czlqDwAAQBAJ&pg=PT86&lpg=PT86&dq=) (56 termos)

Termos comuns: 0

Similaridade: 0%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#)

. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

[https://books.google.com.br/books?id=czlqDwAAQBAJ&pg=PT86&lpg=PT86&dq="entrevistas foram gravadas para"&source=bl&ots=Ojc7SBPc9j&sig=ACfU3U0LgbzUyEulzdzqSAKqcOIDj03w-Q&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwi4g4GY6rnqAhXlxjgGHQFHAMIQ6AEwB3oECAYQAQ](https://books.google.com.br/books?id=czlqDwAAQBAJ&pg=PT86&lpg=PT86&dq=)

=====

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Salvador
2020



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Direito pela Universidade
Católica do Salvador.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira.

Salvador
2020

1
ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE VIDA DOS FILHOS E
OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO



QUANTO AO PODER FAMILIAR

Ana Marcela Silva do Nascimento

1

Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira

2

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. A pesquisa é qualitativa, com estudo de casos múltiplos, e teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/BA. Como instrumento foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, contendo questões abertas e fechadas. Para a coleta de dados foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que seguiu os seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo e ser da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos. As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse. Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. Principais resultados: persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular. Ser pai é concebido como uma bênção, dádiva, mas também implica ser responsável, educar, ser exemplo e dar tudo de si. Tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho. Há necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Família. Envolvimento paterno. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família, como realidade sociológica, atravessou diversas mudanças desde a importação do modelo patriarcal para o Brasil até o presente momento. Neste sentido, o ordenamento jurídico brasileiro acompanhou as transformações sociais e, por conseguinte, da família, possibilitando a consolidação do conceito de poder familiar. Farias e Rosenvald (2010, p. 43) afirmam que “consagra-se, assim, a igualdade substancial no plano familiar, excluindo todo e qualquer tipo de discriminação decorrente do estado sexual”. Por sua vez, em meio a este contexto, a figura paterna passa a distanciar-se da imagem tradicional, no

1

Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: anamarcela.07@hotmail.com

2



Doutora em Psicologia (USP), professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), do Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contexto Social e do

Curso de Psicologia (UCSal). E-mail: lucia.moreira@ucsal.br

2

entanto, ainda sem cortar laços completamente, como apontam Souza e Benetti (2009). Para compreender os reflexos de tais alterações, no entanto, faz-se necessário considerar as particularidades dos indivíduos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, realizada pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”, liderado pela segunda autora, Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O estudo maior tem como participantes 60 homens residentes em Salvador/Bahia, sendo 30 de classe média-alta e 30 de classe popular.

Neste texto constam: uma revisão de literatura, o método do estudo, os resultados encontrados, a discussão dos dados obtidos à luz da literatura e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução do conceito de poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro e do envolvimento paterno no contexto de baixa renda.

2.1 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O pater familias, termo latim que em português significa “pai de família”, era o estatuto familiar mais elevado na Antiguidade, o qual possuía poderes ilimitados sobre os filhos. Séculos depois, com a colonização, o Brasil importou o modelo de família portuguesa, marcada pelo patriarcalismo, que permaneceu como modelo ideal de família durante longos anos. (ANDRADE, 2005).

O Código Civil de 1916 incorporou o conceito de pátrio poder e dispôs taxativamente o marido/pai como titular desta função, cabendo somente a ele exercer este poder sobre os filhos menores, de modo que, apenas nas hipóteses de ausência ou impedimento quanto à sua figura, é que a esposa poderia chefiar a sociedade conjugal. De acordo com Petrini (2005), este modelo de família patriarcal brasileira começa a decair no final do século XIX, momento

3

em que o pai deixa de ocupar o lugar central na família e de possuir a responsabilidade exclusiva pelas decisões do grupo familiar. Conforme Andrade (2005, p. 4), Até antes do novo Código Civil, ainda era praticamente unânime a compreensão tradicional do poder familiar como sendo basicamente uma



forma de autoridade – no caso, dos pais sobre os filhos, uma versão contemporânea do que teria sido a autoridade do pater familiae sobre os seus filhos e seus bens.

Therborn (2006), em estudo baseado em fontes globais e mapeamento detalhado das mudanças da família e do patriarcado como sustentáculo das relações sociais no século XX, analisa as transformações estruturais pelas quais a família passou, por meio de três fatores principais: o patriarcado e as relações entre pais e filhos, homens e mulheres; o papel do casamento ou da ausência deste como determinante no comportamento sexual e o processo histórico da fecundidade e do controle de natalidade. O referido autor destaca como a sociedade tinha como base o poder e a superioridade dos homens sobre os filhos e esposas. Além disso, aponta que, no século passado, diversas alterações ocorreram em razão de conquistas referentes aos direitos das mulheres e das crianças e menciona o patriarcado como o grande perdedor desde então.

Ao passo em que a sociedade e, conseqüentemente, a família modificaram-se, a Constituição Federal de 1988 acompanhou tais mudanças apresentando em seu texto o termo poder familiar, conceito que já existia, mas que se consolidou com a Carta Magna e refletiu no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e no Código Civil de 2002. A partir daí, segundo Andrade (2005), a família deixou de ser pensada como uma unidade de dominação ou de exercício do poder dos pais sobre os filhos e passou a ser vista como uma relação mútua de assistência. Neste sentido, Tartuce (2018) destaca a presença da responsabilidade e da afetividade nas relações familiares.

Assim, enquanto havia antes uma concepção da família enquanto uma célula da sociedade na qual há filhos que estão subordinados aos pais, ou mesmo há pais que estão subordinados aos filhos, passa-se agora a uma noção de uma família mais “democrática”, na qual os filhos são reconhecidos como dependentes (tanto materialmente quanto afetivamente) dos pais (e não como sua propriedade) ou os pais são reconhecidos como dependentes (afetivamente e materialmente) dos filhos (e não sua apropriação). (ANDRADE, 2005, p.5).

Segundo Ariès (1981, apud SANTOS; MOREIRA, 2016, p. 48), além de diminuir a autonomia da mulher, o patriarcado direcionava ao primogênito a responsabilidade pela proteção dos bens familiares, visto que surgiu como tentativa de impedir a divisão patrimonial, sendo a família considerada célula social, fundamentada pelo poder do Estado.

4

Deste modo, Donati (2008, p. 62) pontua que ocorreu um “processo de desinstitucionalização, entendida como a diminuição de certas expectativas públicas a respeito da família, a favor de uma maior legitimação como grupo social expressivo do mundo vital”.

Superada a percepção da família como unidade produtiva e reprodutiva, pregada pelo Código Civil de 1916, a partir dos valores predominantes naquela época, descortinam-se novos contornos para o Direito das Famílias, fundamentalmente a partir da Lex Mater de 1988, que está cimentada a partir de valores sociais e humanizadores, especialmente a dignidade humana, a solidariedade social e a igualdade substancial. (FARIAS; ROSENVALD,



2010, p. 38).

O texto da Carta Magna, complementam Farias e Rosenvald (2010), além do art. 5º, no art. 226 volta a versar sobre a igualdade entre homem e mulher, dispondo que os direitos e deveres relativos ao matrimônio devem ser exercidos por ambos, de modo que “a evidente preocupação constitucional em ressaltar a igualdade substancial entre homem e mulher parece decorrer da necessidade de pôr a cobro a um tempo discriminatório em que o homem chefiava a relação conjugal, subjugando a mulher” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 43).

Diante disso, a família matrimonializada, ancorada no Código Civil de 1916, torna-se cada vez mais pluralizada a partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, bem como sua característica patriarcal perde espaço para características democráticas e a hierarquia dá lugar à igualdade. Vê-se, portanto, que “com esse espírito, não se pode olvidar que a família está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se em face da sua própria estrutura cultural” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 10).

2.2 ENVOLVIMENTO PATERNO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

As transformações sociais pelas quais a família passou ao longo do século XX, principalmente no que tange ao declínio do modelo patriarcal, possibilitaram que o homem assumisse outros papéis no cotidiano familiar. Conforme Souza e Benetti (2009), o pai, que era apenas provedor, passou a compartilhar a renda familiar com a esposa, visto que as mulheres também passaram a assumir tarefas fora do âmbito doméstico. Assim, o referido século foi marcado por fatores como a participação da mulher no mercado de trabalho; a ausência de determinados pais ao longo da vida dos filhos; em contrapartida, outros pais apresentaram envolvimento com filhos pequenos e houve o crescimento da diversidade cultural (CABRERA; TAMIS-LEMONDA; BRADLEY HOFFERTH E LAMB, 2000).

5

Os autores mencionados pontuam, ainda, que o papel do pai encontra-se em transição, visto que as funções estão se redefinindo. Deste modo, conforme Filgueiras e Petrini (2010), os homens vêm acessando novos modelos de paternidade que, anteriormente, eram dificilmente associados à figura paterna. Segundo Levandowski, Antoni, Koller e Piccinini (2002) e Lamb (1992), este movimento vem sendo conhecido como “a nova forma de paternidade” ou apenas “a nova paternidade”. No entanto, Souza e Benetti (2009) ponderam que, embora este novo pai seja consideravelmente diferente do patriarca, não houve uma dissociação completa, haja vista que com ele coexiste o modelo tradicional do pai provedor. Para Lamb (2010), é de suma importância a presença da figura paterna e seu envolvimento com os filhos. A partir disso, o autor classifica o envolvimento paterno em três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado efetivamente com a criança e relaciona-se com a importância de estar junto. A acessibilidade compreende as atividades que não demandam interação direta, as quais podem ser executadas sem a necessidade da presença física. Implica estar disponível para atender às demandas do filho. A responsabilidade, por sua vez, está relacionada à preocupação com os cuidados e necessidades para garantir o bem-estar da criança. Percebe-se, então, que as transformações que o pai vivencia na atualidade são consequência de uma paternidade mais sensível e



participativa, caracterizada por um possível envolvimento mais saudável e efetivo (SANTOS; MOREIRA, 2016).

Santos e Moreira (2016) pontuam, ainda, que alguns aspectos interferem no envolvimento entre pais e filhos, podendo-se destacar a conjugalidade, o divórcio, as características do pai, o papel da mãe, a idade e o sexo dos filhos. As autoras citadas destacam, também, que “o aspecto trabalho do pai interfere sobremaneira no envolvimento” (p. 57) e mostra-se como um grande desafio quanto à conciliação trabalho-paternidade.

Os efeitos dos conflitos, assim como da harmonia conjugal, são sentidos pelas crianças, conforme aponta Lamb (2010). Neste sentido, Silva e Piccininni (2007) concordam que, em relacionamentos conjugais com mais diálogo e menos conflito, o envolvimento paterno tende a ser mais satisfatório. No que tange ao divórcio, notam-se prejuízos relativos a determinados papéis paternos que acabam não sendo preenchidos, como a relação emocional e as funções social e econômica, no entanto, não há que se ter uma visão determinista quanto a estes aspectos, desconsiderando as singularidades de cada criança, do pai e dos contextos em que estão inseridos (LAMB, 2010). A decisão do pai em estar envolvido também precisa ser considerada, o que pode ser reflexo positivo da conjugalidade (LAMB, 1992). Além disso,

6

conforme Fiterman (2018), assumir o papel de pai faz com que o homem reflita, passando a avaliar como foi criado, como quer ser pai, seus valores, moral e comportamentos. Por sua vez, conforme Lamb (1992), cumpre salientar que algumas mulheres podem resistir à participação do homem nos cuidados com a criança, optando por manter exclusividade e autoridade nesta função, de modo que, em famílias nas quais a mãe trabalha fora, percebe-se maior envolvimento paterno do que nas famílias em que a mãe não possui um emprego.

Além disso, Lamb (1992) aponta que os pais costumam dedicar mais tempo aos filhos em idade pré-escolar, mas afirma que, em geral, os pais estão mais envolvidos com os filhos do que com as filhas, independente das idades, vínculo também constatado em pesquisa realizada por Moreira e Rabinovich (2010). No estudo “Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality”, Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) discutem a necessidade de considerar a classe social das famílias e ressaltam que a tendência de ignorar os aspectos econômicos, sociais, educacionais, étnicos e culturais constitui uma das maiores limitações dos estudos psicológicos no Brasil. Os autores consideram que não é possível falar de um padrão de paternidade brasileira, pois esta é complexa e varia amplamente com a condição socioeconômica e o nível de escolaridade do pai, visto que as variações subculturais da paternidade relacionam-se principalmente à classe social, o que também foi verificado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017). Em estudo intercultural, Tudge (2008) observou que havia mais semelhanças na mesma classe em diferentes países do que em classes diversas no mesmo país.

Bustamante (2005) destaca a importância do papel de provedor para o pai de classe popular, pois entende que sua função é não deixar faltar nada aos filhos. Embora o pai reconheça a necessidade de momentos de lazer, a dinâmica em que vive e a ausência de recursos podem prejudicar o convívio. Neste sentido, Backes et al. (2018), em estudo voltado a identificar fatores que interferem no envolvimento paterno de pais de crianças entre quatro e seis anos, ao analisarem a subcategoria “modelo do próprio pai” perceberam que “prevaleceu



o modelo de pai provedor, que trabalhava fora de casa e cuja preocupação central era o sustento da família” (p.7). Tudge (2008) identificou que pais de classe média despendem maior tempo com as crianças envolvidos com atividades de ensino e brincadeiras, enquanto pais de camada popular gastam esse tempo conversando com os filhos. A socialização por meio do trabalho pai-filho também ganha destaque entre as famílias de baixa renda, que usam este método como meio de prevenir a delinquência e preparar a criança para a inserção no mercado de trabalho futuramente. É comum os pais ensinarem os meninos e as mães

7

ensinarem as meninas, o que promove um engajamento precoce das crianças em diversas atividades, no entanto, o cenário torna-se mais complexo pela recorrência do desemprego ou subemprego desses pais. Além disso, neste contexto, a figura paterna destaca-se como autoridade moral, enquanto as mães são responsáveis por manterem a unidade familiar por meio do cuidado (BASTOS; VOLKMER-PONTES; BRASILEIRO; SERRA, 2013).

Por fim, ainda em relação ao contexto de desemprego, Souza e Benetti (2008) constataram que os pais que recebiam contribuições de familiares ou de outras fontes estavam mais envolvidos com os filhos do que os pais que não recebiam contribuições de nenhuma natureza. Sobre este fato, Gomes e Alvarenga (2016) afirmam que, além da privação de recursos materiais, a ausência do trabalho acarreta também problemas emocionais, isto porque, como mencionado, a figura paterna ainda está vinculada ao papel de provedor, sobretudo na camada popular.

3 MÉTODO

Para Minayo (2002, p. 16), entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, o que inclui as “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

3.1 DELINEAMENTO

Nesta investigação, aplicou-se o estudo de casos múltiplos, nos quais, conforme Gil (2002), frequentemente são utilizados de quatro a dez casos. O autor destaca, ainda, que este tipo de estudo não tem a finalidade de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas de oferecer uma visão global do problema e identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/Bahia. Todos eram da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos.

Constam, a seguir, alguns dados sobre os participantes, com nomes fictícios, objetivando preservar a identidade deles.

8

Tabela 1 – Dados sobre os participantes

Nome



fictício
Idade
(em
anos)
Escolaridade Profissão
e carga
horária
semanal de
trabalho
Renda
pessoal
mensal
Religião Etnia Estado
civil
Nelson 44 Ensino
Fundamental II
completo
Pedreiro
(40 horas)
1,2
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Francisco 48 Ensino
Fundamental II
completo
Vendedor
(40 horas)
1,6
salários
mínimos
Protestante Preta Casado no
civil e no
religioso
Eduardo 45 Ensino
Fundamental II
completo
Caminhoneiro
(40 horas)
1,9
salários
mínimos



Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Adriano 43 Ensino Médio
completo
Desempregado
(renda de
aluguel de
imóvel e
trabalhos
eventuais)
Um
salário
mínimo
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Fonte: As autoras.

Observa-se que os pais tinham de 43 a 48 anos; três tinham o Ensino Fundamental II completo e apenas um tinha o Ensino Médio completo. Três estavam trabalhando, sendo um pedreiro, um vendedor e um caminhoneiro, e o outro estava desempregado, tendo como renda o aluguel de imóvel e trabalhos eventuais. Todos eram protestantes, sendo três pardos e um preto. Com relação ao estado civil, todos eram casados (no civil e no religioso).

3.3 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, elaborado pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”/UCSal, liderado pela Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O instrumento contém questões abertas e fechadas, abordando: dados de identificação; dados sobre a família; paternidade e envolvimento do pai do participante com ele; repercussões do envolvimento paterno no desenvolvimento; envolvimento do participante com o(s) seu(s) filho(s); envolvimento do participante com o pai idoso; classe socioeconômica e envolvimento; masculinidade e paternidade.

3.4 PROCEDIMENTOS

9

O projeto de pesquisa maior, intitulado “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal (CAAE: 47362315.2.0000.5628). Para a coleta de dados do presente estudo, foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que se enquadravam nos seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo,



mesmo que não tenham convivência; ser da classe D (renda mensal familiar de mais de um a três salários mínimos).

As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os quatro casos e, em seguida, haverá uma discussão geral sobre eles.

4.1 CASO 1: NELSON

Na infância e na adolescência, Nelson residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que fazia trabalhos como costureira) e com os dois filhos, um do sexo feminino e o outro do sexo masculino que, à época da coleta de dados, tinham 16 anos e 12 anos de idade, respectivamente. Para ele, ser pai “é uma bênção, é ter a responsabilidade de criar e educar os filhos, constituir uma família, ser exemplo em casa”. Nelson sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna e afirmou que, na infância, trabalhava na roça com o genitor, o qual conversava bastante com ele e seus irmãos, ensinando como deveriam proceder na vida. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto nos aspectos interação, acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, nessa fase da vida, foi o fato de seu pai ser amoroso e querer ser próximo. Nelson afirma que nada dificultou o envolvimento do seu genitor com ele.

10

Também na adolescência, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto, tanto em interação quanto em responsabilidade e acessibilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, nesta fase, foi o labor rural e o fato de seu pai gostar de estar com os filhos. O entrevistado afirmou novamente que, nesta fase da vida, nada dificultou o envolvimento. Na sequência, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Nelson com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o fato de seu pai continuar sendo presente, mesmo de longe, e ele continuar indo visitá-lo no interior do Estado da Bahia, bem como telefonar quase todo dia favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta. Por sua vez, afirma que nada dificultou tal envolvimento: “o problema é só a distância mesmo, que dá saudade” (Nelson).

Nelson ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram importantes para que ele seja quem é; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu



desenvolvimento.

No momento da entrevista, Nelson afirmou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, justificando que “eu sou apaixonado por meu pai, eu pego ele e encho de beijo” (Nelson). Assim, favorece a relação, tudo que construíram ao longo da vida e o amor que recebeu do genitor, no entanto, o participante afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como informado anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12 anos de idade. Nelson considerou que seu envolvimento com os filhos era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, favoreceu seu envolvimento com a prole:

O amor, né? Eu amo muito meus filhos e gosto de participar de tudo na vida deles. A gente não trabalha juntos, como era com meu pai, porque eles estudam quase o dia todo e não precisam trabalhar, mas eles são meus chamegos.

Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o bom relacionamento do seu pai com ele refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos. Conforme Nelson, seu genitor o ensinou a ser pai, foi

11
com ele que aprendeu tudo o que sabe, o que transmite aos filhos. Quanto ao que refletia negativamente, não identificou nenhum aspecto. Além disso, o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Nelson considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “meus filhos também são doidos por meu pai e ele por eles. É um grude quando eles vão para o interior ver meu pai, é o tempo todo juntos”. Por outro lado, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois “eu acho muito bonito e agradeço a Deus por minha família e fico amando eles mais ainda, né?” (Nelson).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Nelson considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “a gente sempre foi simples, mas nunca faltou nada. Mas eu acho que o que influenciou mesmo foi a vontade dele estar com a gente, de ser um pai presente”. Quanto à escolaridade, justificou que “meu pai não estudou muito, mas sempre botou a gente para estudar e eu boto meus filhos mais ainda. Eu não fiz faculdade, mas eles vão fazer”. Por outro lado, o entrevistado considerou que o trabalho do seu pai influenciou no envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “[...] era nosso momento juntos”.

Por sua vez, Nelson avaliou que nem a sua condição financeira, nem o seu trabalho e nem a sua escolaridade influenciavam no envolvimento que ele mantinha com os filhos. No entanto, no aspecto financeiro, ponderou que “[...] mas é bom saber que a gente tem um



dinheirinho para dar do melhor para eles”. Quanto ao trabalho, alegou que “Eu agradeço a Deus por sempre ter meu trabalho, né? Porque é difícil um pai de família desempregado”. E sobre o nível de escolaridade, apenas afirmou acreditar que não influencia. Nelson considerou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “ficar desempregado e não conseguir sustentar sua família. É muito triste”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

12

4.2 CASO 2: FRANCISCO

Na infância e na adolescência, Francisco residia com os pais e os sete irmãos, sendo que em parte da adolescência passou a morar em Salvador/BA, apenas com um irmão, quando começou a trabalhar. Na vida adulta, passou a habitar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com os três filhos, sendo dois do sexo masculino, um com 18 anos e o outro com 24 anos de idade, bem como uma moça de 25 anos de idade, à época da entrevista. A filha do participante, à época, não residia mais com ele. Para o participante, ser pai “é ter responsabilidade, é dar tudo de si para manter a família”.

Francisco sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna, no entanto, afirmou que, na infância não realizava muitas atividades com o pai, “era mais o trabalho no interior”. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Francisco com ele foi baixo no aspecto da interação, moderado em termos de acessibilidade e alto no item responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi a responsabilidade dele com os filhos. Por outro lado, dificultou o envolvimento “o temperamento dele, era muito calado e rígido”.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Francisco com ele continuou sendo baixo em termos de interação, moderado quanto à acessibilidade e alto no que diz respeito à responsabilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi o fato de o genitor sempre vir visitá-lo em Salvador para ver como ele e seu irmão estavam. Por sua vez, o que dificultou o envolvimento foi a distância, visto que o participante não residia mais com o pai, nesta fase da vida.

Já na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Francisco com ele foi considerado moderado em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o envolvimento com o pai foi favorecido, pois seu genitor fica em sua casa sempre que vai até Salvador para realizar exames e consultas médicas e afirma que “isso é bom, porque eu não posso estar sempre no interior e quando eu não vou, ele vem”. Por sua vez, comenta que nada dificultou tal envolvimento e justifica que “ele está bem melhor agora na velhice, só não gosta de ser dependente de ninguém”.

Francisco ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que foi influenciado positivamente ao ver seu pai sempre trabalhando para sustentar a família, o que foi um exemplo para ele; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele



também influenciou negativamente no seu desenvolvimento, pois “hoje eu sou um pouco

13

sério também, às vezes me sinto um pouco rígido com meus filhos, mas com certeza sou bem menos que meu pai. Mas acho que ficou um pouco disso em mim”.

No momento da entrevista, Francisco afirmou que se relacionava bem com o pai idoso, justificando que “ele não gosta de se sentir dependente [...] sempre me liga para resolver algumas coisas, mas gosta de ficar no canto dele”. Assim, o que favorece a relação é o fato de o genitor precisar ir para a casa de Francisco quando vai ao médico em Salvador, no entanto, o participante afirmou que o que dificultava a relação entre eles era a distância. À época da realização da entrevista, o participante tinha três filhos, dois do sexo masculino, com 18 e 24 anos de idade e outra do sexo feminino, com 25 anos de idade. Francisco considerou que seu envolvimento com a prole era moderado em termos de interação e alto quanto à acessibilidade e responsabilidade. O entrevistado comentou o que favorecia seu envolvimento com os filhos:

Eu sou um pai presente, mesmo trabalhando muito. Os meninos também estudam e às vezes não encontro muito eles em casa. Mas, assim, a gente assiste futebol juntos, almoçamos sempre juntos, todo mundo gosta de futebol e esse é um momento da família. Também tenho um filho que joga, eu sempre levo ele para a escolinha de futebol. A menina já é casada, mas geralmente almoça lá em casa. Eu dei uma casa a ela e agora estou ajudando a construir o espaço de fisioterapia para ela trabalhar, porque ela se formou faz pouco tempo. Tenho muita preocupação com a profissão deles, faço o que for possível.

Por outro lado, afirmou que, às vezes, a falta de tempo dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos foi: “a responsabilidade de ser pai”. Já o que refletia negativamente era o jeito sério que herdou do pai.

Vale salientar, ainda, que o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto em interação e moderado em acessibilidade e responsabilidade. Francisco considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “ele vindo para minha casa, fica mais próximo dos meus filhos. Meus filhos são muito cuidadosos com ele”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “[...] acaba aproximando todo mundo” (Francisco).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Francisco considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Por outro lado, o entrevistado considerou que o

14

trabalho do seu pai influenciou o envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “hoje eu sou pai, entendo como é difícil não ter emprego”.



Por sua vez, Francisco avaliou que tanto a sua condição financeira quanto o seu trabalho influenciavam de algum modo no envolvimento que ele mantinha com os filhos, no entanto, acreditava que o nível de escolaridade não exercia influência. No aspecto financeiro, justificou que “eu acho que me dá tranquilidade, porque alguém endividado não consegue fazer nada, nem se relacionar com os filhos”. Quanto ao trabalho, alegou que “influencia sim, pelo mesmo motivo. É difícil para um pai de família não ter um emprego”.

Francisco considerou que seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactavam no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso, mas ponderou que “talvez só a condição financeira, porque eu posso pagar médico para ele e levar ele de carro para os lugares”.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “o desemprego, essa crise que o país enfrenta”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.3 CASO 3: EDUARDO

Durante a infância e adolescência, Eduardo residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com o único filho que, à época da coleta de dados, tinha nove anos de idade. Para ele, ser pai:

é uma dádiva. Eu quis muito ser pai. Eu e minha esposa demoramos para ter nosso filho, a gravidez dela foi de risco, mas no fim deu tudo certo. Nosso filho é nosso amor.

Eduardo sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Ao longo da infância, o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi moderado em termos de interação e alto nas dimensões acessibilidade e de responsabilidade.

Na perspectiva do participante, o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o tempo que passavam juntos, principalmente quando seu pai o ensinava algo do trabalho. Por sua vez, não sabe dizer o que dificultou o envolvimento.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Eduardo com ele continuou moderado em interação e alto em acessibilidade e responsabilidade. O que ajudou no envolvimento do pai

15

com ele, nesta etapa da vida, foi o afeto. Neste período, não soube dizer o que dificultou a relação deles.

Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi considerado alto em interação, acessibilidade e responsabilidade.

O participante ponderou que o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta, foi “a afinidade, conversamos sobre as mesmas coisas, ele agora é meu amigo mesmo, alguém que eu divido minha vida, conto meus problemas”. Por sua vez, considera que nada dificultou tal envolvimento.

Eduardo ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, por meio dos ensinamentos que



recebeu. Por sua vez, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Eduardo afirmou que mantinha um relacionamento muito bom com o pai idoso. O participante informou que o que favorecia a relação era a amizade que tinham, no entanto, destacou que nada dificultava a relação entre eles.

Conforme consta anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha apenas um filho, do sexo masculino, com nove anos de idade. Eduardo avaliou que seu envolvimento com seu filho era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, o que favorecia seu envolvimento com a criança era “o amor”. Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento.

O participante considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele, nas diversas fases da vida (infância, adolescência e etapa adulta), influenciou no envolvimento que Eduardo mantinha com o filho, pois: “a gente sempre leva para nossa vida o que nos foi dado. Meu pai sempre foi um bom pai”. O aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com o próprio filho foi: “a proximidade entre pai e filho”. Por outro lado, nada refletia negativamente.

Destaca-se, ainda, que o participante avaliou que o envolvimento de seu pai com o neto dele (filho do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Eduardo considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou positivamente a relação do seu pai com o neto, justificando que “um ensina o outro a amar”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com o neto (filho do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, conforme este, “me faz amar ele ainda mais”.

16

Sobre classe socioeconômica e envolvimento, Eduardo avaliou que a escolaridade do seu pai não influenciou no envolvimento deste com o participante. No que diz respeito à condição financeira e ao trabalho, alegou que “influenciou na forma que ele conseguiu nos proporcionar a educação”.

Por sua vez, Eduardo avaliou que tanto o seu trabalho quanto a sua escolaridade e condição financeira influenciavam, de algum modo, no envolvimento que ele mantinha com o filho. No aspecto de trabalho e condição financeira, justificou que “me dá tranquilidade”. Quanto à escolaridade, alegou: “Acho que sim, porque eu ensino a atividade dele, isso já é um momento nosso de interação e eu influencio ele a estudar e ter uma profissão”. Eduardo apreciou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era a falta de emprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que era “a falta de emprego também e os filhos indo para o mau caminho”.

4.4 CASO 4: ADRIANO

Na infância e na adolescência, Adriano residia com os pais e 18 irmãos, visto que seus pais tiveram 19 filhos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho



remunerado, assim como o entrevistado, que estava desempregado) e com os dois filhos do sexo masculino que, à época da coleta de dados, um tinha 17 anos e o outro 10 anos de idade, sendo que residia ao lado da casa dos pais. A definição apresentada pelo participante a respeito do que é ser pai foi a seguinte: “Ser pai é como dizem, é padecer no paraíso. É muito bom, mas quando passamos por dificuldades tendo filhos, é bem mais difícil”.

Adriano sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Durante a infância, o envolvimento do pai de Adriano com ele foi moderado no aspecto interação e alto nos itens acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o fato de seu pai sempre ter sido responsável com ele e os irmãos. Quanto às atividades realizadas com o pai, na infância, comenta: Eu lembro muito dos domingos que íamos todos juntos para a igreja, todos os irmãos, meu pai organizava todo mundo e ensinava como deveríamos nos comportar, a ter reverência. Eu não tinha muitos momentos sozinho com meu pai, minha casa era sempre cheia.

17

Por sua vez, dificultou o envolvimento a falta de muito tempo livre. Na adolescência, o envolvimento do pai de Adriano com ele continuou moderado em interação e alto em termos de acessibilidade e responsabilidade. O que auxiliou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi a responsabilidade em sustentá-los, embora não fosse de passar muito tempo conversando com os filhos. Por sua vez, considera que o fato de serem muitos irmãos pode ter dificultado o envolvimento, pois não permitia que o pai tivesse muito tempo livre. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Adriano com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante informou que nada dificultou o envolvimento nesta etapa e que a relação foi favorecida, pois:

[...] eu sou muito amoroso, pego ele, beijo, abraço, chamo de “meu véio”. Eu moro do lado da casa dele, também tem outros irmãos que moram perto, mas a maioria mora em outros bairros. Não é como antigamente que tinha 19 filhos ao mesmo tempo. Agora tem os netos, mas não é todo dia que estão todos juntos. Hoje em dia eu tento dar toda minha atenção a ele, para aproveitar todo o tempo. (Adriano).

Adriano considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que influenciou, principalmente, no aspecto da responsabilidade. Por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente o seu desenvolvimento. No momento da entrevista, Adriano informou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, sendo que a relação era favorecida pelo “meu jeito e a disponibilidade dele”. O entrevistado afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como dito anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos do sexo masculino e considerou que seu envolvimento com eles era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Segundo o entrevistado, “a



disponibilidade, o amor, a vontade de estar perto” favoreceram o envolvimento com seus filhos. Por outro lado, comenta sobre o que dificultou o envolvimento:

Eu passei por um período bem difícil de depressão. Estou há um bom tempo sem conseguir emprego e isso me fez muito mal, sabe? Hoje estou bem melhor, mas teve um período que estava sendo medicado e fiquei bem distante de tudo. Não sentia vontade de mais nada, nem de interagir com eles. Ao mesmo tempo, eu ficava triste por não estar participando como deveria e em ver eles me vendo daquele jeito, sem poder dar o que eles precisavam. (Adriano).

O entrevistado considerou que o envolvimento que o próprio pai teve com ele nas diversas fases da sua vida influenciou no envolvimento que Adriano mantinha com os filhos,

18

pois aprendeu sobre educar com seu pai. O participante pontuou que a educação e a responsabilidade foram os aspectos do relacionamento do pai com ele que mais refletiram positivamente na relação que mantinha com os próprios filhos. Por outro lado, nada refletia negativamente.

O participante avaliou, ainda, que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do entrevistado) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Adriano ponderou que o relacionamento dele com o pai influenciou na relação do seu pai com os netos, justificando que “somos uma família e na família tudo se aprende. Eu ensino meus filhos a cuidarem do avô deles em todas as situações”. O entrevistado avaliou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) também influenciou na relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “me aproxima ainda mais dele”. Com relação à classe socioeconômica e envolvimento, Adriano ponderou que tanto a condição financeira, quanto o trabalho e também o nível de escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “com certeza deve ter influenciado, porque imagine criar 19 filhos sem ter condição. Claro que nada era fácil, mas ninguém nunca passou fome lá em casa”. Quanto ao trabalho, justificou que “nenhum pai fica bem quando está desempregado [...] eu vejo na prática o quanto minha saúde mental interfere no meu relacionamento com as pessoas”. Com relação à escolaridade, informou que “deve ter influenciado também, porque com tanta gente em casa e ele não deixar ninguém sem estudar [...] certamente foi importante”.

Por sua vez, Adriano avaliou que a sua condição financeira influenciava no envolvimento que mantinha com os filhos, bem como a sua falta de trabalho e o seu nível de escolaridade. No aspecto financeiro e em relação à situação de desemprego, justificou que agora ele está melhor, mas tais fatores já atrapalharam no envolvimento. Na questão da escolaridade, pontua que consegue acompanhar melhor o desenvolvimento dos filhos e entender o que eles estão aprendendo.

Adriano considerou que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade impactaram no relacionamento que estabelecia, à época da entrevista, com o pai idoso, pois acredita que “impacta em todos os meus relacionamentos”.

Finalmente, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem



enfrentava, o entrevistado respondeu que era o desemprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

19

5 DISCUSSÃO GERAL

O poder familiar passou por significativas transformações que, para além da igualdade de gênero, refletiram em relações familiares mais democráticas. O Código Civil de 1916, baseado no pátrio poder, tratava a figura do marido/pai como chefe da sociedade conjugal, alguém que tomava as decisões relativas ao grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolida o instituto do poder familiar, o que se constitui “não apenas como um poder de ambos os pais, mas sim como uma obrigação legal a eles imposta na observância do interesse dos filhos”, sendo, assim, um dever material e afetivo (PEREIRA; MARTOS, 2019, p. 737). Os resultados encontrados serão discutidos com base neste conceito e no de envolvimento paterno. Na infância e na adolescência, os quatro participantes residiam com a família nuclear de origem, sendo que um deles, em parte da adolescência, passou a morar apenas com um irmão, quando foi morar em Salvador/BA para trabalhar. À época da entrevista, na fase adulta, os quatro participantes residiam com a família nuclear constituída (o entrevistado, a esposa e o/os filho/s), porém, um deles (Adriano) morava bem próximo aos genitores, o que favorecia o envolvimento entre eles. É importante destacar que, entre os entrevistados, três vieram da zona rural para a capital à procura de condições melhores que o labor urbano poderia proporcionar. Além disso, apenas no caso de Nelson, a esposa contribuía para a renda familiar, realizando trabalhos como costureira. Neste sentido, é possível perceber que persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular, conforme também destaca Bustamante (2005).

Para os participantes, ser pai é uma bênção, uma dádiva, mas também significa ter responsabilidades, educar, ser exemplo, dar tudo de si e, por vezes, representa uma árdua caminhada.

Os quatro entrevistados conviveram com o pai biológico. Quanto ao envolvimento dos pais dos participantes com eles, as dimensões da acessibilidade e da responsabilidade foram altas para três entrevistados, em todas as fases da vida. No entanto, para um deles (Francisco), a acessibilidade sempre foi moderada desde a infância até a fase adulta e a responsabilidade era alta na infância e na adolescência, mas foi considerada moderada na fase adulta. No aspecto da interação, na infância e na adolescência de dois entrevistados, o envolvimento paterno foi moderado, passando para alto na vida adulta. Para um participante, a dimensão da

20

interação foi avaliada como alta em todas as fases da vida e para outro variou entre baixa (na infância e adolescência) e moderada (na fase adulta).

O envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelos seguintes elementos: (a) na infância dos entrevistados: o desejo do pai em estar próximo, ser amoroso, a responsabilidade e o tempo que passavam juntos trabalhando; (b) na adolescência: o tempo



que passavam juntos, principalmente trabalhando, as visitas do pai quando não moravam mais juntos, o afeto e a responsabilidade; (c) na vida adulta: o contato diário, ainda que por telefone, as idas do pai à casa do filho, sobretudo quando precisava ir ao médico em Salvador/BA, a afinidade, a amizade e o fato de morar próximo. Observou-se, então, que tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho, o que corrobora o estudo de Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) que destacam a socialização por meio do trabalho pai-filho entre famílias de baixa renda.

Por sua vez, o que dificultou o envolvimento dos pais dos participantes com eles foram os seguintes aspectos: (a) na infância dos entrevistados: o temperamento, a rigidez e a falta de muito tempo livre; (b) na adolescência: a distância, por residirem em cidades diferentes e o pouco tempo livre em decorrência do trabalho do pai para sustentar os filhos; (c) na vida adulta: a distância entre as cidades em que moram.

O envolvimento dos pais entrevistados com seus próprios filhos, nas dimensões acessibilidade e responsabilidade, foi alto para todos eles. Cumpre salientar que, para Pereira (2015), o poder familiar apresenta a responsabilidade como a essência do afeto e do cuidado. A dimensão da interação foi alta para três participantes, porém foi moderada no caso do participante que avaliou como baixa a interação do seu próprio pai com ele na infância e na adolescência, bem como moderada na fase adulta. Neste sentido, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que, para entender o envolvimento entre pai e filho atualmente, é necessário considerar questões da geração anterior, ou seja, a relação do próprio pai com ele. Por sua vez, Santos e Moreira (2016) pontuam que modelos de ausência paterna podem influenciar negativamente no envolvimento pai-filho, bem como podem impulsionar o pai a escolher perpetuar este modelo ou caminhar na direção oposta do que vivenciou. Porém, mesmo sem desejar, pode ocorrer o fenômeno da repetição, que consiste em reproduzir os comportamentos vivenciados ao longo da vida.

Os pais entrevistados relataram que o envolvimento com os próprios filhos foi facilitado por tais fatores: o amor e o desejo de participar da vida dos filhos (Nelson); os

21
momentos em família, como almoçar juntos e ver futebol, além do incentivo à vida profissional (Francisco); o amor (Eduardo); a disponibilidade, o amor e a vontade de estar perto (Adriano). Segundo Lamb (1992), a decisão do pai em estar envolvido com o filho é um fator que deve ser considerado, podendo ser resultado positivo da relação conjugal mais harmoniosa.

Além de relações familiares igualitárias, o conceito de poder familiar agregou ao ordenamento jurídico brasileiro o princípio da afetividade como basilar. Segundo Tartuce (2018), neste contexto, o afeto se apresenta como a mola propulsora dos laços familiares, movidos pelo sentimento e pelo amor, para dar sentido e dignidade à existência humana. Assim, é nítido que, a partir deste conceito, o formalismo deu espaço ao afeto como valor jurídico. Tal fato é confirmado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017) com pais de camada popular, visto que os resultados revelaram que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelo trabalho conjunto, pois este os aproximava, já que demonstravam menos afetividade com os filhos do que os participantes com sua própria prole.



Para Pereira e Martos (2019), a afetividade é analisada em uma perspectiva objetiva, como fato social de parentalidade ou de conjugalidade, em contrapartida, o legislador tratou o cuidado como um subprincípio da dignidade humana que está ligado à afetividade, visto que é por meio do dever de cuidado que esta se manifesta objetivamente.

Nelson e Eduardo relataram que nada dificultou o envolvimento com os filhos, já Francisco afirmou que, em alguns momentos, a falta de tempo dificultava a relação e Adriano relata que o desemprego e o período de depressão pelo qual passou foram fatores que o distanciavam da prole e, ao mesmo tempo, o deixavam triste por este motivo. Segundo Gomes e Alvarenga (2016), para o pai, a situação de desemprego gera mais do que a privação de recursos materiais, mas também problemas de cunho emocional. Além disso, a ausência do trabalho distanciava Adriano de seus filhos, isto porque, para Souza e Benetti (2008), os pais desempregados que não recebem contribuições familiares ou de outras fontes tendem a estar menos envolvidos com a prole.

Em relação à classe socioeconômica do pai do participante e o envolvimento com ele, a condição financeira do genitor foi avaliada por dois participantes como influenciando no envolvimento, seja na forma de proporcionar a educação (Eduardo), ou por dar mais tranquilidade (Adriano). Por outro lado, os outros dois participantes consideram que não houve influência financeira no envolvimento, sendo que um deles afirmou que a vontade de estar próximo é mais relevante (Nelson). O trabalho do pai foi considerado por todos os

22
entrevistados como tendo influenciado no envolvimento: por ser um momento de interação, enquanto trabalhavam (Nelson), por dar tranquilidade, pois é difícil um pai ficar desempregado (Francisco e Adriano) e pela educação que pode proporcionar (Eduardo). Já a escolaridade do pai foi considerada por três participantes como sem influência no envolvimento, pois o pai não estudou muito, como ressaltou Nelson, no entanto, para um deles influenciou, pois, mesmo com tantos filhos, seu genitor não deixou nenhum sem estudar (Adriano).

No que diz respeito à classe socioeconômica do participante e o envolvimento dele com os filhos, a própria condição financeira foi avaliada por três participantes como influenciando no envolvimento, sendo que dois afirmaram que este fator proporciona tranquilidade, pois alguém sem dinheiro ou endividado não se relaciona bem com os filhos (Francisco e Eduardo) e um deles analisou que este aspecto já atrapalhou a relação (Adriano). Por outro lado, embora Nelson considere que não houve influência financeira no envolvimento, acredita que é bom ter dinheiro e poder dar o melhor aos filhos; o trabalho foi considerado por três entrevistados como tendo influenciado no envolvimento, pois, assim como a condição financeira, ter um trabalho faz com que o pai esteja mais seguro e tranquilo (Francisco, Eduardo e Adriano). Por sua vez, em que pese Nelson ter afirmado que não há influência, é grato por ter um emprego, pois considera difícil ser pai desempregado. A própria escolaridade foi considerada por dois participantes como sem influência no envolvimento com os filhos, no entanto, dois entrevistados afirmaram que ela influencia, pois conseguiam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, o que já era um momento de interação entre eles, além de poder influenciá-lo a estudar e ter uma profissão (Eduardo), bem como acompanhar o desenvolvimento e entender o que os filhos estavam aprendendo (Adriano).



Por fim, todos os participantes consideraram que a maior dificuldade enfrentada pelo homem era o desemprego. Quando questionados sobre a maior dificuldade que o pai enfrentava, a resposta de todos os entrevistados também foi o desemprego, sendo que Eduardo acrescentou o fato de os filhos irem para o mau caminho. Cabe destacar, mais uma vez, a importância do trabalho e os reflexos da ausência deste na vida do pai de baixa renda, haja vista que tanto o próprio pai quanto a comunidade ainda o enxergam como o provedor, responsável pelo sustento da família.

Percebe-se que a discussão está ancorada em fundamentos do poder familiar, haja vista que foi possível identificar características da nova paternidade em todas as relações analisadas. Os efeitos da consolidação do referido conceito no ordenamento jurídico brasileiro

23

são sentidos nas relações familiares, que vêm transformando-se cotidianamente. No entanto, como exposto neste estudo, sobretudo nas camadas populares, tais transformações ainda estão acompanhadas de resquícios do patriarcalismo, o que confirma o mencionado por Souza e Benetti (2009) sobre a coexistência dos modelos do novo pai e do pai provedor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que a paternidade se encontra em transição, isto porque a sociedade passou por grandes modificações no século XX e nesse início do século XXI, assim como a família. Embora o ordenamento jurídico tenha acompanhado tais mudanças, dispendo agora sobre as relações familiares de forma mais democrática e igualitária, ancorado no poder familiar, entende-se que é necessário analisar os indivíduos a partir de suas peculiaridades.

Notou-se que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi facilitado principalmente pela socialização por meio do trabalho pai-filho, no entanto, foi prejudicado pela falta de tempo em decorrência do labor ou pela distância. Além disso, os resultados obtidos revelaram que diversos aspectos influenciam o envolvimento paterno, entre eles a classe socioeconômica, sobretudo no que tange à relação do pai de baixa renda com o trabalho ou a situação de desemprego. Neste contexto, ainda é comum a figura do pai como provedor, ou seja, o exercício da paternidade tradicional. No entanto, cumpre ressaltar a importância da decisão do pai em estar envolvido.

Os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico quanto à transição do pátrio poder para o poder familiar foram encontrados nas relações pai-filho na camada popular, isto porque, embora seja possível perceber resquícios do modelo patriarcal presentes na forma de relacionar-se do pai contemporâneo, notou-se que tais relações são sustentadas tanto pela responsabilidade, quanto pela afetividade, princípio fundamental no instituto do poder familiar.

Por fim, levanta-se a necessidade de se realizar outros estudos que aprofundem a discussão do envolvimento paterno, considerando as particularidades dos sujeitos e os impactos das transformações sociais e do ordenamento jurídico brasileiro.



24

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. D. Poder familiar e afeto numa perspectiva espinosana. In: Família e dignidade humana: V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). São Paulo: IOB, 2006.

BACKES, M. S.; BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. Nova Perspectiva Sistêmica, n. 61, p. 100-119, 2018.

BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). Fathers in cultural context. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. Barbarói. Santa Cruz do Sul, (32), 205-226, 2010.

BEVILAQUA, C.; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei n 8.069, 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. Lei n 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF. 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no Subúrbio Ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005.

CABRERA, N. J.; TAMES-LEMONDA, C.; BRADLEY, R.H.; HOFFERTH, S.; LAMB, M.E. Fatherhood in the twenty first century. Child Development, 71, 127-136, 2000.

DONATI, P. Família no Século XXI: abordagem relacional. Trad. João Carlos Petrini. São



Paulo: Paulinas, 2008.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. Direito das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FITERMAN, H; MOREIRA, L. V. C. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. Polis, Revista latino-americana, n. 50, p. 47-68, 2018.

25

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Q. S.; ALVARENGA, P. O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 32, n. 3, 1-9, 2016.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (Org.). The role of the father in child development. 5. Ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.

LAMB, M. E.. O papel do pai em mudança. Análise Psicológica. 1(X), 19-34, 1992.

LEVANDOWSKI, D.; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. Interações, 7(13), 77-100, 2002.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. O pai em pesquisas sobre família. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (Orgs.). O pai na sociedade contemporânea. Bauru: Edusc, 2010.

NARO, R. C. G.; MOREIRA, L. V. C. Envolvimento paterno em camada popular: estudo de casos múltiplos em Salvador/Bahia. In: Lúcia Vaz de Campos Moreira; Elaine Pedreira Rabinovich; Maria Natália Ramos. (Org.). Pais, avós e relacionamentos intergeracionais na família contemporânea. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 5, p. 123-139.

PEREIRA, M. B.; MARTOS, F. T. A. Do pátrio poder ao poder familiar: as atribuições dos pais quanto à proteção dos filhos. Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de Direito de Franca, v. 4, n. 1, p. 729-750, jun. 2019.

PEREIRA, R. C. Responsabilidade civil pelo abandono afetivo. In: MADALENO, R.; BARBOSA, E. (Coords.). Responsabilidade civil no Direito de Família. São Paulo: Atlas, 2015.



PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs.). Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, S. M. C. B.; MOREIRA, L. V. C. Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2016.

SILVA, M. R.; PICCININNI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. Estudos de Psicologia, Campinas, 24(4), 561-573, 2007.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. Paideia, 19(42), 97-106, 2009.

SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), 61-71, 2008.

26

TARTUCE, F. Direito Civil: Direito de Família. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

THERBORN, G. Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TUDGE, J. The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies. New York: Cambridge University Press



=====
Arquivo 1: [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf \(7748 termos\)](#)

Arquivo 2: <https://books.google.com.br/books?id=LP1WAAAAYAAJ&pg=PA140&lpg=PA140&dq=vez conforme lamb>

[cumpre&source=bl&ots=FuJKNmqw1z&sig=ACfU3U07dtvzJrFRYxmDS9PQgKgzxPCMNA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwin7vf56bnqAhWayzgGHdDAC_8Q6AEwAHoECAoQAQ](https://books.google.com.br/books?id=LP1WAAAAYAAJ&pg=PA140&lpg=PA140&dq=vez conforme lamb) (45 termos)

Termos comuns: 0

Similaridade: 0%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#)

. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

<https://books.google.com.br/books?id=LP1WAAAAYAAJ&pg=PA140&lpg=PA140&dq=vez conforme lamb>
[cumpre&source=bl&ots=FuJKNmqw1z&sig=ACfU3U07dtvzJrFRYxmDS9PQgKgzxPCMNA&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwin7vf56bnqAhWayzgGHdDAC_8Q6AEwAHoECAoQAQ](https://books.google.com.br/books?id=LP1WAAAAYAAJ&pg=PA140&lpg=PA140&dq=vez conforme lamb)

=====
ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Salvador
2020



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Direito pela Universidade
Católica do Salvador.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira.

Salvador
2020

1
ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE VIDA DOS FILHOS E



OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO PODER FAMILIAR

Ana Marcela Silva do Nascimento

1

Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira

2

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. A pesquisa é qualitativa, com estudo de casos múltiplos, e teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/BA. Como instrumento foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, contendo questões abertas e fechadas. Para a coleta de dados foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que seguiu os seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo e ser da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos. As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse. Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. Principais resultados: persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular. Ser pai é concebido como uma bênção, dádiva, mas também implica ser responsável, educar, ser exemplo e dar tudo de si. Tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho. Há necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Família. Envolvimento paterno. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família, como realidade sociológica, atravessou diversas mudanças desde a importação do modelo patriarcal para o Brasil até o presente momento. Neste sentido, o ordenamento jurídico brasileiro acompanhou as transformações sociais e, por conseguinte, da família, possibilitando a consolidação do conceito de poder familiar. Farias e Rosenvald (2010, p. 43) afirmam que “consagra-se, assim, a igualdade substancial no plano familiar, excluindo todo e qualquer tipo de discriminação decorrente do estado sexual”. Por sua vez, em meio a este contexto, a figura paterna passa a distanciar-se da imagem tradicional, no

1

Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: anamarcela.07@hotmail.com



2

Doutora em Psicologia (USP), professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), do Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contexto Social e do Curso de Psicologia (UCSal). E-mail: lucia.moreira@ucsal.br

2

entanto, ainda sem cortar laços completamente, como apontam Souza e Benetti (2009). Para compreender os reflexos de tais alterações, no entanto, faz-se necessário considerar as particularidades dos indivíduos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, realizada pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”, liderado pela segunda autora, Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O estudo maior tem como participantes 60 homens residentes em Salvador/Bahia, sendo 30 de classe média-alta e 30 de classe popular.

Neste texto constam: uma revisão de literatura, o método do estudo, os resultados encontrados, a discussão dos dados obtidos à luz da literatura e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução do conceito de poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro e do envolvimento paterno no contexto de baixa renda.

2.1 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O pater familias, termo latim que em português significa “pai de família”, era o estatuto familiar mais elevado na Antiguidade, o qual possuía poderes ilimitados sobre os filhos. Séculos depois, com a colonização, o Brasil importou o modelo de família portuguesa, marcada pelo patriarcalismo, que permaneceu como modelo ideal de família durante longos anos. (ANDRADE, 2005).

O Código Civil de 1916 incorporou o conceito de pátrio poder e dispôs taxativamente o marido/pai como titular desta função, cabendo somente a ele exercer este poder sobre os filhos menores, de modo que, apenas nas hipóteses de ausência ou impedimento quanto à sua figura, é que a esposa poderia chefiar a sociedade conjugal. De acordo com Petrini (2005), este modelo de família patriarcal brasileira começa a decair no final do século XIX, momento

3

em que o pai deixa de ocupar o lugar central na família e de possuir a responsabilidade exclusiva pelas decisões do grupo familiar. Conforme Andrade (2005, p. 4), Até antes do novo Código Civil, ainda era praticamente unânime a



compreensão tradicional do poder familiar como sendo basicamente uma forma de autoridade – no caso, dos pais sobre os filhos, uma versão contemporânea do que teria sido a autoridade do pater familiae sobre os seus filhos e seus bens.

Therborn (2006), em estudo baseado em fontes globais e mapeamento detalhado das mudanças da família e do patriarcado como sustentáculo das relações sociais no século XX, analisa as transformações estruturais pelas quais a família passou, por meio de três fatores principais: o patriarcado e as relações entre pais e filhos, homens e mulheres; o papel do casamento ou da ausência deste como determinante no comportamento sexual e o processo histórico da fecundidade e do controle de natalidade. O referido autor destaca como a sociedade tinha como base o poder e a superioridade dos homens sobre os filhos e esposas. Além disso, aponta que, no século passado, diversas alterações ocorreram em razão de conquistas referentes aos direitos das mulheres e das crianças e menciona o patriarcado como o grande perdedor desde então.

Ao passo em que a sociedade e, conseqüentemente, a família modificaram-se, a Constituição Federal de 1988 acompanhou tais mudanças apresentando em seu texto o termo poder familiar, conceito que já existia, mas que se consolidou com a Carta Magna e refletiu no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e no Código Civil de 2002. A partir daí, segundo Andrade (2005), a família deixou de ser pensada como uma unidade de dominação ou de exercício do poder dos pais sobre os filhos e passou a ser vista como uma relação mútua de assistência. Neste sentido, Tartuce (2018) destaca a presença da responsabilidade e da afetividade nas relações familiares.

Assim, enquanto havia antes uma concepção da família enquanto uma célula da sociedade na qual há filhos que estão subordinados aos pais, ou mesmo há pais que estão subordinados aos filhos, passa-se agora a uma noção de uma família mais “democrática”, na qual os filhos são reconhecidos como dependentes (tanto materialmente quanto afetivamente) dos pais (e não como sua propriedade) ou os pais são reconhecidos como dependentes (afetivamente e materialmente) dos filhos (e não sua apropriação). (ANDRADE, 2005, p.5).

Segundo Ariès (1981, apud SANTOS; MOREIRA, 2016, p. 48), além de diminuir a autonomia da mulher, o patriarcado direcionava ao primogênito a responsabilidade pela proteção dos bens familiares, visto que surgiu como tentativa de impedir a divisão patrimonial, sendo a família considerada célula social, fundamentada pelo poder do Estado.

4

Deste modo, Donati (2008, p. 62) pontua que ocorreu um “processo de desinstitucionalização, entendida como a diminuição de certas expectativas públicas a respeito da família, a favor de uma maior legitimação como grupo social expressivo do mundo vital”.

Superada a percepção da família como unidade produtiva e reprodutiva, pregada pelo Código Civil de 1916, a partir dos valores predominantes naquela época, descortinam-se novos contornos para o Direito das Famílias, fundamentalmente a partir da Lex Mater de 1988, que está cimentada a partir de valores sociais e humanizadores, especialmente a dignidade humana, a



solidariedade social e a igualdade substancial. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 38).

O texto da Carta Magna, complementam Farias e Rosenvald (2010), além do art. 5º, no art. 226 volta a versar sobre a igualdade entre homem e mulher, dispondo que os direitos e deveres relativos ao matrimônio devem ser exercidos por ambos, de modo que “a evidente preocupação constitucional em ressaltar a igualdade substancial entre homem e mulher parece decorrer da necessidade de pôr a cobro a um tempo discriminatório em que o homem chefiava a relação conjugal, subjugando a mulher” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 43).

Diante disso, a família matrimonializada, ancorada no Código Civil de 1916, torna-se cada vez mais pluralizada a partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, bem como sua característica patriarcal perde espaço para características democráticas e a hierarquia dá lugar à igualdade. Vê-se, portanto, que “com esse espírito, não se pode olvidar que a família está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se em face da sua própria estrutura cultural” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 10).

2.2 ENVOLVIMENTO PATERNO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

As transformações sociais pelas quais a família passou ao longo do século XX, principalmente no que tange ao declínio do modelo patriarcal, possibilitaram que o homem assumisse outros papéis no cotidiano familiar. Conforme Souza e Benetti (2009), o pai, que era apenas provedor, passou a compartilhar a renda familiar com a esposa, visto que as mulheres também passaram a assumir tarefas fora do âmbito doméstico. Assim, o referido século foi marcado por fatores como a participação da mulher no mercado de trabalho; a ausência de determinados pais ao longo da vida dos filhos; em contrapartida, outros pais apresentaram envolvimento com filhos pequenos e houve o crescimento da diversidade cultural (CABRERA; TAMIS-LEMONDA; BRADLEY HOFFERTH E LAMB, 2000).

5

Os autores mencionados pontuam, ainda, que o papel do pai encontra-se em transição, visto que as funções estão se redefinindo. Deste modo, conforme Filgueiras e Petrini (2010), os homens vêm acessando novos modelos de paternidade que, anteriormente, eram dificilmente associados à figura paterna. Segundo Levandowski, Antoni, Koller e Piccinini (2002) e Lamb (1992), este movimento vem sendo conhecido como “a nova forma de paternidade” ou apenas “a nova paternidade”. No entanto, Souza e Benetti (2009) ponderam que, embora este novo pai seja consideravelmente diferente do patriarca, não houve uma dissociação completa, haja vista que com ele coexiste o modelo tradicional do pai provedor. Para Lamb (2010), é de suma importância a presença da figura paterna e seu envolvimento com os filhos. A partir disso, o autor classifica o envolvimento paterno em três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado efetivamente com a criança e relaciona-se com a importância de estar junto. A acessibilidade compreende as atividades que não demandam interação direta, as quais podem ser executadas sem a necessidade da presença física. Implica estar disponível para atender às demandas do filho. A responsabilidade, por sua vez, está relacionada à preocupação com os cuidados e necessidades para garantir o bem-estar da criança. Percebe-se, então, que as transformações



que o pai vivencia na atualidade são consequência de uma paternidade mais sensível e participativa, caracterizada por um possível envolvimento mais saudável e efetivo (SANTOS; MOREIRA, 2016).

Santos e Moreira (2016) pontuam, ainda, que alguns aspectos interferem no envolvimento entre pais e filhos, podendo-se destacar a conjugalidade, o divórcio, as características do pai, o papel da mãe, a idade e o sexo dos filhos. As autoras citadas destacam, também, que “o aspecto trabalho do pai interfere sobremaneira no envolvimento” (p. 57) e mostra-se como um grande desafio quanto à conciliação trabalho-paternidade.

Os efeitos dos conflitos, assim como da harmonia conjugal, são sentidos pelas crianças, conforme aponta Lamb (2010). Neste sentido, Silva e Piccininni (2007) concordam que, em relacionamentos conjugais com mais diálogo e menos conflito, o envolvimento paterno tende a ser mais satisfatório. No que tange ao divórcio, notam-se prejuízos relativos a determinados papéis paternos que acabam não sendo preenchidos, como a relação emocional e as funções social e econômica, no entanto, não há que se ter uma visão determinista quanto a estes aspectos, desconsiderando as singularidades de cada criança, do pai e dos contextos em que estão inseridos (LAMB, 2010). A decisão do pai em estar envolvido também precisa ser considerada, o que pode ser reflexo positivo da conjugalidade (LAMB, 1992). Além disso,

6

conforme Fiterman (2018), assumir o papel de pai faz com que o homem reflita, passando a avaliar como foi criado, como quer ser pai, seus valores, moral e comportamentos. Por sua vez, conforme Lamb (1992), cumpre salientar que algumas mulheres podem resistir à participação do homem nos cuidados com a criança, optando por manter exclusividade e autoridade nesta função, de modo que, em famílias nas quais a mãe trabalha fora, percebe-se maior envolvimento paterno do que nas famílias em que a mãe não possui um emprego.

Além disso, Lamb (1992) aponta que os pais costumam dedicar mais tempo aos filhos em idade pré-escolar, mas afirma que, em geral, os pais estão mais envolvidos com os filhos do que com as filhas, independente das idades, vínculo também constatado em pesquisa realizada por Moreira e Rabinovich (2010). No estudo “Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality”, Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) discutem a necessidade de considerar a classe social das famílias e ressaltam que a tendência de ignorar os aspectos econômicos, sociais, educacionais, étnicos e culturais constitui uma das maiores limitações dos estudos psicológicos no Brasil. Os autores consideram que não é possível falar de um padrão de paternidade brasileira, pois esta é complexa e varia amplamente com a condição socioeconômica e o nível de escolaridade do pai, visto que as variações subculturais da paternidade relacionam-se principalmente à classe social, o que também foi verificado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017). Em estudo intercultural, Tudge (2008) observou que havia mais semelhanças na mesma classe em diferentes países do que em classes diversas no mesmo país.

Bustamante (2005) destaca a importância do papel de provedor para o pai de classe popular, pois entende que sua função é não deixar faltar nada aos filhos. Embora o pai reconheça a necessidade de momentos de lazer, a dinâmica em que vive e a ausência de recursos podem prejudicar o convívio. Neste sentido, Backes et al. (2018), em estudo voltado a identificar fatores que interferem no envolvimento paterno de pais de crianças entre quatro e



seis anos, ao analisarem a subcategoria “modelo do próprio pai” perceberam que “prevaleceu o modelo de pai provedor, que trabalhava fora de casa e cuja preocupação central era o sustento da família” (p.7). Tudge (2008) identificou que pais de classe média despendem maior tempo com as crianças envolvidos com atividades de ensino e brincadeiras, enquanto pais de camada popular gastam esse tempo conversando com os filhos. A socialização por meio do trabalho pai-filho também ganha destaque entre as famílias de baixa renda, que usam este método como meio de prevenir a delinquência e preparar a criança para a inserção no mercado de trabalho futuramente. É comum os pais ensinarem os meninos e as mães

7

ensinarem as meninas, o que promove um engajamento precoce das crianças em diversas atividades, no entanto, o cenário torna-se mais complexo pela recorrência do desemprego ou subemprego desses pais. Além disso, neste contexto, a figura paterna destaca-se como autoridade moral, enquanto as mães são responsáveis por manterem a unidade familiar por meio do cuidado (BASTOS; VOLKMER-PONTES; BRASILEIRO; SERRA, 2013). Por fim, ainda em relação ao contexto de desemprego, Souza e Benetti (2008) constataram que os pais que recebiam contribuições de familiares ou de outras fontes estavam mais envolvidos com os filhos do que os pais que não recebiam contribuições de nenhuma natureza. Sobre este fato, Gomes e Alvarenga (2016) afirmam que, além da privação de recursos materiais, a ausência do trabalho acarreta também problemas emocionais, isto porque, como mencionado, a figura paterna ainda está vinculada ao papel de provedor, sobretudo na camada popular.

3 MÉTODO

Para Minayo (2002, p. 16), entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, o que inclui as “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

3.1 DELINEAMENTO

Nesta investigação, aplicou-se o estudo de casos múltiplos, nos quais, conforme Gil (2002), frequentemente são utilizados de quatro a dez casos. O autor destaca, ainda, que este tipo de estudo não tem a finalidade de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas de oferecer uma visão global do problema e identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/Bahia. Todos eram da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos.

Constam, a seguir, alguns dados sobre os participantes, com nomes fictícios, objetivando preservar a identidade deles.

8

Tabela 1 – Dados sobre os participantes



Nome
fictício
Idade
(em
anos)
Escolaridade Profissão
e carga
horária
semanal de
trabalho
Renda
pessoal
mensal
Religião Etnia Estado
civil
Nelson 44 Ensino
Fundamental II
completo
Pedreiro
(40 horas)
1,2
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Francisco 48 Ensino
Fundamental II
completo
Vendedor
(40 horas)
1,6
salários
mínimos
Protestante Preta Casado no
civil e no
religioso
Eduardo 45 Ensino
Fundamental II
completo
Caminhoneiro
(40 horas)
1,9
salários



mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Adriano 43 Ensino Médio
completo
Desempregado
(renda de
aluguel de
imóvel e
trabalhos
eventuais)
Um
salário
mínimo
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Fonte: As autoras.

Observa-se que os pais tinham de 43 a 48 anos; três tinham o Ensino Fundamental II completo e apenas um tinha o Ensino Médio completo. Três estavam trabalhando, sendo um pedreiro, um vendedor e um caminhoneiro, e o outro estava desempregado, tendo como renda o aluguel de imóvel e trabalhos eventuais. Todos eram protestantes, sendo três pardos e um preto. Com relação ao estado civil, todos eram casados (no civil e no religioso).

3.3 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, elaborado pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”/UCSal, liderado pela Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O instrumento contém questões abertas e fechadas, abordando: dados de identificação; dados sobre a família; paternidade e envolvimento do pai do participante com ele; repercussões do envolvimento paterno no desenvolvimento; envolvimento do participante com o(s) seu(s) filho(s); envolvimento do participante com o pai idoso; classe socioeconômica e envolvimento; masculinidade e paternidade.

3.4 PROCEDIMENTOS

9

O projeto de pesquisa maior, intitulado “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal (CAAE: 47362315.2.0000.5628). Para a coleta de dados do presente estudo, foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que se enquadravam nos seguintes critérios de



inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo, mesmo que não tenham convivência; ser da classe D (renda mensal familiar de mais de um a três salários mínimos).

As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os quatro casos e, em seguida, haverá uma discussão geral sobre eles.

4.1 CASO 1: NELSON

Na infância e na adolescência, Nelson residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que fazia trabalhos como costureira) e com os dois filhos, um do sexo feminino e o outro do sexo masculino que, à época da coleta de dados, tinham 16 anos e 12 anos de idade, respectivamente. Para ele, ser pai “é uma bênção, é ter a responsabilidade de criar e educar os filhos, constituir uma família, ser exemplo em casa”. Nelson sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna e afirmou que, na infância, trabalhava na roça com o genitor, o qual conversava bastante com ele e seus irmãos, ensinando como deveriam proceder na vida. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto nos aspectos interação, acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, nessa fase da vida, foi o fato de seu pai ser amoroso e querer ser próximo. Nelson afirma que nada dificultou o envolvimento do seu genitor com ele.

10

Também na adolescência, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto, tanto em interação quanto em responsabilidade e acessibilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, nesta fase, foi o labor rural e o fato de seu pai gostar de estar com os filhos. O entrevistado afirmou novamente que, nesta fase da vida, nada dificultou o envolvimento. Na sequência, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Nelson com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o fato de seu pai continuar sendo presente, mesmo de longe, e ele continuar indo visitá-lo no interior do Estado da Bahia, bem como telefonar quase todo dia favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta. Por sua vez, afirma que nada dificultou tal envolvimento: “o problema é só a distância mesmo, que dá saudade” (Nelson).

Nelson ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram importantes para que ele seja quem é; por outro



lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Nelson afirmou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, justificando que “eu sou apaixonado por meu pai, eu pego ele e encho de beijo” (Nelson). Assim, favorece a relação, tudo que construíram ao longo da vida e o amor que recebeu do genitor, no entanto, o participante afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como informado anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12 anos de idade. Nelson considerou que seu envolvimento com os filhos era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, favoreceu seu envolvimento com a prole:

O amor, né? Eu amo muito meus filhos e gosto de participar de tudo na vida deles. A gente não trabalha juntos, como era com meu pai, porque eles estudam quase o dia todo e não precisam trabalhar, mas eles são meus chamegos.

Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o bom relacionamento do seu pai com ele refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos. Conforme Nelson, seu genitor o ensinou a ser pai, foi

11
com ele que aprendeu tudo o que sabe, o que transmite aos filhos. Quanto ao que refletia negativamente, não identificou nenhum aspecto.
Além disso, o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Nelson considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “meus filhos também são doidos por meu pai e ele por eles. É um grude quando eles vão para o interior ver meu pai, é o tempo todo juntos”. Por outro lado, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois “eu acho muito bonito e agradeço a Deus por minha família e fico amando eles mais ainda, né?” (Nelson).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Nelson considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “a gente sempre foi simples, mas nunca faltou nada. Mas eu acho que o que influenciou mesmo foi a vontade dele estar com a gente, de ser um pai presente”. Quanto à escolaridade, justificou que “meu pai não estudou muito, mas sempre botou a gente para estudar e eu boto meus filhos mais ainda. Eu não fiz faculdade, mas eles vão fazer”. Por outro lado, o entrevistado considerou que o trabalho do seu pai influenciou no envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “[...] era nosso momento juntos”.

Por sua vez, Nelson avaliou que nem a sua condição financeira, nem o seu trabalho e nem a sua escolaridade influenciavam no envolvimento que ele mantinha com os filhos. No



entanto, no aspecto financeiro, ponderou que “[...] mas é bom saber que a gente tem um dinheirinho para dar do melhor para eles”. Quanto ao trabalho, alegou que “Eu agradeço a Deus por sempre ter meu trabalho, né? Porque é difícil um pai de família desempregado”. E sobre o nível de escolaridade, apenas afirmou acreditar que não influencia. Nelson considerou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “ficar desempregado e não conseguir sustentar sua família. É muito triste”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

12

4.2 CASO 2: FRANCISCO

Na infância e na adolescência, Francisco residia com os pais e os sete irmãos, sendo que em parte da adolescência passou a morar em Salvador/BA, apenas com um irmão, quando começou a trabalhar. Na vida adulta, passou a habitar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com os três filhos, sendo dois do sexo masculino, um com 18 anos e o outro com 24 anos de idade, bem como uma moça de 25 anos de idade, à época da entrevista. A filha do participante, à época, não residia mais com ele. Para o participante, ser pai “é ter responsabilidade, é dar tudo de si para manter a família”.

Francisco sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna, no entanto, afirmou que, na infância não realizava muitas atividades com o pai, “era mais o trabalho no interior”. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Francisco com ele foi baixo no aspecto da interação, moderado em termos de acessibilidade e alto no item responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi a responsabilidade dele com os filhos. Por outro lado, dificultou o envolvimento “o temperamento dele, era muito calado e rígido”.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Francisco com ele continuou sendo baixo em termos de interação, moderado quanto à acessibilidade e alto no que diz respeito à responsabilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi o fato de o genitor sempre vir visitá-lo em Salvador para ver como ele e seu irmão estavam. Por sua vez, o que dificultou o envolvimento foi a distância, visto que o participante não residia mais com o pai, nesta fase da vida.

Já na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Francisco com ele foi considerado moderado em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o envolvimento com o pai foi favorecido, pois seu genitor fica em sua casa sempre que vai até Salvador para realizar exames e consultas médicas e afirma que “isso é bom, porque eu não posso estar sempre no interior e quando eu não vou, ele vem”. Por sua vez, comenta que nada dificultou tal envolvimento e justifica que “ele está bem melhor agora na velhice, só não gosta de ser dependente de ninguém”.

Francisco ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que foi influenciado positivamente ao ver seu pai sempre trabalhando para sustentar a família, o que



foi um exemplo para ele; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele também influenciou negativamente no seu desenvolvimento, pois “hoje eu sou um pouco

13

sério também, às vezes me sinto um pouco rígido com meus filhos, mas com certeza sou bem menos que meu pai. Mas acho que ficou um pouco disso em mim”.

No momento da entrevista, Francisco afirmou que se relacionava bem com o pai idoso, justificando que “ele não gosta de se sentir dependente [...] sempre me liga para resolver algumas coisas, mas gosta de ficar no canto dele”. Assim, o que favorece a relação é o fato de o genitor precisar ir para a casa de Francisco quando vai ao médico em Salvador, no entanto, o participante afirmou que o que dificultava a relação entre eles era a distância.

À época da realização da entrevista, o participante tinha três filhos, dois do sexo masculino, com 18 e 24 anos de idade e outra do sexo feminino, com 25 anos de idade.

Francisco considerou que seu envolvimento com a prole era moderado em termos de interação e alto quanto à acessibilidade e responsabilidade. O entrevistado comentou o que favorecia seu envolvimento com os filhos:

Eu sou um pai presente, mesmo trabalhando muito. Os meninos também estudam e às vezes não encontro muito eles em casa. Mas, assim, a gente assiste futebol juntos, almoçamos sempre juntos, todo mundo gosta de futebol e esse é um momento da família. Também tenho um filho que joga, eu sempre levo ele para a escolinha de futebol. A menina já é casada, mas geralmente almoça lá em casa. Eu dei uma casa a ela e agora estou ajudando a construir o espaço de fisioterapia para ela trabalhar, porque ela se formou faz pouco tempo. Tenho muita preocupação com a profissão deles, faço o que for possível.

Por outro lado, afirmou que, às vezes, a falta de tempo dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos foi: “a responsabilidade de ser pai”. Já o que refletia negativamente era o jeito sério que herdou do pai.

Vale salientar, ainda, que o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto em interação e moderado em acessibilidade e responsabilidade. Francisco considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “ele vindo para minha casa, fica mais próximo dos meus filhos. Meus filhos são muito cuidadosos com ele”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “[...] acaba aproximando todo mundo” (Francisco).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Francisco considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Por outro lado, o entrevistado considerou que o

14

trabalho do seu pai influenciou o envolvimento deste com o participante ao longo da vida,



pois “hoje eu sou pai, entendo como é difícil não ter emprego”.

Por sua vez, Francisco avaliou que tanto a sua condição financeira quanto o seu trabalho influenciavam de algum modo no envolvimento que ele mantinha com os filhos, no entanto, acreditava que o nível de escolaridade não exercia influência. No aspecto financeiro, justificou que “eu acho que me dá tranquilidade, porque alguém endividado não consegue fazer nada, nem se relacionar com os filhos”. Quanto ao trabalho, alegou que “influencia sim, pelo mesmo motivo. É difícil para um pai de família não ter um emprego”.

Francisco considerou que seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactavam no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso, mas ponderou que “talvez só a condição financeira, porque eu posso pagar médico para ele e levar ele de carro para os lugares”.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “o desemprego, essa crise que o país enfrenta”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.3 CASO 3: EDUARDO

Durante a infância e adolescência, Eduardo residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com o único filho que, à época da coleta de dados, tinha nove anos de idade. Para ele, ser pai:

é uma dádiva. Eu quis muito ser pai. Eu e minha esposa demoramos para ter nosso filho, a gravidez dela foi de risco, mas no fim deu tudo certo. Nosso filho é nosso amor.

Eduardo sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Ao longo da infância, o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi moderado em termos de interação e alto nas dimensões acessibilidade e de responsabilidade.

Na perspectiva do participante, o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o tempo que passavam juntos, principalmente quando seu pai o ensinava algo do trabalho. Por sua vez, não sabe dizer o que dificultou o envolvimento.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Eduardo com ele continuou moderado em interação e alto em acessibilidade e responsabilidade. O que ajudou no envolvimento do pai

15

com ele, nesta etapa da vida, foi o afeto. Neste período, não soube dizer o que dificultou a relação deles.

Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi considerado alto em interação, acessibilidade e responsabilidade. O participante ponderou que o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta, foi “a afinidade, conversamos sobre as mesmas coisas, ele agora é meu amigo mesmo, alguém que eu divido minha vida, conto meus problemas”. Por sua vez, considera que nada dificultou tal envolvimento.

Eduardo ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida



repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, por meio dos ensinamentos que recebeu. Por sua vez, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Eduardo afirmou que mantinha um relacionamento muito bom com o pai idoso. O participante informou que o que favorecia a relação era a amizade que tinham, no entanto, destacou que nada dificultava a relação entre eles.

Conforme consta anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha apenas um filho, do sexo masculino, com nove anos de idade. Eduardo avaliou que seu envolvimento com seu filho era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, o que favorecia seu envolvimento com a criança era “o amor”. Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento.

O participante considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele, nas diversas fases da vida (infância, adolescência e etapa adulta), influenciou no envolvimento que Eduardo mantinha com o filho, pois: “a gente sempre leva para nossa vida o que nos foi dado. Meu pai sempre foi um bom pai”. O aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com o próprio filho foi: “a proximidade entre pai e filho”. Por outro lado, nada refletia negativamente.

Destaca-se, ainda, que o participante avaliou que o envolvimento de seu pai com o neto dele (filho do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Eduardo considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou positivamente a relação do seu pai com o neto, justificando que “um ensina o outro a amar”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com o neto (filho do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, conforme este, “me faz amar ele ainda mais”.

16

Sobre classe socioeconômica e envolvimento, Eduardo avaliou que a escolaridade do seu pai não influenciou no envolvimento deste com o participante. No que diz respeito à condição financeira e ao trabalho, alegou que “influenciou na forma que ele conseguiu nos proporcionar a educação”.

Por sua vez, Eduardo avaliou que tanto o seu trabalho quanto a sua escolaridade e condição financeira influenciavam, de algum modo, no envolvimento que ele mantinha com o filho. No aspecto de trabalho e condição financeira, justificou que “me dá tranquilidade”.

Quanto à escolaridade, alegou: “Acho que sim, porque eu ensino a atividade dele, isso já é um momento nosso de interação e eu influencio ele a estudar e ter uma profissão”. Eduardo apreciou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era a falta de emprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que era “a falta de emprego também e os filhos indo para o mau caminho”.

4.4 CASO 4: ADRIANO

Na infância e na adolescência, Adriano residia com os pais e 18 irmãos, visto que seus



pais tiveram 19 filhos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado, assim como o entrevistado, que estava desempregado) e com os dois filhos do sexo masculino que, à época da coleta de dados, um tinha 17 anos e o outro 10 anos de idade, sendo que residia ao lado da casa dos pais. A definição apresentada pelo participante a respeito do que é ser pai foi a seguinte: “Ser pai é como dizem, é padecer no paraíso. É muito bom, mas quando passamos por dificuldades tendo filhos, é bem mais difícil”.

Adriano sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Durante a infância, o envolvimento do pai de Adriano com ele foi moderado no aspecto interação e alto nos itens acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o fato de seu pai sempre ter sido responsável com ele e os irmãos. Quanto às atividades realizadas com o pai, na infância, comenta: Eu lembro muito dos domingos que íamos todos juntos para a igreja, todos os irmãos, meu pai organizava todo mundo e ensinava como deveríamos nos comportar, a ter reverência. Eu não tinha muitos momentos sozinho com meu pai, minha casa era sempre cheia.

17

Por sua vez, dificultou o envolvimento a falta de muito tempo livre. Na adolescência, o envolvimento do pai de Adriano com ele continuou moderado em interação e alto em termos de acessibilidade e responsabilidade. O que auxiliou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi a responsabilidade em sustentá-los, embora não fosse de passar muito tempo conversando com os filhos. Por sua vez, considera que o fato de serem muitos irmãos pode ter dificultado o envolvimento, pois não permitia que o pai tivesse muito tempo livre. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Adriano com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante informou que nada dificultou o envolvimento nesta etapa e que a relação foi favorecida, pois:

[...] eu sou muito amoroso, pego ele, beijo, abraço, chamo de “meu véio”. Eu moro do lado da casa dele, também tem outros irmãos que moram perto, mas a maioria mora em outros bairros. Não é como antigamente que tinha 19 filhos ao mesmo tempo. Agora tem os netos, mas não é todo dia que estão todos juntos. Hoje em dia eu tento dar toda minha atenção a ele, para aproveitar todo o tempo. (Adriano).

Adriano considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que influenciou, principalmente, no aspecto da responsabilidade. Por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente o seu desenvolvimento. No momento da entrevista, Adriano informou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, sendo que a relação era favorecida pelo “meu jeito e a disponibilidade dele”. O entrevistado afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como dito anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos do sexo masculino e considerou que seu envolvimento com eles era alto nas três



dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Segundo o entrevistado, “a disponibilidade, o amor, a vontade de estar perto” favoreceram o envolvimento com seus filhos. Por outro lado, comenta sobre o que dificultou o envolvimento:

Eu passei por um período bem difícil de depressão. Estou há um bom tempo sem conseguir emprego e isso me fez muito mal, sabe? Hoje estou bem melhor, mas teve um período que estava sendo medicado e fiquei bem distante de tudo. Não sentia vontade de mais nada, nem de interagir com eles. Ao mesmo tempo, eu ficava triste por não estar participando como deveria e em ver eles me vendo daquele jeito, sem poder dar o que eles precisavam. (Adriano).

O entrevistado considerou que o envolvimento que o próprio pai teve com ele nas diversas fases da sua vida influenciou no envolvimento que Adriano mantinha com os filhos,

18

pois aprendeu sobre educar com seu pai. O participante pontuou que a educação e a responsabilidade foram os aspectos do relacionamento do pai com ele que mais refletiram positivamente na relação que mantinha com os próprios filhos. Por outro lado, nada refletia negativamente.

O participante avaliou, ainda, que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do entrevistado) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Adriano ponderou que o relacionamento dele com o pai influenciou na relação do seu pai com os netos, justificando que “somos uma família e na família tudo se aprende. Eu ensino meus filhos a cuidarem do avô deles em todas as situações”. O entrevistado avaliou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) também influenciou na relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “me aproxima ainda mais dele”. Com relação à classe socioeconômica e envolvimento, Adriano ponderou que tanto a condição financeira, quanto o trabalho e também o nível de escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “com certeza deve ter influenciado, porque imagine criar 19 filhos sem ter condição. Claro que nada era fácil, mas ninguém nunca passou fome lá em casa”. Quanto ao trabalho, justificou que “nenhum pai fica bem quando está desempregado [...] eu vejo na prática o quanto minha saúde mental interfere no meu relacionamento com as pessoas”. Com relação à escolaridade, informou que “deve ter influenciado também, porque com tanta gente em casa e ele não deixar ninguém sem estudar [...] certamente foi importante”.

Por sua vez, Adriano avaliou que a sua condição financeira influenciava no envolvimento que mantinha com os filhos, bem como a sua falta de trabalho e o seu nível de escolaridade. No aspecto financeiro e em relação à situação de desemprego, justificou que agora ele está melhor, mas tais fatores já atrapalharam no envolvimento. Na questão da escolaridade, pontua que consegue acompanhar melhor o desenvolvimento dos filhos e entender o que eles estão aprendendo.

Adriano considerou que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade impactaram no relacionamento que estabelecia, à época da entrevista, com o pai idoso, pois acredita que “impacta em todos os meus relacionamentos”.



Finalmente, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era o desemprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

19

5 DISCUSSÃO GERAL

O poder familiar passou por significativas transformações que, para além da igualdade de gênero, refletiram em relações familiares mais democráticas. O Código Civil de 1916, baseado no pátrio poder, tratava a figura do marido/pai como chefe da sociedade conjugal, alguém que tomava as decisões relativas ao grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolida o instituto do poder familiar, o que se constitui “não apenas como um poder de ambos os pais, mas sim como uma obrigação legal a eles imposta na observância do interesse dos filhos”, sendo, assim, um dever material e afetivo (PEREIRA; MARTOS, 2019, p. 737). Os resultados encontrados serão discutidos com base neste conceito e no de envolvimento paterno. Na infância e na adolescência, os quatro participantes residiam com a família nuclear de origem, sendo que um deles, em parte da adolescência, passou a morar apenas com um irmão, quando foi morar em Salvador/BA para trabalhar. À época da entrevista, na fase adulta, os quatro participantes residiam com a família nuclear constituída (o entrevistado, a esposa e o/os filho/s), porém, um deles (Adriano) morava bem próximo aos genitores, o que favorecia o envolvimento entre eles. É importante destacar que, entre os entrevistados, três vieram da zona rural para a capital à procura de condições melhores que o labor urbano poderia proporcionar. Além disso, apenas no caso de Nelson, a esposa contribuía para a renda familiar, realizando trabalhos como costureira. Neste sentido, é possível perceber que persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular, conforme também destaca Bustamante (2005).

Para os participantes, ser pai é uma bênção, uma dádiva, mas também significa ter responsabilidades, educar, ser exemplo, dar tudo de si e, por vezes, representa uma árdua caminhada.

Os quatro entrevistados conviveram com o pai biológico. Quanto ao envolvimento dos pais dos participantes com eles, as dimensões da acessibilidade e da responsabilidade foram altas para três entrevistados, em todas as fases da vida. No entanto, para um deles (Francisco), a acessibilidade sempre foi moderada desde a infância até a fase adulta e a responsabilidade era alta na infância e na adolescência, mas foi considerada moderada na fase adulta. No aspecto da interação, na infância e na adolescência de dois entrevistados, o envolvimento paterno foi moderado, passando para alto na vida adulta. Para um participante, a dimensão da

20

interação foi avaliada como alta em todas as fases da vida e para outro variou entre baixa (na infância e adolescência) e moderada (na fase adulta).

O envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelos seguintes elementos: (a) na infância dos entrevistados: o desejo do pai em estar próximo, ser amoroso, a



responsabilidade e o tempo que passavam juntos trabalhando; (b) na adolescência: o tempo que passavam juntos, principalmente trabalhando, as visitas do pai quando não moravam mais juntos, o afeto e a responsabilidade; (c) na vida adulta: o contato diário, ainda que por telefone, as idas do pai à casa do filho, sobretudo quando precisava ir ao médico em Salvador/BA, a afinidade, a amizade e o fato de morar próximo. Observou-se, então, que tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho, o que corrobora o estudo de Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) que destacam a socialização por meio do trabalho pai-filho entre famílias de baixa renda.

Por sua vez, o que dificultou o envolvimento dos pais dos participantes com eles foram os seguintes aspectos: (a) na infância dos entrevistados: o temperamento, a rigidez e a falta de muito tempo livre; (b) na adolescência: a distância, por residirem em cidades diferentes e o pouco tempo livre em decorrência do trabalho do pai para sustentar os filhos; (c) na vida adulta: a distância entre as cidades em que moram.

O envolvimento dos pais entrevistados com seus próprios filhos, nas dimensões acessibilidade e responsabilidade, foi alto para todos eles. Cumpre salientar que, para Pereira (2015), o poder familiar apresenta a responsabilidade como a essência do afeto e do cuidado. A dimensão da interação foi alta para três participantes, porém foi moderada no caso do participante que avaliou como baixa a interação do seu próprio pai com ele na infância e na adolescência, bem como moderada na fase adulta. Neste sentido, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que, para entender o envolvimento entre pai e filho atualmente, é necessário considerar questões da geração anterior, ou seja, a relação do próprio pai com ele. Por sua vez, Santos e Moreira (2016) pontuam que modelos de ausência paterna podem influenciar negativamente no envolvimento pai-filho, bem como podem impulsionar o pai a escolher perpetuar este modelo ou caminhar na direção oposta do que vivenciou. Porém, mesmo sem desejar, pode ocorrer o fenômeno da repetição, que consiste em reproduzir os comportamentos vivenciados ao longo da vida.

Os pais entrevistados relataram que o envolvimento com os próprios filhos foi facilitado por tais fatores: o amor e o desejo de participar da vida dos filhos (Nelson); os

21
momentos em família, como almoçar juntos e ver futebol, além do incentivo à vida profissional (Francisco); o amor (Eduardo); a disponibilidade, o amor e a vontade de estar perto (Adriano). Segundo Lamb (1992), a decisão do pai em estar envolvido com o filho é um fator que deve ser considerado, podendo ser resultado positivo da relação conjugal mais harmoniosa.

Além de relações familiares igualitárias, o conceito de poder familiar agregou ao ordenamento jurídico brasileiro o princípio da afetividade como basilar. Segundo Tartuce (2018), neste contexto, o afeto se apresenta como a mola propulsora dos laços familiares, movidos pelo sentimento e pelo amor, para dar sentido e dignidade à existência humana. Assim, é nítido que, a partir deste conceito, o formalismo deu espaço ao afeto como valor jurídico. Tal fato é confirmado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017) com pais de camada popular, visto que os resultados revelaram que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelo trabalho conjunto, pois este os aproximava, já que



demonstravam menos afetividade com os filhos do que os participantes com sua própria prole. Para Pereira e Martos (2019), a afetividade é analisada em uma perspectiva objetiva, como fato social de parentalidade ou de conjugalidade, em contrapartida, o legislador tratou o cuidado como um subprincípio da dignidade humana que está ligado à afetividade, visto que é por meio do dever de cuidado que esta se manifesta objetivamente.

Nelson e Eduardo relataram que nada dificultou o envolvimento com os filhos, já Francisco afirmou que, em alguns momentos, a falta de tempo dificultava a relação e Adriano relata que o desemprego e o período de depressão pelo qual passou foram fatores que o distanciavam da prole e, ao mesmo tempo, o deixavam triste por este motivo. Segundo Gomes e Alvarenga (2016), para o pai, a situação de desemprego gera mais do que a privação de recursos materiais, mas também problemas de cunho emocional. Além disso, a ausência do trabalho distanciava Adriano de seus filhos, isto porque, para Souza e Benetti (2008), os pais desempregados que não recebem contribuições familiares ou de outras fontes tendem a estar menos envolvidos com a prole.

Em relação à classe socioeconômica do pai do participante e o envolvimento com ele, a condição financeira do genitor foi avaliada por dois participantes como influenciando no envolvimento, seja na forma de proporcionar a educação (Eduardo), ou por dar mais tranquilidade (Adriano). Por outro lado, os outros dois participantes consideraram que não houve influência financeira no envolvimento, sendo que um deles afirmou que a vontade de estar próximo é mais relevante (Nelson). O trabalho do pai foi considerado por todos os

22
entrevistados como tendo influenciado no envolvimento: por ser um momento de interação, enquanto trabalhavam (Nelson), por dar tranquilidade, pois é difícil um pai ficar desempregado (Francisco e Adriano) e pela educação que pode proporcionar (Eduardo). Já a escolaridade do pai foi considerada por três participantes como sem influência no envolvimento, pois o pai não estudou muito, como ressaltou Nelson, no entanto, para um deles influenciou, pois, mesmo com tantos filhos, seu genitor não deixou nenhum sem estudar (Adriano).

No que diz respeito à classe socioeconômica do participante e o envolvimento dele com os filhos, a própria condição financeira foi avaliada por três participantes como influenciando no envolvimento, sendo que dois afirmaram que este fator proporciona tranquilidade, pois alguém sem dinheiro ou endividado não se relaciona bem com os filhos (Francisco e Eduardo) e um deles analisou que este aspecto já atrapalhou a relação (Adriano). Por outro lado, embora Nelson considere que não houve influência financeira no envolvimento, acredita que é bom ter dinheiro e poder dar o melhor aos filhos; o trabalho foi considerado por três entrevistados como tendo influenciado no envolvimento, pois, assim como a condição financeira, ter um trabalho faz com que o pai esteja mais seguro e tranquilo (Francisco, Eduardo e Adriano). Por sua vez, em que pese Nelson ter afirmado que não há influência, é grato por ter um emprego, pois considera difícil ser pai desempregado. A própria escolaridade foi considerada por dois participantes como sem influência no envolvimento com os filhos, no entanto, dois entrevistados afirmaram que ela influencia, pois conseguiam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, o que já era um momento de interação entre eles, além de poder influenciá-lo a estudar e ter uma profissão (Eduardo), bem como acompanhar o



desenvolvimento e entender o que os filhos estavam aprendendo (Adriano).

Por fim, todos os participantes consideraram que a maior dificuldade enfrentada pelo homem era o desemprego. Quando questionados sobre a maior dificuldade que o pai enfrentava, a resposta de todos os entrevistados também foi o desemprego, sendo que Eduardo acrescentou o fato de os filhos irem para o mau caminho. Cabe destacar, mais uma vez, a importância do trabalho e os reflexos da ausência deste na vida do pai de baixa renda, haja vista que tanto o próprio pai quanto a comunidade ainda o enxergam como o provedor, responsável pelo sustento da família.

Percebe-se que a discussão está ancorada em fundamentos do poder familiar, haja vista que foi possível identificar características da nova paternidade em todas as relações analisadas. Os efeitos da consolidação do referido conceito no ordenamento jurídico brasileiro

23

são sentidos nas relações familiares, que vêm transformando-se cotidianamente. No entanto, como exposto neste estudo, sobretudo nas camadas populares, tais transformações ainda estão acompanhadas de resquícios do patriarcalismo, o que confirma o mencionado por Souza e Benetti (2009) sobre a coexistência dos modelos do novo pai e do pai provedor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que a paternidade se encontra em transição, isto porque a sociedade passou por grandes modificações no século XX e nesse início do século XXI, assim como a família. Embora o ordenamento jurídico tenha acompanhado tais mudanças, dispondo agora sobre as relações familiares de forma mais democrática e igualitária, ancorado no poder familiar, entende-se que é necessário analisar os indivíduos a partir de suas peculiaridades.

Notou-se que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi facilitado principalmente pela socialização por meio do trabalho pai-filho, no entanto, foi prejudicado pela falta de tempo em decorrência do labor ou pela distância. Além disso, os resultados obtidos revelaram que diversos aspectos influenciam o envolvimento paterno, entre eles a classe socioeconômica, sobretudo no que tange à relação do pai de baixa renda com o trabalho ou a situação de desemprego. Neste contexto, ainda é comum a figura do pai como provedor, ou seja, o exercício da paternidade tradicional. No entanto, cumpre ressaltar a importância da decisão do pai em estar envolvido.

Os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico quanto à transição do pátrio poder para o poder familiar foram encontrados nas relações pai-filho na camada popular, isto porque, embora seja possível perceber resquícios do modelo patriarcal presentes na forma de relacionar-se do pai contemporâneo, notou-se que tais relações são sustentadas tanto pela responsabilidade, quanto pela afetividade, princípio fundamental no instituto do poder familiar.

Por fim, levanta-se a necessidade de se realizar outros estudos que aprofundem a discussão do envolvimento paterno, considerando as particularidades dos sujeitos e os



impactos das transformações sociais e do ordenamento jurídico brasileiro.

24

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. D. Poder familiar e afeto numa perspectiva espinosana. In: Família e dignidade humana: V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). São Paulo: IOB, 2006.

BACKES, M. S.; BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. Nova Perspectiva Sistêmica, n. 61, p. 100-119, 2018.

BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). Fathers in cultural context. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. Barbarói. Santa Cruz do Sul, (32), 205-226, 2010.

BEVILAQUA, C.; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei n 8.069, 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. Lei n 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF. 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no Subúrbio Ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005.

CABRERA, N. J.; TAMES-LEMONDA, C.; BRADLEY, R.H.; HOFFERTH, S.; LAMB, M.E. Fatherhood in the twenty first century. Child Development, 71, 127-136, 2000.



DONATI, P. Família no Século XXI: abordagem relacional. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. Direito das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FITERMAN, H; MOREIRA, L. V. C. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. Polis, Revista latino-americana, n. 50, p. 47-68, 2018.

25

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Q. S.; ALVARENGA, P. O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 32, n. 3, 1-9, 2016.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (Org.). The role of the father in child development. 5. Ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.

LAMB, M. E.. O papel do pai em mudança. Análise Psicológica. 1(X), 19-34, 1992.

LEVANDOWSKI, D.; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. Interações, 7(13), 77-100, 2002.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. O pai em pesquisas sobre família. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (Orgs.). O pai na sociedade contemporânea. Bauru: Edusc, 2010.

NARO, R. C. G.; MOREIRA, L. V. C. Envolvimento paterno em camada popular: estudo de casos múltiplos em Salvador/Bahia. In: Lúcia Vaz de Campos Moreira; Elaine Pedreira Rabinovich; Maria Natália Ramos. (Org.). Pais, avós e relacionamentos intergeracionais na família contemporânea. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 5, p. 123-139.

PEREIRA, M. B.; MARTOS, F. T. A. Do pátrio poder ao poder familiar: as atribuições dos pais quanto à proteção dos filhos. Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de Direito de Franca, v. 4, n. 1, p. 729-750, jun. 2019.

PEREIRA, R. C. Responsabilidade civil pelo abandono afetivo. In: MADALENO, R.; BARBOSA, E. (Coords.). Responsabilidade civil no Direito de Família. São Paulo: Atlas,



2015.

PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs.). Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, S. M. C. B.; MOREIRA, L. V. C. Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2016.

SILVA, M. R.; PICCININNI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. Estudos de Psicologia, Campinas, 24(4), 561-573, 2007.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. Paideia, 19(42), 97-106, 2009.

SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), 61-71, 2008.

26

TARTUCE, F. Direito Civil: Direito de Família. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

THERBORN, G. Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TUDGE, J. The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies. New York: Cambridge University Press



=====
Arquivo 1: [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf \(7748 termos\)](#)

Arquivo 2: <https://books.google.com.br/books?id=YbUCCUzsJLIC&pg=PA115&lpg=PA115&dq=vez conforme lamb>

[cumpre&source=bl&ots=oqV7t62Bfp&sig=ACfU3U226OzuhTILYtheTShXJ45LBMeAlg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwin7vf56bnqAhWayzgGHdDAC_8Q6AEwD3oECAkQAQ](https://books.google.com.br/books?id=YbUCCUzsJLIC&pg=PA115&lpg=PA115&dq=vez conforme lamb) (86 termos)

Termos comuns: 0

Similaridade: 0%

O texto abaixo é o conteúdo do documento [TCC Ana Marcela Nascimento como enviado secretaria.pdf](#)

. Os termos em vermelho foram encontrados no documento

<https://books.google.com.br/books?id=YbUCCUzsJLIC&pg=PA115&lpg=PA115&dq=vez conforme lamb>
[cumpre&source=bl&ots=oqV7t62Bfp&sig=ACfU3U226OzuhTILYtheTShXJ45LBMeAlg&hl=pt-BR&sa=X&ved=2ahUKEwin7vf56bnqAhWayzgGHdDAC_8Q6AEwD3oECAkQAQ](https://books.google.com.br/books?id=YbUCCUzsJLIC&pg=PA115&lpg=PA115&dq=vez conforme lamb)

=====

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Salvador
2020



UNIVERSIDADE CATÓLICA DO SALVADOR
FACULDADE DE DIREITO

ANA MARCELA SILVA DO NASCIMENTO

ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE
VIDA DOS FILHOS E OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO
ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO
PODER FAMILIAR

Artigo apresentado como requisito parcial para a obtenção
do título de Bacharel em Direito pela Universidade
Católica do Salvador.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira.

Salvador
2020

1
ENVOLVIMENTO PATERNO AO LONGO DO CURSO DE VIDA DOS FILHOS E



OS REFLEXOS DAS MUDANÇAS NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO QUANTO AO PODER FAMILIAR

Ana Marcela Silva do Nascimento

1

Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira

2

RESUMO

A presente investigação objetiva analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. A pesquisa é qualitativa, com estudo de casos múltiplos, e teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/BA. Como instrumento foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, contendo questões abertas e fechadas. Para a coleta de dados foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que seguiu os seguintes critérios de inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo e ser da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos. As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse. Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva. Principais resultados: persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular. Ser pai é concebido como uma bênção, dádiva, mas também implica ser responsável, educar, ser exemplo e dar tudo de si. Tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho. Há necessidade de estudos que aprofundem a temática.

Palavras-chave: Família. Envolvimento paterno. Poder familiar.

1 INTRODUÇÃO

A família, como realidade sociológica, atravessou diversas mudanças desde a importação do modelo patriarcal para o Brasil até o presente momento. Neste sentido, o ordenamento jurídico brasileiro acompanhou as transformações sociais e, por conseguinte, da família, possibilitando a consolidação do conceito de poder familiar. Farias e Rosenvald (2010, p. 43) afirmam que “consagra-se, assim, a igualdade substancial no plano familiar, excluindo todo e qualquer tipo de discriminação decorrente do estado sexual”. Por sua vez, em meio a este contexto, a figura paterna passa a distanciar-se da imagem tradicional, no

1

Graduanda em Direito pela Universidade Católica do Salvador. E-mail: anamarcela.07@hotmail.com



2

Doutora em Psicologia (USP), professora do Programa de Pós-graduação em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal), do Curso de Especialização em Família: Relações Familiares e Contexto Social e do Curso de Psicologia (UCSal). E-mail: lucia.moreira@ucsal.br

2

entanto, ainda sem cortar laços completamente, como apontam Souza e Benetti (2009). Para compreender os reflexos de tais alterações, no entanto, faz-se necessário considerar as particularidades dos indivíduos.

O presente artigo tem por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar. Este estudo faz parte de uma pesquisa maior intitulada “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, realizada pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”, liderado pela segunda autora, Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O estudo maior tem como participantes 60 homens residentes em Salvador/Bahia, sendo 30 de classe média-alta e 30 de classe popular.

Neste texto constam: uma revisão de literatura, o método do estudo, os resultados encontrados, a discussão dos dados obtidos à luz da literatura e as considerações finais.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A seguir será apresentada uma revisão de literatura acerca da evolução do conceito de poder familiar no ordenamento jurídico brasileiro e do envolvimento paterno no contexto de baixa renda.

2.1 PODER FAMILIAR NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

O pater familias, termo latim que em português significa “pai de família”, era o estatuto familiar mais elevado na Antiguidade, o qual possuía poderes ilimitados sobre os filhos. Séculos depois, com a colonização, o Brasil importou o modelo de família portuguesa, marcada pelo patriarcalismo, que permaneceu como modelo ideal de família durante longos anos. (ANDRADE, 2005).

O Código Civil de 1916 incorporou o conceito de pátrio poder e dispôs taxativamente o marido/pai como titular desta função, cabendo somente a ele exercer este poder sobre os filhos menores, de modo que, apenas nas hipóteses de ausência ou impedimento quanto à sua figura, é que a esposa poderia chefiar a sociedade conjugal. De acordo com Petrini (2005), este modelo de família patriarcal brasileira começa a decair no final do século XIX, momento

3

em que o pai deixa de ocupar o lugar central na família e de possuir a responsabilidade exclusiva pelas decisões do grupo familiar. Conforme Andrade (2005, p. 4), Até antes do novo Código Civil, ainda era praticamente unânime a



compreensão tradicional do poder familiar como sendo basicamente uma forma de autoridade – no caso, dos pais sobre os filhos, uma versão contemporânea do que teria sido a autoridade do pater familiae sobre os seus filhos e seus bens.

Therborn (2006), em estudo baseado em fontes globais e mapeamento detalhado das mudanças da família e do patriarcado como sustentáculo das relações sociais no século XX, analisa as transformações estruturais pelas quais a família passou, por meio de três fatores principais: o patriarcado e as relações entre pais e filhos, homens e mulheres; o papel do casamento ou da ausência deste como determinante no comportamento sexual e o processo histórico da fecundidade e do controle de natalidade. O referido autor destaca como a sociedade tinha como base o poder e a superioridade dos homens sobre os filhos e esposas. Além disso, aponta que, no século passado, diversas alterações ocorreram em razão de conquistas referentes aos direitos das mulheres e das crianças e menciona o patriarcado como o grande perdedor desde então.

Ao passo em que a sociedade e, conseqüentemente, a família modificaram-se, a Constituição Federal de 1988 acompanhou tais mudanças apresentando em seu texto o termo poder familiar, conceito que já existia, mas que se consolidou com a Carta Magna e refletiu no Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e no Código Civil de 2002. A partir daí, segundo Andrade (2005), a família deixou de ser pensada como uma unidade de dominação ou de exercício do poder dos pais sobre os filhos e passou a ser vista como uma relação mútua de assistência. Neste sentido, Tartuce (2018) destaca a presença da responsabilidade e da afetividade nas relações familiares.

Assim, enquanto havia antes uma concepção da família enquanto uma célula da sociedade na qual há filhos que estão subordinados aos pais, ou mesmo há pais que estão subordinados aos filhos, passa-se agora a uma noção de uma família mais “democrática”, na qual os filhos são reconhecidos como dependentes (tanto materialmente quanto afetivamente) dos pais (e não como sua propriedade) ou os pais são reconhecidos como dependentes (afetivamente e materialmente) dos filhos (e não sua apropriação). (ANDRADE, 2005, p.5).

Segundo Ariès (1981, apud SANTOS; MOREIRA, 2016, p. 48), além de diminuir a autonomia da mulher, o patriarcado direcionava ao primogênito a responsabilidade pela proteção dos bens familiares, visto que surgiu como tentativa de impedir a divisão patrimonial, sendo a família considerada célula social, fundamentada pelo poder do Estado.

4

Deste modo, Donati (2008, p. 62) pontua que ocorreu um “processo de desinstitucionalização, entendida como a diminuição de certas expectativas públicas a respeito da família, a favor de uma maior legitimação como grupo social expressivo do mundo vital”.

Superada a percepção da família como unidade produtiva e reprodutiva, pregada pelo Código Civil de 1916, a partir dos valores predominantes naquela época, descortinam-se novos contornos para o Direito das Famílias, fundamentalmente a partir da Lex Mater de 1988, que está cimentada a partir de valores sociais e humanizadores, especialmente a dignidade humana, a



solidariedade social e a igualdade substancial. (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 38).

O texto da Carta Magna, complementam Farias e Rosenvald (2010), além do art. 5º, no art. 226 volta a versar sobre a igualdade entre homem e mulher, dispondo que os direitos e deveres relativos ao matrimônio devem ser exercidos por ambos, de modo que “a evidente preocupação constitucional em ressaltar a igualdade substancial entre homem e mulher parece decorrer da necessidade de pôr a cobro a um tempo discriminatório em que o homem chefiava a relação conjugal, subjugando a mulher” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 43).

Diante disso, a família matrimonializada, ancorada no Código Civil de 1916, torna-se cada vez mais pluralizada a partir da Constituição Federal de 1988 e do Código Civil de 2002, bem como sua característica patriarcal perde espaço para características democráticas e a hierarquia dá lugar à igualdade. Vê-se, portanto, que “com esse espírito, não se pode olvidar que a família está sempre se reinventando, se reconstruindo. Transforma-se a cada momento e espaço, naturalmente, renovando-se em face da sua própria estrutura cultural” (FARIAS; ROSENVALD, 2010, p. 10).

2.2 ENVOLVIMENTO PATERNO E QUESTÕES SOCIOECONÔMICAS

As transformações sociais pelas quais a família passou ao longo do século XX, principalmente no que tange ao declínio do modelo patriarcal, possibilitaram que o homem assumisse outros papéis no cotidiano familiar. Conforme Souza e Benetti (2009), o pai, que era apenas provedor, passou a compartilhar a renda familiar com a esposa, visto que as mulheres também passaram a assumir tarefas fora do âmbito doméstico. Assim, o referido século foi marcado por fatores como a participação da mulher no mercado de trabalho; a ausência de determinados pais ao longo da vida dos filhos; em contrapartida, outros pais apresentaram envolvimento com filhos pequenos e houve o crescimento da diversidade cultural (CABRERA; TAMIS-LEMONDA; BRADLEY HOFFERTH E LAMB, 2000).

5

Os autores mencionados pontuam, ainda, que o papel do pai encontra-se em transição, visto que as funções estão se redefinindo. Deste modo, conforme Filgueiras e Petrini (2010), os homens vêm acessando novos modelos de paternidade que, anteriormente, eram dificilmente associados à figura paterna. Segundo Levandowski, Antoni, Koller e Piccinini (2002) e Lamb (1992), este movimento vem sendo conhecido como “a nova forma de paternidade” ou apenas “a nova paternidade”. No entanto, Souza e Benetti (2009) ponderam que, embora este novo pai seja consideravelmente diferente do patriarca, não houve uma dissociação completa, haja vista que com ele coexiste o modelo tradicional do pai provedor. Para Lamb (2010), é de suma importância a presença da figura paterna e seu envolvimento com os filhos. A partir disso, o autor classifica o envolvimento paterno em três dimensões: interação, acessibilidade e responsabilidade. A interação diz respeito ao tempo passado efetivamente com a criança e relaciona-se com a importância de estar junto. A acessibilidade compreende as atividades que não demandam interação direta, as quais podem ser executadas sem a necessidade da presença física. Implica estar disponível para atender às demandas do filho. A responsabilidade, por sua vez, está relacionada à preocupação com os cuidados e necessidades para garantir o bem-estar da criança. Percebe-se, então, que as transformações



que o pai vivencia na atualidade são consequência de uma paternidade mais sensível e participativa, caracterizada por um possível envolvimento mais saudável e efetivo (SANTOS; MOREIRA, 2016).

Santos e Moreira (2016) pontuam, ainda, que alguns aspectos interferem no envolvimento entre pais e filhos, podendo-se destacar a conjugalidade, o divórcio, as características do pai, o papel da mãe, a idade e o sexo dos filhos. As autoras citadas destacam, também, que “o aspecto trabalho do pai interfere sobremaneira no envolvimento” (p. 57) e mostra-se como um grande desafio quanto à conciliação trabalho-paternidade.

Os efeitos dos conflitos, assim como da harmonia conjugal, são sentidos pelas crianças, conforme aponta Lamb (2010). Neste sentido, Silva e Piccininni (2007) concordam que, em relacionamentos conjugais com mais diálogo e menos conflito, o envolvimento paterno tende a ser mais satisfatório. No que tange ao divórcio, notam-se prejuízos relativos a determinados papéis paternos que acabam não sendo preenchidos, como a relação emocional e as funções social e econômica, no entanto, não há que se ter uma visão determinista quanto a estes aspectos, desconsiderando as singularidades de cada criança, do pai e dos contextos em que estão inseridos (LAMB, 2010). A decisão do pai em estar envolvido também precisa ser considerada, o que pode ser reflexo positivo da conjugalidade (LAMB, 1992). Além disso,

6

conforme Fiterman (2018), assumir o papel de pai faz com que o homem reflita, passando a avaliar como foi criado, como quer ser pai, seus valores, moral e comportamentos. Por sua vez, conforme Lamb (1992), cumpre salientar que algumas mulheres podem resistir à participação do homem nos cuidados com a criança, optando por manter exclusividade e autoridade nesta função, de modo que, em famílias nas quais a mãe trabalha fora, percebe-se maior envolvimento paterno do que nas famílias em que a mãe não possui um emprego.

Além disso, Lamb (1992) aponta que os pais costumam dedicar mais tempo aos filhos em idade pré-escolar, mas afirma que, em geral, os pais estão mais envolvidos com os filhos do que com as filhas, independente das idades, vínculo também constatado em pesquisa realizada por Moreira e Rabinovich (2010). No estudo “Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality”, Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) discutem a necessidade de considerar a classe social das famílias e ressaltam que a tendência de ignorar os aspectos econômicos, sociais, educacionais, étnicos e culturais constitui uma das maiores limitações dos estudos psicológicos no Brasil. Os autores consideram que não é possível falar de um padrão de paternidade brasileira, pois esta é complexa e varia amplamente com a condição socioeconômica e o nível de escolaridade do pai, visto que as variações subculturais da paternidade relacionam-se principalmente à classe social, o que também foi verificado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017). Em estudo intercultural, Tudge (2008) observou que havia mais semelhanças na mesma classe em diferentes países do que em classes diversas no mesmo país.

Bustamante (2005) destaca a importância do papel de provedor para o pai de classe popular, pois entende que sua função é não deixar faltar nada aos filhos. Embora o pai reconheça a necessidade de momentos de lazer, a dinâmica em que vive e a ausência de recursos podem prejudicar o convívio. Neste sentido, Backes et al. (2018), em estudo voltado a identificar fatores que interferem no envolvimento paterno de pais de crianças entre quatro e



seis anos, ao analisarem a subcategoria “modelo do próprio pai” perceberam que “prevaleceu o modelo de pai provedor, que trabalhava fora de casa e cuja preocupação central era o sustento da família” (p.7). Tudge (2008) identificou que pais de classe média despendem maior tempo com as crianças envolvidos com atividades de ensino e brincadeiras, enquanto pais de camada popular gastam esse tempo conversando com os filhos. A socialização por meio do trabalho pai-filho também ganha destaque entre as famílias de baixa renda, que usam este método como meio de prevenir a delinquência e preparar a criança para a inserção no mercado de trabalho futuramente. É comum os pais ensinarem os meninos e as mães

7

ensinarem as meninas, o que promove um engajamento precoce das crianças em diversas atividades, no entanto, o cenário torna-se mais complexo pela recorrência do desemprego ou subemprego desses pais. Além disso, neste contexto, a figura paterna destaca-se como autoridade moral, enquanto as mães são responsáveis por manterem a unidade familiar por meio do cuidado (BASTOS; VOLKMER-PONTES; BRASILEIRO; SERRA, 2013). Por fim, ainda em relação ao contexto de desemprego, Souza e Benetti (2008) constataram que os pais que recebiam contribuições de familiares ou de outras fontes estavam mais envolvidos com os filhos do que os pais que não recebiam contribuições de nenhuma natureza. Sobre este fato, Gomes e Alvarenga (2016) afirmam que, além da privação de recursos materiais, a ausência do trabalho acarreta também problemas emocionais, isto porque, como mencionado, a figura paterna ainda está vinculada ao papel de provedor, sobretudo na camada popular.

3 MÉTODO

Para Minayo (2002, p. 16), entende-se por metodologia “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, o que inclui as “concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

3.1 DELINEAMENTO

Nesta investigação, aplicou-se o estudo de casos múltiplos, nos quais, conforme Gil (2002), frequentemente são utilizados de quatro a dez casos. O autor destaca, ainda, que este tipo de estudo não tem a finalidade de proporcionar o conhecimento preciso das características de uma população, mas de oferecer uma visão global do problema e identificar possíveis fatores que o influenciam ou são por ele influenciados.

3.2 LOCAL E PARTICIPANTES

O estudo teve como participantes quatro pais residentes em bairros de classe popular de Salvador/Bahia. Todos eram da classe D, conforme critério do Censo 2010 (IBGE), com renda mensal familiar acima de um a três salários mínimos.

Constam, a seguir, alguns dados sobre os participantes, com nomes fictícios, objetivando preservar a identidade deles.

8

Tabela 1 – Dados sobre os participantes



Nome
fictício
Idade
(em
anos)
Escolaridade Profissão
e carga
horária
semanal de
trabalho
Renda
pessoal
mensal
Religião Etnia Estado
civil
Nelson 44 Ensino
Fundamental II
completo
Pedreiro
(40 horas)
1,2
salários
mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Francisco 48 Ensino
Fundamental II
completo
Vendedor
(40 horas)
1,6
salários
mínimos
Protestante Preta Casado no
civil e no
religioso
Eduardo 45 Ensino
Fundamental II
completo
Caminhoneiro
(40 horas)
1,9
salários



mínimos
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Adriano 43 Ensino Médio
completo
Desempregado
(renda de
aluguel de
imóvel e
trabalhos
eventuais)
Um
salário
mínimo
Protestante Parda Casado no
civil e no
religioso
Fonte: As autoras.

Observa-se que os pais tinham de 43 a 48 anos; três tinham o Ensino Fundamental II completo e apenas um tinha o Ensino Médio completo. Três estavam trabalhando, sendo um pedreiro, um vendedor e um caminhoneiro, e o outro estava desempregado, tendo como renda o aluguel de imóvel e trabalhos eventuais. Todos eram protestantes, sendo três pardos e um preto. Com relação ao estado civil, todos eram casados (no civil e no religioso).

3.3 INSTRUMENTO

Para a coleta de dados foi utilizado o “Roteiro de Entrevista sobre Envolvimento Paterno ao Longo do Ciclo Vital”, elaborado pelo grupo de pesquisa “Família e Desenvolvimento Humano”/UCSal, liderado pela Profa. Dra. Lúcia Vaz de Campos Moreira. O instrumento contém questões abertas e fechadas, abordando: dados de identificação; dados sobre a família; paternidade e envolvimento do pai do participante com ele; repercussões do envolvimento paterno no desenvolvimento; envolvimento do participante com o(s) seu(s) filho(s); envolvimento do participante com o pai idoso; classe socioeconômica e envolvimento; masculinidade e paternidade.

3.4 PROCEDIMENTOS

9

O projeto de pesquisa maior, intitulado “Envolvimento do pai com o filho em diferentes fases do ciclo vital: contribuições interdisciplinares para fundamentar políticas públicas voltadas à paternidade responsável”, foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UCSal (CAAE: 47362315.2.0000.5628). Para a coleta de dados do presente estudo, foram convidados pais acessíveis à primeira autora, que se enquadravam nos seguintes critérios de



inclusão: residir em Salvador; ter entre 40 e 49 anos; ser pai; seu próprio pai estar vivo, mesmo que não tenham convivência; ser da classe D (renda mensal familiar de mais de um a três salários mínimos).

As entrevistas foram realizadas em local de conveniência para os pais, que optaram pela própria residência. Todos assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e as entrevistas foram gravadas para que nenhuma informação se perdesse.

3.5 ANÁLISE DE DADOS

Após a transcrição das gravações das entrevistas, os dados obtidos foram analisados de forma descritiva.

4 RESULTADOS

Na sequência, serão apresentados os quatro casos e, em seguida, haverá uma discussão geral sobre eles.

4.1 CASO 1: NELSON

Na infância e na adolescência, Nelson residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que fazia trabalhos como costureira) e com os dois filhos, um do sexo feminino e o outro do sexo masculino que, à época da coleta de dados, tinham 16 anos e 12 anos de idade, respectivamente. Para ele, ser pai “é uma bênção, é ter a responsabilidade de criar e educar os filhos, constituir uma família, ser exemplo em casa”. Nelson sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna e afirmou que, na infância, trabalhava na roça com o genitor, o qual conversava bastante com ele e seus irmãos, ensinando como deveriam proceder na vida. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto nos aspectos interação, acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, nessa fase da vida, foi o fato de seu pai ser amoroso e querer ser próximo. Nelson afirma que nada dificultou o envolvimento do seu genitor com ele.

10

Também na adolescência, o envolvimento do pai de Nelson com ele foi alto, tanto em interação quanto em responsabilidade e acessibilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, nesta fase, foi o labor rural e o fato de seu pai gostar de estar com os filhos. O entrevistado afirmou novamente que, nesta fase da vida, nada dificultou o envolvimento. Na sequência, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Nelson com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o fato de seu pai continuar sendo presente, mesmo de longe, e ele continuar indo visitá-lo no interior do Estado da Bahia, bem como telefonar quase todo dia favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta. Por sua vez, afirma que nada dificultou tal envolvimento: “o problema é só a distância mesmo, que dá saudade” (Nelson).

Nelson ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que os ensinamentos transmitidos pelo pai foram importantes para que ele seja quem é; por outro



lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Nelson afirmou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, justificando que “eu sou apaixonado por meu pai, eu pego ele e encho de beijo” (Nelson). Assim, favorece a relação, tudo que construíram ao longo da vida e o amor que recebeu do genitor, no entanto, o participante afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como informado anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos, uma adolescente de 16 anos e um menino de 12 anos de idade. Nelson considerou que seu envolvimento com os filhos era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, favoreceu seu envolvimento com a prole:

O amor, né? Eu amo muito meus filhos e gosto de participar de tudo na vida deles. A gente não trabalha juntos, como era com meu pai, porque eles estudam quase o dia todo e não precisam trabalhar, mas eles são meus chamegos.

Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o bom relacionamento do seu pai com ele refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos. Conforme Nelson, seu genitor o ensinou a ser pai, foi

11
com ele que aprendeu tudo o que sabe, o que transmite aos filhos. Quanto ao que refletia negativamente, não identificou nenhum aspecto.
Além disso, o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Nelson considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “meus filhos também são doidos por meu pai e ele por eles. É um grude quando eles vão para o interior ver meu pai, é o tempo todo juntos”. Por outro lado, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois “eu acho muito bonito e agradeço a Deus por minha família e fico amando eles mais ainda, né?” (Nelson).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Nelson considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “a gente sempre foi simples, mas nunca faltou nada. Mas eu acho que o que influenciou mesmo foi a vontade dele estar com a gente, de ser um pai presente”. Quanto à escolaridade, justificou que “meu pai não estudou muito, mas sempre botou a gente para estudar e eu boto meus filhos mais ainda. Eu não fiz faculdade, mas eles vão fazer”. Por outro lado, o entrevistado considerou que o trabalho do seu pai influenciou no envolvimento deste com o participante ao longo da vida, pois “[...] era nosso momento juntos”.

Por sua vez, Nelson avaliou que nem a sua condição financeira, nem o seu trabalho e nem a sua escolaridade influenciavam no envolvimento que ele mantinha com os filhos. No



entanto, no aspecto financeiro, ponderou que “[...] mas é bom saber que a gente tem um dinheirinho para dar do melhor para eles”. Quanto ao trabalho, alegou que “Eu agradeço a Deus por sempre ter meu trabalho, né? Porque é difícil um pai de família desempregado”. E sobre o nível de escolaridade, apenas afirmou acreditar que não influencia. Nelson considerou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso. Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “ficar desempregado e não conseguir sustentar sua família. É muito triste”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

12

4.2 CASO 2: FRANCISCO

Na infância e na adolescência, Francisco residia com os pais e os sete irmãos, sendo que em parte da adolescência passou a morar em Salvador/BA, apenas com um irmão, quando começou a trabalhar. Na vida adulta, passou a habitar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com os três filhos, sendo dois do sexo masculino, um com 18 anos e o outro com 24 anos de idade, bem como uma moça de 25 anos de idade, à época da entrevista. A filha do participante, à época, não residia mais com ele. Para o participante, ser pai “é ter responsabilidade, é dar tudo de si para manter a família”.

Francisco sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna, no entanto, afirmou que, na infância não realizava muitas atividades com o pai, “era mais o trabalho no interior”. Assim, durante a infância, o envolvimento do pai de Francisco com ele foi baixo no aspecto da interação, moderado em termos de acessibilidade e alto no item responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi a responsabilidade dele com os filhos. Por outro lado, dificultou o envolvimento “o temperamento dele, era muito calado e rígido”.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Francisco com ele continuou sendo baixo em termos de interação, moderado quanto à acessibilidade e alto no que diz respeito à responsabilidade. O que ajudou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi o fato de o genitor sempre vir visitá-lo em Salvador para ver como ele e seu irmão estavam. Por sua vez, o que dificultou o envolvimento foi a distância, visto que o participante não residia mais com o pai, nesta fase da vida.

Já na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Francisco com ele foi considerado moderado em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante avalia que o envolvimento com o pai foi favorecido, pois seu genitor fica em sua casa sempre que vai até Salvador para realizar exames e consultas médicas e afirma que “isso é bom, porque eu não posso estar sempre no interior e quando eu não vou, ele vem”. Por sua vez, comenta que nada dificultou tal envolvimento e justifica que “ele está bem melhor agora na velhice, só não gosta de ser dependente de ninguém”.

Francisco ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que foi influenciado positivamente ao ver seu pai sempre trabalhando para sustentar a família, o que



foi um exemplo para ele; por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele também influenciou negativamente no seu desenvolvimento, pois “hoje eu sou um pouco

13

sério também, às vezes me sinto um pouco rígido com meus filhos, mas com certeza sou bem menos que meu pai. Mas acho que ficou um pouco disso em mim”.

No momento da entrevista, Francisco afirmou que se relacionava bem com o pai idoso, justificando que “ele não gosta de se sentir dependente [...] sempre me liga para resolver algumas coisas, mas gosta de ficar no canto dele”. Assim, o que favorece a relação é o fato de o genitor precisar ir para a casa de Francisco quando vai ao médico em Salvador, no entanto, o participante afirmou que o que dificultava a relação entre eles era a distância.

À época da realização da entrevista, o participante tinha três filhos, dois do sexo masculino, com 18 e 24 anos de idade e outra do sexo feminino, com 25 anos de idade.

Francisco considerou que seu envolvimento com a prole era moderado em termos de interação e alto quanto à acessibilidade e responsabilidade. O entrevistado comentou o que favorecia seu envolvimento com os filhos:

Eu sou um pai presente, mesmo trabalhando muito. Os meninos também estudam e às vezes não encontro muito eles em casa. Mas, assim, a gente assiste futebol juntos, almoçamos sempre juntos, todo mundo gosta de futebol e esse é um momento da família. Também tenho um filho que joga, eu sempre levo ele para a escolinha de futebol. A menina já é casada, mas geralmente almoça lá em casa. Eu dei uma casa a ela e agora estou ajudando a construir o espaço de fisioterapia para ela trabalhar, porque ela se formou faz pouco tempo. Tenho muita preocupação com a profissão deles, faço o que for possível.

Por outro lado, afirmou que, às vezes, a falta de tempo dificultava tal envolvimento. O participante considerou que o aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com seus próprios filhos foi: “a responsabilidade de ser pai”. Já o que refletia negativamente era o jeito sério que herdou do pai.

Vale salientar, ainda, que o entrevistado avaliou que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do participante) era alto em interação e moderado em acessibilidade e responsabilidade. Francisco considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou a relação do seu pai com os netos, justificando que “ele vindo para minha casa, fica mais próximo dos meus filhos. Meus filhos são muito cuidadosos com ele”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “[...] acaba aproximando todo mundo” (Francisco).

No que diz respeito à classe socioeconômica e envolvimento, Francisco considerou que nem a condição financeira e nem a escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Por outro lado, o entrevistado considerou que o

14

trabalho do seu pai influenciou o envolvimento deste com o participante ao longo da vida,



pois “hoje eu sou pai, entendo como é difícil não ter emprego”.

Por sua vez, Francisco avaliou que tanto a sua condição financeira quanto o seu trabalho influenciavam de algum modo no envolvimento que ele mantinha com os filhos, no entanto, acreditava que o nível de escolaridade não exercia influência. No aspecto financeiro, justificou que “eu acho que me dá tranquilidade, porque alguém endividado não consegue fazer nada, nem se relacionar com os filhos”. Quanto ao trabalho, alegou que “influencia sim, pelo mesmo motivo. É difícil para um pai de família não ter um emprego”.

Francisco considerou que seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactavam no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso, mas ponderou que “talvez só a condição financeira, porque eu posso pagar médico para ele e levar ele de carro para os lugares”.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era “o desemprego, essa crise que o país enfrenta”. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

4.3 CASO 3: EDUARDO

Durante a infância e adolescência, Eduardo residia com os pais e os irmãos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado) e com o único filho que, à época da coleta de dados, tinha nove anos de idade. Para ele, ser pai:

é uma dádiva. Eu quis muito ser pai. Eu e minha esposa demoramos para ter nosso filho, a gravidez dela foi de risco, mas no fim deu tudo certo. Nosso filho é nosso amor.

Eduardo sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Ao longo da infância, o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi moderado em termos de interação e alto nas dimensões acessibilidade e de responsabilidade.

Na perspectiva do participante, o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o tempo que passavam juntos, principalmente quando seu pai o ensinava algo do trabalho. Por sua vez, não sabe dizer o que dificultou o envolvimento.

Na adolescência, o envolvimento do pai de Eduardo com ele continuou moderado em interação e alto em acessibilidade e responsabilidade. O que ajudou no envolvimento do pai

15

com ele, nesta etapa da vida, foi o afeto. Neste período, não soube dizer o que dificultou a relação deles.

Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Eduardo com ele foi considerado alto em interação, acessibilidade e responsabilidade. O participante ponderou que o que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na vida adulta, foi “a afinidade, conversamos sobre as mesmas coisas, ele agora é meu amigo mesmo, alguém que eu divido minha vida, conto meus problemas”. Por sua vez, considera que nada dificultou tal envolvimento.

Eduardo ponderou que o envolvimento que o pai teve com ele ao longo da vida



repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, por meio dos ensinamentos que recebeu. Por sua vez, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente no seu desenvolvimento.

No momento da entrevista, Eduardo afirmou que mantinha um relacionamento muito bom com o pai idoso. O participante informou que o que favorecia a relação era a amizade que tinham, no entanto, destacou que nada dificultava a relação entre eles.

Conforme consta anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha apenas um filho, do sexo masculino, com nove anos de idade. Eduardo avaliou que seu envolvimento com seu filho era alto em termos de interação, acessibilidade e responsabilidade. Para o entrevistado, o que favorecia seu envolvimento com a criança era “o amor”. Por outro lado, afirmou que nada dificultava tal envolvimento.

O participante considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele, nas diversas fases da vida (infância, adolescência e etapa adulta), influenciou no envolvimento que Eduardo mantinha com o filho, pois: “a gente sempre leva para nossa vida o que nos foi dado. Meu pai sempre foi um bom pai”. O aspecto do relacionamento do seu pai com ele, que refletia positivamente na relação que mantinha com o próprio filho foi: “a proximidade entre pai e filho”. Por outro lado, nada refletia negativamente.

Destaca-se, ainda, que o participante avaliou que o envolvimento de seu pai com o neto dele (filho do participante) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Eduardo considerou que o relacionamento dele com o pai influenciou positivamente a relação do seu pai com o neto, justificando que “um ensina o outro a amar”. Na mesma linha, o entrevistado ponderou que o envolvimento do seu pai com o neto (filho do participante) influenciou a relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, conforme este, “me faz amar ele ainda mais”.

16

Sobre classe socioeconômica e envolvimento, Eduardo avaliou que a escolaridade do seu pai não influenciou no envolvimento deste com o participante. No que diz respeito à condição financeira e ao trabalho, alegou que “influenciou na forma que ele conseguiu nos proporcionar a educação”.

Por sua vez, Eduardo avaliou que tanto o seu trabalho quanto a sua escolaridade e condição financeira influenciavam, de algum modo, no envolvimento que ele mantinha com o filho. No aspecto de trabalho e condição financeira, justificou que “me dá tranquilidade”.

Quanto à escolaridade, alegou: “Acho que sim, porque eu ensino a atividade dele, isso já é um momento nosso de interação e eu influencio ele a estudar e ter uma profissão”. Eduardo apreciou, ainda, que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade não impactaram no relacionamento que estabelecia à época da entrevista com o pai idoso.

Por fim, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era a falta de emprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que era “a falta de emprego também e os filhos indo para o mau caminho”.

4.4 CASO 4: ADRIANO

Na infância e na adolescência, Adriano residia com os pais e 18 irmãos, visto que seus



pais tiveram 19 filhos. Na vida adulta, passou a morar com a esposa (que não tinha trabalho remunerado, assim como o entrevistado, que estava desempregado) e com os dois filhos do sexo masculino que, à época da coleta de dados, um tinha 17 anos e o outro 10 anos de idade, sendo que residia ao lado da casa dos pais. A definição apresentada pelo participante a respeito do que é ser pai foi a seguinte: “Ser pai é como dizem, é padecer no paraíso. É muito bom, mas quando passamos por dificuldades tendo filhos, é bem mais difícil”.

Adriano sempre conviveu com o pai biológico, a quem considerava como figura paterna. Durante a infância, o envolvimento do pai de Adriano com ele foi moderado no aspecto interação e alto nos itens acessibilidade e responsabilidade. O que favoreceu o envolvimento do pai com ele, na infância, foi o fato de seu pai sempre ter sido responsável com ele e os irmãos. Quanto às atividades realizadas com o pai, na infância, comenta: Eu lembro muito dos domingos que íamos todos juntos para a igreja, todos os irmãos, meu pai organizava todo mundo e ensinava como deveríamos nos comportar, a ter reverência. Eu não tinha muitos momentos sozinho com meu pai, minha casa era sempre cheia.

17

Por sua vez, dificultou o envolvimento a falta de muito tempo livre. Na adolescência, o envolvimento do pai de Adriano com ele continuou moderado em interação e alto em termos de acessibilidade e responsabilidade. O que auxiliou o envolvimento do pai com ele, na adolescência, foi a responsabilidade em sustentá-los, embora não fosse de passar muito tempo conversando com os filhos. Por sua vez, considera que o fato de serem muitos irmãos pode ter dificultado o envolvimento, pois não permitia que o pai tivesse muito tempo livre. Em seguida, na fase adulta (à época da realização da entrevista), o envolvimento do pai de Adriano com ele foi considerado alto em todas as dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). O participante informou que nada dificultou o envolvimento nesta etapa e que a relação foi favorecida, pois:

[...] eu sou muito amoroso, pego ele, beijo, abraço, chamo de “meu véio”. Eu moro do lado da casa dele, também tem outros irmãos que moram perto, mas a maioria mora em outros bairros. Não é como antigamente que tinha 19 filhos ao mesmo tempo. Agora tem os netos, mas não é todo dia que estão todos juntos. Hoje em dia eu tento dar toda minha atenção a ele, para aproveitar todo o tempo. (Adriano).

Adriano considerou que o envolvimento que o pai manteve com ele ao longo da vida repercutiu de forma positiva no seu próprio desenvolvimento, justificando que influenciou, principalmente, no aspecto da responsabilidade. Por outro lado, considerou que o envolvimento do pai com ele não influenciou negativamente o seu desenvolvimento. No momento da entrevista, Adriano informou que se relacionava com o pai idoso de forma muito boa, sendo que a relação era favorecida pelo “meu jeito e a disponibilidade dele”. O entrevistado afirmou que nada dificultava a relação entre eles.

Como dito anteriormente, à época da realização da entrevista, o participante tinha dois filhos do sexo masculino e considerou que seu envolvimento com eles era alto nas três



dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Segundo o entrevistado, “a disponibilidade, o amor, a vontade de estar perto” favoreceram o envolvimento com seus filhos. Por outro lado, comenta sobre o que dificultou o envolvimento:

Eu passei por um período bem difícil de depressão. Estou há um bom tempo sem conseguir emprego e isso me fez muito mal, sabe? Hoje estou bem melhor, mas teve um período que estava sendo medicado e fiquei bem distante de tudo. Não sentia vontade de mais nada, nem de interagir com eles. Ao mesmo tempo, eu ficava triste por não estar participando como deveria e em ver eles me vendo daquele jeito, sem poder dar o que eles precisavam. (Adriano).

O entrevistado considerou que o envolvimento que o próprio pai teve com ele nas diversas fases da sua vida influenciou no envolvimento que Adriano mantinha com os filhos,

18

pois aprendeu sobre educar com seu pai. O participante pontuou que a educação e a responsabilidade foram os aspectos do relacionamento do pai com ele que mais refletiram positivamente na relação que mantinha com os próprios filhos. Por outro lado, nada refletia negativamente.

O participante avaliou, ainda, que o envolvimento de seu pai com os netos dele (filhos do entrevistado) era alto nas três dimensões (interação, acessibilidade e responsabilidade). Adriano ponderou que o relacionamento dele com o pai influenciou na relação do seu pai com os netos, justificando que “somos uma família e na família tudo se aprende. Eu ensino meus filhos a cuidarem do avô deles em todas as situações”. O entrevistado avaliou que o envolvimento do seu pai com os netos (filhos do participante) também influenciou na relação que o pai estabelecia com o entrevistado, pois, segundo este, “me aproxima ainda mais dele”. Com relação à classe socioeconômica e envolvimento, Adriano ponderou que tanto a condição financeira, quanto o trabalho e também o nível de escolaridade do seu pai influenciaram no envolvimento deste com o participante. Sobre a condição financeira, alegou que “com certeza deve ter influenciado, porque imagine criar 19 filhos sem ter condição. Claro que nada era fácil, mas ninguém nunca passou fome lá em casa”. Quanto ao trabalho, justificou que “nenhum pai fica bem quando está desempregado [...] eu vejo na prática o quanto minha saúde mental interfere no meu relacionamento com as pessoas”. Com relação à escolaridade, informou que “deve ter influenciado também, porque com tanta gente em casa e ele não deixar ninguém sem estudar [...] certamente foi importante”.

Por sua vez, Adriano avaliou que a sua condição financeira influenciava no envolvimento que mantinha com os filhos, bem como a sua falta de trabalho e o seu nível de escolaridade. No aspecto financeiro e em relação à situação de desemprego, justificou que agora ele está melhor, mas tais fatores já atrapalharam no envolvimento. Na questão da escolaridade, pontua que consegue acompanhar melhor o desenvolvimento dos filhos e entender o que eles estão aprendendo.

Adriano considerou que sua condição financeira, seu trabalho e seu nível de escolaridade impactaram no relacionamento que estabelecia, à época da entrevista, com o pai idoso, pois acredita que “impacta em todos os meus relacionamentos”.



Finalmente, quando questionado sobre as maiores dificuldades que o homem enfrentava, o entrevistado respondeu que era o desemprego. Em seguida, quanto às dificuldades enfrentadas pelo pai, o participante afirmou que também era o desemprego.

19

5 DISCUSSÃO GERAL

O poder familiar passou por significativas transformações que, para além da igualdade de gênero, refletiram em relações familiares mais democráticas. O Código Civil de 1916, baseado no pátrio poder, tratava a figura do marido/pai como chefe da sociedade conjugal, alguém que tomava as decisões relativas ao grupo familiar.

Como mencionado anteriormente, a Constituição Federal de 1988 consolida o instituto do poder familiar, o que se constitui “não apenas como um poder de ambos os pais, mas sim como uma obrigação legal a eles imposta na observância do interesse dos filhos”, sendo, assim, um dever material e afetivo (PEREIRA; MARTOS, 2019, p. 737). Os resultados encontrados serão discutidos com base neste conceito e no de envolvimento paterno. Na infância e na adolescência, os quatro participantes residiam com a família nuclear de origem, sendo que um deles, em parte da adolescência, passou a morar apenas com um irmão, quando foi morar em Salvador/BA para trabalhar. À época da entrevista, na fase adulta, os quatro participantes residiam com a família nuclear constituída (o entrevistado, a esposa e o/os filho/s), porém, um deles (Adriano) morava bem próximo aos genitores, o que favorecia o envolvimento entre eles. É importante destacar que, entre os entrevistados, três vieram da zona rural para a capital à procura de condições melhores que o labor urbano poderia proporcionar. Além disso, apenas no caso de Nelson, a esposa contribuía para a renda familiar, realizando trabalhos como costureira. Neste sentido, é possível perceber que persiste a importância do papel de provedor para o pai de camada popular, conforme também destaca Bustamante (2005).

Para os participantes, ser pai é uma bênção, uma dádiva, mas também significa ter responsabilidades, educar, ser exemplo, dar tudo de si e, por vezes, representa uma árdua caminhada.

Os quatro entrevistados conviveram com o pai biológico. Quanto ao envolvimento dos pais dos participantes com eles, as dimensões da acessibilidade e da responsabilidade foram altas para três entrevistados, em todas as fases da vida. No entanto, para um deles (Francisco), a acessibilidade sempre foi moderada desde a infância até a fase adulta e a responsabilidade era alta na infância e na adolescência, mas foi considerada moderada na fase adulta. No aspecto da interação, na infância e na adolescência de dois entrevistados, o envolvimento paterno foi moderado, passando para alto na vida adulta. Para um participante, a dimensão da

20

interação foi avaliada como alta em todas as fases da vida e para outro variou entre baixa (na infância e adolescência) e moderada (na fase adulta).

O envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelos seguintes elementos: (a) na infância dos entrevistados: o desejo do pai em estar próximo, ser amoroso, a



responsabilidade e o tempo que passavam juntos trabalhando; (b) na adolescência: o tempo que passavam juntos, principalmente trabalhando, as visitas do pai quando não moravam mais juntos, o afeto e a responsabilidade; (c) na vida adulta: o contato diário, ainda que por telefone, as idas do pai à casa do filho, sobretudo quando precisava ir ao médico em Salvador/BA, a afinidade, a amizade e o fato de morar próximo. Observou-se, então, que tanto na infância, quanto na adolescência, o envolvimento entre pai e filho ocorreu principalmente por meio do trabalho, o que corrobora o estudo de Bastos, Volkmer-Pontes, Brasileiro e Serra (2013) que destacam a socialização por meio do trabalho pai-filho entre famílias de baixa renda.

Por sua vez, o que dificultou o envolvimento dos pais dos participantes com eles foram os seguintes aspectos: (a) na infância dos entrevistados: o temperamento, a rigidez e a falta de muito tempo livre; (b) na adolescência: a distância, por residirem em cidades diferentes e o pouco tempo livre em decorrência do trabalho do pai para sustentar os filhos; (c) na vida adulta: a distância entre as cidades em que moram.

O envolvimento dos pais entrevistados com seus próprios filhos, nas dimensões acessibilidade e responsabilidade, foi alto para todos eles. Cumpre salientar que, para Pereira (2015), o poder familiar apresenta a responsabilidade como a essência do afeto e do cuidado. A dimensão da interação foi alta para três participantes, porém foi moderada no caso do participante que avaliou como baixa a interação do seu próprio pai com ele na infância e na adolescência, bem como moderada na fase adulta. Neste sentido, Beltrame e Bottoli (2010) afirmam que, para entender o envolvimento entre pai e filho atualmente, é necessário considerar questões da geração anterior, ou seja, a relação do próprio pai com ele. Por sua vez, Santos e Moreira (2016) pontuam que modelos de ausência paterna podem influenciar negativamente no envolvimento pai-filho, bem como podem impulsionar o pai a escolher perpetuar este modelo ou caminhar na direção oposta do que vivenciou. Porém, mesmo sem desejar, pode ocorrer o fenômeno da repetição, que consiste em reproduzir os comportamentos vivenciados ao longo da vida.

Os pais entrevistados relataram que o envolvimento com os próprios filhos foi facilitado por tais fatores: o amor e o desejo de participar da vida dos filhos (Nelson); os

21
momentos em família, como almoçar juntos e ver futebol, além do incentivo à vida profissional (Francisco); o amor (Eduardo); a disponibilidade, o amor e a vontade de estar perto (Adriano). Segundo Lamb (1992), a decisão do pai em estar envolvido com o filho é um fator que deve ser considerado, podendo ser resultado positivo da relação conjugal mais harmoniosa.

Além de relações familiares igualitárias, o conceito de poder familiar agregou ao ordenamento jurídico brasileiro o princípio da afetividade como basilar. Segundo Tartuce (2018), neste contexto, o afeto se apresenta como a mola propulsora dos laços familiares, movidos pelo sentimento e pelo amor, para dar sentido e dignidade à existência humana. Assim, é nítido que, a partir deste conceito, o formalismo deu espaço ao afeto como valor jurídico. Tal fato é confirmado no estudo realizado por Naro e Moreira (2017) com pais de camada popular, visto que os resultados revelaram que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi favorecido pelo trabalho conjunto, pois este os aproximava, já que



demonstravam menos afetividade com os filhos do que os participantes com sua própria prole. Para Pereira e Martos (2019), a afetividade é analisada em uma perspectiva objetiva, como fato social de parentalidade ou de conjugalidade, em contrapartida, o legislador tratou o cuidado como um subprincípio da dignidade humana que está ligado à afetividade, visto que é por meio do dever de cuidado que esta se manifesta objetivamente.

Nelson e Eduardo relataram que nada dificultou o envolvimento com os filhos, já Francisco afirmou que, em alguns momentos, a falta de tempo dificultava a relação e Adriano relata que o desemprego e o período de depressão pelo qual passou foram fatores que o distanciavam da prole e, ao mesmo tempo, o deixavam triste por este motivo. Segundo Gomes e Alvarenga (2016), para o pai, a situação de desemprego gera mais do que a privação de recursos materiais, mas também problemas de cunho emocional. Além disso, a ausência do trabalho distanciava Adriano de seus filhos, isto porque, para Souza e Benetti (2008), os pais desempregados que não recebem contribuições familiares ou de outras fontes tendem a estar menos envolvidos com a prole.

Em relação à classe socioeconômica do pai do participante e o envolvimento com ele, a condição financeira do genitor foi avaliada por dois participantes como influenciando no envolvimento, seja na forma de proporcionar a educação (Eduardo), ou por dar mais tranquilidade (Adriano). Por outro lado, os outros dois participantes consideraram que não houve influência financeira no envolvimento, sendo que um deles afirmou que a vontade de estar próximo é mais relevante (Nelson). O trabalho do pai foi considerado por todos os

22
entrevistados como tendo influenciado no envolvimento: por ser um momento de interação, enquanto trabalhavam (Nelson), por dar tranquilidade, pois é difícil um pai ficar desempregado (Francisco e Adriano) e pela educação que pode proporcionar (Eduardo). Já a escolaridade do pai foi considerada por três participantes como sem influência no envolvimento, pois o pai não estudou muito, como ressaltou Nelson, no entanto, para um deles influenciou, pois, mesmo com tantos filhos, seu genitor não deixou nenhum sem estudar (Adriano).

No que diz respeito à classe socioeconômica do participante e o envolvimento dele com os filhos, a própria condição financeira foi avaliada por três participantes como influenciando no envolvimento, sendo que dois afirmaram que este fator proporciona tranquilidade, pois alguém sem dinheiro ou endividado não se relaciona bem com os filhos (Francisco e Eduardo) e um deles analisou que este aspecto já atrapalhou a relação (Adriano). Por outro lado, embora Nelson considere que não houve influência financeira no envolvimento, acredita que é bom ter dinheiro e poder dar o melhor aos filhos; o trabalho foi considerado por três entrevistados como tendo influenciado no envolvimento, pois, assim como a condição financeira, ter um trabalho faz com que o pai esteja mais seguro e tranquilo (Francisco, Eduardo e Adriano). Por sua vez, em que pese Nelson ter afirmado que não há influência, é grato por ter um emprego, pois considera difícil ser pai desempregado. A própria escolaridade foi considerada por dois participantes como sem influência no envolvimento com os filhos, no entanto, dois entrevistados afirmaram que ela influencia, pois conseguiam auxiliar os filhos nas tarefas escolares, o que já era um momento de interação entre eles, além de poder influenciá-lo a estudar e ter uma profissão (Eduardo), bem como acompanhar o



desenvolvimento e entender o que os filhos estavam aprendendo (Adriano).

Por fim, todos os participantes consideraram que a maior dificuldade enfrentada pelo homem era o desemprego. Quando questionados sobre a maior dificuldade que o pai enfrentava, a resposta de todos os entrevistados também foi o desemprego, sendo que Eduardo acrescentou o fato de os filhos irem para o mau caminho. Cabe destacar, mais uma vez, a importância do trabalho e os reflexos da ausência deste na vida do pai de baixa renda, haja vista que tanto o próprio pai quanto a comunidade ainda o enxergam como o provedor, responsável pelo sustento da família.

Percebe-se que a discussão está ancorada em fundamentos do poder familiar, haja vista que foi possível identificar características da nova paternidade em todas as relações analisadas. Os efeitos da consolidação do referido conceito no ordenamento jurídico brasileiro

23

são sentidos nas relações familiares, que vêm transformando-se cotidianamente. No entanto, como exposto neste estudo, sobretudo nas camadas populares, tais transformações ainda estão acompanhadas de resquícios do patriarcalismo, o que confirma o mencionado por Souza e Benetti (2009) sobre a coexistência dos modelos do novo pai e do pai provedor.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve por objetivo analisar o envolvimento paterno ao longo do curso de vida dos filhos, em camada popular de Salvador/BA, e os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico brasileiro quanto ao poder familiar.

A partir dos resultados obtidos, foi possível perceber que a paternidade se encontra em transição, isto porque a sociedade passou por grandes modificações no século XX e nesse início do século XXI, assim como a família. Embora o ordenamento jurídico tenha acompanhado tais mudanças, dispondo agora sobre as relações familiares de forma mais democrática e igualitária, ancorado no poder familiar, entende-se que é necessário analisar os indivíduos a partir de suas peculiaridades.

Notou-se que o envolvimento dos pais dos participantes com eles foi facilitado principalmente pela socialização por meio do trabalho pai-filho, no entanto, foi prejudicado pela falta de tempo em decorrência do labor ou pela distância. Além disso, os resultados obtidos revelaram que diversos aspectos influenciam o envolvimento paterno, entre eles a classe socioeconômica, sobretudo no que tange à relação do pai de baixa renda com o trabalho ou a situação de desemprego. Neste contexto, ainda é comum a figura do pai como provedor, ou seja, o exercício da paternidade tradicional. No entanto, cumpre ressaltar a importância da decisão do pai em estar envolvido.

Os reflexos das mudanças no ordenamento jurídico quanto à transição do pátrio poder para o poder familiar foram encontrados nas relações pai-filho na camada popular, isto porque, embora seja possível perceber resquícios do modelo patriarcal presentes na forma de relacionar-se do pai contemporâneo, notou-se que tais relações são sustentadas tanto pela responsabilidade, quanto pela afetividade, princípio fundamental no instituto do poder familiar.

Por fim, levanta-se a necessidade de se realizar outros estudos que aprofundem a discussão do envolvimento paterno, considerando as particularidades dos sujeitos e os



impactos das transformações sociais e do ordenamento jurídico brasileiro.

24

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. D. Poder familiar e afeto numa perspectiva espinosana. In: Família e dignidade humana: V Congresso Brasileiro de Direito de Família. Rodrigo da Cunha Pereira (Org.). São Paulo: IOB, 2006.

BACKES, M. S.; BECKER, A. P. S.; CREPALDI, M. A.; VIEIRA, M. L. A paternidade e fatores associados ao envolvimento paterno. Nova Perspectiva Sistêmica, n. 61, p. 100-119, 2018.

BASTOS, A. C. S.; VOLKMER-PONTES, V.; BRASILEIRO, P. G.; SERRA, H. M. Fathering in Brazil: a diverse and unknown reality. In: SHWALB, David W.; SHWALB, Barbara J.; LAMB, Michael E. (Eds.). Fathers in cultural context. New York: Routledge, 2013, p. 228-249.

BELTRAME, G. R.; BOTTOLI, C. Retratos do envolvimento paterno na atualidade. Barbarói. Santa Cruz do Sul, (32), 205-226, 2010.

BEVILAQUA, C.; BRASIL. Código civil (1916). Código civil dos Estados Unidos do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1942.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BRASIL. Lei n 8.069, 13 de julho de 1990. Institui o Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, DF. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 22 maio 2020.

BRASIL. Lei n 10.406, 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Brasília, DF. 11 jan. 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406.htm. Acesso em: 15 abr. 2020.

BUSTAMANTE, V. Ser pai no Subúrbio Ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. Psicologia em Estudo, Maringá, v. 10, n. 3, p. 393-402, set./dez. 2005.

CABRERA, N. J.; TAMES-LEMONDA, C.; BRADLEY, R.H.; HOFFERTH, S.; LAMB, M.E. Fatherhood in the twenty first century. Child Development, 71, 127-136, 2000.



DONATI, P. Família no Século XXI: abordagem relacional. Trad. João Carlos Petrini. São Paulo: Paulinas, 2008.

FARIAS, C. C.; ROSENVALD, N. Direito das famílias. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FITERMAN, H; MOREIRA, L. V. C. O pai na gestação, no parto e aos três meses de vida do primeiro filho. Polis, Revista latino-americana, n. 50, p. 47-68, 2018.

25

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Q. S.; ALVARENGA, P. O envolvimento paterno em famílias de diferentes níveis socioeconômicos. Psicologia: teoria e pesquisa, v. 32, n. 3, 1-9, 2016.

LAMB, M. E. How do fathers influence children's development? Let me count the ways. In: LAMB, M. E. (Org.). The role of the father in child development. 5. Ed. New York: John Wiley & Sons, 2010.

LAMB, M. E.. O papel do pai em mudança. Análise Psicológica. 1(X), 19-34, 1992.

LEVANDOWSKI, D.; De ANTONI, C.; KOLLER, S. H.; PICCININI, C. Paternidade na adolescência e os fatores de risco e de proteção para a violência na interação pai-criança. Interações, 7(13), 77-100, 2002.

MINAYO, M. C. S. Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MOREIRA, L. V. C.; RABINOVICH, E. P. O pai em pesquisas sobre família. In: MOREIRA, L. V. C.; PETRINI, J. C.; BARBOSA, F. B. (Orgs.). O pai na sociedade contemporânea. Bauru: Edusc, 2010.

NARO, R. C. G.; MOREIRA, L. V. C. Envolvimento paterno em camada popular: estudo de casos múltiplos em Salvador/Bahia. In: Lúcia Vaz de Campos Moreira; Elaine Pedreira Rabinovich; Maria Natália Ramos. (Org.). Pais, avós e relacionamentos intergeracionais na família contemporânea. 1. ed. Curitiba: CRV, 2017, v. 5, p. 123-139.

PEREIRA, M. B.; MARTOS, F. T. A. Do pátrio poder ao poder familiar: as atribuições dos pais quanto à proteção dos filhos. Revista de iniciação científica e extensão da faculdade de Direito de Franca, v. 4, n. 1, p. 729-750, jun. 2019.

PEREIRA, R. C. Responsabilidade civil pelo abandono afetivo. In: MADALENO, R.; BARBOSA, E. (Coords.). Responsabilidade civil no Direito de Família. São Paulo: Atlas,



2015.

PETRINI, J.C. Mudanças sociais e mudanças familiares. In: PETRINI, J.C.; CAVALCANTI, V.R.S. (Orgs.). Família, sociedade e subjetividades: uma perspectiva multidisciplinar. Petrópolis: Vozes, 2005.

SANTOS, S. M. C. B.; MOREIRA, L. V. C. Estresse, trabalho e envolvimento paterno na contemporaneidade. Curitiba: Juruá, 2016.

SILVA, M. R.; PICCININNI, C. A. Sentimentos sobre a paternidade e o envolvimento paterno: um estudo qualitativo. Estudos de Psicologia, Campinas, 24(4), 561-573, 2007.

SOUZA, C. L. C.; BENETTI, S. P. Paternidade contemporânea: levantamento da produção acadêmica no período de 2000 a 2007. Paideia, 19(42), 97-106, 2009.

SOUZA, C. L.; BENETTI, S. P. Paternidade e desemprego: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), 61-71, 2008.

26

TARTUCE, F. Direito Civil: Direito de Família. 13. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

THERBORN, G. Sexo e poder: a família no mundo, 1900-2000. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

TUDGE, J. The everyday lives of young children: Culture, class, and child rearing in diverse societies. New York: Cambridge University Press